

# CAMÕES E OS SABERES

Carlos Ascenso André • Henrique Leitão • Isabel Almeida  
(Organizadores)



LISBOA • 2025

*Título:* Camões e os Saberes

*Organizadores:* Carlos Ascenso André · Henrique Leitão ·

Isabel Almeida

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa · Estrutura de Missão para as  
Comemorações dos 500 anos do Nascimento de Luís de Camões

*Data de edição:* dezembro de 2025

*ISBN:* 978-972-623-423-4

*Depósito legal:* 558195/25

*DOI:* <https://doi.org/10.58164/rmwy-gg91>

# CAMÕES E OS SABERES

Carlos Ascenso André • Henrique Leitão • Isabel Almeida  
(Organizadores)



LISBOA • 2025



## ÍNDICE

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Nota de apresentação                                                                                                    | III |
| 1. Porquê ler os clássicos hoje?<br><i>Roger Chartier</i>                                                               | 1   |
| 2. Luís de Camões ou a ressonância de um clássico<br><i>José Augusto Cardoso Bernardes</i>                              | 7   |
| 3. O estranho fio da palavra<br><i>Carlos Ascenso André</i>                                                             | 25  |
| 4. Camões após o naufrágio: O simbolismo de uma estátua e os “saberes” que ela evoca<br><i>Manuel Viegas Abreu</i>      | 35  |
| 5. Camões e Jerónimo Corte-Real: a Pintura e as outras artes<br><i>Vítor Serrão</i>                                     | 65  |
| 6. Luís de Camões: os opostos complementares<br><i>Helder Macedo</i>                                                    | 107 |
| 7. O episódio de Inês de Castro: reverberações na literatura e nas artes plásticas brasileiras<br><i>Raquel Naveira</i> | 115 |
| 8. Ainda Ovídio, Petrarca e Camões: sobre abetos, narcisos e pinheiros<br><i>Zulmira Santos</i>                         | 125 |
| 9. Memórias camonianas no longo século XIX<br><i>Helena Carvalhão Buescu</i>                                            | 139 |
| 10. Alexandre Magno e <i>Os Lusíadas</i> : algumas notas<br><i>Matteo Rei</i>                                           | 149 |
| 11. Cinco notas de rodapé camonianas<br><i>Onésimo Teotónio Almeida</i>                                                 | 171 |
| 12. Conhecimento e Natureza em <i>Os Lusíadas</i><br><i>Henrique Leitão</i>                                             | 179 |
| 13. Camões e as plantas<br><i>Jorge Paiva</i>                                                                           | 195 |

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 14. O pomar das Hespérides                                                          | 211 |
| <i>Rita Marnoto</i>                                                                 |     |
| 15. Camões no Oriente e a arte da guerra em <i>Os Lusíadas</i>                      | 223 |
| <i>Rui Manuel Loureiro</i>                                                          |     |
| 16. Um novo mapa da viagem de Vasco da Gama para ilustrar <i>Os Lusíadas</i> (1878) | 241 |
| <i>João Carlos Garcia</i>                                                           |     |
| 17. Ondulações Jurídicas de Camões                                                  | 265 |
| <i>Rui de Figueiredo Marcos</i>                                                     |     |
| 18. Justiça e Direito em <i>Os Lusíadas</i> : entre tempos e vontades               | 283 |
| <i>Joana Aguiar e Silva</i>                                                         |     |
| 19. Camões e a fundamentação do direito                                             | 299 |
| <i>Mafalda Miranda Barbosa</i>                                                      |     |
| 20. A presença de Camões no Idealismo Alemão                                        | 331 |
| <i>Manuel J. do Carmo Ferreira</i>                                                  |     |
| 21. Leituras económicas de Camões                                                   | 341 |
| <i>José Luís Cardoso</i>                                                            |     |

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

Por herança histórica e por missão ou dever, mas também por opção, a Academia das Ciências de Lisboa teria de ser sensível a este tempo em que se celebram os 500 anos do poeta maior da língua portuguesa.

Por herança histórica, porque lhe não consentia o passado o alheamento em tão significativa data. Foram membros ilustres da Academia alguns dos mais notáveis camonistas portugueses, entre os quais José Maria Rodrigues, Teófilo Braga, Jacinto do Prado Coelho, Jorge Borges de Macedo, José V. Pina Martins, Américo Costa Ramalho, Maria Helena da Rocha Pereira, Aníbal Pinto de Castro, Vítor Manuel Aguiar e Silva, para nos atermos apenas a um número restrito de nomes do século XX (e mesmo assim a lista é omissa). As páginas das *Memórias da Academia das Ciências* estão regularmente povoadas de estudos em torno de Camões, e coube à Academia das Ciências de Lisboa a iniciativa de promover a elaboração de uma edição crítica de *Os Lusíadas*, projeto de enorme complexidade e não menor exigência, que, devido a vários motivos, não chegou a ser aqui concluído.

Acrece que a valiosa biblioteca da Academia das Ciências integra, entre as suas preciosidades, um número razoável de obras do poeta ou com ele relacionadas. Da biblioteca faz parte — importa lembrá-lo — aquela que é provavelmente a maior coleção de traduções de *Os Lusíadas*, fruto da generosa doação, em 2022, da família Queirós Pereira. A exposição *Camões Universal*, com que, a partir de 27 de novembro de 2024, a Academia deu início à sua participação no ciclo comemorativo do quinto centenário do nascimento de Camões, foi ideada e concretizada em larga medida a partir desse espólio.

Missão da Academia das Ciências é valorizar a língua portuguesa, de que Luís de Camões é expoente máximo e, se a expressão é consentida, “patriarca”; missão da Academia das Ciências é valorizar a cultura, na sua

dimensão mais abrangente, espelhada nos nomes das duas “Classes” académicas, “Ciências” e “Letras”, indissociáveis uma da outra. Por todas as razões expostas, mas também pela natureza da própria obra do poeta, a Academia das Ciências não poderia deixar de celebrar o V centenário do seu nascimento.

Luís de Camões interroga múltiplos ramos do saber (dos saberes) e vem despertando curiosidade, se não fascínio, da filologia à história, dos estudos literários à religião, da medicina ao direito, da botânica e outras ciências da natureza à astronomia, da geografia à ciência da guerra, da filosofia à matemática, da linguística às ciências do ambiente. Todos esses domínios do conhecimento integram o universo da Academia das Ciências de Lisboa, pelo que foi, assim, fiel à sua identidade, que a Academia decidiu promover, nos dias 27 e 28 de maio de 2025, a jornada de reflexão e debate de que este livro é memória.

Tal como o título *Camões Universal*, dado à exposição inaugurada na Academia das Ciências de Lisboa em novembro de 2024, pretendeu sublinhar a grandeza e a projeção d’*Os Lusíadas*, a partir da sua receção por outras culturas, o título *Camões e os saberes* exprime o desígnio de congregar, na leitura do poeta, possibilidades de estudo cultivadas nesta mesma instituição, contribuindo para um renovado entendimento da obra camoniana.

A partir de uma questão proemial (a utilidade da leitura dos clássicos nos nossos dias), alinha-se, numa sequência que fala por si, um conjunto de textos. Procura-se: caracterizar Camões e a arte do seu tempo, mas igualmente lembrar formas de presença de Camões na arte; explorar, sob diversos ângulos, a poética camoniana e o seu lugar à luz da história literária; mostrar como a ciência (em especial, a discussão científica desenvolvida no século XVI) faz parte do horizonte do poeta; recordar a importância que aos olhos de Camões assumiram a cartografia e a ciência da guerra; apreciar, à luz do direito, a construção do seu discurso sobre a história e os comportamentos humanos; considerar o rasto de seus versos no campo da filosofia; apreciar o modo como o mundo de Camões — um mundo a caminho da

globalização, um mundo de profundas transformações no plano da economia — encontra representação na sua obra épica.

Esta publicação conta com o apoio da Comissão para as Comemorações do Quinto Centenário do Nascimento de Camões, apoio esse que se agradece, na pessoa do Comissário-Geral, José Cardoso Bernardes; o facto de a obra ser publicada em coedição representa o assumir formal desse apoio.

Carlos Ascenso André

Henrique Leitão

Isabel Almeida



# 1. Porquê ler os clássicos hoje?

ROGER CHARTIER<sup>1</sup>

Italo Calvino respondeu à pergunta num artigo publicado em 1981 no *L'Espresso* e retomado no seu livro que tem o mesmo título dez anos depois. A sua resposta pode guiar a nossa reflexão. Por um lado, para Calvino, ler ou reler os clássicos é fazer o passado presente: “Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”. Por outro lado, a nossa leitura torna as obras clássicas contemporâneas dos nossos medos, ansiedades ou sonhos: “os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegámos”.

Esta dupla identidade dos clássicos permite estabelecer uma clara consciência das diferenças dos tempos e assim evitar o anacronismo que Lucien Febvre considerava como o pecado mortal dos historiadores, quando se atribui aos homens e mulheres do século XVI “conhecimentos — e, portanto — materiais para ideias — que todos nós possuímos, mas que os mais eruditos de entre eles não puderam obter”. Então, para Febvre, “um homem do século XVI deve ser inteligível não em relação a nós, mas em relação aos seus contemporâneos”. Inscritos no seu tempo, os clássicos, não obstante, são obras ainda vivas que inspiram novas criações literárias dos escritores e ajudam os leitores na sua compreensão do presente. Como o mostrou Carl Schorske no seu livro *Viena fin-de siècle*, semelhante tensão, ou paradoxo, obriga a localizar as obras clássicas no cruzamento de dois eixos. Por um lado, um eixo sincrónico que situa cada obra em seu tempo e a coloca em relação com outras produções ou práticas intelectuais e estéticas do mesmo tempo. Por outro

---

<sup>1</sup> Collège de France

lado, um eixo diacrónico que localiza as obras no passado ou na história do seu género ou da sua disciplina. Nas ciências exatas, esta presença ativa do passado remete geralmente para durações breves, às vezes muito breves. O mesmo não ocorre com a literatura, a filosofia ou a história para as quais os passados, tanto recentes como mais antigos, permanecem como presente. Que romancista contemporâneo poderia ignorar *Dom Quixote*?

Cervantes, ele mesmo, incorporou no presente da sua escrita os três géneros literários dominantes do seu tempo: os livros de cavalaria (cujo estilo imita *Dom Quixote* no segundo capítulo da primeira parte), as biografias picarescas (com *A vida de Ginés de Pasamonte* no capítulo 22) e os romances pastoris (quando o fidalgo imagina tornar-se o pastor Quijotiz no capítulo 73 da segunda parte). É contra essas heranças que tinham temporalidades bem diferentes que Cervantes inventa uma maneira inédita de escrever uma “história”, concebendo-a “não no estilo artificial da literatura, mas a prosa doméstica da vida” como escreveu Francisco Rico. Talvez uma característica essencial dos clássicos seja a sua capacidade de incorporar no seu texto, explícita ou implicitamente, as obras ou os géneros com os quais ou contra os quais foram escritos.

Para Pierre Bourdieu, essa sincronia entre os passados e o presente é uma das características próprias dos espaços de produção estética ou intelectual. Esta sincronia permite compreender as diversas relações que as novas obras podem desenvolver com o passado: a imitação académica, a restauração *kitsch*, o retorno aos antigos, a paródia satírica, a rutura estética, a revolução simbólica. Permite também formular uma das razões para ler os clássicos que é a percepção da sua presença nunca apagada, sempre reativada, nas obras do presente. Esta presença é produzida, como escreveu Bourdieu, “por uma reflexividade, que conduz cada um dos géneros a uma espécie de volta crítica sobre si, sobre o seu próprio princípio, os seus próprios pressupostos”.

Para o leitor de hoje, a sedimentação das temporalidades presentes nas obras é apropriada a partir das suas próprias expectativas e experiências. Neste entrecruzamento, o sentido do clássico muda. O caso das apropriações

sucessivas de *Dom Quixote* pode ser tomado como um caso paradigmático. Em 1605 é um personagem cômico, ridículo, gracioso. No século XVIII, é um leitor dividido entre as loucuras inspiradas pelos livros de cavalaria e o juízo sensato proporcionado pelas suas outras leituras. No século XIX torna-se num herói romântico, vítima de uma sociedade cruel que destrói os sonhos de bondade e justiça. Mais tarde, a sua luta para um mundo melhor e a sua defesa dos oprimidos transformam-no num herói reivindicado pelos militantes socialistas ou anarquistas.

Como entender o mistério das obras abertas, como o são *Dom Quixote* ou *Os Lusíadas*, e as suas apropriações múltiplas, sucessivas e possivelmente contraditórias? Italo Calvino observa: “Se leio a Odisseia, leio o texto de Homero, mas não posso esquecer tudo aquilo que as aventuras de Ulisses passaram a significar durante os séculos e não posso deixar de perguntar-me se tais significados estavam implícitos no texto ou se são incrustações, deformações ou dilatações.” A noção de “latência”, proposta por Hans Ulrich Gumbrecht, convida-nos a pensar que algumas obras, que chamamos clássicas ou canónicas, possuem significados latentes, situados para além ou aquém das intenções conscientes do seu autor e indecifráveis para os seus primeiros leitores, desprovidos das noções ou experiências necessárias para descobrir essas potencialidades.

Como pensar estes significados realizados somente quando os leitores compartilham categorias de interpretação ou experiências históricas completamente estranhas ao tempo da escrita e da publicação da obra? Sempre temos o risco das interpretações arbitrárias, aleatórias, propostas pela crença na polissemia infinita dos textos. Nenhum escritor, nem mesmo Cervantes ou Camões, conseguiu libertar-se dos constrangimentos impostos pelo estado da língua, pelas limitações legais e técnicas de publicação ou pelas experiências comuns do seu tempo. A fronteira é frágil entre a identificação dos sentidos implícitos e as “incrustações” e “deformações”, para retomar as fórmulas de Italo Calvino.

Contudo, as experiências mostram que as obras fundamentais não se situam somente dentro dos limites e possibilidades da sua historicidade.

Graças às suas sete traduções, *Dom Quixote* foi, sem dúvida, o romance inglês mais popular do século XVIII. E não é por acaso que *Ricardo II* de Shakespeare foi representado por Jean Vilar no primeiro Festival d'Avignon em 1947 e, no mesmo ano, na primeira temporada do Piccolo Teatro de Giorgio Strehler em Milão. Foi através da sua distância do presente, e não apesar dela, que a *history* escrita Shakespeare respondia depois da Segunda Guerra Mundial a novas questões, novas ansiedades, e isso sem perder a sua historicidade.

Talvez devamos inverter os termos de nossa pergunta inicial e considerar que são as leituras repetidas, perpetuadas, mantidas no correr dos séculos de algumas obras que as transformaram num património de textos clássicos compartilhado, seja para uma comunidade nacional ou linguística ou para a humanidade inteira. Este corpus dos clássicos que se devem ler porque atravessaram os tempos e constituem a *Wellliteratur* esperada por Goethe teve várias formas: uma biblioteca privada pensada como biblioteca da literatura mundial, como foi e é a biblioteca de Martin Bodmer em Genebra, ou o projeto de uma “Biblioteca Digital Mundial”, tal como foi desenvolvido pela Biblioteca do Congresso entre 2009 e 2020, ou as coleções impressas propostas por várias editoras, como a *Bibliothèque de la Pléiade* de Gallimard em França ou, em Itália, a *Biblioteca Universale Rizzoli*. Devemos ler os clássicos porque são as leituras dos leitores do passado que estabeleceram o cânone das obras que atravessaram os tempos até nós, apesar das modas efêmeras, das circunstâncias particulares, das mutações das categorias intelectuais e das transformações da sensibilidade. Esta permanência é a primeira razão para as ler e, assim, não interromper a cadeia das suas apropriações.

Nas leituras de hoje, além do prazer estético ou do proveito intelectual, decifrar o porquê de semelhante permanência é uma aposta fundamental. Como a compreender? Sem dúvida, é o resultado de escolhas e exclusões decididas pelas instituições que delimitaram o cânone dos clássicos: a escola, a crítica literária, a edição. Todos os esforços contemporâneos para ampliar os repertórios canónicos, para corrigir os esquecimentos e as injustiças, evidenciam as determinações e os preconceitos do repertório dos clássicos. Mas

nunca os leitores seguiram sem distância estas imposições didáticas ou editoriais. Encontravam nas obras mesmas as razões de sua leitura. Porquê? Num prólogo a uma edição de *Macbeth*, Borges escreveu: “*Art happens* (a arte irrompe), declarou Whistler, mas a ideia que nós não cessaremos de decifrar o mistério estético não se opõe ao exame dos fatos que o possibilitaram”. Se Borges tem razão, e acho que tem, devemos examinar estes “factos”, fora e dentro do texto, que dão a algumas obras, e não a todas, uma potência que perpetua a sua força intelectual ou o seu encantamento.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Os organizadores da edição agradecem a Pedro Cardim o apoio na revisão da versão portuguesa deste texto.



## 2. Luís de Camões ou a ressonância de um clássico

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES<sup>1</sup>

A ideia de que a leitura dos clássicos é compensadora resulta de uma visão iluminista da Escola e da vida, em geral. O consenso que daqui resultou e permaneceu intocado durante pelo menos dois séculos, tem vindo, porém, a desvanecer-se. A ideia continua a ter defensores. Mas, em vez de uma evidência, tornou-se numa causa, que requer argumentação consistente.

De entre aqueles que proclamam a necessidade de não abandonar os clássicos, sobressai o escritor Ítalo Calvino. Não é o único a proclamar a excecionalidade dos “grandes livros”, a proclamar o seu valor formativo e a chamar a atenção para o risco que resultaria do seu emudecimento. Mas as suas posições ganham um relevo maior. Talvez esse destaque se deva ao facto de ser, ele próprio, um escritor que atravessa o século XX, conhecido pelo contributo que trouxe às transformações da escrita literária, em geral e do romance em particular.

Nesse sentido, as suas posições ganham um impacto acrescido. O livro em que se pronuncia sobre o assunto (“Porquê ler os clássicos”) foi publicado já depois da sua morte e começa justamente com uma tentativa de definição do conceito, abrangendo 14 postulados. Seguem-se ensaios escolhidos sobre obras e autores com quem mais “conviveu”. A grande maioria pertence ao período que vem da Antiguidade ao Renascimento, embora figurem também autores mais recentes: Stendhal, Hemingway, Borges ou Pavese<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Comissário-geral da Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões.

<sup>2</sup> Em Nota Introdutória, Esther Calvino, que coligiu os ensaios, explica a lógica de admiração que o seu marido manifestava pelos “seus clássicos” e pelos autores mais recentes.

Pensamos no cânone do Ocidente, com forte predominância das obras da Antiguidade e da primeira Modernidade. Quando se fala dos clássicos, contudo, a par dos poemas homéricos, da *Divina Comédia*, do *D. Quixote* ou de *Hamlet*, deve pensar-se também em obras do cânone literário oriental: o *Romance dos Três Reinos*, *Bhagavad Gita*, o *Livro do Travesseiro* ou o *Romance do Gengi*, entre muitos outros.

Não é por acaso que, tanto a Ocidente como a Oriente se convocam exemplos de literatura antiga. O critério da sobrevivência sobrepõe-se a qualquer outro: se um determinado livro supera duravelmente a prova do tempo, ou seja, se suscita o interesse de uma comunidade para além das circunstâncias socio históricas em que foi escrito, é porque nele se cumprem dois requisitos: o facto de ter *falado* aos leitores imediatos, e a possibilidade de continuar a *falar* a leitores subsequentes.

A defesa dos clássicos coincide, em grande parte, com a diminuição da sua presença em duas instâncias decisivas: a Escola e o espaço cívico, em geral.

Em Portugal, pode datar-se essa diminuição de finais da década de 90. Falo, em primeiro lugar da subalternização dos grandes livros nos programas escolares. O *ocaso* traduziu-se numa diminuição quantitativa, desde logo. São menos os autores e os livros desse tipo que figuram nos manuais e que preenchem os tempos letivos. Mas o processo de desqualificação pode assumir formas menos claras. Penso na simples equiparação de *textos literários* a *textos utilitários*, neutralizando a especificidade dos primeiros.

Falo, por fim, do desaparecimento desses mesmos livros das estantes das livrarias. Onde se pode comprar uma edição recente, anotada, ao mesmo tempo, com rigor e acessibilidade, das obras de Gil Vicente, António Vieira, Alexandre Herculano ou Camilo Castelo Branco<sup>3</sup>?

Com algumas ressalvas e variações de grau, esta tendência parece ter-se vindo a acentuar. A ponto de poder relacionar-se com um fenómeno mais

---

<sup>3</sup> No atual panorama editorial, a exceção é constituída por uma coleção da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, dirigida por Carlos Reis. Intitula-se Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa e conta, à data, com 13 volumes publicados.

geral, para o qual vêm chamando a atenção vários estudiosos dos sistemas de ensino do mundo ocidental. O fenómeno define-se não apenas pelo decréscimo dos conteúdos literários e humanísticos na esfera pública, mas também pela depreciação geral dos saberes convencionais e estabilizados. Alguns não hesitam em dizer que estamos perante uma capitulação ou um verdadeiro suicídio civilizacional.<sup>4</sup>

E Luís de Camões? Pode dizer-se que o “poeta maior” da língua portuguesa é atingido por esta vaga depreciativa? Ou, pelo contrário, existem nele e a respeito dele, marcas próprias que lhe asseguram uma posição de salvaguarda?

Procurarei responder a estas perguntas nas linhas que se seguem.

Com o intuito de comprovar a pertença de Camões ao grupo dos *clássicos* e destacar as características próprias que identificam o autor e a sua obra nesse universo peculiar, invocarei sete argumentos.

Enumeram-se, em primeiro lugar, três motivos que pertencem, por assim dizer, ao domínio das evidências. O facto de os chamar à colação não serve, portanto, para revelar algo que passe despercebido. Está apenas em causa lembrar factos que, embora sendo tacitamente aceites, não são objeto da atenção que merecem.

Passarei depois a uma vertente menos óbvia, convocando motivos que fundamentam o carácter clássico do autor através do critério da *atualidade*. Neste caso, trata-se de demonstrar o classicismo de Camões pela via da perscrutação e não já da verificação. O facto de se tratar de um critério subjetivo não lhe subtrai valor. Apenas impõe uma justificação mais demorada.

Concluirei justificando a integração do autor português na genealogia dos clássicos europeus mais duráveis e consistentes.

---

<sup>4</sup> A este propósito, refiro um dos estudos mais desenvolvidos e fundamentados que vieram a público recentemente. Falo do ensaio de Alicia Delibes Liniers, justamente intitulado *El Suicidio de Occidente. La renuncia a la transmission del saber*.

## 1. OS COMENTÁRIOS

A figura de Luís de Camões foi objeto de reconstituição biográfica desde muito cedo. Embora reconhecendo que nessas primeiras tentativas possa haver uma componente estilizada, não pode ignorar-se a componente histórico-factual que delas faz parte. Ambas convergem num efeito de canonização da figura que amplia o impacto da obra.<sup>5</sup>

Por sua vez, a nobilitação da obra deriva, em boa parte, do trabalho de comentário que suscita. A este propósito, vem imediatamente à memória o esforço monumental levado a cabo por Manuel de Faria e Sousa, poucas décadas após a morte do poeta. Embora sendo dispensáveis para o leitor comum, os comentários em causa ainda são obrigatórios para os estudiosos, revelando-se inultrapassados, em boa parte. Mas já antes de Faria e Sousa a obra camoniana (em especial a epopeia) havia sido objeto de atenção do mesmo género. E assim continuou a ser até aos nossos dias, de forma ininterrupta.<sup>6</sup>

Bastaria esta regularidade para se concluir que, em Camões, se cumpre um dos mais conhecidos princípios que Calvino aplicou aos clássicos: o de que tais livros nunca cessam de nos falar. Ou seja, por outras palavras, se mesmo tendo já sido tão comentada, a obra de Luís de Camões continua a suscitar tantas dúvidas é porque é possível continuar a interrogá-la a partir das sensibilidades que se vão renovando em cada tempo. Basta regressarmos a Faria e Sousa para concluir que boa parte das notas que ele exarou refletem a curiosidade do século XVII e as respostas que a erudição da época poderia dar-lhe.

---

<sup>5</sup> É esta a tese central de Marcia Arruda Franco, quando em publicação recente, analisa comparativamente (recorrendo também a vários exemplos europeus, do cânone literário e do cânone artístico, em geral) as primeiras vidas de Camões, vindas a lume no século XVII.

<sup>6</sup> O primeiro comentarista d'*Os Lusíadas* pode ter sido Manuel Corrêa, que afirma ter conhecido o poeta e ter recebido dele pedido expresso para efetuar esse mesmo trabalho. Os comentários que chegou a fazer ficaram por imprimir. Foram depois resgatados por Pedro de Mariz, na edição que promoveu em 1613. Antes, em 1584, tinha sido publicada aquela que ficou conhecida por *Edição dos Piscos*, também ela repleta de comentários (estes para uso escolar).

E, no entanto, as obras de Camões nunca estarão definitivamente anotadas. A curiosidade e o interesse de quem nos precedeu há dois ou três séculos ou mesmo há duas ou três décadas não devem descartar-se.

Mas o leitor de hoje, intérprete de uma sensibilidade que se transformou, deseja colocar outras perguntas aos textos camonianos. É nesse sentido que considero prioritário o trabalho que se encontra em curso nesse mesmo sentido. Respondendo a dúvidas que sempre se colocaram e não de continuar a colocar-se a propósito da escrita camoniana, os comentários contemporâneos funcionarão, ao mesmo tempo, como indicadores da sensibilidade estética e humana dos nossos dias perante uma escrita produzida há cinco séculos.<sup>7</sup>

## 2. A PRESENÇA NA ESCOLA

O segundo indicador de evidência relaciona-se com a presença extensa e regular de Camões nos programas escolares. Atualmente, essa presença manifesta-se através do estudo de textos líricos e épicos no 9.º e 10.º ano da disciplina de Português, quando os alunos rondam os 14-16 anos.

Já antes, porém, a figura de Camões se foi tornando familiar. A conhecida paráfrase de João de Barros sobre *Os Lusíadas* (publicada pela primeira vez em 1925) conheceu já mais de seis dezenas de edições e continua a constituir uma porta de entrada para o mundo camoniano. De resto, tem vindo a fazer parte do Plano Nacional de Leitura, com grande regularidade.

Para além do “calor pedagógico” com que é objeto de transmissão nas salas de aula, Camões (e com ele poucos mais) vem resistindo ao movimento menorizante que atinge os conteúdos literários e humanísticos, no seu todo. De tal modo que é possível falar num conhecimento intergeracional formado a partir de Camões. Esse conhecimento é decerto mais evidente a partir da epopeia (existem interpretações padronizadas sobre figuras como Inês de

---

<sup>7</sup> De entre os vários projetos de investigação que se encontram em curso no âmbito das comemorações camonianas, merece especial destaque a edição anotada das Obras.

Castro, o Velho do Restelo, o Adamastor ou a ilha dos amores), mas também existem versos da lírica que circulam com regularidade massificada.

Quem pronunciar frases como “Amor é fogo que arde sem se ver”, “Mudam-se os tempos mudam-se as vontades”, “Descalça vai para a fonte...” ou “Aquela cativa que me tem cativo...” integra-se imediatamente nessa mesma gramática que atravessa gerações, mesmo que fale de forma diferente a cada uma delas.

No caso vertente, trata-se, de resto, de versos que se vão sedimentando e reelaborando na memória de cada indivíduo, ao longo da vida.

Independentemente do juízo que possa fazer-se sobre a forma como Camões vem permanecendo na Escola e sobre os métodos e os objetivos que vêm norteando o seu ensino, essa presença vem contribuindo para criar e para manter um efeito que assimila e recombina um substrato estável no seio da comunidade alargada que se exprime em português. Daqui resultam, ao mesmo tempo, um saber e uma sensibilidade invulgarmente agregadores.

### 3. OS PRELOS

O terceiro indicador que atesta o carácter clássico da obra camoniana reside na regularidade com que a sua obra é impressa. Não se tratando de textos de leitura acessível ou sequer de venda massificada (longe disso), não estando sequer perante obras que conduzam o leitor no fio de uma narrativa de “suspense”, a criação camoniana encontra-se vertida em letra de forma desde o século XVI até aos nossos dias.

Existem edições de aparato, com ou sem ilustrações, feitas a partir de materiais de primeira qualidade; mas há-as também modestas ou populares, tanto no formato como no suporte.

Há edições que se repetem e há ainda aquelas que prometem novidade ou fiabilidade nunca alcançada.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> O ideal de publicar a obra de Camões restituída à sua “pureza” animou os editores desde pelo menos o século XVII e parece manter-se nos nossos dias. Sinal dessa intenção resgatante é a publicação (consumada ou anunciada) de várias edições críticas dos diferentes géneros cultivados pelo poeta.

A frequência e a diversidade com que Camões tem vindo a ser editado (em suporte analógico e, mais recentemente, também em suporte digital) leva a concluir que os portugueses nunca conseguiram ter os seus livros longe da vista.

Conclusão análoga pode extrair-se da regularidade e amplitude com que o poeta continua a ser traduzido em diferentes línguas, consagrando a universalização da sua mensagem e a importância do seu lugar no cânone literário universal.

Para além dos três requisitos que acabo de apontar, vale a pena aplicar uma contraprova adicional. Falo exatamente do critério da atualidade. Justifica-se perguntar: é Camões um autor atual?

Não falamos decerto de algo flagrante, que possa traduzir-se em coincidência simples entre os temas que tratou um autor nascido há cinco séculos e os assuntos que hoje se encontram na ordem do dia.

Não. A atualidade de Camões existe, é forte e profunda, mas não se impõe aos olhos desprevenidos do leitor ou do observador.

Com grande subtilidade, no 13.º postulado do seu ensaio, Calvino refere-se a este mesmo assunto nos seguintes termos:

*“É clássico o que tiver tendência para relegar a atualidade para a categoria de ruído de fundo, mas ao mesmo tempo não puder passar sem esse ruído de fundo.” (p.15)*

A relação que se estabelece entre o dito “ruído de fundo” e a voz que emerge num texto clássico pressupõe assim, ao mesmo tempo, uma hierarquia e um contacto.

Menos acessível aos olhares apressados, esse estádio complexo requer sempre uma tentativa de perscrutação.

É essa mesma tentativa (provisória) que procurarei levar a cabo nas linhas que se seguem.

Nela contemplarei os restantes quatro aspetos. Sendo de teor diferente daqueles que até agora mencionei, surgem ainda interligados.

#### 4. A IDEIA DE MUNDO

Na entrelaçada complexidade de temas em que assentam (o que, em si mesmo constitui característica da epopeia enquanto género) *Os Lusíadas* contam a primeira viagem de Vasco da Gama, ligando por mar a Europa e a Ásia.

Seguindo o modelo greco-latino da epopeia, Camões enquadra a viagem numa moldura mitológica de tipo conflitual. De um lado situa-se uma Vénus universal e do outro uma *entidade regional* que se opõe ao desígnio da viagem. Esse desígnio de império surge tanto na boca de dois deuses: Marte e Júpiter. Aparece ainda nas palavras dos próprios lusitanos, que se definem como demandadores do desconhecido.<sup>9</sup>

Assim sucede, por exemplo, na ilha de Moçambique, quando estes são interpelados acerca da sua proveniência e identidade

*Comendo alegremente perguntavam,  
Pela Árábica língua, donde vinham,  
Quem eram, de que terra, que buscavam,  
Ou que partes do mar corrido tinham?  
Os fortes Lusitanos lhe tornavam  
As discretas respostas, que convinham:  
“Os Portugueses somos do Ocidente,  
Imos buscando as terras do Oriente”. (I, 50)*

---

<sup>9</sup> A este propósito, os portugueses seriam justamente dotados do anelo de mundo, excedendo os heróis de Virgílio, cujo itinerário se processa através da geografia conhecida. Ayesha Ramachandran consagra a este assunto o terceiro capítulo do seu livro, associando Camões e E. Spenser, autor de *Faeri Queene* (1590) através da matriz cósmica, que faz remontar a Lucrécio. A certa altura do seu estudo (que aponta para uma visão renovadora e invulgarmente abrangente da Modernidade europeia), a professora de Yale justifica deste modo a integração de Camões na linhagem dos “worldmakers”: “Following the physical movement of the navigator-heroes as they leave familiar European waters, round the African coasts, and cross the Indian Ocean Camões uses the trajectory of the voyage to trace a conceptual circuit cross the globe. The crossing of oceans from Atlantic to Indian is a national victory for Portugal, but more importantly it represents a conceptual breakthrough in global understanding.” (p. 113).

Deste modo, a oposição entre a deusa do Amor e o deus cultuado no Oriente transforma-se numa pugna entre buscadores dinâmicos e quem se refugia numa atitude de acomodação e resistência.

A atualidade de uma oposição deste teor acaba por sobressair no conjunto do poema, transferindo-se para o nosso tempo com natural facilidade. Afinal, ela toca aspetos tão diversos como os fenómenos migratórios, a miscigenação cultural ou a própria natureza humana, sempre hesitante entre a pulsão da descoberta e o temor de mudança que dela pode resultar.

### 5. JUSTIÇA

Podemos encontrar uma outra tónica de atualidade no célebre episódio de Inês de Castro. Numa primeira apreciação, parece estarmos apenas perante um caso historicamente delimitado. Podemos depois ver nele (na sua natureza, na sua evolução e no seu desfecho) uma transposição mais ampla do conflito intemporal entre os direitos do indivíduo e a razão de Estado ou, se quisermos ser mais concretos, os imperativos que subordinam a ordem e o interesse de uma comunidade. É nesse plano que podemos enquadrar o cenário judicial reproduzido por Camões, colocando o Rei no lugar de Juiz, Inês no lugar de ré e o “pertinaz povo” na situação de acusadores.

Nesta última versão interpretativa, começamos a poder identificar sinais que, remontando a tempos muito recuados, tocam já a sensibilidade contemporânea.

Mas Camões foi ainda mais longe e acentuou um aspeto cuja atualidade se revela flagrante. Refiro-me à ligação direta que entendeu estabelecer entre os três episódios que assinalam a narração do reinado de D. Afonso IV: a súplica da *fermosíssima* Maria, a batalha do Salado e “o caso triste e digno de memória” que envolve a execução de D. Inês.

O facto de a batalha do Salado ter sido precedida de uma súplica feminina a um Rei “poderoso” institui duas tónicas, que surgem muitas vezes interligadas: a cavalaria e a cruzada. Nessa súplica, D. Maria invoca a sua

condição de rainha, mas também a sua condição de mulher, em risco de ficar “sem marido, sem reino e sem ventura.” (III, 105).

Deste modo, para além da motivação cruzadística e geomilitar, a participação do monarca lusitano na batalha do Salado assume uma dimensão cavaleiresca. Afonso IV é, de facto, o cavaleiro que ouve o pedido de uma mulher “em cabelo”, assumindo a sua fragilidade perante quem podia valer-lhe.

Ora, o caso de Inês surge na sequência direta destes dois momentos, reproduzindo uma evidente intenção autoral. Ao situar a transição entre a batalha que se travou nas margens do rio Salado e a morte de Inês numa só estância (III, 118) Camões chega a subverter a regra da observância histórica. Na verdade, tendo ocorrido em outubro de 1340, a referida batalha dista quase 14 anos da execução de Inês, que, como é sabido, viria a ter lugar em Coimbra, em janeiro de 1354.

Ao narrador, contudo, interessava acentuar a proximidade contrastiva que se tinha vindo a desenhar desde a súplica da *fermosíssima* Maria. Era importante que os cavaleiros do Salado fossem os mesmos que executaram a “mísera e mesquinha”. Como era importante que Inês tivesse imitado Maria no dilatado apelo que dirigiu ao rei. Nenhuma fonte histórica atesta a existência da situação. O mais provável é assim que Camões tenha querido instituir um contraste entre as duas súplicas: uma delas obteve efeitos imediatos no destinatário, e a outra, bem mais dramática, não logrou nenhum tipo de comiseração junto da mesma figura.

Este paralelo cria assim condições para atrair a sensibilidade do leitor para uma circunstância que não pode passar desaperccebida: Inês morre às mãos de quem tinha obrigação de a defender. Na versão camoniana, as espadas empunhadas pelos cavaleiros cristãos que pelejaram no sul de Espanha contra os mouros são as mesmas que tiraram a vida à mulher e à mãe suplicante.

Aí reside porventura a vertente mais atual do episódio: um crime perpetrado por quem deveria ter-se-lhe oposto.

É à luz deste quadro que se explica a ocorrência de dois tópicos: a maldição do dia da morte de Inês (“Bem puderas, ó Sol, das vistas destes/Teus

raios apartar aquele dia.”) e a irrupção da própria voz camoniana na narrativa formalmente cometida ao Gama (“Contra uma dama, ó peitos carnicheiros/Feros vos amostrais e cavaleiros?”).

Para além deste episódio, onde a questão da justiça se coloca de forma central, sob a forma de interrogação, existem muitos outros passos, na lírica como na épica, em que o tema é convocado.

A título de exemplo, bastará citar o protesto contra o mando do Destino “injusto” que atravessa toda a Canção X (“Vinde cá meu tão certo secretário”) ou as recomendações do poeta épico a D. Sebastião (o dedicatário central d’*Os Lusíadas*), no sentido de permanecer atento e grato aos vassalos leais, enjeitando atitudes adadoras.<sup>10</sup>

Sob várias formas e abarcando vários atores, um dos registos mais frequentes na obra de Camões é justamente o clamor em prol da justiça. Trata-se de um pleito que ora se situa no plano pessoal ora se integra no âmbito coletivo, ora se orienta para juízes humanos ora assume a forma de interpelação perante instâncias supra-humanas.

## 6. CONCEITOS E PALAVRAS

No final do canto IV, os nautas encontram-se já embarcados. Antes tinham ouvido a costumada Missa e tinham superado a dolorosa despedida. Na praia, havia toda a sorte de desamparados. O preço a pagar pela viagem abrangia não apenas os que partiam, mas também aqueles que ficavam: as mulheres e os velhos.

As reticências maiores, contudo, aquelas que hão de ter repercussão dentro e fora do poema, desde os dias de Camões até aos nossos dias, são as que dizem respeito às palavras proferidas por um velho, no justo momento em que as naus do Gama se preparavam para demandar a Índia.

O clamor é todo ele feminino (“Mães, Esposas, Irmãs”). A participação masculina nas despedidas surge confinada aos velhos e aos meninos, a quem, significativamente, não é concedida voz:

---

<sup>10</sup> Penso, sobretudo, nos apelos diretos que o poeta dirige ao rei entre as estâncias 146 e 153 do canto final d’*Os Lusíadas*.

*Nestas e noutras palavras que diziam,  
De amor e de piedosa humanidade,  
Os velhos e os meninos as seguiam,  
Em quem menos esforço põe a idade.  
Os montes de mais perto respondiam,  
Quase movidos de alta piedade;  
A branca areia as lágrimas banhavam,  
Que em multidão co elas se igualavam. (IV, 92)*

O clamor trágico não interfere na decisão dos marinheiros. Os que partem conseguem resistir não só ao choro das mães e das esposas, como evitam o impulso natural de se despedirem dos seres amados:

*Nós outros sem a vista alevantarmos  
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,  
Por nos não magoarmos, ou mudarmos  
Do propósito firme começado,  
Determinei de assim nos embarcarmos  
Sem o despedimento costumado,  
Que, posto que é de amor usança boa,  
A quem se aparta, ou fica, mais magoa. (IV, 93)*

Estava superada a dura prova emocional. E estava caracterizada a multidão que se juntara na praia. Surpreende, portanto, que do setor que até então não tivera voz (os velhos e os meninos) se destaque uma figura que vai pronunciar-se em forma de discurso meticulosamente construído.

A voz do velho faz-se ouvir quando os participantes na viagem já se encontram a bordo. O que quer dizer que, mais do que percecionada pelos ouvidos, essa voz foi escutada nas consciências. Nela se denunciavam as falsas motivações da partida para o Oriente, através do uso capcioso de palavras como “Fama”. Palavras como esta servem de justificação oficial, mas escondem a verdade: “Glória de mandar”, “Vã cobiça”, “palavras com que o povo néscio se engana”.

Na doutrina subjacente às admoestações da figura, aquela partida é realmente motivada pelo mesmo móbil que vai ser objeto de crítica reiterada do poeta ao longo de muitas estâncias.

A função destas palavras, que, numa epopeia, censuram esta e qualquer outra partida, tem suscitado controvérsia, desde os primeiros comentadores até aos nossos dias. Podemos interpretá-las de muitas formas, desde a sua conexão com os interesses telúricos ou agrários, até à identificação de voz do velho com Camões, ele próprio: falo, sobretudo, do soldado regressado da Índia, onde testemunhara vivencialmente o resultado concreto da viagem que estava prestes a começar.

Entre outras ocorrências contíguas destaca-se aquela que se verifica na estância 145 do canto X: precisamente aquela em que, já próximo do final do poema, a voz autoral se refere ao estado da pátria,

*No mais, Musa, no mais, que a lira tenho  
Destemperada e a voz enrouquecida,  
e não do canto, mas de ver que venho  
cantar a gente surda e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho  
não no dá a pátria, não, que está metida  
no gosto da cobiça e na rudeza  
duma austera, apagada e vil tristeza.*

Passados vários cantos e muitas estâncias, a palavra *cobiça* regressa em discurso direto. Se antes tinha sido colocada na boca do velho por ocasião da partida do Gama, surge identificada com o pensamento do autor, que é agora, volto a lembrá-lo, o regressado de uma longa permanência no Oriente.

A questionação do vínculo entre palavras e conceitos existe em toda a obra de Camões e faz parte de um dos quesitos mais importantes do Humanismo. A ponto de se poder dizer que estamos perante um dos principais traços de inscrição do poeta português nesse movimento que assinalou a modernidade ocidental.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> De entre a vasta e variada bibliografia sobre o Humanismo, destaco (também por contemplar, de forma especial a vertente que tenho vindo a considerar) o estudo de síntese, da autoria de Peter Mack).

## 7. O SER HUMANO: FORÇAS E FRAQUEZAS

De todos os indicadores de atualidade até agora apontados, porém, nenhum detém a força daquele que agora refiro. Falo, em concreto, da consciência da fragilidade humana.

O tópico tem lugar central na lírica, que impressiona justamente pela expressão que nela se manifesta acerca da insuficiência de conhecer e de agir.

De entre os muitos exemplos que poderíamos aduzir a esse propósito, destaco a Canção X, um dos textos onde a condição humana, tomada na sua pequenez, surge de forma mais clara.

Tudo começa com o nascimento, desde logo assinalado por factos que subtraem faculdades ao poeta: a ama era uma fera, o leite que lhe deram ao nascer era veneno amoroso. O “livre alvedrio”, que é próprio da espécie, foi-lhe negado, instituindo um dos dilemas mais trágicos que podem ser vividos por um ser humano: conhecer o bem e querer praticá-lo, e ser obrigado a enveredar pelo mal.

O seu itinerário de vida é assim assinalado pela ausência de atributos humanos essenciais, fazendo dele uma vítima indefesa de forças obscuras e danosas.

A própria razão, exercida através da poesia, não consegue ordenar causas, fenómenos e efeitos. Nesse sentido, impressiona a frequência com que, na lírica camoniana, se assiste a um percurso de renúncia, que se inicia pela sondagem das possibilidades explicativas da Razão para se chegar à conclusão de que esta nada pode ou nada consente, sequer em termos de percepção lógica.<sup>12</sup>

Nesse sentido, o poema termina retomando a tónica inicial: se, no início, o poeta, recorrendo ao tópico da impossibilidade de ser ouvido e entendido, tinha referido o canto como um erro, conclui desta forma:

*Nô mais, Canção, nô mais; qu'irei falando  
Sem o sentir, mil anos. E, se acaso*

---

<sup>12</sup> De entre os muitos exemplos que poderiam ser convocados para ilustrar este discurso, pode destacar-se o impressionante soneto que começa com o verso “Verdade, Amor, Razão, Merecimento”.

*Te culparem de larga e pesada,  
Não pode ser (lhe dize) limitada  
A água do mar em tão pequeno vaso.  
Nem eu delicadezas vou cantando,  
Co gosto do louvor, mas explicando  
Puras verdades, já por mim passadas.  
Oxalá foram fábulas sonhadas. (p. 229)*

Ao longo de todo o texto, o poeta tentou fazer das palavras uma forma de representação mental e emotiva, proclamando a excepcionalidade da sua história pessoal. Em toda a sua extensão (de 249 versos) e de toda a sua intensidade, essas mesmas palavras revelam-se, ainda assim, insuficientes para traduzir a imensidão da mágoa.

Mas a consciência da fragilidade humana surge também na épica. São várias as personagens que n' *Os Lusíadas* se caracterizam pela impotência. Lembremos, de novo, Inês de Castro, que é conduzida perante o rei, com as mãos atadas por um "ministro" e com os olhos postos no céu. Antes dela, evocamos ainda a "fermosíssima" Maria, que entra pelos "paternais paços sublimados", "... fora de alegria", para suplicar o auxílio do rei de Portugal, perante a possibilidade de ficar "sem rei, sem reino e sem ventura".

De resto, o poeta transforma a viagem de Vasco da Gama, principal suporte da ação, em provação continuada que lembra a vida humana. São as doenças, as privações, as incertezas, os naufrágios, as tempestades, as ciladas, configurando os muitos e imprevisíveis obstáculos que se colocam ao viajante.

Esse processo de metaforização tem lugar desde o primeiro canto. Basta lembrar as últimas estâncias desse mesmo canto, quando os portugueses, por ação de Baco, são atraídos para uma cilada, na ilha de Moçambique.

Para além da circunstância do logro em que os mareantes estão prestes a cair, o narrador, extrapola para acentuar justamente a fragilidade humana no seu todo:

.....  
*Oh! Grandes e gravíssimos perigos,  
Oh! Caminho da vida nunca certo,*

*Que aonde a gente põe sua esperança  
Tenha a vida tão pouca segurança!*

*No mar tanta tormenta e tanto dano,  
Tantas vezes a morte apercebida,  
Na terra tanta guerra, tanto engano,  
Tanta necessidade avorrecida!*

*Onde pode acolher-se um fraco humano,  
Onde terá segura a curta vida,  
Que não se arme e se indigne o Céu Sereno  
Contra um bicho de terra tão pequeno? (I, 105-106)*

Em Camões — na Lírica como na Épica — a pequenez humana mede-se pelos perigos, pela incerteza, pela ilusão logo defraudada, pela desigualdade no confronto que sempre se opera entre o “bicho da terra tão pequeno” e o “Céu Sereno”, ou seja, o Destino que se não se deixa conhecer nos seus intuitos nem se mostra sensível ao sofrimento.

E, no entanto, esta fragilidade convive com a tônica da insubmissão. Existe, em Camões, uma pulsão prometeica que abrange as esferas do agir e do conhecer. A este propósito, *Os Lusíadas* representam uma epopeia rara (talvez única) no que diz respeito à incorporação de saberes, envolvendo Humanidades e Ciências naturais, o mundo físico e o mundo metafísico, os factos históricos. Mas nenhuma dessas componentes sobreleva o “engenho e a arte da poesia”, aos quais o poeta recorre como via suprema de sublimação.

Deste modo, e ao contrário do que possa parecer, esse saber múltímodo representa a impossibilidade de conciliar fortaleza e fragilidade.

### **CONCLUSÃO: A MATRIZ HUMANISTA E O SÉCULO XXI**

Se um clássico é um texto caracterizado pela sua atualidade, seja ela flagrante ou não, Camões pertence, sem dúvida, a essa estirpe de autores.

A dita característica não é, contudo, óbvia, necessitando de aclaramento hermenêutico. Num dos géneros em que escreveu (a epopeia) essa

atualidade surge ainda mais dissimulada. Como é possível que o nosso tempo se projete num texto escrito há cinco séculos, ancorado em circunstâncias históricas tão precisas e suportado por códigos de superação heroica que parecem tão afastados da nossa sensibilidade coletiva?

E, no entanto, basta que nos detenhamos um pouco em alguns dos passos do poema para percebermos que, apesar da sua indexação a uma realidade epocal, existem nele componentes que chegam aos nossos dias. Sem grande esforço e sobretudo sem ter de recorrer a anacronismos forçados, é possível ver em Inês de Castro ou no Velho das despedidas, vozes e argumentos que se integram nos grandes debates que vêm marcando o século XXI. Uma vítima castigada por quem deveria tê-la protegido representa uma situação que continua a ferir a sensibilidade humana. Do mesmo modo, por entre todos os ruídos de circunstância, pode ainda fazer-se ouvir nas consciências uma voz experiente e corajosa, que questiona os fundamentos de uma aventura de duvidosa sustentação ética e económica.

Será possível identificar um traço comum a estes indicadores? Se o houver, estou tentado a inclinar-me para concluir que ele radica justamente no substrato humanista da escrita camonianiana.

De facto, qualquer um dos quatro fatores que citei é relacionável com a matriz que vem do século XV e que, embora sob o efeito de várias metamorfoses, se mantém vivo.

A ideia de justiça, a tensão dinâmica que sempre existiu entre palavras e conceitos, a ideia de mundo, envolvendo o alargamento da pertença do género humano, e a coexistência oscilante entre as ideias de fragilidade e de fortaleza assinalaram o ideário humanista, tal como ele se afirmou revolucionariamente nas repúblicas italianas dos séculos XV e XVI para se estender depois a toda a Europa.

Se não erro, essa intensa ressonância, vinda dos primórdios da Modernidade, excede todo o “ruído de fundo”, para se converter em mensagem audível no nosso tempo. E tal como sucedia no tempo de Camões, também nos nossos dias, os fundamentos de otimismo que lhe estavam na origem são objeto de dúvida e de corrosão.

## REFERÊNCIAS

### Obras de Luís de Camões

*Os Lusíadas* (2025), Lisboa, INCM, Coleção Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa (direção de Carlos Reis), com Introdução e nota biobibliográfica de José Augusto Cardoso Bernardes.

*Rimas* (1973), Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Coimbra, Atlântida.

### Passiva

CALVINO, Ítalo (2015), *Porquê Ler os Clássicos*, Lisboa, Dom Quixote (Tradução de José Colaço Barreiros).

FRANCO, Marcia Arruda, org. (2024), *Vidas de Camões no século XVII*, São Paulo Madamu.

DELIBES LINIERS (2024), *El Suicidio de Occidente. La renuncia a la transmission del saber*, Madrid, Ediciones Encuentro, 2024.

MACK, Peter (2019), "Humanism and The Classical Tradition", in *The Oxford History of The Renaissance*, Oxford, Oxford University Press, p. 10-47.

RAMACHANDRAN, Ayesha (2015), *The Worldmakers. Global Imagining in Early Modern Europe*, Chicago and London, University of Chicago Press.

### 3. O estranho fio da palavra

CARLOS ASCENSO ANDRÉ<sup>1</sup>

Comecemos por ouvir Luís de Camões, que celebramos aqui:

*O Poeta Simónides, falando  
ao capitão Temístocles, um dia...*  
(Elegia 1)

*O sulmonense Ovídio, desterrado  
na aspereza do Ponto [...]*  
(Elegia 3)

*Por estes vos darei um Nuno fero,  
que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,  
um Egas e um Dom Fuas, que de Homero  
a cítara par' eles só cobiço;  
[...]  
Dou-vos também aquele ilustre Gama,  
que para si de Eneias toma a fama.*  
(Lus. 1.12)

Poderíamos repetir até à exaustão.

Ao desafio da pergunta “porquê ler os clássicos hoje?” talvez deva começar por responder outra pergunta: que clássicos? Porque “clássicos” pressupõe uma visão periodológica da literatura, como sabemos, mas está longe de poder ser considerado um conceito unívoco.

Clássicos podem ser os que fazem parte de um cânone já consolidado, seja pela veneração, seja por obra desse juiz implacável a que damos o nome

---

<sup>1</sup> Academia das Ciências de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade Politécnica de Macau.

de tempo. Nessa definição, que chamaremos abrangente, Camões faz parte dos nossos clássicos, como Dante faz parte dos clássicos de Camões; ou Virgílio ou Ovídio ou Simónides.

Mas clássicos, numa definição mais restritiva, são os autores da antiguidade clássica, entendida como tal, para nós, portugueses, a romana e a grega.

Consideremos, pois, esta aceção mais comum, aquela que nos leva a chamar clássicos os três referidos e, com eles, tantos outros, como Homero, Cícero, Horácio, Catulo, Propércio, numa lista infundável de nomes a quem todos nós somos devedores e como nós todos quantos nos precederam.

Seja na definição mais abrangente, seja na mais restritiva, poderíamos responder ao desafio da pergunta com uma resposta simplista: lemos os “clássicos” porque são parte da nossa identidade, porque são o nosso ADN, porque são os nomes dos progenitores que ostentamos no documento de identificação. Ou poderíamos responder com o argumento *a contrario*, ou seja, que não os ler seria ignorar os nossos antepassados, apagar parte importante e inalienável da nossa história pessoal, dispensar da nossa biografia a família.

Dito de outra forma, ler os clássicos corresponde a uma dupla atitude de homenagem e de veneração.

De homenagem, como quem visita o túmulo dos antepassados para honrar a sua memória, o mesmo é dizer o seu legado. Ora, se ninguém leva flores à campa do parente que não conheceu, a homenagem pressupõe um prévio esforço de conhecimento, sob pena de se tornar um gesto vazio.

Também de veneração, que é a palavra que define a nossa atitude diante da galeria de retratos de família expostos na parede de casa.

Dito isto, porém, muito fica ainda por dizer. Falta responder a uma questão (duas, em boa verdade) mais importante e que precede esta: como ler os clássicos hoje? onde ler esses mesmos clássicos?

Desde há décadas a crítica de fontes, a *Quellenforschung* da velha filologia, tem procurado os vestígios da leitura dos clássicos em imitações, um nome dado a algo a que hoje se chama muitas vezes plágio, em paráfrases, em citações, em fugazes evocações, em reminiscências. Procuram-se

fontes como quem busca “a arma do crime”, com persistência, com minúcia, com olho aguçado, com a lupa da memória, hoje coadjuvada pelas novas tecnologias.

Porque esse afadigado critério parte as mais das vezes do pressuposto de que a presença de um determinado autor clássico numa peça literária se vê pelos traços inconfundíveis do seu rosto. São aqueles, afinal, que permitem dizer, perante a ode *Fogem as neves frias*, de Camões, que este conhecia bem a ode 4.7 de Horácio, que quase plagia:

*Diffugere niues, redeunt iam gramina campis  
arboribusque comae;  
mutat terra uices et decrescentia ripas  
flumina praetereunt;  
[....]  
Gratia cum Nymphis geminisque sororibus audet  
ducere nuda choros:*

Em tradução:

*Fugiram as neves, volta já a relva aos campos  
e às árvores a folhagem;  
muda a terra o seu tempo, e os rios perdem força  
e correm dentro das margens;  
a Graça com as Ninfas e as duas irmãs ousa,  
com sua nudez, conduzir os coros.*

É por demais evidente — e a semelhança textual dispensa qualquer outra prova — que o nosso poeta leu e conhecia bem a ode horaciana, que deliberadamente imita, seja como homenagem, seja como veneração.

Proponho, entretanto, que a estas duas atitudes possíveis se junte uma terceira, a hospedagem: no seu percurso no tempo (na sua viagem), acolhemos os clássicos e confiamo-los a quem depois de nós os lerá, quando pros seguirem a sua viagem no tempo. Mas não os confiamos como eram no momento em que os acolhemos. O ato de ler e, portanto, de interpretar, deixa

as suas marcas. Por assim ser, o texto que acolhemos já não é o mesmo que confiaremos à “estrada”, para retomar de novo a sua jornada no tempo.

Não andamos longe, no fundo, do conceito de “hospitalidade linguística” aplicado por Paul Ricoeur ao processo de tradução e que, salvaguardadas as diferenças, podemos ajustar à leitura em geral.<sup>2</sup>

Se considerarmos que toda a leitura de um texto corresponde a esse princípio, ler os clássicos não diretamente, mas nos que lhes sucederam e que os leram e eventualmente os condicionaram para o prosseguimento da viagem é também lê-los, ainda que por crivo alheio, uma vez que, a bom rigor, não se trata de os ler “escritos”, mas sim de os ler “lidos”.

Dito por outras palavras, os “clássicos”, além de poderem ser lidos nas versões que nos deixaram, são igualmente legíveis nos textos dos que lhes sucederam no tempo e os leram, diretamente ou em outros que, por sua vez os leram, numa infundável cadeia de influências. A razão é simples na sua complexidade: os escritos de qualquer autor são sempre povoados de presenças, visíveis ou mesmo invisíveis de palavras retiradas a outrem.

Foi isso que levou Flaubert a afirmar que tudo foi já dito e que, portanto, em vez de tentar escrever uma obra, melhor seria encontrar uma obra nova escondida sob as de outrora<sup>3</sup>; é uma outra forma de reiterar o que séculos antes dissera Montaigne, quando sustentava que “mais não fazemos do que glosar-nos uns aos outros”.<sup>4</sup> Melhor se compreende assim o que diz Schneider, depois de citar o romancista francês, ao acrescentar que a diferença entre os antigos e os modernos é que estes, os modernos, calam a influência, a raiz e fazem textos originais, ao passo que os antigos conheciam a origem e assumiam-na, com orgulho, como uma espécie de sinal identitário.<sup>5</sup>

Desta forma se enredam ou entrecruzam influências múltiplas, cuja soma resulta do texto primeiro e dos que dele se fizeram e das leituras que

---

<sup>2</sup> P. Ricoeur, *Sobre a tradução*, Lisboa, Cotovia, 2005, pp. 43-44 (no original *Sur la traduction*, Paris, Bayard, 2004).

<sup>3</sup> Apud M. Schneider, *Voleurs de mots*, Paris, Éditions Galimard, 1985, p. 27.

<sup>4</sup> Apud Idem, p. 248.

<sup>5</sup> M. Schneider, p. 333.

de uns e outros foram sendo feitas, numa sucessão de enlaces estranhos e sem direito de autor ou propriedade e que, época após época, veio modificando aquilo a que Jauss chama o “horizonte de expectativa”.<sup>6</sup>

Uma das respostas à pergunta inicial, ou seja, “Porquê ler os clássicos?”, pode bem ser esta: porque eles estão presentes nos que lhes sucederam. A ser assim, é fundamental que nos interroguemos sobre o modo como estão presentes, condição indispensável, porventura, para compreendermos aqueles onde eles estão presentes.

Essa presença pode revestir várias formas:

- Imitação;
- influência direta (visível de muitas formas, entre elas as paráfrases, mas não só);
- esforço de superação;
- presença escondida.

Podemos exemplificar este ponto de vista, uma vez mais, com um episódio, se assim podemos chamar-lhe, dos estudos camonianos.

Há várias décadas, um debate interessante ocorrido em Coimbra entusiasmou (e dividiu) os estudiosos de Camões: o debate sobre a dimensão e profundidade dos conhecimentos do poeta em relação à filosofia de Platão. A partir da pergunta “Teria Camões lido Platão?” posicionava-se de um lado, provocador e desafiante, um jovem estudante de Filologia Clássica, que depois viria a ser o escritor Vergílio Ferreira, e do outro nada mais nada menos que um dos grandes mestres de Coimbra e já então insigne camonista, o Professor Costa Pimpão.<sup>7</sup>

Não vem aqui ao caso dilucidar o que pensava um e o que respondeu o outro, em diálogo que se não circunscreveu a um artigo apenas e que atraiu para ele outros intervenientes com o correr dos anos. O episódio é aqui referido porque, no debate que se seguiu durante vários anos e em que

---

<sup>6</sup> Conceito colhido em H. R. Jauss, *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimard, 1978 passim. Este conjunto de reflexões é mais detalhadamente desenvolvido em C. A. André, “Angústia da influência ou frustração da originalidade”, in B. R. R. Cunha e R. S. Lima (org.), *Circulação, tramas e sentidos na literatura*, Rio de Janeiro, Bonecker, 2019, pp. 38-55.

<sup>7</sup> A polémica, iniciada com um artigo de Costa Pimpão em *Biblos* 15.1 (1939) 378-390, prosseguiu em *Biblos* 18.1 (1942) 277-283.

participaram, com múltiplos argumentos, diversos camonistas, dois deles propuseram-se dirimir a questão de um modo simples: Camões não precisava de ter lido diretamente Platão e nem sequer os neoplatónicos italianos, pois o neoplatonismo estava por toda a parte, era uma presença visível na cultura do século XVI e como que fazia parte do ar que se respirava.<sup>8</sup>

O cerne da questão está justamente na palavra “respirar” e em tudo aquilo para que ela remete. Conhecer um autor (um “clássico”) não tem de significar tê-lo lido diretamente; pode mesmo dizer-se que a expressão “ter lido” um clássico não pressupõe necessariamente uma leitura direta. Lemos os “clássicos” na obra que produziram e na leitura que dele fizeram quantos leram essa mesma obra e até quantos leram os que leram essa obra, num quase jogo de espelhos interminável.

Em última análise, podemos afirmar que um autor (um “clássico”) respira-se séculos mais tarde, não apenas em razão das imitações de que foi alvo, mas até das leituras dele feitas século após século. Isso conduz-nos, enfim, a uma outra dimensão ainda mais fascinante: um texto que nos chegou vindo de tempos idos (um “clássico”) nunca nos chega sozinho. É como o rio que foi recebendo pequenos ou grandes afluentes ao longo do seu percurso. Na sua viagem, o texto clássico foi sendo lido, interpretado e, pode mesmo dizer-se, reconfigurado por essas leituras e interpretações, quer delas haja registo escrito, quer não haja.

Dito por outras palavras, o texto que nos chegou, sendo, muito embora, no tecido concreto das palavras, aquele que foi escrito, já é, em boa verdade, diferente do que foi escrito e é mais do que foi escrito.

Seja permitido um exemplo que permite compreender com algum pormenor tudo o que acaba de dizer-se. É um exemplo que remonta a Homero e vem até aos nossos dias, numa longa viagem.

Quando Ulisses, na *Odisseia*, se identifica perante o Polifemo, diz chamar-se “Ninguém” (*Mêtis* em grego):

---

<sup>8</sup> Vd, em especial E. Lourenço, “Camões e a visão neoplatónica do mundo”, separata de *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, 1973, pp. 227-243; e J. V. Pina Martins, “Camões et la pensée platonicienne de la Renaissance”, in *Visages de Luís de Camões*, Paris Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 55-94.

*Ninguém é como me chamo. Ninguém chamam-me  
a minha mãe, o meu pai, e todos os meus companheiros.*<sup>9</sup>

Séculos depois de Homero, Virgílio leva o seu Eneias a definir-se de modo não muito diferente nas praias de Cartago. As palavras são dirigidas a uma jovem amazona, quer era, na verdade, sua mãe Vénus, sem que ele o soubesse:

*Eu mesmo, desconhecido, indigente, os desertos da Líbia eu os percorro,  
expulso da Europa e da Ásia.*<sup>10</sup>

Ninguém, como Ulisses se define, é aquele que não tem identidade. No caso dele, sem pátria, sem lar, errante no oceano, desterrado e num retorno que lhe parecia impossível, ser “ninguém” é o que lhe resta. A quem tudo parece ter perdido já nem a identidade lhe sobra.

“Desconhecido” diz o protagonista da *Eneida*, *ignotus* no original latino, definição que não difere muito do “Ninguém” de Ulisses.

O nosso Camões, a propósito de quem se responde aqui à pergunta sobre a razão de ler os clássicos, em contexto diferente, é certo, tem algo que parece lembrar esta expressão. O Adamastor, ao narrar o logro de que foi vítima por Dóris e Tétis e a sua consequente metamorfose em penedo, tem a seguinte interrogação:

*Ó Ninfa, a mais fermosa do Oceano,  
já que minha presença não te agrada,  
que te custava ter-me neste engano,  
ou fosse monte, nuvem, sonho ou nada?*<sup>11</sup>

Ser “nada” podia bem ter sido o seu destino. Nada. O mesmo que Ninguém.

---

<sup>9</sup> *Odisseia* 9.366-367 (tradução de Frederico Lourenço, em Homero, *Odisseia*, Lisboa, Quetzal, 2018).

<sup>10</sup> Virgílio, *Eneida*, 1. 384-385. Tradução de Carlos Ascenso André, Lisboa, Quetzal, 2022.

<sup>11</sup> *Lusíadas* 5.57-1-4.

Demos um salto no tempo até Almeida Garrett, onde algo de muito semelhante ocorre e que não costuma ser referido a este respeito, se é que o foi já.

Regressado de Alcácer Quibir, D. João de Portugal chega, trajado de romeiro, à casa onde mora sua esposa, que se supunha viúva, sua filha, que se tinha por órfã de pai, e um marido que ocupa o lugar que fora dele e ao qual pensava estar a regressar. Nada lhe resta: não tem pátria, que pertence já a outro senhor, não tem esposa, que o é de outro marido, não tem casa. Regressou a um lar que não será mais o seu, a um país que o terá esquecido, tal como em Ítaca todos esqueceram Ulisses. É um homem sem pátria a que possa chamar sua e, por via disso, sem identidade.

O diálogo entre Telmo, o aio fiel de D. João de Portugal, e o Romeiro é em si mesmo eloquente. Telmo pergunta e o Romeiro responde:

— *Romeiro, quem és tu?*

— *Ninguém.*

Perdida a identidade, perdida a pátria, perdida a esposa (como em Ulisses perdida Penélope, em certa medida), nada lhe resta, nem mesmo o nome. É um dos momentos-chave, que abre a via para o desenlace da tragédia. O “Ninguém” do Romeiro do *Frei Luís de Sousa* e o “Ninguém” de Ulisses na ilha dos Ciclopes são sinónimos no significado e “sinónimos” no contexto. À luz de Ulisses melhor se compreende o Romeiro.

Menos de século e meio depois, um outro poeta português, Manuel Alegre, já regressado de um longo exílio, continuava em busca da terra de onde partira, como se a ela não tivesse retornado, como se o regresso fosse impossível. Como o de Ulisses, afinal, que, tendo enfim regressado, nunca chegou a regressar, já que ninguém nem mesmo Penélope, o reconheceu.

É essa consciência de exilado sem retorno, ou seja, a consciência confessada de uma certa perda de identidade que leva Manuel Alegre a escrever no “Décimo poema do pescador”:

*Eu pescador Ulisses alma errante*

*Navegador da noite procuro nem sei bem*

*Uma luz um robalo um breve instante.  
O coração do mundo. Ou de ninguém. Ou quem.*<sup>12</sup>

Virgílio conhecia Homero, presença incontornável na sua *Eneida*, cuja primeira metade é justamente chamada “odisseica”. Mas não podemos dar por certo que o autorretrato de Eneias acabado de aportar a Cartago tenha alguma relação direta com ou influência consciente do “Ninguém” homérico.

Camões conhecia Virgílio, marca recorrente e assumida da sua epopeia. Mas será ousadia ou, pelo menos, pouco seguro afirmar que o “nada” do Adamastor denote a presença do “Ninguém” homérico, se bem que nos leva a evocá-lo, posto que lhe tivesse chegado por ínvios caminhos.

Manuel Alegre recorrentemente se considera a si mesmo Ulisses e é insistente a comparação da sua sorte com a do herói homérico. Nada permite afirmar que o “ninguém” do “Décimo poema do pescador” tenha resultado da leitura direta do poeta grego ou da leitura de um daqueles que por ele foram influenciados, se é que o foram, mas que não deixam de ser herdeiros das suas palavras.

Como pode ser atrevimento excessivo filiar o “Ninguém” do Romeiro/D. João de Portugal no “Ninguém” de Ulisses na gruta do Polifemo, facto de que poucos leitores de Garrett se deram conta, se é que algum deu.

Atrevimento será. Mas não deixa de revestir-se de algum fascínio a descoberta de um estranho fio que liga todos estes passos na palavra, factos que em si mesmos estão ligados pelos difusos contornos do contexto de cada um deles.

É um atrevimento que, a ser cometido, só a leitura dos “clássicos”, em si mesmos e nos seus sucessores, influencia e consente.

---

<sup>12</sup> Manuel Alegre, *Senhora das tempestades*, 1998.



## 4. Camões após o naufrágio O simbolismo de uma estátua e os “saberes” que ela evoca

M. VIEGAS ABREU<sup>1</sup>

**Para celebrar o heroísmo vitorioso de Camões pelo persistente e duro  
esforço em se salvar do naufrágio e salvar o manuscrito dos seus  
“Cantos”**

Grande, longo e duro foi por certo o esforço de Camões para se salvar a si, à sua espada de soldado e aos seus “Cantos”, lutando com as alterosas ondas que lançaram em naufrágio, junto à foz do rio Mecom, a embarcação em que seguia de Macau para Goa, de onde projetava partir para Lisboa. Tendo conseguido alcançar, pela coragem temerosa e esforço persistente, uma ponta rochosa, junto à costa, nela se assentou, cansado, desamparado e triste, esperando que a tempestade e os ventos desencontrados sossegassem. Desamparado e triste pelos bens lançados preventivamente ao mar, pelas vidas perdidas e, sobretudo, pelo desaparecimento da sua Dinamene nas águas revoltas.

Cansado, desamparado e triste, eis Camões depois do naufrágio! Em tamanha tristeza, uma íntima e indizível alegria apenas o terá consolado: a alegria de ter salvo os seus “Cantos”, que, apesar de “molhados”, ali os tinha seguros em suas mãos.

O heroísmo de Camões perante a adversidade do naufrágio, a sua coragem temerosa, o seu esforço persistente e a vontade indomável de se salvar e de salvar os seus “Cantos” merecem ser condignamente celebrados e importa reconhecer que tal celebração, em 2024, passados 500 anos sobre o seu nascimento, aguarda ainda o tempo de ser feita.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa.

As datas do nascimento e da morte de Camões têm justamente motivado celebrações de exaltação das suas qualidades de “príncipe dos poetas portugueses”, autor desse monumento ímpar da literatura mundial que “*Os Lusíadas*” reconhecidamente constituem. Desde 1880, têm vindo a ser organizadas comemorações dos centenários da morte de Camões, tendo, mais recentemente, sido instituído o dia 10 de Junho como Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Não há, porém, notícia de qualquer evento que celebre a data em que Camões conseguiu salvar-se do naufrágio, em 1565, junto à foz do rio Mecom, no mar da China, e salvar os manuscritos dos Cantos” de *Os Lusíadas* que havia escrito durante os anos em que viveu em Macau exercendo as funções de provedor dos defuntos e ausentes, provavelmente entre 1556 e 1564.

A inexistência de eventos organizados para celebrar esta data constitui uma omissão injusta que importa analisar de modo a identificar eventuais motivos e procurar rebatê-los com a finalidade de colmatar tão relevante lacuna.

### **1. A ESTATUA DE CAMÕES APÓS O NAUFRÁGIO DO ESCULTOR ANTÓNIO FERNANDES DE SÁ: CARACTERÍSTICAS E VALOR SIMBÓLICO**

A estátua de *Camões após o naufrágio* do escultor António Fernandes de Sá constitui a única homenagem ao heroísmo, coragem temerosa e esforço persistente de Camões em se salvar e salvar os seus “Cantos”. Embora date de 1904, por motivos e circunstâncias de difícil entendimento, não obteve até hoje o reconhecimento que merece. Com efeito, no referido ano de 1904, o primeiro Diretor do Museu de Artilharia (atualmente, Museu Militar de Lisboa), General Eduardo Ernesto de Castelbranco, encomendou ao escultor António Fernandes de Sá uma estátua de Camões com vista a ser colocada no centro de uma ampla sala do Museu em cujas paredes se encontravam expostas telas de Columbano alusivas aos *Lusíadas*. O escultor apresentou duas maquetes, tendo a escolha do diretor do Museu recaído sobre a estátua representando “*Camões após o naufrágio*” na qual António Fernandes de Sá

conseguiu transmitir criativamente em pedra a expressão do cansaço, do duro esforço e da vontade corajosa de Camões em se salvar e salvar os manuscritos dos seus “Cantos”, de cujo valor estava plenamente consciente. Tanto a ideia do escultor em se inspirar no tema do naufrágio como a escolha do Diretor do Museu tiveram por objetivo prestar uma merecida e acertada homenagem a Camões pela abnegação, coragem e esforço persistente despendido para vencer a força das “ondas encurvadas”, salvando a vida e salvando os seus escritos, a que ele se referiu nos versos da estrofe 128 do Canto X: *os Cantos que molhados/Vêm do naufrágio triste e miserando,/Dos procelosos baixos escapados*».



A estátua, de 2,20m de altura esculpida em mármore de Carrara, caracteriza-se por uma impressionante expressividade e elevado valor estético que foram de imediato reconhecidos por artistas e críticos de arte como António Arroyo (*O Século*, 12 de junho de 1904), António de Lemos

(*Notas d'Arte*, Porto, 1906), Francisco Braga e diversos colaboradores da edição de 20 de julho de 1904 da revista *O OCIDENTE*.

Do artigo de Francisco Braga, intitulado “Os artistas portugueses – António Fernandes de Sá” publicado em *Portugal Artístico*, de 15 de agosto de 1904, transcrevemos o seguinte excerto da descrição da estátua:

*“Em verdade, nada mais impressivo e real do que essa expressão, misto de ansiedade e triunfo, que se estampa na fisionomia do poeta e lhe contrai os músculos, nada mais augusto do que estas vestes esfarrapadas, coladas à pele, deixando ver através dos rasgões o corpo que encerrava a grande alma daquele que ainda hoje é a alma da Pátria. Crispam-se-lhe os dedos na rocha salvadora e a mão esquerda, sustentando a espada e os «Lusiadas», a síntese da sua obra, parece comprimir no peito as pulsações violentas do coração. A largura com que o artista executou a sua obra, o estudo aturado que fez de todas as particularidades, desde a vaga impotente que se lhe revolve aos pés até aos cabelos empastados pela imersão nas águas do mar da China, tudo fez com que esta obra seja das mais notáveis produções da escultura moderna em Portugal.”*

De facto, a estátua “*Camões após o naufrágio*” é reveladora das características principais da obra escultórica de Fernandes de Sá de que se salientam o dinamismo que anima as figuras esculpidas, o rigor e a delicadeza da anatomia e, sobretudo, a capacidade de exprimir sentimentos e emoções conferindo às esculturas uma notória expressividade. Na estátua “*Camões após o naufrágio*” o artista esculpiu o corpo do Poeta, não na postura vertical e estática recorrente, mas ligeiramente inclinado a segurar-se com o braço direito na saliência da rocha para nela se manter firme, a salvo da avassaladora força das ondas revoltas que continuavam a encapelar-se à sua volta. Mas além da originalidade da postura e da dinâmica do corpo, o escultor conseguiu traduzir na pedra a expressão da fadiga e exaustão física pelo esforço despendido, assim como conseguiu que o rosto transmitisse a linguagem emocional do cansaço, do desamparo e da tristeza, de modo que é todo o corpo, na sua inteireza, que “fala” a linguagem dos sentimentos e das emoções de um náufrago amedrontado ainda, mas aliviado por se sentir salvo.

De um certo ângulo de visão, vislumbra-se no rosto esculpido de Camões a expressão de alívio e de uma íntima, discreta e indizível alegria,

por ter salvo o maço de manuscritos dos seus “Cantos” que segura na mão esquerda juntamente com a espada de soldado.



## **2. O ESCULTOR ANTÓNIO FERNANDES DE SÁ (1875–1959): BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS**

António Fernandes de Sá nasceu em Avintes, nos arredores da cidade do Porto, em 1875, e faleceu em Vila Nova de Gaia no ano de 1959. Cedo revelou aptidões artísticas que motivaram a decisão de se matricular na Academia das Belas Artes do Porto, em 1888. Concluído o curso na Academia, candidatou-se, em 1892, com outros colegas, ao concurso para bolsas de estudo do Estado para frequentar escolas de artes no estrangeiro, tendo obtido o primeiro lugar. Em Paris, aperfeiçoou a formação em escultura e desenho na “École des Beaux-Arts”, onde foi discípulo de Denys Puech e

Alexandre Falguière, tendo frequentado também a “Académie Julien” e a “Académie Colarossi”. Em todas estas instituições de ensino artístico obteve assinalável êxito e reconhecimento das suas qualidades de escultor de mérito. Ainda em Paris, foi admitido a participar, em 1898, no “Salon de la Société des Artistes Français” onde expos a escultura “O Rapto de Ganimedes” tendo recebido uma “Mention Honorable”. Na “Exposição Universal de Paris” de 1900 apresentou, além de “O Rapto de Ganimedes”, uma nova escultura denominada “A Vaga”, sendo-lhe atribuída pelo Júri internacional a “Medalha de Bronze”.

Em 1902, com 27 anos, regressou a Portugal, tendo montado atelier na Rua Álvares Cabral no Porto. Neste mesmo ano, participou na “Exposição Nacional de Belas Artes” em Lisboa tendo nela sido premiado e, em 1903, foi-lhe atribuído o título de “Académico de Mérito” da Academia de Belas Artes do Porto. Foi em 1902, ano em que participou na “Exposição Nacional de Belas Artes” em Lisboa, que o Diretor do Museu de Artilharia fez ao escultor, por sugestão do rei D. Carlos, a encomenda de uma estátua de Camões destinada a ser colocada, conforme ficou acima referido, no centro de uma ampla sala do Museu em cujas paredes se encontravam expostas telas de Columbano alusivas aos “*Lusíadas*”.

Além da estátua “*Camões após o Naufrágio*”, António Fernandes de Sá esculpiu um conjunto numeroso de outras obras de entre as quais se destacam, além de *O Rapto de Ganimedes* e *A Vaga* acima mencionadas, esculturas notáveis como *O Atirador do Arco*, *Cabeça de Velha*, *Busto de António Cano*, *Desafio*, *Busto do Marquês de Pombal*, *Virgem de Lurdes*, *Busto de Clemente Menéres*, *O Beijo Materno*, *Estátua de Manuel Fernandes Tomás*.

Muitas destas obras foram trabalhadas no atelier da Rua Álvares Cabral, mas, em 1917, transferiu-o para a Rua da Constituição, localização mais próxima do Colégio Araújo Lima, propriedade da família de sua Mulher. Nesta escola, participou na formação artística dos seus alunos e, após a morte da esposa, assumiu a direção do estabelecimento de ensino.

Conforme afirma Costa Gomes, em 1976, no artigo “Fernandes de Sá e a sua época” publicado no Boletim da *Associação Cultural dos Amigos de Gaia*,

de homenagem ao escultor, “António Fernandes de Sá rompeu abruptamente com os cânones tradicionais da escultura” realizando uma obra original marcada pela expressividade das figuras esculpidas, que constituem autênticos “*retratos psicológicos*” reveladores das principais características, sentimentos e emoções da personalidade a esculpir. O processo criativo tem a sua génese numa “interpretação psicológica” a que o escultor previamente procedia da pessoa ou da situação a trabalhar, “escrevendo” na pedra o projeto idealizado na sua interpretação.



O Escultor António Fernandes de Sá, em 1926

### **3. PORQUE ESCOLHEU O ESCULTOR ANTÓNIO FERNANDES DE SÁ O TEMA DO NAUFRÁGIO DE CAMÕES?**

Em Portugal ao longo do século XIX o tema do naufrágio de Camões não foi muito tratado e na iconografia camoniana desse século são raras as

gravuras, esculturas e desenhos que tivessem tomado como motivo de inspiração a representação de Camões na situação dramática de naufrago. Pelo contrário, a representação de Camões que foi privilegiada, motivo de inspiração de artistas e de escritores, centrou-se na imagem hierática e triunfal de Camões “épico”, militar, combatente “de braço às armas feito”, desejado e celebrado como “herói nacional”.

Diferentemente, o tema do naufrágio de Camões foi motivo de inspiração para artistas alemães, belgas, italianos e, sobretudo, franceses, sob a influência do Romantismo que, no decurso do século XIX, se desenvolveu por toda a Europa não apenas na Literatura, mas igualmente nas Artes plásticas e na Música.



É provável que António Fernandes de Sá, nos 10 anos em que viveu em Paris, tivesse tomado conhecimento ou frequentado exposições de quadros sob o tema do naufrágio de Camões e que deles tivesse recebido influência.

Em 1822, Horace Vernet pintou o quadro “*Camoens sauvant la Lusíade*” e Henri Serrur apresentou, em 1824, na Exposição do “Salon du Louvre” o quadro “*Le Camoens*” reproduzido e descrito no catálogo da Exposição. Por seu turno, o artista belga Ernest Slingeneyer pintou, por volta de 1875, uma tela de grandes dimensões que intitulou “*Schiffbruch des Camoens*” (Naufrágio de Camões).

O quadro de Horace Vernet (1789–1863) “*Camoens sauvant du naufrage la Lusidade*” mostra Camões apoiado numa tábua da galé destruída no naufrágio e na qual se terá apoiado para flutuar e nadar até uma ponta rochosa junto à costa. De notar a expressão do rosto e o movimento do braço direito em gesto de agradecimento à “Divina Guarda.”

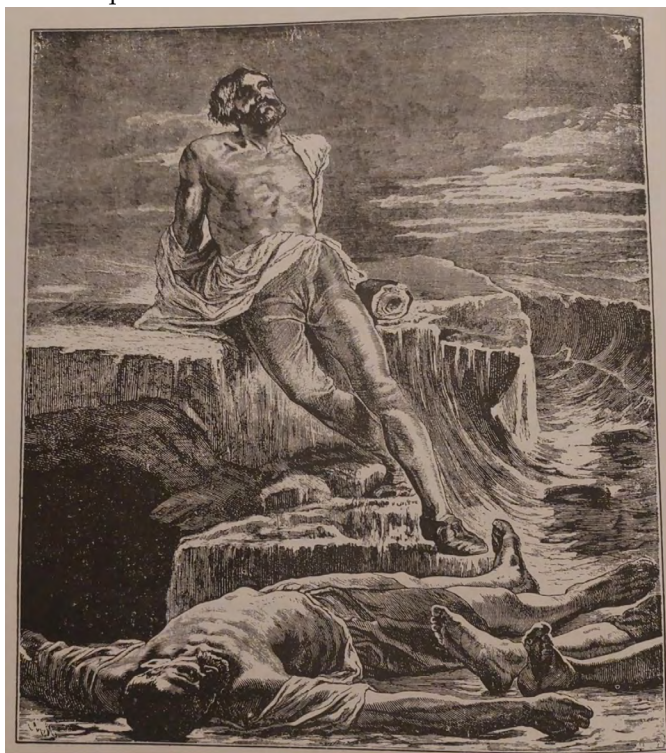


Um outro artista francês, Henri de Serrur (1794–1876) pintou em 1824 o quadro “*Le Camoens*” que apresentou na Exposição do “Salon de Paris” no Louvre.

Também mostra Camões tendo aos pés parte de um mastro da embarcação desfeita pelo naufrágio e no qual Camões se terá apoiado para flutuar e nadar até alcançar uma ponta rochosa junto à costa, onde se sentiu a salvo.

Por seu turno, Ernest Slingeneyer (1820–1894), artista belga, pintou, cerca de 1875, uma tela de grandes dimensões intitulada “*Schiffbruch des Camoens*” (Naufrágio de Camões).

Esta obra foi exposta em Berlim, em Munique, e na Exposição Camo-niana do Porto (1880), tendo sido muito difundida. Merece ser especial-mente notada a posição inclinada do corpo do Poeta muito similar à que António Fernandes de Sá adotou na escultura “Camões após o naufrágio”. Justifica-se, por isso, perguntar: terá António Fernandes de Sá recebido influência deste quadro que, por certo, conheceu? Esta pergunta formula um tema de investigação de muito interesse sobre o papel da influência que num artista exerce a receção de obras de outros artistas no processo da sua própria criação. No caso que nos ocupa, ter-se-ia de proceder a pesquisas no espólio do arquivo do atelier do escultor Fernandes de Sá.



Nota – As imagens dos quadros de Horace Vernet, Henri de Serrur e de Ernest Slingeneyer são reproduzidas do livro de Bernardo Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas*.

#### **4. VICISSITUDES DO PERCURSO “ERRANTE” DA ESTÁTUA E AS REPRESENTAÇÕES “TRIUNFAIS” DE CAMÕES COMO SOLDADO HERÓI NACIONAL E MODELO DE VIRTUDES MILITARES**

Não obstante as qualidades estéticas e expressivas da estátua, foi breve o tempo em que ficou exposta no local a que se destinava, tendo dele sido retirada com o argumento de que a obra de arte não glorificava as virtudes militares de Camões. A coberto de tal pretexto, foi deslocada e escondida, em 1914, numa arrecadação do Museu Militar. Várias foram as vozes que se fizeram ouvir contra esta decisão e, de entre elas, sobressaiu a de António Augusto Gonçalves, Diretor do Museu Machado de Castro, ao conseguir que a estátua fosse transferida para Coimbra tendo ficado exposta no Largo entre o Museu e a Igreja de S. João de Almedina, de 1914 até 1934.

Após o falecimento do Diretor do Museu, em 1932, voltou a estátua a ser deslocada e escondida desta vez num vão de escada de acesso às galerias do Museu Machado de Castro. Os críticos e opositores de António Augusto Gonçalves, que em vida sempre defendera as qualidades estéticas da estátua, conseguiram, enfim, retirá-la do local onde estivera exposta ao público, argumentado que, tendo sido rejeitada pelo Museu Militar de Lisboa, também não era digna de figurar no Museu de Coimbra. Em meados dos anos 40, devido às obras de construção dos edifícios da cidade universitária na Alta de Coimbra que envolveram parte das galerias do Museu Machado de Castro, a estátua de “Camões depois do naufrágio” conheceu novo destino, tendo sido cedida pelo Estado à Câmara Municipal de Coimbra que decidiu expô-la no Parque da Cidade em local discreto. Mas nem assim as vozes críticas se calaram e, em 1957, o pretexto de a estátua se estar a degradar levou a que fosse retirada e “resguardada” das intempéries num armazém municipal. E aí permaneceu até finais de 1974, ano em que o Doutor Mário Silva, nomeado Diretor do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, invocando os conhecimentos de natureza científica que Camões tinha revelado nos *Lusíadas*, solicitou à Câmara Municipal de Coimbra que a estátua fosse colocada no Jardim do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, instalado

provisoriamente no palacete da Casa Sacadura Bote, situada na Rua dos Coutinhos. Após o 25 de Abril, por decisão da Câmara de Coimbra não só o pedido do Doutor Mário Silva foi atendido, como foi decidida a cedência da estátua ao Museu Nacional da Ciência e da Técnica. Por conseguinte, a estátua de “Camões depois do naufrágio” passou a ser, desde abril de 1974, propriedade do Museu Nacional da Ciência e da Técnica.

Em 2006, este Museu foi extinto e, em sua substituição, foi criado o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, tendo o seu espólio sido transferido da Casa Sacadura Bote para o edifício do “Laboratório Chimico” no Largo do Marquês de Pombal. Todo o espólio científico foi transferido, mas a estátua ficou no pequeno jardim do referido palacete esquecida e abandonada.

Atualmente, no palacete da Casa Sacadura Bote encontram-se a funcionar diversos departamentos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e tendo em conta que não há qualquer referência que assinala a existência da estátua de “Camões depois do naufrágio” no jardim do edifício, aí permanece ignorada e ao abandono.

##### **5. UMA OMISSÃO INJUSTIFICADA: A INEXISTÊNCIA DE CELEBRAÇÕES DO ANO EM QUE CAMÕES SE SALVOU E SALVOU OS SEUS “CANTOS” DO NAUFRÁGIO NOS MARES DO SUL DA CHINA**

A inexistência de qualquer evento que celebre o ano em que Camões se salvou e salvou os seus “Cantos” do naufrágio nos mares do sul da China constitui uma omissão que importa ultrapassar.

Por isso, tem cabimento perguntar se haverá “razão” ou “razões” para que tão injusta omissão ainda persista. Na busca de esclarecimento, podem identificar-se duas “razões” diferentes que, de forma implícita ou explícita, a “justifiquem”.

A primeira “razão” diz respeito à representação dominante de Camões como herói militar de “braço às armas feito”, exemplar de patriota a seguir pelos portugueses na defesa da sua independência e identidade. As circunstâncias históricas, desde a luta pela Restauração até ao Ultimato, passando

pelas lutas liberais, favoreceram esta representação triunfal de Camões, herói nacional, guerreiro e combatente.

A segunda “razão” reporta-se à ausência de informação documentada sobre o modo como Camões se salvou do naufrágio, o que suscita dúvidas sobre a autenticidade da tradição de se ter salvo a nado, considerada por muitos como “lendária” ou mesmo “impossível.”

### **5.1. A representação dominante de Camões como herói militar: comparação entre diferentes representações de Camões**

Exemplar ilustrativo da representação “triunfal” de Camões, modelo de virtudes militares, “braço às armas feito” é a estátua projetada e esculpida por Victor Bastos, a partir 1860, muito diferente da representação “humana” de Camões veiculada pela estátua esculpida por António Fernandes de Sá, em 1904.



A estátua da autoria de Victor Bastos, designada “Monumento a Camões” foi erguida, em 1867, na Praça Luís de Camões em Lisboa, custeada por subscrição pública e inaugurada com “grande pompa e circunstância” na presença do rei D. Luís.

O “Monumento a Camões” é composto pela estátua do poeta, de coroa de louros na cabeça, empunhando uma espada e tendo aos pés uma couraça e alguns livros.

Muito diferente da representação “heroica” de Camões veiculada pela estátua de Victor Bastos é a representação “humana” e “existencial” de Camões “cansado, desamparado e triste”, que a estátua de “Camões após o naufrágio” de António Fernandes de Sá reflete de forma significativa.

Nem o facto da estatua de “Camões após o naufrágio” constituir uma homenagem à coragem, vontade indomável e esforço persistente de Camões por ter salvo a sua vida e ter salvo a vida dos seus *Lusíadas* foi motivo suficiente para evitar a “desvalorização” e mesmo a “rejeição” da estátua, incompreendida e mal-amada, que a referência ao seu percurso “atribulado” e “errante” bem ilustra.



Camões herói nacional, “braço às armas feito”.



Camões náufrago, cansado, desamparado e triste.

Mas além da diferença entre as representações de Camões veiculadas pelas estátuas que temos vindo a analisar e a dominância da representação “triumfal” de Camões, há uma “segunda razão” para a inexistência de celebração da data em que Camões se salvou do naufrágio e salvou grande parte do manuscrito de *Os Lusíadas*.

## **5.2. Uma segunda “razão” da omissão – A ausência de informação sobre o modo como Camões conseguiu salvar-se e salvar os seus escritos abriu caminho à formulação de diversas hipóteses narrativas.**

De entre os numerosos naufrágios que os navegadores e mercadores portugueses sofreram ao longo do século XVI, sobretudo de naufrágios

noticiados na “rota da China”, alguns deles não terão na realidade ocorrido, tratando-se de “naufrágios ficcionados” sobretudo por mercadores que, invocando a perda de bens e lucros do comércio no naufrágio, conseguiam fugir aos pagamentos devidos à Coroa. Não foi este o caso de naufrágio de Camões. Camões naufragou mesmo! Ele próprio refere-se explicitamente ao naufrágio que sofreu como “*naufrágio triste e miserando*” e a veracidade deste facto, documentado pelo próprio Camões, não permite qualquer possibilidade de ser posta em dúvida. Camões naufragou, mas conseguiu salvar-se e conseguiu também salvar os seus “Cantos” a que ele se refere designando-os como “*Cantos molhados*”. Esta realidade não é, de igual modo, suscetível de ser posta em dúvida.

Porém, Camões não mencionou o modo como conseguiu salvar-se e salvar os seus escritos. E esta ausência abriu portas à formulação de diversas hipóteses narrativas, sendo a mais provável aquela que refere ter sido a nado que Camões conseguiu salvar-se, segurando na mão esquerda os “Cantos” e procurando com o braço direito orientar e movimentar todo o corpo em direção à costa que ao longe avistava. Esta hipótese, embora de elevada probabilidade, não recolhe unanimidade, sendo considerada por alguns estudiosos como “inverosímil”, “lendária” ou, mesmo, “impossível”. É o caso de alguns dos mais recentes biógrafos e estudiosos da vida e obra de Camões que passamos a assinalar.

#### **5.2.1.A posição de Isabel Rio Novo: “não a nado, porque inverosímil, mas num bote ou numa tábua, porque mais credível”**

Isabel Rio Novo, a autora da biografia recente de Luís Vaz de Camões, refere que “os biógrafos antigos” escreveram ter Camões conseguido salvar-se numa “tábua”, que, em sua opinião, “*bem podia ter sido um bote ou um pedaço de madeira convertido em jangada improvisada*” e diz, de seguida, que “*Severim de Faria acrescentou que o Poeta tinha escapado a nado, rasgando as ondas com uma mão e segurando o manuscrito de Os Lusíadas na outra*”. Esta descrição, refere ainda Isabel Rio Novo, foi retomada por António Craesbeeck de Mello que, ao editar, em 1669, as *Obras de Camões* escreveu o seguinte:

*“Tornando para Goa, [Camões] padeceu naufrágio em que nadando com uma mão deu vida à sua Poesia, com a outra liberdade à sua vida, bens que só lhe ficaram perdendo de todo aí os outros todos.”* E, em jeito de balanço, Isabel Rio Tinto afirma *“E assim nascia a lenda, que os biógrafos seguintes se limitaram a apurar e que tão grande fortuna conheceria”*. Classificando, assim, a narrativa do salvamento a nado como *“lenda”*, Isabel Rio Novo avançou com a sua opinião, considerando *“ser bastante improvável que Camões se tivesse salvado a nado, transportando numa mão o maço manuscrito de Os Lusíadas que deveria ser pesado e grosso”*. Mas, logo de seguida, acrescenta: *“Contudo, enquanto biógrafa, parece-me tão temerário aprovar a inverosimilhança da cena, como roubar ao imaginário coletivo a imagem heroica do Poeta, lutando para resgatar um livro que vale por uma literatura inteira, como alguém já disse. Introduzamos, pois, algumas nuances ao episódio, de forma a torná-lo, quando não verdadeiro, muito verosímil.”* (Novo, 2024, p. 387). Desta *nuance* consta, além do reconhecimento de que Camões sabia nadar, a hipótese de Camões ter sido obrigado a lançar ao mar o maço dos seus escritos, conforme era prática para aligeirar a carga da embarcação em caso de naufrágio. Se a tal foi forçado, Camões lançou-se ao mar, recuperou os escritos e levou-os consigo na *tábua*, explicando-se assim que os tenha vindo a referi-los como *“cantos molhados”*. Em termos conclusivos, Isabel Rio Novo afirma: *“Fossem quais fossem as circunstâncias exatas ou o expediente utilizado, Luís de Camões salvou Os Lusíadas do naufrágio nas águas pardacentas do Mekong e salvou-se a si mesmo. Ambos atravessavam, assim, “o rio/ do negro esquecimento e eterno sono”*.

Não obstante a relevância dada por Isabel Rio Tinto ao facto de Camões ter conseguido salvar-se, salvando também os seus *“Cantos”*, independentemente do modo como o conseguiu, não constituiu razão suficiente para apresentar e fundamentar uma proposta de celebração de um facto de valor incalculável. É como se a cortina de dúvidas e incertezas sobre o modo como Camões conseguiu salvar-se do naufrágio e salvar os seus *“Cantos”*, considerando-se sobretudo a imagem do salvamento a nado como inverosímil e lendária, lançasse também sobre o facto indubitável do salvamento uma espécie de névoa sombria, ofuscando a relevância primordial de que se reveste e o justo reconhecimento e homenagem condigna que merece.

### 5.2.2.A posição de Carlos Maria Bobone: a brevidade da referência ao naufrágio e a qualificação dele como “famoso” e “popular” revelam a diminuta relevância que atribui ao salvamento de *Os Lusíadas*

Por seu turno, Carlos Maria Bobone no “estudo” que empreendeu sobre *Camões. Vida e Obra*, publicado em 2024, não teve por finalidade principal constituir propriamente uma biografia do poeta, mas apresentar uma interpretação da obra, procurando compreendê-la em relação com episódios comprovados da história de vida de Camões, e, sobretudo, com as circunstâncias sociais, culturais e políticas em que ocorreram e com as quais Camões dialogou, tendo delas recebido influência igualmente comprovada. Segundo Carlos Maria Bobone, o empreendimento de biografar Camões apresenta dificuldades quase insuperáveis, tantas são as lacunas, a ausência de documentos, a discrepância entre datas, entre hipóteses ou até mesmo entre fontes. No Capítulo intitulado “As Índias e o Extremo Oriente”, em que são feitas várias referências ao naufrágio de Camões, o autor afirma que “a cronologia indiana é difícil de traçar, e mais difícil ainda porque as fontes são confusas”. Predominantemente concentrado em conciliar hipóteses divergentes quanto à nomeação de Camões como provedor dos defuntos, quanto ao exercício dessas funções e quanto à sua estadia em Macau, Carlos Maria Bobone não se preocupa com as questões em torno do naufrágio que dá por certo ter ocorrido no final da estadia em Macau. É, assim, muito breve a referência que lhe faz: “O famoso naufrágio, que tão popular ficou na história da literatura portuguesa, quer pelo episódio em que Camões emula Júlio César, salvando a nado os seus cantos, quer pela perda do amor de Camões, aparece responsável, em Diogo do Couto, pelo soneto [Alma minha gentil, que te partiste].

Tanto a brevidade desta referência ao naufrágio como a qualificação dele como “famoso” e “popular” revelam a diminuta relevância que Carlos Marai Bobone atribui ao salvamento de *Os Lusíadas*, não havendo justificção para celebração em homenagem ao esforço e coragem de Camões em se salvar e em salvar o manuscrito da sua obra magna, que o autor qualifica, no final do Capítulo, como “a grande obra da literatura portuguesa”, esse “colosso que é *Os Lusíadas*”.

### 5.2.3.A posição de Inocência Mata: o naufrágio constitui o trecho mais lendário da aventurosa vida de Camões e o salvamento a nado “uma imagem Impossível”

Finalmente, Inocência Mata, no artigo “Mares de palavras: Camões e a diáspora poética em África” (*In* Camões, Revista Letras e Culturas Lusófonas, n.º 28, 2024, 113-119), numa breve e inicial resenha histórica afirma que a vida de Camões oscila entre o “factual” e o “ficcional”, sublinhando que a biografia do poeta enfrenta ainda pontos obscuros difíceis de esclarecer, de que é exemplo a identificação do local de nascimento. O que pode afirmar-se com inteira certeza é a vida de Camões ter sido um percurso de aventuras que vão do norte de África, à Índia, à China e à Ilha de Moçambique, numa peregrinação por muitas terras e muitos mares, acrescentando, aos “saberes” e conhecimentos adquiridos por “honesto estudo” durante a juventude, novos “saberes” e conhecimentos novos de “experiência feitos”. Para a questão que aqui mais nos importa, a certo passo, diz a autora:

*“Mas é nas suas andanças pelo Oriente, na China, que nasce, porventura, o trecho mais lendário da sua venturosa vida: o naufrágio no rio Mekong, onde terá perdido a sua amada Dinamene e onde nadando com um braço enquanto levantava a outra mão que segurava o manuscrito de Os Lusíadas!”* E, de imediato, sentencia: *“Uma imagem impossível, que ainda compõe a figura fantástica de um poeta-herói. Não admira que Luís de Camões seja percebido, e ensinado, como um herói, antecipando em séculos, pode pensar-se, a mítica imagem do herói romântico, o que, aliás, reforça a sua condição trágica, uma vez que essa vida cheia de contratempos proporciona uma purificação emocional junto dos seus leitores, permitindo-lhes sentir empatia e compaixão pelo poeta e, ao mesmo tempo, reflectir sobre os aspectos mais profundos da condição humana.”*

As expressões “trecho lendário” e “imagem impossível” não são por certo atribuídas ao naufrágio, que foi uma realidade incontrastável. Ao utilizar as referidas expressões, a autora reportou-as, por certo, mais diretamente à narrativa sobre o modo como Camões conseguiu salvar o manuscrito de *Os Lusíadas*, não aceitando como possível que tivesse sido a nado. Em suma, “imagem impossível” não incide sobre o naufrágio nem sobre o salvamento do manuscrito, mas sobre o modo com este foi alcançado. Considerando impossível o salvamento a nado, a autora não apresentou procedimento

alternativo para a realidade do salvamento de *Os Lusíadas*, diferentemente do que fez Isabel Rio Novo, conforme acima ficou assinalado. Assim sendo, se às expressões “*trecho lendário*” e “*imagem impossível*” juntarmos as designações de “*figura fantástica*” e “*mítica imagem*”, referidas às representações históricas do Poeta, temos um “campo semântico” denotando uma desvalorização dos acontecimentos e realidades incontornáveis do naufrágio e, sobretudo, do salvamento de *Os Lusíadas*, desvalorização que significa que a ocorrência do salvamento não se reveste de relevância suficiente para ser condignamente celebrada.

**5.2.4.A posição de Aquilino Ribeiro: o salvamento de Camões a nado não é posto em dúvida por Aquilino nem por ele considerado como “inverosímil” ou “lendário”, invocando as representações figurativas de Camões náufrago “em mais de uma estampa”**

Vejamos o que nos diz Aquilino Ribeiro, outro biógrafo do nosso épico, cuja biografia *Luís de Camões. Fabuloso e Verdadeiro*, de 1950, foi recentemente reimpressa em 2024, com Prefácio de António Valdemar. No capítulo 4.º da 2.ª Parte desta biografia, dedicado “Aos baldões do poeta no extremo oriente”, Aquilino Ribeiro parte da análise das estâncias finais do Canto VII que considera, juntamente com as *Cartas*, os melhores documentos autobiográficos que Camões nos deixou. Nas referidas estâncias, Camões lamenta a sua sorte, envolta em perigos e trabalhos danosos, que em vez de ganhos lhe trazem sempre novos prejuízos e acrescidos riscos, tal como os que a estância 8.ª ilustra e enuncia:

*Agora com pobreza aborrecida  
Por hospícios alheios degradado;  
Agora de esperança, já adquirida  
De novo, mais que nunca derribado;  
Agora, às costas escapando a vida,  
Que dum fio pendia tão delgado,  
Que não menos milagre foi salvar-se  
Que para o rei judaico acrescentar-se.*

Comentando estes versos, Aquilino escreve que o poeta se refere “à soma de baldões que experimentou pelos mares da Sonda e da China até vir naufragar no Mecom.” E explicita-os: “Castigado da pobreza que se torna mofina, vendo-se na ocorrência de se socorrer dos hospícios em terra alheia, frustradas de novo as esperanças, se não perdeu a vida ao dar à costa, o que esteve por um triz, foi por milagre”. Recorre, para confirmação, ao testemunho do padre Manuel Correia, amigo e confidente de Camões, ao citá-lo “*Bem se pode aplicar este dito (escapando a vida) a um naufrágio que passou vindo da China*”, afirmando ter sido o primeiro a entrever este acontecimento. E a fechar os comentários a estes versos, Aquilino Ribeiro escreve o seguinte “*Se ao sentido que transcorre nesta oitava ajustarmos o que diz, sobretudo, a estância 128 do Canto X, o naufrágio de Camões adquire iniludivelmente a categoria de facto explícito, incontrastável*”.

Com a citação de versos da referida estância, Aquilino Ribeiro fecha a análise a este primeiro “baldão da sorte de Camões no extremo oriente” para se dedicar à análise do segundo que consistiu na prisão de Camões ao chegar a Goa à ordem do governador Francisco Barreto. Na iminência do naufrágio, Camões, tal como os outros tripulantes, teve de lançar ao mar todos os seus bens na tentativa de aligeirar a carga da embarcação e evitar o naufrágio que conjugação de circunstância adversas provocou. Camões perdeu todos os bens materiais que trazia, tanto os seus como os que arrecadara no exercício das funções de “provedor dos defuntos e ausentes” e tinha à sua guarda para os entregar aos legítimos herdeiros, quer à chegada a Goa quer à chegada a Lisboa. Tendo Camões perdido tudo, e não havendo testemunhos do naufrágio, foi este considerado “fraudulento”, razão para a ordem de prisão, para a qual terão contribuído “intrigas” e “invenções” de que se lastima na estância do Canto VII deste modo:

*E ainda, ninfas minhas, não bastava  
Que tamanhas misérias me cercassem,  
Senão que aqueles que eu cantando andava,  
Tal prémio de meus versos me tornassem  
A troco dos descansos que esperava,*

*Das capelas de louro que me honrassem,  
Trabalhos nunca usados me inventaram  
Com que em tão duro estado me deitaram.*

Para tentar esclarecer motivos e circunstâncias que envolveram a estadia de Camões como prisioneiro em Goa, Aquilino Ribeiro voltou a procurar mais informações em Manuel Correia e em Pedro de Mariz, o biógrafo do século XVII, que confirmam quer as queixas de vozes maledicentes a que aludem as referências autobiográficas de Camões, quer designadamente o naufrágio. Descreve assim Aquilino Ribeiro o naufrágio de Camões:

“A nau que o conduzia naufragara na costa do Camboja, sendo lançado à praia na foz mesmo do Mecom, plácido e brando lhe chama o poeta. Figura-se ao naufrago em mais de uma estampa, nadando com um braço, com o outro mantendo ao alto o manuscrito estre-mecido. Foi o único e, decerto, o mais precioso tesouro que lhe não engoliu o mar.”

Note-se que o salvamento de Camões a nado não é posto em dúvida por Aquilino nem por ele considerado como “inverosímil” ou “lendário”, invocando as representações figurativas de Camões náufrago “em mais de uma estampa”, cuja menção, embora não lhes sendo atribuído valor probatório, de forma explícita, envolve seguramente uma especial dimensão significativa que merece ser devidamente sublinhada.



Gravura, de autor desconhecido, que ilustra a edição de *Os Lusíadas* publicada pela Imprensa da Universidade Coimbra, em 1800.



Gravura de Roque Gameiro (1864-1935) *Camões salvando Os Lusíadas*. Roque Gameiro ilustrou, juntamente com Manuel de Macedo (1839-1915), a Grande edição ilustrada de *Os Lusíadas* prefaciada pelo dr. Sousa Viterbo e publicada em Lisboa, pela Empresa da História de Portugal, em 1900.



Desenho de Alberto de Sousa (1880-1961) *Camões salvando Os Lusíadas do naufrágio*. Aguardelista, ilustrador e desenhador, discípulo de Roque Gameiro. Em 1924, no 4º Centenário do nascimento de Camões, os Correios de Portugal emitiram uma série de selos com valores de 8.15 e 16 centavos, em diferentes cores, todos com o desenho de Alberto de Sousa.

A finalizar a sua descrição, Aquilino Ribeiro refere que Camões após o naufrágio, tendo nele perdido tudo, “*estava como Job depois de provado pelo*

*Senhor de todos os seus bens”, “sozinho no mundo, sem eira nem beira”, num “inconsolável estado de alma” que, anos mais tarde, haveria de lembrar na canção inspirada no salmo Super flumina:*

*Sôbolos rios, que vão  
Por Babilónia me achei,  
Onde sentado chorei  
As lembranças de Sião.  
[.....]*

Por certo Aquilino Ribeiro não conheceu a estátua “Camões após o naufrágio”, que António Fernandes de Sá esculpiu em 1904, mas a referência que faz ao “estado de alma inconsolável” de Camões náufrago bem poderia ter sido nela inspirada. Caso a tivesse conhecido, tê-la-ido certamente mencionado, como mencionou, sem exemplificar, “mais de uma estampa” que ilustram o esforço, a tristeza e o cansaço de “Camões após o naufrágio” e também, por antinomia, a alegria, o contentamento e a glória de ter salvo os seus “molhados Cantos”, erguendo bem alto “o estremecido manuscrito” de *Os Lusíadas*.

**6. SÃO PRINCIPALMENTE DOIS OS “SABERES” QUE PERMITIRAM A CAMÕES SALVAR-SE E SALVAR OS SEUS “CANTOS MOLHADOS”: CAMÕES “SABIA” NADAR E, SOBRETUDO, “SABIA” O VALOR DA OBRA QUE ESCREVERA EM MACAU E QUE NÃO PODIA PERDER NO NAUFRÁGIO “TRISTE E MISERANDO”**

**6.1. Camões “sabia” nadar. Por isso, justifica-se perguntar:**

**Onde foi que Camões aprendeu a nadar?**

É altamente provável, se não mesmo altamente seguro, que tenha sido em Coimbra que Camões aprendeu a nadar, adquirindo o “saber” que lhe permitiu, no naufrágio “triste e miserando”, salvar a vida e salvar *Os Lusíadas*. Foi em Coimbra que viveu desde pequeno até ao final da adolescência, foi

aqui que, tendo frequentado as aulas da Universidade, alcançou uma sólida formação intelectual, em diversos domínios das humanidades, desde línguas (castelhana, grega e latina), à história e literaturas clássicas. Mas ao lado, e em complemento, dos “saberes” académicos, intelectuais e eruditos decorrentes de “*honesto estudo*”, Camões aprendeu em Coimbra outros “saberes”, saberes mais práticos, ligados a “*talentos do corpo*” nos quais se mostrou tão hábil quanto hábil se revelou nos “*talentos do espírito*”. É o próprio Camões que assim nos informa, no registo biográfico da écloga “*Ao longo do sereno*”:

*“A barba então nas faces me apontava  
na luta, no correr e em qualquer manha,  
a palma antre todos alcançava”*

É presumível que entre as outras “manhas” ou capacidades corporais, além da luta e da corrida, estivesse também a natação. Foi seguramente em Coimbra, nas “*Doces águas e claras do Mondego*”, que Camões terá aprendido a nadar. Não é ousado, por certo, imaginarmos Camões nadando no Mondego e a nadar, entre os demais, ganhar também a “palma”. Que as águas do Mondego deixaram em Camões lembranças gratas, lembranças que ele na memória conservou, mesmo quando delas se afastou para longes terras, é confirmado pelo soneto que lhes dedicou:

*Doces águas e claras do Mondego,  
doce repouso de minha lembrança,  
onde a comprida e pérfida esperança  
longo tempo após si me trouxe cego;  
  
de vós me aparto; mas, porém, não nego  
que inda a memória longa, que me alcança,  
me não deixa de vós fazer mudança,  
mas quanto mais me alongo, mais me achego.  
  
Bem pudera Fortuna este instrumento  
D’ alma levar por terra nova e estranha,  
oferecido ao mar remoto e vento;*

*mas alma, que de cá vos acompanha,  
nas asas do ligeiro pensamento,  
para vós, águas, voa, e em vós se banha.*

Tendo presente este testemunho biográfico, hipótese menos verosímil é, por conseguinte, que Camões tenha aprendido a nadar nas “águas salgadas” das praias de Ceuta a que também se refere na Elegia ou carta em verso que escreveu a D. Antão de Noronha, encontrando-se a cumprir pena de “desterro” e “serviço militar”, motivada pelos seus amores “não correspondidos” ou “não aprovados pela corte”.

Escreve Camões ao amigo:

[...]  
*Ando gastando a vida trabalhosa,  
Espalhando a contínua saudade  
Ao longo de uma praia saudosa.  
Vejo do mar a instabilidade,  
Como com seu ruído impetuoso  
Retumba na maior concavidade.  
E com sua branca escuma, furioso,  
Na terra, a seu pesar, lhe está tomando  
Lugar onde se estenda, cavernoso.  
Ela, como mais fraca, lhe está dando  
As côncavas entranhas, onde esteja  
Suas salgadas ondas espalhando.*

Não há na carta qualquer referência a atividade ligada a natação, confessando Camões que “anda” pela praia, ao longo dela caminhando para espairer, a “espalhar saudades” do seu amor proibido na corte de Lisboa. Por outro lado, encontrando-se em Ceuta como soldado integrado em missão militar, é de considerar que Camões já então dominasse a “arte” de nadar, sendo suposto, como afirma Isabel Rio Novo, que todos os soldados a dominassem.

### 6.1.A aflição dos naufragos e a invocação do “apoio divino”

Por muita confiança que Camões tivesse na sua capacidade corporal, na sua coragem e na sua tenacidade para se manter a flutuar nas ondas revoltas do naufrágio, é provável que, nalgum momento de maior dificuldade, ele pensasse que as forças e o ânimo poderiam desvanecer-se-lhe e que, no meio da tormenta, ele próprio tivesse invocado o “apoio divino”, tal como imaginara Vasco da Gama a invocá-lo na iminência do naufrágio que o Poeta tão realisticamente descreve no Canto VI de *Os Lusíadas*. Desse Canto VI, transcrevemos aqui as estrofes 80.<sup>a</sup>, 81.<sup>a</sup> e 82.<sup>a</sup>:

*Vendo Vasco da Gama que tão perto  
Do fim de seu desejo se perdia,  
Vendo ora o mar até o Inferno aberto,  
Ora com nova fúria ao Céu subia,  
Confuso de temor, da vida incerto,  
Onde nenhum remédio lhe valia,  
Chama aquele remédio santo e forte  
Que o impossível pode, desta sorte:*

*– «Divina Guarda, angélica, celeste,  
Que os céus, o mar e terra senhoreias:  
Tu, que a todo Israel refúgio deste  
Por metade das águas Eritreias;  
Tu, que livraste Paulo e defendeste  
Das Sirtes arenosas e ondas feias,  
E guardaste, cos filhos, o segundo  
Povoador do alagado e vácuo mundo:*

*«Se tenho novos medos perigosos  
Doutra Cila e Caríbdis já passados,  
Outras Sirtes e baxos arenosos,  
Outros Acroceráunios infamados;  
No fim de tantos casos trabalhosos,  
Porque somos de Ti desamparados,*

*Se este nosso trabalho não te ofende,  
Mas antes teu serviço só pretende?*

Caso Vasco da Gama tenha ou não tenha invocado a “divina guarda”, é certo que a nau sob o seu comando não naufragou, conseguindo vencer a tempestade e prosseguir viagem, rumo ao seu destino.

O realismo da descrição que Camões faz no Canto VI da aproximação da tempestade, da iminência de naufrágio e dos procedimentos a realizar para diminuir a probabilidades de a nau se afundar, aligeirando a carga, tem o seu fundamento nas notícias que Camões foi ouvindo dos muitos naufrágios sofridos pelas armadas portuguesas na “carreira da Índia”, incluindo o naufrágio do seu Pai, no mar perto de Goa e do qual saiu ileso. O realismo da referida descrição não resulta, por conseguinte, da sua experiência de naufrago, mas de descrições de muitos naufrágios de que Camões ouviu falar.

Tenha ou não lembrado a “oração” que compusera para Vasco da Gama, certo é que Camões naufragou, tendo, por conseguinte, tido conhecimento de “experiência feito” dos perigos, dos medos, das angústias e sofrimentos dos náufragos. Camões passou por essa experiência dolorosa.

## **6.2. No naufrágio, Camões perdeu tudo o que no barco trouxe de Macau à exceção dos seus Cantos que salvou como se salva um tesouro.**

Perante a aproximação da tempestade e na iminência do naufrágio, Camões teve de lançar ao mar, para aligeirar a carga, tudo o que tinha ganho durante os anos em que trabalhou em Macau como “provedor-mor dos defuntos e ausentes”. E perdeu sobretudo Dinamene, a jovem chinesa com que vivera em Macau. Camões perdeu todos os seus bens materiais, todos os seus haveres, mas conseguiu salvar os seus escritos. Salvou-os, segurando-se a eles como se de seu corpo fizessem parte, sabendo o valor que possuíam, consciente dos saberes que, por “honesto estudo”, “engenho”, “experiência”, “trabalho” e “arte” persistentes neles tinha vertido.

Camões tinha consciência da *singularidade* dos seus Cantos, não apenas do seu inigualável valor literário, mas sobretudo por constituir guia de “amor à pátria” luminoso farol da identidade histórica e cultural dos portugueses.

Camões estava convicto do valor da obra literária em que trabalhou persistentemente durante anos e que sonhou legar aos portugueses como herança duradoura, como um serviço incomensuravelmente maior do que o serviço das armas, de soldado e guerreiro.

A força de ânimo, a superação do medo, a esperançosa tenacidade de Camões permitiu-lhe que do naufrágio se salvasse e consigo salvasse *Os Lusíadas*, e tais virtudes de alma integram uma lição de coragem perante a adversidade que constitui um legado de que somos herdeiros, que devemos honrar e prestar grata homenagem.

### BREVES NOTAS PARA CONCLUIR

1. A estátua “*Camões após o naufrágio*” da autoria do escultor António Fernandes de Sá constitui, além de uma valiosa obra de arte, uma rara e muito significativa homenagem à coragem temerosa, à vontade indomável e ao persistente esforço de Camões em se salvar e salvar *Os Lusíadas* do naufrágio “triste e miserando” que sofreu no mar da China. Por esta razão, a estátua é merecedora de ser reposta em local condigno de características similares às do local para que foi concebida e inicialmente exposta no centro de uma ampla sala do Museu de Artilharia de Lisboa, entre 1904 e 1914; em local assim, de carácter intimista, a expressividade emocional da estátua e o seu simbolismo podem ser demoradamente apreciados, refletidos e valorizados, o que é difícil ocorrer num largo, praça pública ou jardim.

No âmbito das celebrações do V Centenário do nascimento de Camões, a reposição da estátua em local adequado ao seu valor estético e ao seu relevante simbolismo constituiria uma decisão altamente louvável, retirando-a, finalmente, do longo período de esquecimento e abandono em que tem permanecido.

2. O ano de 1565 em que Camões conseguiu salvar-se e salvar os manuscritos dos “Cantos” de *Os Lusíadas* do naufrágio que sofreu nos mares do sul da China, perto da foz do rio Mecom, independentemente do modo como esse corajoso salvamento foi alcançado, merece ser condignamente

celebrado, pondo finalmente termo a uma omissão que mostrámos não ter justificação. A fama, a glória e o heroísmo de Camões têm seguramente fundamento no génio criador de obras literárias imorredouras e nas suas qualidades de soldado destemido, a que importa acrescentar um outro conjunto de virtudes que em sua vida revelou como *“força, perseverança, resiliência, capacidade de sofrimento e humildade”* (Auxília Ramos e Zaida Braga, 2011), qualidades que o próprio Camões considerou serem precisas *“Para alguma obra heroica de virtude”* e que exaltou em versos da estância 97 do Canto VI ao evocar os perigos que Vasco da Gama e os navegadores portugueses enfrentaram e venceram na tempestade entre Melinde e Calecute já perto da almejada chegada à Índia:

*Vigiando e vestindo o forjado aço,  
Sofrendo tempestades e ondas cruas,  
Vencendo os torpes frios no regaço  
Do Sul, e regiões de abrigo nuas,  
Engolindo o corrupto mantimento,  
Temperado com um árduo sofrimento.*

Camões vivenciou experiência idêntica à que descreveu nestes versos, sendo a sua experiência ainda mais temerosa porque envolveu o sofrimento, o medo e a ansiedade do naufrago, enfrentando e vencendo tempestades e “ondas cruas”, tendo conseguido, por esforço persistente e vontade indomável, salvar a vida e salvar consigo os “Cantos molhados” de *Os Lusíadas* num ato heroico digno de ser justamente celebrado.

3. Em suma, a estátua *Camões após o naufrágio* merece ser reposta em local condigno e a data em que Camões conseguiu salvar a vida e a vida de *Os Lusíadas* merece lembrada e justamente celebrada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, Manuel (1992, 2 2016). *Vinte Poemas para Camões*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso (2024). Tripla ilusão na leitura de Os Lusíadas: Vasco da Gama não é Eneias, D. Sebastião não é Augusto, e até as viagens diferem, In *CAMÕES – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, N.º 28, p. 17-23.
- ARROYO, António (1904). “Camões e o escultor Fernandes de Sá”, In *O Século*, 12 de junho de 1904.
- BOBONE, Carlos Maria (2024). *Camões, Vida e Obra*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Braga, Francisco (1904). “Os artistas portugueses – António Fernandes de Sá”, In *Portugal Artístico* de 15 de agosto de 1904.
- CAMÕES, Luís Vaz (1973). *Os Lusíadas. Com Prefácio e notas de Hernâni Cidade e ilustrações de Lima de Freitas*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CAMÕES, Luís Vaz (1973). *Lírica. Com Prefácio e notas de Hernâni Cidade e ilustrações de Lima de Freitas*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CAMÕES, Luís Vaz (1984). *Teatro e Cartas*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- COUTINHO, B. Xavier (1946). *Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para a iconografia camoniana*. 1.º volume, Porto, Livraria Figueirinhas.
- COUTINHO, B. Xavier (1948). *Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para a iconografia camoniana*. 2.º volume, Porto, Livraria Figueirinhas.
- DINIZ, C. (1975). António Fernandes de Sá e a sua estátua “Camões após o naufrágio”, *Boletim do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, p. 5-20.
- GOMES, Costa (1976). “Fernandes de Sá e a sua época”, *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, p. 5-6.
- GONÇALVES, António Augusto (1924). “O valor da estátua Camões após o naufrágio” do escultor Fernandes de Sá” in *A Defesa* de 5 de setembro de 1924.
- FIOLHAIS, Carlos (2024). Camões no “século dos prodígios”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias* - Edição comemorativa dos 500 do nascimento de Camões, p. 11.
- LOURENÇO, Eduardo (2000, 2 2022). *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva.
- MACEDO, Diogo (1952). O escultor António Fernandes de Sá, *Diário do Norte*, 29 de novembro de 1952.
- MARNOTO, Rita (2024). Estudo, experiência, engenho do poeta e viajante, *Jornal de Letras, Artes e Ideias* - Edição comemorativa dos 500 do nascimento de Camões, p. 2-4.
- MATA, Inocência (2024). Mares de palavras: a diáspora poética em África, in *CAMÕES – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, N.º 28, p. 113-119.

- MONTEIRO, Gilberto (1937). Camões e a natação, *Boletim do Sport Algés e Dafundo*, 1937, p.11-22.
- NOVO, Isabel Rio (2024). *Fortuna, Caso, Tempo e Sorte. Biografia de Luís Vaz de Camões*, Lisboa, Contraponto.
- RAMOS, Auxília e Zaida Braga (2011). *Lições d’Os Lusíadas*. V.N. Famalicão, Edições Centro Atlântico.
- RIBEIRO, Aquilino (1950, 2 2024). *Luís de Camões. Fabuloso e Verdadeiro*. Lisboa, Bertrand Editora.
- SERRÃO, Vítor (2024). Camões e os altos cumes das artes, in *CAMÕES – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, N.º 28, p. 59-69.
- TORGA, Miguel (1987). *Camões*. Alocução em Macau em 10 de junho de 1987, Coimbra, Edição do autor.
- VALDEMAR, António (2024). *Camões tal e qual. Prefácio a Aquilino Ribeiro, Luís de Camões. Fabuloso e Verdadeiro*. Lisboa, Bertrand Editora.

## 5. Camões e Jerónimo Corte-Real: a Pintura e as outras artes

VÍTOR SERRÃO<sup>1</sup>

### 1. CAMÕES ENTRE A POESIA E A PINTURA

O tempo de existência de Luís de Camões (c. 1524–1580) deve ser considerado um dos mais brilhantes momentos de sempre da produção cultural e artística portuguesa. Num pano de fundo conturbado, desesperançado no futuro, descrente, emerso em generalizada crise na qual o Renascimento se esfuma, as conexões de Luís de Camões com as artes do seu tempo, à luz da estética do Maneirismo internacional, souberam abraçar de modo fervoroso os seus cânones de rebeldia e liberdade<sup>2</sup>.

A comprovada relação do poeta com a Pintura (Fernão Gomes), com a Iluminura (Jerónimo Corte-Real), com a Caligrafia (Giraldo de Prado e Manuel Barata), com a Literatura de Viagens (Fernão Mendes Pinto), com a Teoria das Artes (Francisco de Holanda), com as Ciências (Pedro Nunes), com a Botânica (Garcia de Orta), com a História (Diogo do Couto, Francisco de Andrada), com o Teatro (Jorge Ferreira de Vasconcelos), com a Gravura (Jerónimo Luís) e com o melhor escol de poetas e escritores coetâneos, dá corpo a uma fase da cultura nacional que tem contornos de *unicum* e que a afirmam a nível internacional, contrariando a repetida mas errónea tese da decadência...

---

<sup>1</sup> Centro ARTIS-IHA-FLUL, Academia das Ciências de Lisboa

<sup>2</sup> Cf. a este propósito Vítor Manuel de AGUIAR E SILVA, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Centro de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971, e o catálogo da exposição *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, coord. de Vítor SERRÃO, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e C.C.B., 1995.

Génio consagrado pelos contemporâneos no plano máximo da conjuntura literária peninsular, o vate não foi, porém, personalidade isolada que brilha e se agiganta numa larga floresta de figuras *menores*. Nem é o poeta que conflitua e recusa relações de criação com os seus pares: novos contributos documentais provam as amizades de Camões com outros poetas de craveira como é o caso de António Ferreira, Diogo Bernardes, Pero de Andrade Caminha, D. Francisco de Moura e Francisco de Sá de Meneses, Conde de Matosinhos<sup>3</sup>, sem esquecer o seu amigo D. Manuel de Portugal nem, sobretudo, Jerónimo Corte-Real, figura de primeiríssimo plano na cultura do tempo e sempre considerado poeta «*excelentíssimo*», a par do vate<sup>4</sup>. Por outro lado, documentos de arquivo e testemunhos credíveis colocam-no com absoluta certeza presente em duas “*cortes na aldeia*” do termo de Santarém: uma delas, Vaqueiros, comenda de D. Gastão Coutinho (e de seu filho D. Gonçalo Coutinho), a outra Vale de Figueira, onde o poeta D. Manuel de Portugal (que era, também, tio por afinidade de Jerónimo Corte-Real) dinamizava uma tertúlia de *literati*, e onde a personagem *Amôncio*, ligada à saga do profeta Jonas, um tema benquisto da melhor pintura maneirista europeia, pode ser vista como anagrama do autor de *Os Lusíadas*<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Revelação recente, dada a conhecer in Vítor SERRÃO e Mário Rui SILVESTRE, *Camões: Altos Cumes, Scabelicastro e Correlatos*, Chamusca, Edições Cosmos, 2024, pp. 481-500. Trata-se de um mote com glosas em que Camões partilha com esses cinco poetas e amigos, antes da partida para a Índia, a elaboração de uma sátira repentista, provavelmente composta em 1548 devido a um acontecimento jocoso ocorrido numa igreja de Lisboa (acaso a das Chagas). O seu registo consta de uma carta inédita do Arquivo Cadaval da autoria do poeta D. Gonçalo Coutinho, que foi o promotor da edição, em 1595, das *Rimas* de Luís de Camões e da lápide memorial colocada junto ao túmulo do vate na igreja de Sant’ Ana.

<sup>4</sup> ALVES, Hélio. *Jerónimo Corte-Real – Sepúlveda e Lianor. Canto Primeiro*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014, pp. 51-77; IDEM, «CorteReal, Jerónimo», *Dicionário de Luís de Camões*, org. por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Lisboa, Caminho, 2011, pp. 298-303.

<sup>5</sup> Vítor SERRÃO e Mário Rui SILVESTRE, *op. cit.*, designadamente as pp. 363-376; Vítor SERRÃO, «Um poema de D. Gonçalo Coutinho, senhor de Vaqueiros e mecenas de Camões», in *Correio do Ribatejo* de 15 de Novembro de 2024; IDEM, «O poeta D. Manuel de Portugal, a saga de Amôncio (Camões) e o convento arrábido de Vale Figueira», in *Correio do Ribatejo* de 13 de dezembro de 2024.

A arte da Pintura serve de pano de fundo a um panorama em que Camões, cuja poesia reflete sempre uma apreciável *picturalidade*<sup>6</sup>, se faz retratar por Fernão Gomes, «*homem de grande maneira*» que foi também, como veremos, padrinho de dois filhos do referido Corte-Real, o que mais uma vez estabelece as relações de intimidade que existiam, nesta fase precisa, entre poetas e pintores. Está bem presente o conceito horaciano de *Ut Pictura Poesis* no horizonte dos saberes criativos deste tempo, portanto... «*Está o pintor famoso atento & mudo Pintando, & recebendo mil louvores...*», assim começa um soneto laudatório de Francisco Lopes dedicado a Camões saído em 1598 no paratexto introdutório da segunda edição das *Rimas*, onde enaltece justamente a pictural textualidade poética do vate<sup>7</sup>...

Neste avançado século XVI, entre conturbações, guerras de religião, conflitos com o Grão-Turco, as bancarrotas, a queda de impérios e um clima de dúvida estabelecida no seio da cristandade, a afirmação luminosa da liberdade de criar e pensar foi sempre confrontada em crescendo com a vigilância e consequente repressão do temido Tribunal do Santo Ofício. Por isso também o tempo de Camões, seguindo o exemplo europeu, olhos postos em Itália, privilegiou em surdina as artes da previsão do futuro e a tradição da filosofia hermética: a profecia, a quiromancia, a astrologia, a adivinhação, a lição dos presságios, as práticas da magia e, no limite, os segredos da alquimia<sup>8</sup>. No caso português, todas estas atividades eram vistas com desconfiança numa época de ascenso e afirmação dos cânones proselitistas da Contra-Reforma

---

<sup>6</sup> ANDRÉ, Carlos Ascenso. *A dimensão visual da épica camonianiana*, sep. das *Actas da IV Reunião Internacional de Camonianos*, Ponta Delgada, 1984.

<sup>7</sup> O poeta em causa é figura ainda mal conhecida (cf. AGUIAR E SILVA, V. M.. *Rimas de Luís de Camões* (com reprodução fac-similada da edição de 1598), Coimbra, Almedina, 1980. O seu poema, para o qual me chamou a atenção Matteo Rei, é precedido pela indicação «*De Francisco Lopez a Luís de Camões*» e integra a segunda edição das *Rimas*, a seguir a um outro, de Diogo Bernardes. É nesta edição que aparece, pela primeira vez em Portugal, o famoso soneto em que Torquato Tasso elogia em paralelo Vasco da Gama e Luís de Camões.

<sup>8</sup> FERINO-PAGDEN, Sylvia, SCHEUCH, Francesca Del Torre, FADDA, Elisabetta e GABRIELE, Mino. *Parmigianino e la pratica dell'alchimia*, Silvana Editoriale, Comune di Casalmaggiore, Cremona, 2003.

católica e, por isso, alvo muitas vezes de denúncias à Inquisição, a qual, como veremos, perseguiu tanto os poetas Corte-Real e D. Manuel de Portugal como o pintor Fernão Gomes, e muitos outros.

Acresce que, num mundo em globalização em que se desenhavam novos impérios (a Oriente o Estado da Índia portuguesa, a Ocidente as novas Américas espanholas), o clima europeu, varrido pelos ventos da Reforma protestante e pela ameaça turca (só minorizada em 1571 com a vitória da Liga Católica em Lepanto), era de profunda violência e intolerância. A chamada *crise do Renascimento*, em que os grandes cânones que haviam estruturado a Europa cristã se desfaziam, abria campo a um novo tempo de dúvida, conflito e intolerância, em que a frenética liberdade de criar e a busca de mais saberes se confrontavam com o proselitismo dos poderes instituídos<sup>9</sup>.

A obra de Camões é indissociável do mundo artístico coevo, um mundo de euforias e misérias, arrebatamentos e dúvidas, em que as suas apregoadas *asas de nebris* ardentes de criação livre se confrontam com novos e inquisitoriais ventos censórios... O poeta que canta os «*mil segredos delicados*» do Amor — «*Eu cantarei de amor tão docemente,/Por uns termos em si tão concertados,/Que dois mil acidentes namorados/Faça sentir ao peito que não sente./Farei que amor a todos avivente,/Pintando mil segredos delicados,/Brandas iras, suspiros magoados,/Temerosa ousadia e pena ausente./Também, Senhora, do desprezo honesto/De vossa vista branda e rigorosa,/Contentar-me-ei dizendo a menor parte./Porém, pera cantar de vosso gesto/A composição alta e milagrosa/Aqui falta saber, engenho e arte*» — é o mesmo que tem consciência plena de ser menos aceite e compreendido face à geral limitação de saberes e ao temor constante de perseguições por parte do proselitismo oficial...

O anti-classicismo e o anti-naturalismo presentes na nossa cultura da segunda metade do século XVI, exploração do capricho, da bizarria, do labirinto, da teatralidade, do abismo, da parangona, do ciclopismo, da *terribilità* de poses, do *serpentinato* de linhas, do *despejo* de escalas, e da *saudade*, sempre na busca de uma nova espiritualidade e de uma frenética liberdade individual, determinam o curso europeu da *Bella Maniera*, movimento

---

<sup>9</sup> CHASTEL, André. *La crise de la Renaissance 1520–1600*, Genève, 1968.

estético de rupturas que se desenha em Itália com o esgotamento do discurso do Pós-Renascimento, e a que o Portugal de D. João III e D. Sebastião não foi naturalmente alheio. O tempo e a obra de Camões cruzam-se, assim, em sinais de furor erótico e euforia mística, confrontos e medo, melancolia e revolta, *aggiornamento* e novas descobertas, afirmações e dúvidas, voos utópicos e, sempre, ampla liberalidade criadora — tudo sob o signo nostálgico de uma Itália onde a Renascença já se esfumara...

## 2. LIBERDADE, LIBERALIDADE, UTOPIA

A *utopia* ainda habita hoje o campo da criação artística? A fruição das artes pode tornar as pessoas melhores? É possível pensar as artes (e a História da Arte que as estuda) num mundo globalizado? As *auras* sobrevivem para além da opacidade das desmemórias? O *humor melancolicus* perdura como doença colectiva <sup>10</sup>? Abrem as artes lugar à esperança?

Já no tempo de Camões esta agenda de inquietações estava presente, abrindo campo a ousadias que geravam a desconfiança por parte de uma Igreja proselitista, tão zelosa da aceitação sem reservas dos valores de Trento. O Dr. Benito Arias Montano, o humanista que foi bibliotecário do Escorial, sem que nem por isso visse obras suas proibidas e não evitasse críticas da ortodoxia vigente, declarava que só a arte da Pintura redimia os homens e só o convívio com as artes domava as feras e dava sentido de humanidade a um mundo tão convulso como violento e piedoso ao mesmo tempo<sup>11</sup>.

*Anos de ouro da Cultura portuguesa* foram estes, pesem as contradições e desesperanças, incluindo a tragédia de Alcácer Quibir, a crise dinástica, a breve guerra civil e o trauma da perda da independência que a Monarquia

---

<sup>10</sup> Cite-se, a propósito, o clássico livro de Rudolf WITTKOWER e Margot WITTKOWER, *Born under Saturn: the character and conduct of artists; a documented history from antiquity to the French Revolution*, New York, Random House, 1963.

<sup>11</sup> Cf. Sylvaine HÄNSEL, *Benito Arias Montano (1527–1598): humanismo y arte en España*, Madrid, Fundación Ignacio Larramendi, 2012, com referência à gravura *Alegoria da Arte da Pintura* (ou «A Verdadeira Ideia (inteligência) inspira o Pintor»), gravura de Cornelis Cort (1533–1578) segundo desenho de Frederico Zuccaro (1542–1609) e poema de Benito Arias Montano, c. 1577–1578 (Staatliche Museum, Berlim).

Dual filipina acarretou... Apesar de tudo, entre o ano de 1545, em que Francisco de Holanda começa a compor entre Almeirim e Santarém o maravilhoso álbum *De Aetatibus Mundi Imagines*, eivado de doutrinação neo-platónica, e a escrita do tratado *Da Pintura Antigua* (com os *Diálogos de Roma*)<sup>12</sup>, e o ano de 1588, em que falece em Évora o famoso poeta, iluminador, escultor, músico e pintor Jerónimo Corte-Real<sup>13</sup>, passando por 1572 (a edição de *Os Lusíadas*) e 1577 (a reivindicação e conquista do estatuto de *liberalidade* das artes por Diogo Teixeira, pintor de D. António, Prior do Crato)<sup>14</sup>, decorrem quarenta anos que são dos mais brilhantes e profícuos atestados do engenho criativo português!

Só com percepção global dessas quatro décadas tão criadoras — o tempo de Camões — à luz do conceito de *Liberalidade*, se pode entender bem o génio absoluto do vate. Em 1574, dois anos após a edição de *Os Lusíadas*, saíram no mesmo editor António Gonçalves (também editor do Corte-Real) as *Regras que ensinam e ortographia da língua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma língua*, do humanista bracarense Pero de Magalhães de Gândavo (autor da célebre *Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, saída dos prelos pelo mesmo António Gonçalves em 1576, com dois poemas do vate, dos raros que publicou em vida). O gramático dedica aí a Camões o primeiro elogio de que existe notícia: ao referir o «*verso heroyco*», elogia a sua clara *liberalidade* e diz: (...) «*vede as obras do nosso famoso poeta Luis de Camões de cuja fama o tempo nunqua triumphará*»<sup>15</sup>!

<sup>12</sup> Sylvie DEWARTE-ROSA, *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a teoria da arte*, Lisboa, ed. Difel, 1992; idem, «Francisco de Holanda», in *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 58-89 e 480-486.

<sup>13</sup> Hélio J. S. ALVES, *Poesia – Jerónimo CorteReal*, Coimbra, ed. Angelus Novus, 1998; IDEM, *Camões, CorteReal e o Sistema da Epopeia Quinhentista*, Coimbra, CINEC, 2001.

<sup>14</sup> SERRÃO, Vítor. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

<sup>15</sup> Cf. MATOS, Luís de. «Pêro Magalhães de Gândavo», in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO, Lisboa, vol. III, Iniciativas Editoriais, 1975, pp.102-103; IDEM, «Pêro Magalhães de Gândavo» e o Tratado da Província do Brasil», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, III, n.º 4, Lisboa, 1962, pp.625-639; GRAÇA MOURA, Vasco. *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens: Hipóteses de História da Cultura*, Porto, Campo das Letras, 2000, pp 117-142; e RODRIGUES, Dinah Moraes Nunes. «Gândavo, Pero de Magalhães de», in *Dicionário de Luís de Camões*, org. por Vítor Manuel de AGUIAR E SILVA, Lisboa, Caminho, 2011, p. 400.

A luta em prol da *liberalidade criativa* é, pois, grande prioridade desta geração de ruturas: é célebre, por isso, a pioneira carta de Diogo Teixeira a D. Sebastião de 25 de Janeiro de 1577, onde o artista, «*hum dos milhores oficiais de pintura de imaginaria de olio que há nestes Reynos*», defende a arte da Pintura por se tratar de «*arte tão iminente e célebre, assim dos amtiguos, como dos modernos, e com numeada antre as liberaes em todos os tempos e partes*»<sup>16</sup>.

A busca de tal estatuto já fora antes enunciada de certo modo, por João de Barros (c. 1496–1570) no diálogo *Ropica Pnefma* (1532) e, de modo claro, por Garcia de Resende (c. 1470–1536) na sua *Miscellanea* (*saída em Lisboa em 1554 juntamente com a Chronica de D. João III*). Aí se lê: «*Pintores, luminadores, agora no cume estam*»<sup>17</sup>. Resende atesta aquilo que era já uma realidade no fim do reinado do Piedoso: o ascenso social dos melhores artistas portugueses e o estatuto de privilégio que muitos deles auferiam fruto de uma consciencialização que paulatinamente se impusera...

Uma edição de fim do século da responsabilidade de um servidor da Casa de Bragança, João de Ocanha, cavaleiro do Duque D. Teodósio II, reuniu em 1590 (com reedição em 1592) o livrinho de caligrafia de Manuel Barata junto com o *Tratado de Arimetica com mvyta diligencia* de Gaspar Nicolás (Lisboa, G. Galharde, 1519) e as *Regras que ensinam a maneira de screver a orthographia da lingua Portuguesa* do citado Pero de Magalhães Gândavo. A seleção elucida sobre os objectivos de Ocanha como livro eficaz no campo da Pedagogia mas também como elogio da liberalidade das artes. Barata, sabemo-lo, nasceu em Góis (ou na Pampilhosa da Serra?), morou em Lisboa e foi calígrafo de renome, como mestre de escrita do malogrado príncipe D. João, filho de D. João III, pai de D. Sebastião, tendo servido o duque D. Teodósio I na corte de Vila Viçosa<sup>18</sup> e convivendo, assim, com outro calígrafo de mérito, o também pintor Giraldo Fernandes de Prado (c. 1530–1592)<sup>19</sup>. O livro em causa inclui um

<sup>16</sup> SERRÃO, Vítor. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*, cit., pp. 68-83.

<sup>17</sup> VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim. *Crónica de D. João II e Miscellanea (de) Garcia de Resende* (introdução e notas), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

<sup>18</sup> PEREIRA, Ana Martínez. «El Arte de escrever de Manuel Barata en el ámbito pedagógico de la segunda mitad del siglo XVI», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n° 1, 2004, pp. 235-249.

<sup>19</sup> SERRÃO, Vítor. «Maniera, peinture murale et calligraphie: Giraldo Fernandes de Prado (c. 1535–1592), un grand peintre, écrivain et noble enlumineur méconnu», in *Out of the Stream: new perspectives in the study of Medieval and Early Modern mural painting* (coord. de Luís Afonso), Manchester, 2007, pp. 116-140; IDEM, *O Fresco Maneirista no Paço de Vila Viçosa, Par naso dos Duques de Bragança (1540–1640)*, Caxias-Massarelos, Fundação da Casa

belo soneto de elogio a Barata da autoria de Camões: «Ditosa pena, como a mão que a guia,/Com tantas perfeições da sutil Arte,/Que quando com razão venho a louvarte,/Em teus louvores perco a fantasia./Porém Amor, que efeitos vários cria,/De ti cantar me manda em toda parte,/Não em plectro beliger de Marte,/Mas em suave & branda melodia./Teu nome Emmanuel, de hum noutro Pólo,/Voando se levanta, & te pregoa,/Agora que ninguém te levantava./E porque immortal sejas; eys Apolo/Te oferece de flores a Coroa/Que já de longo tempo te guardava»<sup>20</sup>.

A *liberalidade* também se afirma na intuição criadora de quem sabia ver as *antigualhas* e os vestígios da Arqueologia, como André de Resende, o Infante D. Luís, e Jerónimo Corte-Real, como forças exaltantes de saberes. Em 1597, na *Monarquia Lusitana*, Frei Bernardo de Brito transcreve um poema do Corte-Real que alude a um templo de Vénus provavelmente na extinta freguesia de São Bento de Pomares (Torre de Coelheiros, Évora). A poesia amorosa diz assim: «No monte vos vi já que algum'hora/Viu dum pastor as armas vitoriosas/Em que Marte e Amor vivem agora./Já Vénus vos deixou selvas umbrosas (...)/Tudo cruel em vós contemplo e vejo,/Ó montes da formosa Citereia!/Pelo nome moderno só me rejo,/De Pomares regados com meus olhos/Cavados com a força do desejo». No sítio, sede de uma freguesia extinta em 1946, Túlio Espanca assinalou vestígios epigráficos e recolheu a tradição da passagem do herói Viriato e do seu sucedâneo Sertório, que no templo teriam pendurado as suas armas<sup>21</sup>...

Estes foram tempos em que a *liberalidade* se assumia como meta na afirmação estatutária das artes e dos saberes. Um anseio movido não só pelo desejo de subir na escala social e romper com os vínculos mesteirais e outras

---

de Bragança, 2008; e IDEM (Patrícia MONTEIRO), «Tratados de pintura, iluminura e caligrafia portuguesa», in *Primeiros Tratados de Pintura*, vol. 12 da col. *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, direcção de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2019, pp. 15-24.

<sup>20</sup> O poema saiu nas edições deste livrinho (de 1590 e 1592) como da autoria de Camões, autoria essa que Manuel de Faria e Sousa, nas *Rimas Varias*, cent. II, p. 297, considera autógrafa, sugerindo mesmo que o soneto fosse composto expressamente para uma perdida edição de 1572 do manual de Caligrafia de Manuel Barata.

<sup>21</sup> ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. VI. Concelho de Évora*, Academia Nacional de Belas Artes, 1966, pp. 387-388.

reminiscências medievais derivadas das *Bandeiras* corporativas, mas também pela vontade de afirmar a prática das artes como um espaço prestigiado e nobilitante. Como notou Hélio Alves, Jerónimo Corte-Real, num dos seus poemas, criou-lhe mesmo uma equivalência: a *venetustade*, sinónimo da aspiração das artes pela beleza suprema. Camões, por seu turno, considerou o estádio da liberalidade como sendo o *voo de nebrí* dos grandes poetas. Na diversidade das definições, o sentimento é o mesmo: poetas e pintores aspiram à plena liberdade de pensar e criar como último estádio de emancipação social. Como afirma em síntese Carlos Ascenso André a respeito de Camões como *poeta-pintor*, isto é, como ápice do sentido da *liberalidade criativa*, «podemos afirmar que Luís de Camões, pintor pela palavra, moldando a *poesia muda* nas formas da *pintura que fala*, (...) é bem um artista do seu tempo — um pintor de todos os tempos»<sup>22</sup>.

Já no século XVII, o escritor Félix da Costa Meesen, no seu tratado *Antiguidade da Arte da Pintura* (1696), ao referir-se a Fernão Gomes, o retratista de Camões, destaca-o como «*pintor de bravo talento, e mui destro no pintar, com grande valentia, e excellente Debuxo..., (que) fes admirações em suas obras*»<sup>23</sup>. Homem esclarecido, culto, amigo de poetas, ligado a círculos herméticos e, por isso também, alvo de um inquérito da Inquisição, Fernão Gomes foi sempre um promotor da *liberalidade* artística, criando a essa luz, em Lisboa, a Irmandade de São Lucas, espécie de embrião de uma primeira Academia portuguesa das Artes de que a Pátria falecia<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> ANDRÉ, Carlos Ascenso. *art. cit.*, p. 70.

<sup>23</sup> KUBLER, George. *The Antiquity of the Art of Painting by Felix da Costa*, New Haven, Yale University Press, 1967 (com ed. Fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Yale University), p. 267.

<sup>24</sup> MARKL, Dagoberto L.. «Crítica social e submissão na produção cultural do tempo de Camões», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n.º 86, tomo 1.º, 1980; e FLOR, Pedro, VARELA FLOR, Susana. *Pintores de Lisboa do século XVII e XVIII – a Irmandade de S. Lucas*, Lisboa, Scribe, 2016.

### 3. CAMÕES, CORTE-REAL, FERNÃO GOMES: UM ELO DE AFETO E CRIAÇÃO

As relações de Camões com o seu exato contemporâneo Jerónimo Corte-Real foram sempre de admiração mútua. Figura notabilíssima deste tempo, Jerónimo foi cavaleiro da Ordem de Cristo, onde ingressou em 1561 com a Comenda de São Vicente da Beira, e foi autor dos mais importantes livros de poesia épica que se publicaram em Portugal a seguir a *Os Lusíadas*: o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* (1574), a *Felicíssima Victoria... en el golfo de Lepanto* (1578) e o póstumo *Leonor e Sepúlveda* (1594). Eram obras apreciadíssimas no seu tempo e que mereceram o elogio de autores castelhanos como Lope de Vega, Quevedo, Cervantes e Herrera Maldonado<sup>25</sup>. Poeta excelente, cultor do verso branco e criador de poesia repleta de imagens estilísticas de inspiração clássica com recurso a aliterações e assonâncias de belo recorte maneirista, deve-se-lhe também o *Auto dos Quatro Novíssimos do Homem*, escrito sendo provedor da Misericórdia de Évora e juiz da irmandade das Almas de Santo Antão, mas que só seria publicado muito mais tarde (em 1768)<sup>26</sup>.

A biografia de Jerónimo Corte-Real, nascido provavelmente em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira), onde o seu pai Manuel Corte-Real foi terceiro capitão donatário, ou na ilha de São Jorge, da qual detinha também a capitania, estava também, até data recente, contaminada de inexactidões factuais, dandose como ano de nascimento a data de 1533, por exemplo, e não cerca de 1525–1526 como hoje está documentalmente apurado, sendo o terceiro filho do matrimónio do pai com D. Margarida de Mendonça, dama da casa da rainha D. Catartina, casamento esse ocorrido em 1522<sup>27</sup>. Tem-se louvado em cores de bravura a sua pretensa estada em missões militares no Oriente,

---

<sup>25</sup> Cf. ALVES, Hélio J. S.. *Jerónimo Corte-Real – Sepúlveda e Lianor. Canto Primeiro*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014, pp. 51-77.

<sup>26</sup> FARDILHA, Luís. «O Auto dos Quatro Novíssimos do Homem de Jerónimo Corte-Real», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1997, pp. 187-204.

<sup>27</sup> A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 101, n.º 125; apud Francisco BILOU, «Jerónimo Corte-Real e a sua Quinta de Vale de Palma, em Évora», in *Grada* (revista online), n.º 175, Badajoz, Março de 2023.

quando na realidade nunca se ausentou do Reino, conhecendo embora as fontes certas para reconstituir em cores poéticas os acontecimentos analisados (uma delas, Lopo de Sousa Coutinho, o nobre santareno que foi pai do futuro Frei Luís de Sousa)<sup>28</sup>. Decerto nunca se deslocou à Índia portuguesa.

Ao mesmo tempo, embora fosse apreciadíssimo na sua época pela nata da Literatura espanhola do século XVI–XVII — tanto Lope de Vega como Quevedo, Herrera, Calderón e, mesmo, Miguel de Cervantes, lhe dirigiram rasgados elogios como *poeta eminentíssimo*, colocando-o a par de Luís de Camões<sup>29</sup> —, foi sendo crescentemente preterido e apagado pela incandescente aura do vate<sup>30</sup>. Mesmo a tese de que foi um adepto acrítico do partido de Filipe II cai pela base, sabendo-se que, embora o futuro Filipe I de Portugal, que tanto o admirava, desde cedo buscasse assegurar o apoio de Corte-Real para a sua causa na crise dinástica, a verdade é que o poeta, amigo de muitos fiéis antonistas (como D. Manuel de Portugal), sempre manteve a neutralidade face aos pretendentes ao trono português que surgiram após a morte do Cardeal-Rei D. Henrique<sup>31</sup>.

No seu tempo, a obra de Jerónimo Corte-Real rivalizava com a de Camões, e o seu nome era elogiado como um dos maiores da poesia peninsular. Como tem acentuado Hélio J. S. Alves, foi o primeiro poeta ocidental a relatar em detalhe encontros históricos entre europeus e africanos da Abissínia e da África do Sul, com testemunhos sobre práticas culturais e costumes nativos do Malabar e de Goa que, conhecidos embora por via

---

<sup>28</sup> BARATA, António Francisco. *Subsidios para a biografia do Poeta Jeronymo Corte-Real (comemorando a vinda de S. M. El-Rei D. Carlos a Evora em 1899)*, Évora, Ed. Ferreira & Irmão e C.<sup>a</sup>, s/d (1899); e FREIRE, Henrique, *Jeronymo Corte-Real. Novos Subsidios para a sua Biographia*, Évora, Typographia Noticias d'Evora, 1900.

<sup>29</sup> ALVES, Hélio J. S. «Corte-Real, Jerónimo», *Dicionário de Luís de Camões*, org. por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Lisboa, Caminho, 2011, pp. 298-303; IDEM, Hélio J. S. ALVES, *Jerónimo Corte-Real – Sepúlveda e Lianor. Canto Primeiro*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014, pp. 51-77.

<sup>30</sup> WHITE, Landeg e ALVES, Hélio J. S. *Poetas que não eram Camões*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2018, pp. 140-193.

<sup>31</sup> ALVES, Hélio J. S.. *Jerónimo Corte-Real – Sepúlveda e Lianor. Canto Primeiro*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014, pp. 17-36.

indireta, são únicos e insubstituíveis. A sua atenção muito benevolente para com os direitos elementares das mulheres (tanto nobres, como da gente comum, ou escravas e cativas) e com os *outros* (mouros, turcos, maghrebins, indianos e demais *gentios*), e as críticas frontais à crueldade praticada pelos portugueses nas guerras no Oriente, mostra um espírito de tolerância e de inclusão que chegou a suscitar a ira e mesmo a censura de leitores da época e que atesta acima de tudo, como os trabalhos de Hélio Alves têm sublinhado, a grande sensibilidade humanista do poeta...

Um dos temas comuns à poesia de Corte-Real e de Camões é o da *Tempestade* — um assunto que rareia, estranhamente, na nossa pintura do século XVI, país de viajadores onde as borrascas de mar e as viagens de risco primavam —, sendo a metáfora do naufrágio glosada com preciosismos pelo pintor (e amigo de poetas), o referido Fernão Gomes, uma feliz exceção<sup>32</sup>. Refiro-me a um pormenor da pintura *São Pedro Gonçalves Telmo* pintado na Capela do Corpo Santo no Funchal, com suas interessantes referências ao *fogo de Santelmo*, mais um tema benquisto de *Os Lusíadas*... Aliás, as relações entre poeta e pintor são hoje bem conhecidas: em plena crise sucessória e de convulsões no Reino, poeta e pintor conviviam na velha Lisboa. Em 25 de Fevereiro de 1579 e a 3 de Agosto de 1581, Jerónimo Corte-Real apadrinhou Maria e Antónia, filhas do seu amigo pintor Fernão Gomes e de sua mulher Luísa de Sousa, em ato realizado na igreja de Santa Catarina do Monte Sinai em Lisboa (a mesma igreja onde os pais dessas crianças se haviam casado em 15 de Abril de 1577, apadrinhados então pelo sevilhano Lorenzo de Salzedo, pintor da Rainha D. Catarina, outro nome importante a considerar na caracterização desta espécie de *idade de ouro* do Maneirismo nacional)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> SERRÃO, Vítor. «Naufrágio, Tempestade e Melancolia, *topoi* da cultura artística portuguesa do tempo de Camões», in *Islenha*, nº 76, 2025 (no prelo).

<sup>33</sup> IDEM, «O pintor Fernão Gomes, entre Delft e Lisboa, 1548–1612. A influência do Maneirismo neerlandês na pintura portuguesa», Actas do Congresso “*Ao Modo da Flandres*”. *Disponibilidade, Inovação e Mercado da Arte (1415–1580)*, coord. de Bernardo J. García GARCÍA e Fernando GRILO, Fundación Carlos de Amberes, La Palma, pp. 221–230.

Jerónimo Corte-Real tratou este tema do naufrágio, em luminoso áspide de criação, no seu famoso poema *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa de Sepúlveda*, poema em dezassete cantos escrito em Évora, no seu Solar de Vale de Palma, entre cerca de 1578 e 1588, com interrupções diversas, e editado póstumo, com dedicatória a D. Teodósio II, Duque de Bragança, por iniciativa do seu genro (Lisboa, edição pelo impressor Simão Lopes, 1594). Este célebre poema conta a história trágico-marítima (também citada por Camões em *Os Lusíadas*) do naufrágio sofrido pela nau onde seguiam Manuel de Sousa Sepúlveda e sua mulher Leonor de Sá, vindos de Goa para Lisboa. Ambos sofreriam trágica morte, com seus filhos, na costa da «cafraria», junto ao Natal, no sul de África. O longo poema é um dos mais sublimes de toda a literatura peninsular quinhentista e a obra mais estimada do poeta: segundo Hélio Alves, «mundos abrem-se como sinfonias em vários andamentos, num formidável caudal artístico que tudo abarca»<sup>34</sup>...

O poema desdobra-se num ritmo de dramaticidade e de trágica musicalidade («*rompe-se por mil partes o céu, e arde...*») em passos que têm evidentes similitudes, pelo seu dramatismo tratado em *congelamento*, com o referido trecho de pintura madeirense de Fernão Gomes. Mas qual a estranheza, quando se sabem as relações que uniam estes dois homens, nomes destacadíssimos na cultura peninsular do fim do século XVI em tempo de crise e radical mudança?

#### 4. JERÓNIMO CORTE-REAL, POETA EXCELENTÍSSIMO E PINTOR DOUTO

«*Orpheo a voz lhe deu, Apollo a lyra, Amor a branda penna, Marte a lança, E o seu proprio pinzel a natureza*», escreveu Diogo Bernardes (c. 1530–1594). E outro poeta maior do tempo de Camões, António Ferreira (1528–1569) enaltece no amigo as vertentes complementares de pintor e músico: «*no pincel*

---

<sup>34</sup> ALVES, Hélio J. S. *Jerónimo Corte-Real – Sepúlveda e Lianor. Canto Primeiro*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014, p. 37.

*vences natureza, & arte:/Na lyra, quantos a melhor tocáram»*. Os exemplos coevos sobre os talentos pictóricos do poeta abundam. O elogio à versatilidade de Jerónimo Corte-Real entre a Poesia e as outras artes constitui tema a merecer maior atenção — é visto como um virtuoso na lira, na pena e no pincel... Numa pintura do seu citado amigo Fernão Gomes para o mosteiro da Graça, em Lisboa, que data da década de 1580, admiramos, além de um fundo com o Castelo de Sant' Angelo, dois anjos com um livro aberto com notação musical, numa espécie de audível sinfonia celeste. Que bela metáfora esta, em cores e tintas, para afirmar o sentido da *'ut pictura poesis'* que perpassa na obra de Jerónimo Corte-Real!

A figura de Leonor de Sá, a heroína do poema *Sepúlveda*, era parente remota do poeta, enquanto prima de sua mulher D. Luísa de Vasconcelos; e seria como tal representada pelo Corte-Real, em 1585, no painel *São Miguel e as Almas* da igreja de Santo Antão em Évora, pintado quando era juiz da confraria das Almas do Purgatório, sedeadada nessa igreja. O quadro, de muito boa qualidade artística, faz jus à fama de Corte-Real no exercício desta arte, sobretudo a nível da retratística, mas está carecido de restauro dadas as repinturas que sofreu<sup>35</sup>. Tomou inspiração, na figura do Arcanjo a combater o demónio (que no caso da tábua de Évora foi coberto por espessa nuvem censória!), numa gravura flamenga acabada de editar em Antuérpia, da autoria de Hieronymus Wierix (1584), composta segundo uma *ideia* do humanista Benito Arias Montano.

Como já defendemos noutro estudo<sup>36</sup>, o poeta-pintor, que ultimava então o poema na sua quinta de Vale de Palma, situada nos arredores da

---

<sup>35</sup> SERRÃO, Vítor. «As dimensões da Micro-História da Arte na senda dos diálogos possíveis. Dois casos de estudo na arte portuguesa do século XVI: um poeta-pintor e um pintor-calígrafo», Atas do Simpósio Internacional *A História da Arte hoje: status quaestionis*, coord. por Maria João Neto (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 15 e 16 de novembro de 2022), Lisboa, ed. ARTIS-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Caleidoscópio, 2024, pp. 43-67.

<sup>36</sup> IDEM, «As dimensões da Micro-História da Arte na senda dos diálogos possíveis: dois casos de estudo na arte portuguesa do século XVI», in Atas do *Simpósio Internacional História da Arte Hoje – Modus Operandi*, Caleidoscópio e ARTIS-Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, coord. de Maria João NETO, novembro de 2022 (no prelo).

cidade (obra que considerava mesmo «*mais filha do seu engenho*»), terá incluído, entre as chamas do Purgatório, duas figuras evocativas da bela Leonor de Sá e do seu amado Manuel de Sousa de Sepúlveda, heróis do poema *Lianor e Sepúlveda*. O ambiente bucólico de Vale de Palma, espécie de *locus amoenus* renascentista, serviu, por certo, como foco de inspiração de um poeta-pintor tão rico de mundos interiores e que prezava como poucos a pureza do mundo natural<sup>37</sup>...

... Mas se o Corte-Real poeta foi justamente aclamado, e mesmo cotejado, como émulo de Camões, já não está tão bem estudado, porém, enquanto pintor, iluminador, miniaturista e calígrafo, áreas que tenho vindo ultimamente a investigar de forma mais sistemática e que, no seu tempo, lhe deram fama certa, sobretudo pela preciosa e aclamada iluminação de dois dos seus poemas<sup>38</sup>. Recente análise do belíssimo códice iluminado chamado *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, que pertenceu ao Arquivo Cadaval e se encontra hoje na Biblioteca D. Manuel II da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, escrito pelo mercador, humanista e latinista André Rodrigues de Évora, cerca de 1555, mostra atento desenvolvimento das temáticas proféticas dos bons-agoiros e ventos benfazejos ligados no caso à educação do príncipe, ou seja, a propósito do nascimento do futuro D. Sebastião em 1554.

---

<sup>37</sup> O solar de Vale de Palma, na freguesia de Santa Maria de Machede, nos arredores da cidade, hoje integrado na Herdade do Paço Saraiva, é um interessantíssimo paço quinhentista, merecedor de reabilitação. Cf. Túlio ESPANCA, *Património Artístico do Concelho de Évora. Arrolamento das Freguesias Rurais*, Câmara Municipal de Évora, 1957, p. 168; e Francisco BILOU, *Jerónimo Corte-Real e a sua Quinta de Vale de Palma, em Évora*, in *Grada* (revista online), n.º 175, Badajoz, março de 2023. O poeta estadeou aqui desde 1573, quando tomou posse efetiva das terras, que eram de seu tio homónimo (Arquivo Distrital de Évora, *Cartório Notarial de Évora, Notas do Tabelião Álvaro Ramalho*, L.º 113, fls. 106 v.º 109), e aqui viveu mais demoradamente os últimos anos.

<sup>38</sup> O elogio ao poeta como iluminador consta já em PLAGNARD, Aude. «*La Felicísima Victoria de Jerónimo Corte-Real. Lepanto en la encrucijada de España y Portugal*», in *El Canto de Calíope. Recepción y canon de la época culta española*, ed. de José Lara GARRIDO e Raúl Diaz ROSALES, Málaga, *Anejos de la Anacleto Malacitana*, n.º 87; IDEM, «*Geografías Épicas nas obras de Jerónimo Corte -Real, Alonso de Ercilla e Luís de Camões*», in *Veredas*, n.º 23, Santiago de Compostela, 2015, pp. 9-25.

Essa análise permitiu alimentar a presunção de que as iluminuras deste códice (antes mal atribuídas a António de Holanda, e que são de excelente qualidade) se deverão afinal ao pincel de Jerónimo Corte-Real<sup>39</sup>, que teria trabalhado nele em colaboração com António Fernandes, um iluminador de estética maneirista e um dos autores de frontispícios da *Leitura Nova*, que creio deva ter sido seu mestre nessa arte especialíssima<sup>40</sup>.

A sua *opus magnum* como iluminador de chama é, todavia, o conjunto de iluminuras do códice manuscrito do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu, estando D. João de Mascarenhas por capitão da fortaleza* (A.N.T.T., cód. Cadaval 31), que data de cerca de 1567. O poema celebra os feitos de D. João Mascarenhas em 1546 durante o cerco de Diu e o códice mereceu um primeiro estudo de conjunto a Martim de Albuquerque<sup>41</sup>. Obra só impressa em 1574 (sem as gravuras a que alegadamente se destinavam as composições iluminadas) na oficina de António Gonçalves, o mesmo impressor de *Os Lusíadas*, o livro tem dedicatória a D. Sebastião, evocado aliás em duas das iluminuras como novo Argonauta e imperador da Cristandade.

À qualidade de Corte-Real como iluminador, integrado numa linhagem brilhante de artistas que tem em António de Holanda (pai de Francisco de Holanda) o seu ponto alto, e em cuja escolaridade se formou o autor do códice Cadaval 31, acresce o facto de, como observou Aude Plagnard<sup>42</sup>, o

<sup>39</sup> Cf. MATOS, Luís de. *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, Banco Pinto & Sotto Mayor, Lisboa, 1983; João RUAS (introdução e organização), *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II*, Caxias – Casa de Massarelos, Fundação da Casa de Bragança, 2006, pp. 48-51; e SERRÃO, Vítor. «As “Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião” (1554–1555): contributos para o seu estudo histórico-artístico», revista *Callipole*, n.º 29, 2023, pp. 247-278. O códice tem a cota BDM II Res Ms 6 Adq.

<sup>40</sup> Cf. IDEM, *Les enluminures de la Leitura Nova 1504–1552. Études sur la culture artistique au Portugal au tempos de l’Humanisme*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp. 80-81, 86-87 e 217-220; IDEM, «António Fernandes», catálogo *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, p. 467.

<sup>41</sup> Cf. ALBUQUERQUE, Martim (introdução e notas), edição fac-similada de *Jerónimo Corte-Real – Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Lisboa, Edições Inapa, 1991.

<sup>42</sup> PLAGNARD, Claude. «Épica e imagen: un análisis socio-poético de los manuscritos de Jerónimo Corte-Real (ca. 1569 y 1575)», in *Hipógrifo. Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro*, vol. 5, n.º 2, 2017, pp. 215-239; IDEM, «La Felicísima Victoria de Jerónimo Corte-Real. Lepanto en la encrucijada de España y Portugal», in *El Canto de Calíope. Recepción y canon de la época culta*

Corte-Real ser um dos pioneiros na Península Ibérica, se não na Europa, a conjugar narrativas originais em verso com pinturas suas em volumes individuais manuscritos e impressos, o que não constitui um pormenor de somenos. Em 1821, já o sempre atento Almeida Garrett, que conheceu o códice iluminado de Diu no arquivo dos Duques do Cadaval, realçou esse aspeto, absolutamente inovador. de nele existir uma perfeita correlação entre verso e imagem: «*é talvez Corte-Real o primeiro, em data, poeta descritivo, e criou ele, acaso, esse género de que tanto blasonam hoje ingleses, alemães e até franceses, e que todavia nós tínhamos séculos antes deles*»<sup>43</sup>... Ou seja, as imagens de Jerónimo Corte-Real neste códice servem o propósito de reforçar o engenho da sua poesia e atestam o uso de dois conceitos precisos: a *poesia épico-demonstrativa* (Hélio Alves) e o *manuscrito autógrafo e ilustrado como obra de arte* (Aude Plagnard), duas das inovações do famoso poeta que, segundo o seu contemporâneo Duarte Dias, era «*gloria de Apolo, luz de Portugal*».

O mesmo aspecto pictórico-épico-demonstrativo se encontraria nos perdidos fólios iluminados do códice manuscrito da Felicissima Victoria Concedida del Cielo al señor D. Juan de Austria en el golfo de Lepanto, poema de cerca de 1575 em 15 cantos que celebra a vitória contra os turcos, escrito em castelhano e só impresso em Lisboa em 1578, com gravuras de Jerónimo Luís segundo desenhos de Jerónimo Corte-Real. Infelizmente, o códice, hoje na Biblioteca Nacional de Espanha, foi truncado da maior parte das iluminuras, hoje em paradeiro desconhecido. Todavia, as gravuras que ilustram a edição de 1578, abertas por Jerónimo de Mafra, dão bom sinal desse mesmo espírito iconológico que supera a mera ilustração<sup>44</sup>.

---

*española*, ed. de José Lara Garrido e Raúl Díaz Rosales, Málaga, Anejos de la Anacleto Malacitana, n.º 87; IDEM, «Geografías Épicas nas obras de Jerónimo Corte-Real, Alonso de Ercilla e Luís de Camões», in *Veredas*, n.º 23, Santiago de Compostela, 2015, pp. 9-25.

<sup>43</sup> GARRETT, Almeida. *O retrato de Venus e estudos de historia literária*, 2.ª ed., Porto, Ernesto Chardon, 1884, ref.ª pp. 191-192.

<sup>44</sup> O gravador D. Jerónimo Pintor, filho do senhor de Mafra, homem entendido em timbres heráldicos, e ligado à Casa de Mafra e aos Vasconcelos, Condes de Penela, é ainda uma figura enigmática, que terá desaparecido pouco depois na tragédia de Alcácer Quibir. Não se confunde com Jerónimo Luís, também gravador e também ligado a Corte-Real, pois assina o frontispício da edição de *Segundo Cerco de Diu* (Lisboa, 1574): «*Jeroni(mo) luis me f(ecit)*».

Da obra de pintura de cavalete restam, além do quadro em Santo Antão de Évora, os dois quadros do Paço Real de Sintra que representam O rei D. Sebastião na figura do mártir São Sebastião, seu patrono, a libertar os cativos cristãos Marco e Marceliano, e O rei-santo a enfrentar o sultão em defesa da Cristandade<sup>45</sup>. Poderiam pertencer na origem ao desmantelado Paço Real de Almeirim e, sendo de cerca de 1575–1577, integram uma visão premonitória da missão de Marrocos, de que o Desejado se sentia ungido. As afinidades de desenho com a obra iluminada de Corte-Real são inevitavelmente próximas, revelando os mesmos modelos e estilemas. Na segunda tábua, a fonte iconográfica usada foi o livro *David. Virtutis Exercitissimae Probatum Deo Spectaculum, ex David Pastoris Militis Dvciis Exvliis Ac Prophetarum Exemplis*, de Benito Arias Montano (Antuérpia, 1575, edições Plan-tin, com gravuras de Philippe Galle), o que mostra mais uma vez a atualização de fontes usadas pelo poeta-pintor.

Estas peças de propaganda adulatória e de inflamada ideologia expansionista destinavam-se a círculos restritos da corte, no caso um oratório palatino, e explicam-se pelo clima impactante do culto de São Sebastião no tempo de D. Sebastião (1554–1578), que nasceu num dia 20 de janeiro, o preciso dia da festa do santo mártir que lhe deu nome<sup>46</sup>. Desde cedo foi ungido e

---

O estilo deste ressurgiu na portada e ilustrações da obra *Historia de la Provincia santa Cruz a que vulgarmête chamamos Brasil* de Pedro Magalhães de Gândavo (Lisboa, 1576) onde, como bem notou Aude Plagnard, as iniciais “j. l.” surgem à esquerda, em baixo, na ilustração da portada, confirmando a presunção de autoria. É, também, figura obscura.

<sup>45</sup> Vítor SERRÃO, «entrada» in catálogo *O Mártir. Corpo Ferido na Árvore*, exposição comemorativa dos 500 anos da Festa das Fogaceiras em honra de São Sebastião, coordenação do Prof. Doutor Carlos MOREIRA AZEVEDO, 2005.

<sup>46</sup> Cf. PEREIRA, Miguel. *Crónica de El Rei Dom Sebastião, Décimo Sexto Rei dos de Portugal na qual se contém, por maior, os sucessos do seu Reinado e vida*, 1584, mss. da BNP, cód. 477; J. M. QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastián (1554–1578)*, Madrid, Espasa-Calpe, 1943; VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim. *História de Portugal*, Vol. IV (1495–1580), Lisboa, Ed. Verbo, 1879; IDEM, *História de Portugal., Governo dos reis espanhóis (1580–1640)*, vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo. 1977; IDEM, «O reinado de D. Sebastião à luz dos seus itinerários», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. XIV, 1964; IDEM, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1963; e BAÑOS, Antonio e BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta. *D. Sebastião, Rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006; e LIMA CRUZ, Maria Augusta. *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

idolatrado como príncipe de quem se aguardavam grandes feitos na afirmação de um destino providencial e messiânico, ideário que desde tenra idade lhe foi inculcado. Ainda em tempo de regência de D. Catarina, solicitou ao papa a oferta de uma relíquia de São Sebastião, uma das setas alegadamente do seu martírio, a qual chegou ao Reino por oferta de Gregório XIII em 8 de novembro de 1573. A relíquia chegou às mãos do rei, estando no Paço de Almeirim, embebida no sangue do mártir e autenticada por Breve papal (entregue a 9 de fevereiro de 1574 pelo enviado papal Pompeo Lanoja).

A seta sebástica será, doravante, um dos atributos do seu breve reinado, presente na arquitetura sacra e civil e, bem assim, na heráldica, na retratística e na emblemática régia<sup>47</sup>. Aliás, também Camões compôs uma epístola dirigida à seta sebástica: «Mui alto rei cujos céus em sorte eram o nome augusto e sublimado daquele cavaleiro que, na morte por Cristo, foi de setas mil passado; pois dele o fiel peito, etc». D. Sebastião empenhou-se na alteração dos Estatutos das Três Ordens Militares, depois de avançar com a adição de uma nova Ordem Militar, a de São Sebastião, ou da Flecha. A construção da grande igreja em Lisboa dedicada ao santo homónimo, para a qual Francisco de Holanda delineou um inovador projeto centralizado, inscrevia-se nessa intenção de solenizar a relíquia, vista como símbolo da sua missão expansionista. A seta está presente, pois, na decoração tanto das pequenas construções (como a Ermida de São Sebastião da Azinhaga, no concelho de Santarém, erguida aquando da grande peste de 1570), até iniciativas grandiloquentes como o Mosteiro de São Vicente de Fora, só verdadeiramente cumprido na era de Filipe I de Portugal, consagrado aos dois santos fundacionais, São Vicente e São Sebastião. A seta sebástica surge entre outra iconografia do tempo do Desejado, tanto na iluminura que abre o códice Sucesso do Segundo Cerco de Diu de Jerónimo Corte-Real, como em numerosos testemunhos de pintura, escultura, iluminura e gravura desta época<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> BAPTISTA PEREIRA, Fernando António. «O Retrato de D. Sebastião do Museu Nacional de Arte Antiga – uma leitura iconológica», revista *Prelo*, n.º 11, 1986, pp. 55-86.

<sup>48</sup> Francisco Venegas, pintor de Filipe I de Portugal, pintou para o Mosteiro de São Vicente de Fora (só resta o desenho) o quadro *Santa Irene a retirar as setas do corpo de São Sebastião*. Diogo Teixeira tratou o tema num painel na igreja dos Anjos em Lisboa, tal como

É neste clima de intenso fervor patriótico e de aposta no projeto expansionista do rei — a trágica Jornada de Marrocos — que deve ser integrada a fatura das duas pinturas de Sintra acima citadas, coevas quiçá do envio pelo papa Gregório XIII a D. Sebastião da célebre relíquia da seta do santo. Nestes anos, o poeta-pintor trabalhava próximo da corte, como espécie de conselheiro artístico, e é nesse âmbito que tais painéis devem ser iconologicamente interpretados. Vivia entre Lisboa e Évora, com estadas em Alenquer, Alcochete e Portalegre, onde tinha casas e bens. Na igreja do mosteiro de São Francisco de Alenquer existe uma pintura sacra, uma Nossa Senhora do Rosário, que poderá ser da sua autoria<sup>49</sup>.

As relações do poeta-pintor com a corte sebástica foram sempre muito fortes. O rei *Desejado* estimava-o. Além de ter retratado o malogrado rei no códice *Sucessos do Segundo Cerco de Diu*, onde o canto XXI alude à «*profecia do nascimento do invictissimo Rey Dõ Sebastião*» e, mais, «*declaralhe algumas cousas q. ainda estão por vir*», Corte-Real esteve ao serviço da corte. Depois do desastre da jornada de África, e dos traumas da crise dinástica e subsequente guerra civil, cujos excessos denunciou<sup>50</sup>, ainda escreveu o poema *La*

---

Fernão Gomes (perdido quadro do *Martírio de São Sebastião* de que só resta o estudo no Gabinete de Desenhos do M.N.A.A.). A receção da seta de São Sebastião e a criação de nova Ordem Militar sob seu signo levaram a que cerca de 1574–1578 se multiplicasse uma iconografia de sentido messiânico em torno do jovem rei, identificado como *novo São Sebastião*. O modesto Gaspar Soares, de Torres Novas, representou o rei-mártir nas igrejas de Lapas (Torres Novas) e de Évora de Alcobaça, tendo pintado ainda (igreja de Pedreira, Tomar) um raro trecho da batalha de Alcácer Quibir que se pode considerar de oculta cultuação sebástica. Seria interessante realizar-se um *corpus* das múltiplas representações do culto sebástico, e da seta, na arte portuguesa deste reinado e da sua sequência.

<sup>49</sup> A estada em Alenquer documenta-se em documento de 3 de novembro de 1582 em que o Corte-Real surge num emprazamento do Mosteiro de São Vicente de Fora como fidalgo da Casa Real e morador em Alenquer (A.N.T.T., *L.º das Notas do tabelião Belchior de Montalvo*, 1582, fls. 97 vº a 98 vº, inédito). Não se sabe de eventuais contactos tidos com Damião de Góis, morador na vila. Quanto a Portalegre, sabe-se que o Corte-Real era sobrinho-neto de D. Jorge de Melo, bispo da Guarda, irmão da sua avó, e teve na Serra de São Mamede (onde se achava, aliás, quando Filipe II o quis sondar sobre o seu posicionamento político). Tinha também uma irmã professa no convento de São Bernardo.

<sup>50</sup> Numa carta de 31 de Janeiro de 1582 a Gabriel de Zayas, secretário de Filipe II, Corte-Real diz o seguinte: «*Lisboa está del todo estragada e tão destruída que se Sua Magestad con sua real presença e clemencia costumada a não favorece, vejolhe o remedio dillatado ou de todo*

*Lamentable perdida del rey don Sebastián y del reino de Portugal*, de que existe versão na Biblioteca da Ajuda, onde narra o desaparecimento do rei e o cativoiro dos companheiros (um deles, o jovem D. Teodósio, futuro Duque de Bragança) e lamenta em cores vivas os tristes tempos de desesperança que se sucederam no Reino<sup>51</sup>. Pensei que fosse seu o pequeno retrato com a efígie do rei que seguiu para Florença aquando da malograda tentativa de casamento de D. Sebastião com Leonor de Médicis, filha do Grão-Duque da Toscana, hoje no Museu dos Uffizi, mas a enigmática assinatura não consente tal hipótese<sup>52</sup>.

Como conselheiro artístico do *Desejado*, diz-nos Alexandre Herculano que Corte-Real fora encarregado de desenhar o timbre das armas com que seguiu para Alcácer. No documento em causa, chamado *Aspecto de Lisboa ao ajuntar-se e partir a armada para a jornada d'AlcacerQuibir*, lê-se que foi «*encomendado a Jeronimo Corte Real e a D. João de Mafra e a outro fidalgo, que não soube o nome, que inventassem o que poria elrei no timbre de suas armas novas, com que nesta jornada havia de sair. Accordaram que posesse abaixo das armas reaes dois*

---

*duvidoso, porque a gente vulgar esta chea de escandalo por estarem ainda correndo sangue as chagas e dores passadas, assi de mortes de maridos, molheres e meninos, como das perdas e roubos das fazendas, que se estimão (só no burgo de Lisboa) em cinco contos douro»* (Archivo General de Simancas, Estado 426, s/n.º fls. Citado por BOUZA ÁLVARES, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580 1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 176.

<sup>51</sup> MARTÍNEZ TORREJÓN, José Miguel. «'La Lamentable perdida del rey don Sebastián y del reino de Portugal' de Jerónimo CorteReal», in *Colóquio/Letras*, n.º 201, maio-agosto de 2019, pp. 73-146.

<sup>52A</sup> miniatura dos Uffizi (9 cm de diâmetro, têmpera sobre cartão), representa D. Sebastião em “tondo”, com gola encanudada e belo arnês, e foi pintada “ao natural” em 1577. Além da inscrição SEBASTIANVS I. LVSITANOR REX AETAT. SVAE. XXIII, ostenta à direita, em baixo, o registo autoral: D. IR.º. D.M.F. A assinatura, até agora, não foi identificável por nenhum dos autores que referiram a peça (Bernardo da Gama Lobo Xavier, Annemarie Jordan, Pedro Flor, entre outros). A miniatura chegou em 1577 a Florença por mão do embaixador português, casado com uma irmã de Jerónimo Corte-Real, e serviu de base para o retrato de D. Sebastião, também nos Uffizi, pintado por Cristofano del Altissimo, aquando das negociações para o falhado casamento do *Desejado* com a filha do GrãoDuque. A enigmática assinatura deve-se interpretar “D(ono) Ieronimus De Me Fecit” (“Oferta de Dom de Jerónimo, (que) fez este retrato de minha pessoa”). Tratar-se-á de obra do já citado “D. Jerónimo Pintor, filho do senhor de Mafra”.

*piramides ao modo de columnas, e de um destes ao outro posessem umas letras que dissessem: – Amor, Fé, Amor*”<sup>53</sup>.

A prolixidade artística de Corte-Real estendeu-se ainda à música (era dotado cantor e tocador de lira, dizem as fontes) e à escultura. Se não esculpiu imagens, pelo menos debuxava-as, como se deduz da referência do padre António Gonçalves de Novais em 1635 na sua *Relação do Bispado de Elvas*, ao descrever as igrejas e ermidas de Campo Maior: «(...) S. Sebastião em que está hũa fermosa & bem proporcionada Imagem do Sancto, que dizem que foi talha, & obra do celebrado Poeta Ieronymo Corte Real». A escultura, muito romanista, chegou aos nossos dias (expõe-se no Museu de Arte Sacra da Paróquia de Campo Maior) e é de muito boa qualidade artística. Resta saber se foi mesmo lavrada por Corte-Real se por outrem a partir do seu *debuxo*...

A alegoria moralizante, por certo, interessou o poeta-pintor. Em data imprecisa (cerca de 1570), o Corte-Real enviou um quadro com a alegoria à *brevitas vitae* a um poeta seu amigo, D. Simão da Silveira, acompanhado de um terceto «*A dom Simão da silveira mandando-lhe amostrar huma pintura da mocidade e velhice*». Este D. Simão da Silveira (falecido em 1575) era também amigo de Luís de Camões, que lhe admirava os sonetos e lhe dedicou uma poesia que começa assim: «*De um tão felice engenho, produzido/de outro, que o claro Sol não viu maior,/é trazer cousas altas no sentido,/todas dinas de espanto e de louvor*»... No poema (recolhido no *Cancioneiro* de Luís Franco Correia, contemporâneo de Corte-Real, e bem estudado por Hélio J. S. Alves <sup>54</sup>), o poeta-pintor afirma que «*quis, debuxando/por minha mão, mostrar a fresca idade/*

<sup>53</sup> HERCULANO, Alexandre. Opúsculos, vol. 6, 1873 (Lisboa, Bertrand, vol. 2, 6.<sup>a</sup> edição, p. 106). *O enigmático D. Jerónimo de Mafra* («D. Jerónimo Pintor, filho do senhor de Mafra») é o mesmo que passou a gravura os desenhos de Corte-Real para a edição de Lepanto em 1578 (o frontispício está assinado J. P. M.), e esteve na jornada de Alcácer Quibir, onde (diz Raczyński em 1847) teria falecido ou ficado cativo. Segundo informação inédita de Luís Filipe Sousa, «Jeronimo Pintor, filho do senhor de Mafra» assim surge registado em certa listagem do A.N.T.T sobre os cativos de Alcácer...

<sup>54</sup> Cf. ALVES, Hélio J. S. *Poesia – Jerónimo CorteReal*, Coimbra, ed. Angelus Novus, 1998, pp. 21-23.

como vai por seus pontos acabando...». É muita pena ter-se perdido essa pintura dedicada à «*fermosura tão prezada*» e contudo tão efêmera, e que avisava «*como em fim se desfaz uma beldade,/Como em forma tristissima fenece/A suave e gentil venestude*»... Sobre a originalidade absoluta deste último termo, venetustade, já nos pronunciámos atrás.

Este elogio do *Eterno Feminino* mistura-se com a reflexão sobre as *vãs vaidades* e remete para o conhecimento da obra de Ticiano Vecellio, em cuja famosa pintura *As Três Idades da Vida* (c. 1560, National Gallery) se pode encontrar uma das fontes para este discurso ontológico sobre as efemeridades vitais. Corte-Real, já o mostrou Hélio Alves, teria sido fonte para a composição da grande tela que Ticiano pintou para a corte espanhola (1573) em comemoração da vitória de Lepanto, onde são absolutamente idênticas as poses do turco amarrado e da jovem prisioneira que, junto a despojos de guerra, surge numa das iluminuras do códice do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, manuscrito esse a que o veneziano poderia ter acesso, estando guardado no Palácio Real de Madrid depois de ofertado a Felipe II...

Este o perfil pictórico possível do poeta de *Sepúlveda* que hoje se pode já traçar. «*Olhai como Amor gera, num momento/De lágrimas de honesta piedade,/Lágrimas de imortal contentamento*» (Camões) — é sempre a força da língua escrita e falada, que diz tudo o que precisa ser dito na sua multiplicidade de variações dialectais. O Português, nosso traço identitário, impõe três evocações necessárias e que andam juntas: Camões, o Poeta ímpar, Fernão Gomes, o «*pintor de bravo talento e mui facil no pintar*» que cerca de 1573 lhe debuxou a vera efígie, e Jerónimo Corte-Real, o poeta-pintor para quem Amor e Arte estão sempre «*para além do humano entendimento*».

## 5. ENTRE CRIAÇÃO LIVRE E CENSURA, AS SOMBRAS DA INQUISIÇÃO

A partir de Itália, a cultura europeia do largo tempo do Renascimento adquirira sólidas bases de pesquisa nos campos do oculto, através de tratados que circulavam tanto em livro como em versão manuscrita, e que mereciam larga discussão em torno das insondáveis artes dos metais. A obra

*Questione dell'Alchimia* de Benedetto Varchi (1544) mostra, na sua erudição de humanista e crítico das artes do seu tempo, a preocupação de sintetizar essas discussões, destacando a alquimia «vera» da «sofistica» e, por último, da «falsa», sendo a primeira a que segue as leis naturais para transmutar a «sostanza del metalli», e a última aquela que ousa superar a natureza e faz uso de práticas ocultas de negromancia, sendo por isso «falsa e malvaggia»<sup>55</sup>.

O abundante uso de emblemas e hieróglifos na iconografia que suporta estas correntes plurais mostra-se, segundo Benedetto Varchi, com maior ou menor fidelidade aos princípios e bases morais do Cristianismo e, mesmo, como temas de pesquisa no seio de determinadas elites católicas<sup>56</sup>. A desconfiança da Igreja perante comportamentos considerados *saturnianos* multiplica-se em debates, em processos inquisitoriais e em mera sondagem de opiniões<sup>57</sup>. Num grande pintor maneirista de percurso tão agitado quanto breve, Francesco Mazzola, il Parmigianino (1503–1540), muito relacionado com os círculos de astrologia e magia em Parma e em Roma (e, por isso, admoestado por Vasari por abandonar a pintura em favor de círculos considerados perigosos junto de «*strani amici*»...), o uso de uma mensagem iconológica de raiz alquímica (o *vas hermeticum*, por exemplo) terá uma evidente simbologia cristã.

Pesem as cautelas com que nos círculos de humanistas e *litterati* se usaram estes saberes, como foi o caso do tratadista português Francisco de

---

<sup>55</sup> GABRIELE, Mino. «Linguaggi alchemici e iconografia cristiana: il caso del Parmigianino», in *Parmigianino e la pratica dell'alchimia*, cit., pp. 19-37.

<sup>56</sup> Eram tempos perigosos, sob pano de fundo da Reforma protestante. Alguns desses textos, aliás, vituperam a “falsa alquimia”, desde logo em Raimundus LULIUS, *De alchemia opuscula*, na edição de Nuremberga, 1546, ou na obra do médico Hieronymus RUBEUS, *De Destillatione Liber*, Basileia, 1585, e mesmo em Giovan Battista DELLA PORTA, *De occultis literarum notis*, Montis-Beligarti, 1593, autor que explicita a técnica das linguagens cifradas a fim de afastar de si mesmo, por certo, as suspeitas de que praticava artes diabólicas e mágicas...

<sup>57</sup> Cite-se, a propósito, o clássico livro de WITTKOWER, Rudolf e Margot WITTKOWER, *Born under Saturn: the character and conduct of artists; a documented history from antiquity to the French Revolution*, New York, Random House, 1963.

Holanda (1517–1585), tão bem estudado por Sylvie Deswarte-Rosa<sup>58</sup>, as temáticas em torno da *Idea* neo-platónica, do Humanismo cristão, da Natureza e dos Novos Mundos, da Arqueologia e das *Antigualhas*, da Astrologia, do Hermetismo e das designadas Ciências Ocultas, levaram muitas vezes a atos censórios e instrumentos persecutórios. Autores de primeira água desta geração contam-se neste quadro de saberes globalizados em que a liberdade de criar, escrever e pensar colidiam com o exigido seguidismo dos cânones de Trento. Nunca antes, como no Portugal de Quinhentos, a Liberdade e a Censura andaram tão juntas no mundo das artes e letras, sendo bons exemplos dessa realidade casos insuspeitos de heresia ou de desvio doutrinário, como o pintor Fernão Gomes, retratista de Camões, apesar disso censurado numa obra sua, ou Francisco de Holanda, que sofreu correções impostas em desenhos do *De Aetatibus*, ou o próprio Camões, visado em reedições de *Os Lusíadas* com *retoques* corretivos, ou Jerónimo Corte-Real, envolvido em pelo menos dois processos da Inquisição<sup>59</sup>!

De Camões se sabe o que deve dizia criticamente alguém que era, apesar de tudo, seu admirador e amigo: Luís Franco Correia, poeta que privara com ele na Índia e foi responsável por um importante *Cancioneiro* (com poesia de 1557 a 1589) que reúne versos do vate e de outros, incluindo um soneto a louvar em comum Camões e D. Gonçalo Coutinho (aí chamado «*Mecenas na morte de Camões*»), tece críticas ao mau viver e às relações suspeitas do poeta, um homem que caminhava com amparo de muletas, já debilitado por provável doença venérea e precocemente envelhecido. Vituperava a Camões as suas relações com uma «*matolagem*» vadia onde se incluía mesmo Fernão Mendes Pinto, entre cripto-judeus e outras pessoas que Franco Correia acusa de heterodoxia, e se reuniam num «*arraial de blasfémias e desatino*», o que o levava a avisar o amigo «*do que se murmurava assaz de sua pessoa a ponto que podia chegar*

---

<sup>58</sup> DESWARTE-ROSA, Sylvie. *op. cit.*

<sup>59</sup> Cite-se, sobre esta matéria, MARKL, Dagoberto. «Crítica social e submissão na produção cultural do tempo de Camões», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, nº 86, tomo 1º, 1980, e SERRÃO, Vítor e Mário Rui SILVESTRE, *Camões: Altos Cumes, Scabelicastro e Correlatos*, cit.

*asinha aos ouvidos tão longos da Santa Inquisição»... Entre outras coisas, diz dessas companhias que «...era gente dada a opiniões mui suspeitas contra a nossa santa fé católica e outros vícios e pecados que não são de dizer, que ele tinha por companhia sua em uma taberna que havia ao fundo da rua em que morava e o visitei muitas vezes ali levado da nossa antiga amizade e pela muita e rendida admiração logo aquando o conhecera em outros tempos mais felizes, mas de menor ou nenhuma fama como a que possuía agora...»<sup>60</sup>.*

Num clima de vigilância geral contra a inquietação de saberes que moviam os que, para além das fronteiras toleradas pelos poderes instituídos, pensavam e criavam com liberdade, a biografia de Camões (a quem Franco Correia criticava as más companhias...) e a de Jerónimo Corte-Real comungam deste infortúnio. O último, menos mundano do que a marginalidade do vate, era, todavia, mais dado às reflexões astrológicas na quietude dos campos de Évora ou Portalegre... Num poema a Francisco de Sá, capitão-mor da guarda real e um dos seus mais que prováveis informantes sobre as «*coisas da Índia*», Corte-Real confessa que, para lá da vertente poética e artística, tinha gosto pelo mundo da Astrologia: «*Me Recolhy no campo e fui deixando/o vão ynutil tpº em que vivia/e ao estudo latino me fui dando/(...) Outras (horas) lá nas estrelas enleuada/a fantasia tinha os cursos vendo/dos planetas e a ordem conçertada./ Com que operaçõis grandes vão fazendo/em todos os mortais e os movim.tos/dos çeos que ao grã criador obedecendo/Vão por medidos pontos, por momentos/ydades consumindo e Renovando/mostrando en casos graues mil portentos*»<sup>61</sup>.

O ambiente cultural, próximo de Santarém, do Paço Real de Almeirim não deixou de ter lugar de relevo na vida do vate e de outros poetas e artistas que o frequentavam. O insuspeito Infante Luís (1506–1555), duque de Beja, foi autor de um *Tratado da Quadratura do Círculo* de teor alquímico e é dele um testemunho coligido numa coletânea anónima<sup>62</sup> e que diz o seguinte: «*Três coisas que não há no mundo andam os homens a buscar, a saber, a Roda Viva,*

<sup>60</sup> A.N.T.T., *Miscelânea*, n.º 4038, Gaveta 849; cf. SERRÃO, Victor e Mário Rui SILVESTRE, *op. cit.*, pp. 93 e 100-111.

<sup>61</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, cód. 8920.

<sup>62</sup> B.N.P., *Ditos portugueses*, cód. 666.

a *Alquimia, e a Honra*». Temas camonianos, todos eles, num tempo de desafios e censuras que, apesar de tudo, abriam, espaço à criação livre...

O facto de em 1558 Jerónimo Corte-Real aparecer citado junto ao seu amigo poeta D. Manuel de Portugal num processo do Santo Ofício, mostra mais uma vez como eram sujeitos a desconfiança os círculos intelectuais em que ele se movia. Tratava-se de um grupo de poetas e literati atentos às boas sinas, signos e profecias astrais, temas próprios de alguém que estivera ligado à educação do herdeiro da Coroa mas que revelavam, também, as inquietações globais de uma geração que questionava as razões de ser do seu mundo. Estamos, pois, face a um homem que, além da excelência poética, acumulara saberes em múltiplas áreas das ciências e humanidades. Apesar das desconfianças, tudo mostra a consideração de que gozava nos círculos oficiais sebásticos como desenhador, iluminador, heraldista, miniaturista e pintor, o que deixa perceber melhor os contornos culturais de um tempo português que só por equívoco tem sido visto como de decadência.

Em dois processos da Inquisição de Lisboa — de 1558<sup>63</sup> e 1584<sup>64</sup> — o poeta-pintor viu-se envolvido por suspeita de comportamento heterodoxo. O primeiro levá-lo-ia a depor devido às relações com o controverso astrólogo napolitano Ciprião de Aragona, quiromante que alegadamente «*lia o movimento dos planetas*» e que, por essa via, ousara prever a morte do príncipe D. João Manuel, pai do *Desejado*, desenhando também o horóscopo com a «*profecia do nascimento do invictissimo Rey Dõ Sebastião... e declarandolhe algumas cousas q(ue) ainda estão por vir*». O poeta D. Manuel de Portugal (irmão do conde Vimioso, casado com a sua irmã Margarida Corte-Real), também, amigo de Luís de Camões, como se sabe<sup>65</sup>, surge envolvido no mesmo processo, o que

---

<sup>63</sup> A.N.T.T., *Tribunal do Santo Ofício – Inquisição de Lisboa*, processo n.º 12.126. Informação comunicada ao autor por Francisco BILLOU, e já brevemente citada em GANDRA, Manuel. «Lúcio Cipião, ou Cipião de Ragona», entrada in *Astrologia em Portugal – Dicionário Histórico-Filosófico*, Sintra, 2010.

<sup>64</sup> A.N.T.T., *Tribunal do Santo Ofício*, Maço 24, *Vários*, 1587-1818, doc. N.º 11.

<sup>65</sup> «VARELA FLOR, Susana. «Quinta do Outeiro das Vinhas», in *Lisboa em Azulejo antes do terramoto de 1755*, in Pedro FLOR (coord.), site do Projeto de Investigação PTDC/EAT-EAT/099160/208, Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e

mais uma vez atesta que se tratava de um círculo de intelectuais e artistas a que se ligava também o pintor Fernão Gomes, e que ousavam pensar e criar fora dos rígidos ditames proselitistas da Contra-Reforma<sup>66</sup>.

Percebe-se a razão pela qual a poesia de Corte-Real tanto trata de vaticínios e profecias astrais; é o caso muito citado do seu famoso poema *Sucesos do Segundo Cerco de Diu* (vimos já o exemplo do canto XXI, com a «profecia do nascimento do invictissimo Rey Dô Sebastião e declaralhe alguas cousas q. ainda estão por vir») e, bem assim, da identificação que faz, como pintor, de D. Sebastião com o rei bíblico Salomão (no códice iluminado do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, c. 1567) e como rei-santo transfigurado em mártir São Sebastião (nas duas importantes tábuas hoje no Palácio de Sintra). Os vínculos à campanha sebástica são demasiado fortes para serem ignorados, mesmo que, após o início da Monarquia Dual filipina, o poeta se abstivesse de maiores considerandos que pudessem ser entendidos e confundidos com o *sebastianismo* nascente.

Corte-Real estava ligado a estes saberes, como se sabe de fonte segura, e nesse âmbito manteve, desde 1553 pelo menos, relação com o misterioso adivinho napolitano Ciprião de Aragona. Na sua obra poética, são muitas as profecias que compôs, introduzidas com sagacidade, através de citações clássicas, a fim de melhor integrar o sentido das suas narrações, prova de que era uma área de pesquisa que o inquietava e envolvia. O quiromante, que se declara napolitano ao chegar a Lisboa, nascera em 1513 e chamava-se Lúcio Cipião (ou Ciprião) de Aragona, ou Ragona, era cristão-velho, casado com Vitória Botelha. Nada mais se sabe dele após o processo em que foi envolvido. Aquando da sua primeira chamada à Inquisição, residia em Lisboa havia onze anos, e tinha vivido brevemente na feitoria da Mina, em Dezembro de 1557,

---

Humanas, 2017, avançou recentemente com novos dados biográficos de D. Manuel de Portugal, filho do poeta D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso D. Francisco, e com elementos sobre as suas relações com o Corte-Real, seu amigo e sobrinho por afinidade.

<sup>66</sup> Cf. SERRÃO, Vítor e Mário Rui SILVESTRE, *cit.*, com numerosas referências a este propósito a pp. 219-281, em referência a D. Manuel de Portugal, à corte de Vale de Figueira e ao círculo de *literati* que aí se reuniam.

onde só se manteve dois meses por, diz ele, «*achar a terra danada e sem proveito*». O tribunal quis saber da sua atividade de astrólogo, geomante e quiromante, sendo ouvido de 3 a 12 de Outubro de 1558 sem que adviessem especiais males para Ciprião, a crer na interrupção do processo.

Seguindo o interrogatório do inquisidor Frei Jerónimo de Azambuja, o napolitano declarou-se leitor de obras de Guido Bonato, Johannes Pontanus, Bartolomeu Cocles e Tricásio de Mântua, obras consideradas fora dos *defesos*, tendo confessado apenas que a sua atividade era a de fazer horóscopos seguindo os almanaques e de elaborar prognósticos natais e «*horários*» (a chamada *astrologia horária*) a pedido de muitos clérigos e fidalgos que recorriam aos seus serviços, sem que nessas atividades transgredisse o respeito devido às *coisas de Deus*, o que os juízes do Santo Ofício acabaram por reconhecer, a contragosto, ser verdade<sup>67</sup>.

É interessante que o napolitano conhecesse o *Libro del Cortegiano* de Baldassare Castiglione, obra célebre, editada em 1526 com dedicatória ao Cardeal e humanista português D. Miguel da Silva<sup>68</sup>, onde o autor elogia a qualidade da criação artística a partir do conceito de *sprezzatura*, ou seja, a elegância da soltura do estilo, contrária à afetação, valores estes que, segundo ele, asseguravam grandeza aos poetas, pintores e músicos, acima da secura dos artifícios. Este valor de *Il Cortegiano* estava bem presente na obra de Jerónimo Corte-Real, o que mereceu a Hélio Alves o comentário seguinte: «a facilidade não sacrifica a arte; pelo contrário, é a sua manifestação mais *sublime*»<sup>69</sup>.

O outro processo que envolveu o Corte-Real ocorreu três decénios após, e impôs que, vítima de denúncias anónimas, tivesse de depor no tenebroso tribunal em Julho de 1584<sup>70</sup>, a quatro anos da morte do poeta em Évora. O

---

<sup>67</sup> Cf., a este propósito, GANDRA, Manuel. «Lúcio Cipião, ou Cipião de Ragona», entrada in *Astrologia em Portugal – Dicionário Histórico-Filosófico*, Sintra, 2010.

<sup>68</sup> Cf. a obra essencial de DESWARTE-ROSA, Sylvie. *Il Perfetto Cortegiano* D. Miguel da Silva, Roma, Bulzoni Editore, 1989.

<sup>69</sup> ALVES, Hélio. *Jerónimo Corte-Real – Sepúlveda e Lianor. Canto Primeiro*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014, p. 82.

<sup>70</sup> SILVESTRE, Mário Rui e Vítor SERRÃO, *cit.*, pp. 347-355.

poeta foi intimado a ser presente no Palácio dos Estaus e admoestado pelos inquisidores a responder sobre relações suspeitas, uma delas com Vincenzo Dávalos, italiano que sabia «segredos da natureza» e praticava magia, e sobre ter na sua biblioteca livros proibidos (como tal apreendidos) e, mais grave, seis fólios em pergaminho iluminado da *Clavícula de Salomão*.

Os inquisidores também inquiriram o poeta sobre contactos havidos com um francês de nome Nicolau, «*filósofo natural*» e professor de grego e latim, vindo de Angra para Lisboa, e com um certo Cristóvão Francisco, que tinha livros defesos. Alguns dos livros tinham vindo da Alemanha, sendo suspeito de frei Roque de Almeida, irmão da mulher do historiador João de Barros (1496–1570), e outros tinham sido comprados numa loja do Pelourinho Velho. O foco da devassa era a presença de livros de magia na biblioteca lisboeta do Corte-Real, desde a *Oculia Philosophica* de Rasiel, a uma obra de Vergílio Fermiano e, mais perigoso que todos esses, as seis iluminuras de um “*Instrumento*” (*sic*) com transcrições do *Pinaculum Salomonis*... Símbolo maior dos que buscavam os segredos da pedra filosofal, da transmutação do ouro e das práticas alquímicas e cabalísticas, a posse desse manuscrito com desenhos de previsões ligados à busca dos segredos da *Clavícula de Salomão* só podia mesmo ser alvo de especial desconfiança por parte dos inquisidores.

A Astrologia era um campo que apaixonava espíritos livres, mas que em várias circunstâncias se podia aproximar da filosofia alquímicas e da magia negra; por alguma razão, no anterior processo, os inquisidores procuravam saber se o nigromante napolitano alguma vez invocara o diabo ou se envolveram em suspeitas pesquisas herméticas; o Corte-Real, D. Manuel de Portugal e o próprio Camões não só se relacionavam com astrólogos, nigromantes, alquimistas, adivinhos e magos, como trataram nas suas composições poéticas de vaticínios e profecias astrais, o que os colocava por certo sobre vigilância apertada.

As relações do poeta com pessoas duvidosas, de que se cita no inquérito um misterioso filósofo Nicolau, um mágico chamado Vincenzo d’Ávalos, um certo frade Roque de Almeida que possuía livros defesos, e o próprio

historiador João de Barros (este último, autor da *Ropica Pnefma* (1532), tida por defesa do humanismo erasmiano) recorda o que diz um seu contemporâneo, o também poeta Luís Franco Correia, sobre Camões, a quem vituperava o facto de que, como vimos, frequentar tabernas ao fundo da Calçada de Sant'Ana, misturando-se com cristãos-novos, gente de nação e heréticos que eram frequentes comensais nessas casas tão atreitas ao protesto livre<sup>71</sup>...

A casa de Corte-Real ao Rossio, fica claro, era frequentada amiúde por gente interessada não só no estudo dos Clássicos mas também na Astrologia, na Filosofia Hermética, na Alquimia e nas Ciências Ocultas, e estava sob a mira dos inquisidores. Imaginar que, além de gente oriunda da Ilha Terceira (a provável terra natural do poeta), aí apareceriam Camões e os demais poetas do tempo, e o humanista Damião de Góis, o pintor Fernão Gomes, os historiadores João de Barros (na altura alvo de suspeitas de heterodoxia) e Francisco de Andrada (compilador da *Peregrinação*), o viajero Fernão Mendes Pinto, o tratadista Francisco de Holanda, e outros inquietados criadores desses anos, começa a desenhar-se com nitidez. Só o estatuto social de Jerónimo Corte-Real, a estima granjeada nas cortes de D. Sebastião e de Filipe II, e a fama auferida como poeta de prestígio internacional, o terão protegido de qualquer perseguição.

Um seu provável tio, Pedro Corte-Real, fidalgo da casa de El-rei, homem culto e abastado, morador em Santarém, fora também alvo de repressão inquisitorial nestes tempos de repressão sobre os espíritos livres, em que os valores do Humanismo se iam esfumando. O fidalgo lia nada menos que o temido *De Secretis Naturae* de Alberto Magno (c. 1200–1290?), fonte do hermetismo alquímico, além de livros de Ambrosius e de Aristóteles<sup>72</sup>. Suficiente para que certos delatores o acusassem de, além dos livros defesos, professar ideias alegadamente luteranas. Foi um dos primeiros presos da Inquisição de Lisboa, em 22 de dezembro de 1536, e envolvido num processo

---

<sup>71</sup> IDEM, *ibidem*, com numerosas referências a propósito; e A.N.T.T., *Miscelânea*, n.º 4038, Gaveta 849.

<sup>72</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 8723. Referência inédita de Francisco Bilou, a quem agradeço.

que se arrastou até 26 de março de 1542, quando saiu em auto-de-fé com abjuração em forma. Apesar do seu estatuto social, ver-se-ia desapossado dos seus bens (tinha terras em Alfange, um bairro de Santarém, e em Alcochete, por exemplo) e seria obrigado a cumprir penitência num mosteiro dominicano. A 25 de outubro de 1542, já viúvo e sem filhos, pediria revisão da sentença, dizendo-se muito pobre e passar dos cinquenta anos. Queixa-se então dos roubos sofridos durante a detenção... O livro de Alberto Magno, base da acusação, era considerado uma das bases do conhecimento mágico-astrológico, mesmo apesar de o seu autor, bispo-filósofo alemão e ilustre monge dominicano, ser um santo canonizado pela Igreja...

Penso que Jerónimo Corte-Real, a quem o processo deste seu infeliz familiar não podia ser estranho, mais e melhor afirmasse o seu pendor de rebeldia criadora através de uma conduta muitas vezes perigosa e a tocar os limites da heterodoxia. Todos estes processos constam de centenas de terríveis fólios que se leem com aperto do coração. Eram tempos em mudança no pleno reinado de D. João III, em que as liberdades de criar e pensar colidiam com um clima de denúncias, vigilâncias, repressão e apertos totalitários.

#### **6. AMÔNCIO: JONAS ENTRE CAMÕES, JERÓNIMO CORTE-REAL E D. MANUEL DE PORTUGAL**

Aclarados os saberes sobre as ligações de Luís Vaz de Camões à vila de Santarém, «*a sempre enobrecida Scabelicastro*» como lhe chama *n'Os Lusíadas*, terra de nascimento de sua mãe Ana de Sá Macedo (e muito possivelmente também a sua vila natal como foi recentemente proposto por Mário Rui Silvestre)<sup>73</sup>, é possível indagar melhor as relações do vate com a intelectualidade santarena. Merece ser lembrado o padre Luís da Silva de Brito, que foi na juventude um ardente apoiante do Prior do Crato, e que, com reconhecida erudição no campo das letras, escreveu mesmo uns perdidos

---

<sup>73</sup> SILVESTRE, Mário Rui e Vítor SERRÃO, *cit.*, pp. 347-355.

*Comentários a Os Lusíadas*. Pároco na igreja do Santíssimo Milagre, situada junto às casas da mãe de Camões, era ainda aparentado com o vate.

O escritor escalabitano Manuel de Sousa Coutinho (Frei Luís de Sousa) é um dos primeiros autores a elogiar o vate, que conhecera, e cuja obra continuaria a venerar em Almada, junto ao seu amigo o cronista Francisco de Andrada<sup>74</sup>. A vila era então um centro cultural e artístico de referência; são muitas as remanescências históricas e artísticas desse esplendor<sup>75</sup>. No Museu Arqueológico do Carmo existe uma bela janela de canto, renascentista, que pertenceu a uma casa demolida no século XIX no centro histórico e que seria *solar dos Macedo, familiares de Camões*...

Entre 1547 e 1549, Francisco de Holanda (1517–1585) viveu temporadas em Santarém, onde acaba dois tratados: *Da Pintura Antigua* e *Do Tirar Polo Natural*, e dá começo aos desenhos do *De Aetatibus Mundi Imagines*. A sua presença inspira mecenas e artistas e divulga modelos *all'antico*. Na altura, estadeavam na vila, e no próximo Paço Real de Almeirim, figuras gradas de *literati* e humanistas, sem esquecer que o seu irmão João Homem de Holanda aí foi Provedor da Comarca. Nomes como os pintores Diogo de Contreiras e Ambrósio Dias, o escultor Diego de Çarça e o arquiteto Miguel de Arruda, e quiçá Camões, conviveram com ele e beberam no rasto de influências italianizantes projetadas pela passagem do famoso tratadista. Surgiram, entretanto, dados mais explícitos sobre a *corte na aldeia* de Vaqueiros (Santarém), terra que no século XVI era um verdadeiro centro cultural e terra dos nobres Coutinho, os quais acolheram Luís Vaz e lhe deram apoio mecenático (D. Gastão, mecenas em vida, e D. Gonçalo, mecenas da memória). Também a *corte na aldeia* de Vale de Figueira (Santarém) se esclarece com mais saberes sobre D. Manuel de Portugal, poeta, antonianista e amigo de Camões, e fundador do convento franciscano de Vale de Figueira.

---

<sup>74</sup> LOUREIRO, Rui Manuel. «Um cronista esquecido: Francisco de Andrade e as suas Obras», in *Povos & Culturas*, n.º 20, 2016, pp. 285-304. Muito importa estudar o círculo almadense do fim do século XVI, que reunia Francisco de Andrada, Mendes Pinto, Manuel de Sousa Coutinho, Giraldo de Prado, Diogo de Paiva de Andrade e outros nomes ilustres das artes e letras.

<sup>75</sup> SILVESTRE, Mário Rui e Vítor SERRÃO, *cit.*, pp. 407-459.

Comendador de Vimioso e apoiante de sempre da causa de D. António, Prior do Crato, sendo por isso um dos raros intelectuais que não gozaram do «perdão geral» dado por Filipe II aos opositores, o poeta e antonianista D. Manuel de Portugal (c. 1520–1606) era um erudito: «*sabe más de poesia que Píndaro*», assim se lhe referia o poderoso Cristóvão de Moura, agente de Filipe II de Espanha, em carta de 1579 ao seu rei<sup>76</sup>. As *Obras*, edição de Pedro Craesbeeck de 1605, revelam-nos um estimável poeta bucólico de traço petrarquista. Era amigo de Camões e tio por afinidade de Jerónimo Corte-Real, fundou em Vale de Figueira (Santarém) um convento para arrábidos, do qual só restam ruínas e memórias<sup>77</sup>, e foi autor de canções, redondilhas e sonetos que são uma «poderosa imagética do fogo e da escória, da sede e da plenitude»<sup>78</sup>.

A exaltação de sempre, o sopro humanístico, a paixão amorosa e a dimensão interartística, continuam presentes na sua longa produção poética, reunida em livro no último ano de vida. Em 1605, D. Manuel de Portugal, desde sempre amigo de Camões e de Corte-Real, recorre ao *Livro de Jonas* para descrever na terceira parte das suas *Obras* as pinturas de uma gruta submarina por onde imagina que a Sapiência Divina conduz o seu personagem Amôncio, um *anagrama de Camões*!, numa espécie de viagem iniciática. Tais pinturas historiavam a saga de Jonas e a sua valência de primeiro argonauta: «*De admirable pintura estava ornada/De Apeles y Timantes nunca oída/Que en largo siglo conservara intacta/De um grave caso antigo la memoria,/Y de humedad bañada, noche y dia/La esmaltada color más encendía (...)*». O poema prossegue descrevendo o «*vivo artificio y tal destreza*» dessas pinturas, cujo matiz «*mueve el afeto*».

A saga de Jonas é mais um tema camoniano a estudar, e no qual se cruzam três poetas maiores (Camões, Corte-Real, D. Manuel de Portugal) e um pintor exímio (Fernão Gomes): é preciso rever a outra luz as *Obras*, que a

<sup>76</sup> WHITE, Landeg e Hélio J. S. ALVES. *Poetas que não eram Camões*, cit., pp. 58-78.

<sup>77</sup> GASPAR, José. *O convento dos frades arrábidos de Vale de Figueira, 1556–1834*, Vale de Figueira, 2020.

<sup>78</sup> WHITE, Landeg e Hélio J. S. ALVES. *op. cit.*, p. 60.

Inquisição deixou passar, julgando-o distraidamente um poeta que esquecera a rebeldia em prol de um domesticado e tolerável misticismo<sup>79</sup>... A saga dos Argonautas começa no Velho Testamento com a viagem do profeta Jonas, engolido (e depois cuspid) por uma baleia gigante. O Concílio de Trento rejeitou histórias assim, cheias de ocultas maravilhas arcanas, até porque Jonas estava associado à busca alquímica, à Pedra Filosofal e ao Velo de Ouro. Estes temas interessaram a Camões, ao Corte-Real e a D. Manuel de Portugal, apesar de desautorizados pelo Santo Ofício. Camões, n'Os *Lusíadas*, fala do Gama como o segundo Argonauta, ou seja, um *companheiro de Jonas*. Nem por isso o tema vetero-testamentário em que o profeta, por ocasião de um terrível naufrágio ordenado por Deus, foi engolido por uma baleia para ser posto à prova, está presente, salvo raríssimas exceções, na pintura pós-tridentina<sup>80</sup>.

Em suma: o poeta-pintor Jerónimo Corte-Real, exato contemporâneo de Camões, mostra-se como ele e as demais figuras cimeiras da nossa cultura quinhentista um criador brilhante que agiu sempre sob estrita vigilância do Santo Ofício. A posse e discussão de livros defesos, a *curiosidade* que levava ao livre pensar, a coragem de enfrentar esbirros e censuras, escrevendo tantas vezes à margem daquilo que se podia considerar o pensamento oficial e que assim se via confrontado e afrontado, tudo isto caracteriza um tempo em que, apesar de tudo, a criação nas artes e letras atingiu tão alto brilho.

Para além da lição irenista e do gosto por um Neoplatonismo de raiz italiana que todos comungavam, o caso da obra de Corte-Real dilucida-se pelo seu interesse em temas como a astrologia, a filosofia natural, a adivinhação dos astros, a necromancia, a interpretação dos prodígios e até as fronteiras da magia, naturalmente vigiados pela ortodoxia contrarreformista. Os processos inquisitoriais em que se viu envolvido são demonstrativos de como na segunda metade do século XVI os nossos melhores

---

<sup>79</sup> FARDILHA, Luís. *Poesia de D. Manoel de Portugal*. I. Prophana (edição das suas fontes), Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1991.

<sup>80</sup> SERRÃO, Vítor. «Naufrágio, Tempestade e Melancolia, topoi da cultura artística portuguesa do tempo de Camões», in *Islenha*, n.º 76 (no prelo).

criadores e os círculos de relações intelectuais em que se moviam mereceram apertada atenção por parte dos inquisidores. Eram tempos em que a liberdade de criação e o escopro censório da repressão se equivalem no quotidiano da produção literária e artística.

A análise desta *forma mentis* no seio do humanismo, entre escritores e artistas, impõe o recurso à prática do conceito warburghiano *de denkraum*, ou seja, uma pesquisa estruturada sobre um determinado problema analisado com máxima erudição, com sentido crítico e com capacidade de concatenação de factos a partir dos saberes vigentes, tal como o definiu Aby Warburg. Ou seja, a prática de uma *arqueologia de memórias* da História, das Ciências e das Artes, vistas como um organismo vivo e apto a olhar para os homens de *ontem* como interlocutores tangíveis e audíveis e mesmo, de certo modo, como protagonistas de obras de Poesia e Pintura que são verdadeiramente *trans-contemporâneas*.

**AGRADECIMENTOS:** ao senhor Prof. Doutor José Francisco Rodrigues, Presidente da Academia das Ciências, ao Prof. Doutor Carlos Ascenso André, organizador deste Congresso e, bem assim, Ana Tarrio, António Candeias, António Monteiro, Artur Goulart, Aurélio Lopes, Christophe Defrance, Delmira Custódio, Fernando António Baptista Pereira, Francisco Bilou, Hélder Macedo, Hélio Alves, Hugo Crespo, Isabel Almeida, Jaelson Bitran Trindade, João Ruas, João Goulart de Bettencourt, Jorge Semedo de Matos, José Cardim Ribeiro, José Gaspar, José Meco, Mafalda de Noronha Wagner, Maria da Graça Ventura, Mário Rui Silvestre, Matteo Rei, Maurício Cunha, Paulo Renato Ermitão Gregório, Pedro Flor, Raul Sampaio Lopes, Ricardo Freixial, Rita Marnoto, Rui Loureiro, Rui Mesquita Mendes, Ruy Ventura, Silvina Pereira, Sónia Duarte, Susana Varela Flor, Sylvie Deswarte-Rosa, Teresa Campos Coelho, Vanda Anastácio e Vicente Fino.



Figura 1. Iluminuras de Jerónimo Corte-Real no códice manuscrito do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, estando D. João de Mascarenhas por capitão da fortaleza, c. 1567. ANTT, cód. Cadaval 31.



Figura 2. Iluminura de Jerónimo Corte-Real no códice manuscrito do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, estando D. João de Mascarenhas por capitão da fortaleza, c. 1567. ANTT, cód. Cadaval 31.



Figura 3. Iluminura de Jerónimo Corte-Real no códice manuscrito do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, estando D. João de Mascarenhas por capitão da fortaleza, c. 1567. ANTT, cód. Cadaval 31.



Figuras 4 e 5. Jerónimo Corte-Real, pormenor de uma das 21 iluminuras do poema *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, c. 1567, na versão mss. (ANTT, códice Cadaval 31).



Figura 6. Pormenor com as Três Graças, gravura do Canto III da *Felicissima Victoria concedida del cielo al señor don Iuan d'Austria en el golfo de Lepanto*, poema épico em quinze cantos em castelhano, por Jerónimo Corte-Real (Lisboa, 1578).



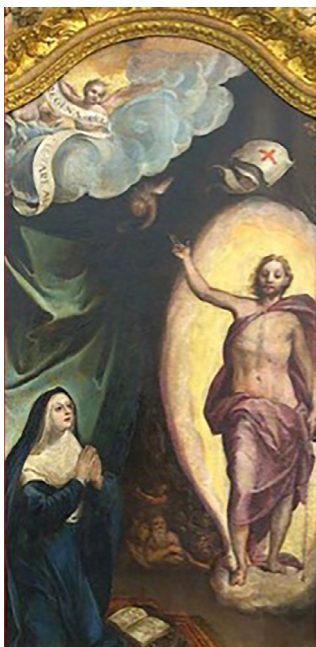
Figura 7. Jerónimo Corte-Real, *O rei D. Sebastião na figura do mártir São Sebastião, seu patrono, a libertar os cativos cristãos Marco e Marceliano*, por Paço Real de Sintra. Cerca de 1577-78.



Figuras 8 e 9. Fernão Gomes, *Ascensão de Cristo*, 1599 (M.N.A.A.) e *Scala Coeli*, c. 1580 (Biblioteca Pública de Évora). Desenhos.



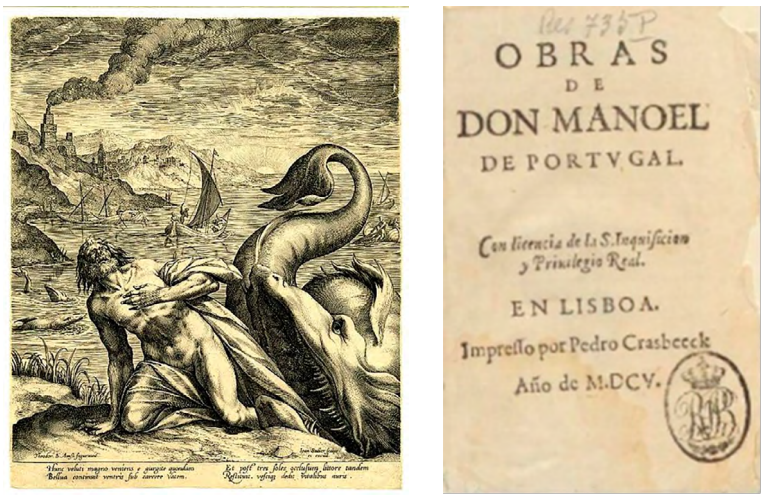
Figura 10. Fernão Gomes, pormenor do *São Pedro Gonçalves Telmo*, de c. 1585-1590, na Capela do Corpo Santo, Funchal.



Figuras 11 e 12. Fernão Gomes, *Aparição de Cristo à Virgem* (Museu Diocesano de Santarém) e desenho com Profecia (M.N.A.A.).



Figuras 13 e 14. Frontispício da edição das *Rimas* de Camões (1595), patrocinada por D. Gonçalo Coutinho (1564–1642), e retrato póstumo do vate, por si encomendado a pintor desconhecido.



Figuras 15 e 16. Gravura de Jan Sadeler e Theodor de Bry com a saga de Jonas cuspidor pela baleia (c.º 1600, Antuérpia) e frontispício das Obras de D. Manuel de Portugal (Lisboa, 1605).

## 6. Luís de Camões: os opostos complementares

HELDER MACEDO<sup>1</sup>

Ignora-se qual é a cronologia da obra de Camões. É no entanto possível estabelecer uma sequência plausível da sua obra, que de algum modo corresponda ao que se sabe da sua vida e ao que sobre ele escreveram os primeiros comentadores biográficos: uma gradual transição da alegria juvenil para a dúvida e da dúvida para o desespero.

Todos estes aspetos da personalidade de Camões coexistem n'Os *Lusíadas*, mas são particularmente evidentes na Lírica, onde a aparente simplicidade de alguns poemas já contém — ou antecipa — a complexidade das suas obras maiores. E essa hipotética sequência também de algum modo corresponde aos modelos de poesia que adotou, indo da leveza das redondilhas em “medida velha” para os sonetos, canções, odes, elegias e outras composições estilisticamente derivadas do chamado *dolce stil novo* de origem italiana. Seja como for, muitos dos seus poemas aparentemente mais simples — e, frequentemente, mais jocosos — contêm indícios de atitudes que vão ser aprofundadas nas composições filosoficamente mais complexas. Por exemplo — talvez fundamentalmente — na sua compreensão do feminino. E, a partir daí, na sua perceção da necessária coexistência de aparentes antinomias. Porque o que diz das relações entre os sexos também pode ser extrapolado para as relações entre os povos, os colonizadores e os colonizados, os opressores e os oprimidos. Nas famosas redondilhas em que celebra uma revitalizadora escrava negra chamada Bárbara (e Bárbara certamente não seria o seu nome africano, mas um nome imposto por quem a escravizou) há um conceito fundamental: “bem parece estranha, mas bárbara não”.

Na tradição renascentista em que Camões se insere e que modifica, o amor — “o amor que rege o sol e as outras estrelas” no dizer de Dante — era

---

<sup>1</sup> Academia das Ciências de Lisboa.

entendido como um veículo para o divino. Essa aparente deificação da mulher fundamentalmente neutralizava o feminino enquanto sujeito de uma identidade própria. A mulher tornava-se numa abstração — uma ideia — a partir do masculino. Não assim em Camões. No famoso (e geralmente desentendido) soneto que começa com a proposição platonista “Transforma-se o amador na cousa amada/por virtude do muito imaginar”, Camões vai afirmar que não se transforma coisíssima nenhuma, porque essa “linda e pura semideia” só está “no pensamento como ideia” e, sendo assim, o corpo, que continua a desejar, “em si somente pode descansar”. O que seria, como ele sugere, uma experiência sexual algo solitária... Correspondentemente, numa das suas redondilhas mais jocosas já tinha avisado (ou iria avisar?) uma *allumeuse* chamada Catarina que quem “promete” mas “mente”/“o que perde não o sente”, pois, “sem cumprir tudo é nada”. Ao nível imediato, este é apenas um poemeto de sedução. A um nível mais profundo, faz a valorização da experiência como base de conhecimento.

Essa valorização da experiência também está patente nas redondilhas que escreveu em voz feminina, e que refletem o seu múltiplo conhecimento das muitas mulheres com quem se relacionou. Dois desses poemas são particularmente reveladores da situação social das mulheres: os vilancetes cujos respetivos motes são “Coifa de beirame/namorou Joane” e “Falso cavaleiro ingrato/enganais-me/vós dizeis que eu vos mato/e vós matais-me”. Ambos representam respostas femininas — ou o que Camões desejaria que fossem as respostas femininas — aos redutores estereótipos das práticas masculinas que passavam por amor.

No primeiro a mulher zomba do pretense amador que está enamorado da sua coifa — a boina de algodão que lhe cobre os cabelos — e não dela própria: “Tu não vês que amor se pinta despido?”, diz ela. “Ando maltratada/d’amores por ti./Ama-me a mi/e deixa o beirame,/que é razão, Joane!” E conclui: “Sabes do que vem/amores beirame? Vem de ser Joane.” Ou seja, vem de seres o homem que és. Seria que a coifa era uma espécie de fétiche sexual para esse amador masculino, que o poema estaria assim satirizando? É possível, mas certamente não apenas. Os cabelos das mulheres adultas

(arquétipo da sexualidade feminina) eram nesse tempo cobertos nas comunidades cristãs, como ainda são nas islâmicas, nalgumas judaicas, e como continuam sendo pelas freiras do catolicismo. Os atuais talibãs não teriam dificuldade em entender o carácter subversivo deste poema de revolta social. N'Os *Lusíadas*, as livres mulheres “em cabelo” fazem parte do coro de protesto que precede a partida dos navegadores para a aventura imperial.

Complementarmente, em “Falso cavaleiro ingrato” a mulher acusa o falso amador masculino de ser ele quem a “mata” (fazendo-a sofrer de amor) nas “piadas aparências” de um sentimento por ele não partilhado quando proclama que ela o está “matando”. Como ela diz (ou Camões diz que ela diz) esse homem está a atribuir à mulher uma atitude social que é a dele, mas não dela, e o poema está assim caracterizando os estereótipos masculinos sobre o que seria — ou pareceria ser — um comportamento social feminino como uma forma de hipocrisia, de crueldade e, finalmente, de desamor.

No entendimento de Camões — na sua moderníssima concepção da complementaridade do masculino e do feminino — a mulher e o homem são identidades autónomas que através do amor — mas só de um amor que não seja fingimento — se podem encontrar “em mansa paz, cada um com o seu contrário num sujeito”. É o que diz na Canção VII (“Manda-me Amor que cante docemente”) que, de algum modo, constitui o centro semântico de toda a sua poesia. Porque é na complexidade filosófica dessa Canção que a dialética camoniana mais profundamente se manifesta.

Reduzido aos seus vigamentos narrativos, o poema conta a história de um processo de aprendizagem que parte da ideia recebida para a experiência vivida. A ideia recebida é que o amor já está impresso na alma. Haveria, portanto, uma espécie de determinismo ontológico ou, em termos mais adequados ao neo-platonismo cristão do tempo de Camões, uma reminiscência espiritual manifestada nos sentimentos humanos. O poeta começa por aceitar que esse tipo de amor seria do seu interesse: “Este excelente modo de enganar-me/tomara eu só de Amor por interesse”. Mas tudo muda quando é confrontado pela alteridade física e espiritual de uma mulher que dessa redutora perspetiva tinha querido celebrar. Na sua existência autónoma,

essa mulher, cujo “lindo aspeito” o seduzira, é mais do que ele pode entender: “Porém a mais me atrevo, em virtude do gesto de qu’escrevo./E se é mais o que canto do que entendo/invoco o lindo aspeito/que pode mais que Amor em meu defeito.” Então recorda que ele próprio havia praticado um impessoal amor idealizado, “mil vontades alheias enganando.” Mas agora, o poder autónomo dessa mulher que daquele modo enganador tivesse amado, e que por isso rejeita os seus enganos, desencadeia nele um processo psicológico que simbolicamente revitaliza a “bruta natureza” e o transforma a ele em “pedra dura”. É uma percepção subjetiva que remete à metamorfose de Adamastor n’Os *Lusíadas*. Mas, na Canção, torna-se numa revelação iniciática que leva o poeta a concluir: “Conheci-me não ter conhecimento./E nisso só o tive (...)” Porque seria só a partir daí — a partir de um reciprocado novo conhecimento — que as duas identidades autónomas se poderiam reunir, “cada um com o seu contrário num sujeito”.

O processo psicológico registado no poema vai assim da reminiscência para a experiência e da experiência para a memória que substitui a reminiscência. As palavras que o poeta escreveu no poema tornam-se também nas palavras que a alteridade física e espiritual dessa mulher — o seu “claro gesto” — inscreveu nele. Ou, como diz, “Não sei que me escrevia/dentro d’alma co as letras da memória/o mais deste processo/co claro gesto juntamente impresso/que foi a causa de tão longa história.”

Foi Jorge de Sena quem primeiro formulou o que entendeu ser a dialética camonianiana inerente a esse poema, aproximando-a da futura dialética de Hegel. Jorge de Sena foi, e permanece, o mestre supremo da crítica camonianiana moderna. É, portanto, num espírito de grata homenagem que aqui retomo essa sua iluminadora percepção, mesmo se parcialmente para dela me afastar.

No meu entendimento, Camões tanto se afasta da dialética platonista corrente no seu tempo quanto da futura dialética hegeliana. Aquela, como evidenciada nos *Trionfi* de Petrarca, visa à eliminação de um dos termos em conflito pelo outro. Assim, por exemplo, no *Triunfo do Amor*, o amor espiritual neutraliza o amor carnal. E a dialética hegeliana visa a uma síntese em

que os dois termos em confronto se modificam. Não assim em Camões. A sua perspectiva é bem mais moderna, mais do nosso tempo, de um tempo que ainda venha a ser o nosso: a harmoniosa coexistência de oposições complementares. O que é também a chave necessária para entender as complexidades da sua obra épica, construída sobre aparentes contradições: celebração e crítica, heroísmo e ganância, Vénus e Baco, a viagem factual e a utópica Ilha do Amor, as armas e as letras, a épica e o pastoril... A lista de oposições conceptuais n'Os *Lusíadas* é quase interminável. E estas têm servido para as mais absurdas, porque parciais, interpretações do poema, ao serem baseadas apenas num dos contrários, não tomando em consideração que, tal como na sua obra lírica — num mundo real “veramente visto” — a coexistência de contrários é a norma possível e desejável.

Na elegia autobiográfica “O poeta Simónides falando”, Camões faz a narrativa da sua viagem para a Índia, paralela à de Vasco da Gama, em termos radicalmente contrastantes com os da celebração épica n'Os *Lusíadas*. É o mais antiépico dos seus poemas, se é que não de toda a literatura. O poema começa por contrapor memória e esquecimento, as Letras e as Armas. O poeta Simónides, inventor da arte da memória, oferece ao “capitão Temístocles” a possibilidade de tudo se lembrar. Mas Temístocles, com um passado mortífero de guerras, antes preferiria uma arte que lhe permitisse esquecer. Há, portanto, aí uma polarização imediata entre a “pena” e a “espada”, entre a poesia que assegura a memória e as armas que produzem o esquecimento. E é a partir daí, entre a memória que leva consigo e o esquecimento imposto pelo seu militarizado exílio, que Camões vai descrever a sua viagem para o degredo. É uma viagem metaforicamente equivalente a uma descida aos infernos. Mas é uma viagem factual, que o poeta descreve em termos que irão futuramente ser transpostos para a viagem de Vasco da Gama.

A tempestade marítima que descreve na Elegia não teve um equivalente factual na viagem de Gama, que decorreu sem tempestades. Mas a extraordinária descrição que dela faz na Elegia vai ter uma óbvia correspondência n'Os *Lusíadas*, quando “a noite com nuvens escurece,/do ar supitamente foge o dia/e o largo oceano se embravece”. Como também irá ter a reação

apavorada dos marinheiros, que “com gritos para o céu o ar coalhavam”. E quando Camões diz na Elegia que “em serras todo o mar se convertia”, esse símile visual já antecipa a metamorfose de Adamastor em pedra dura.

Chegado a “esta desejada e longa terra, de todo o pobre honrado sepultura” como sarcasticamente diz ser Goa, o poeta Camões que, como Simónides, transportava em si a memória, tem logo de confrontar, como Temístocles, os agores da guerra, “numa armada grossa/que ajuntara o vizo-rei”. “Numa mão sempre a espada e noutra a pena”? Bom, sim, mas a contragosto. Porque essa é uma guerra que caracteriza como injusta, cruel, gananciosa, arrogante, prepotente, contra os mais fracos que são os “próprios” daquela terra: “Vi quanta vaidade em nós se encerra,/e dos próprios quão pouca; contra quem/foi logo necessário termos guerra”. O poema prossegue com a descrição de como facilmente chacinaram aquela gente escassamente armada (“no curvo arco exercitada”) naquela ilha que foram conquistar. E, num supremo sarcasmo da militarizada perspectiva eurocêntrica assim tão brutalmente imposta a outros povos, designa os rios tintos do sangue dessa gente massacrada como “outra Veneza transladada”.

Nesse confronto desigual entre os invasores e os locais “próprios” daquela terra distante, Camões faz a mais veemente condenação possível da própria ideia de império que, no entanto, iria celebrar n’*Os Lusíadas*. A leitura deste subversivo poema desde logo deveria alertar os leitores do seu poema épico para as ambiguidades da celebração imperial que nele irá fazer. Porque, como num último sarcasmo diz na Elegia, “estes” (ou seja, a ganância, a crueldade, o morticínio) “são os remédios verdadeiros/que para a vida estão aparelhados/aos que a querem ter por cavaleiros”. São outros “falsos cavaleiros”, portanto.

A Elegia termina com a evocação pastoril de uma sociedade agrária em que não houvesse guerras, nem conquistas, nem massacres. Em termos de uma tipologia literária derivada da tradição clássica, a épica e o pastoril são conceptualmente opostos. O pastoril remete a uma mítica Idade de Ouro em que a humanidade tivesse pacificamente partilhado os bens comuns da terra; e a épica situa-se numa contrastante Idade de Ferro, que

é o tempo da História. Dessas perspectivas opostas, a poesia pastoril critica tudo aquilo que a poesia épica celebra. E ambas coexistem n'Os *Lusíadas*. O próprio Velho do Restelo, que invoca a perdida Idade de Ouro para condenar a "Idade de ferro e armas" em que a humanidade havia caído, vai depois fazer a apologia de uma guerra justa contra os inimigos à porta do reino. Como Camões também irá fazer no fim do poema. Porque, no tempo da História, os contrários coexistem. *Os Lusíadas* é um poema construído sobre oposições conceptuais.

Vejamos, portanto, algumas dessas oposições conceptuais na épica camoniana. Camões desde logo sobrepõe à narrativa da viagem de Vasco da Gama um plano metafórico representado pelas divindades pagãs. E assim faz coexistir dois níveis de significação conceptualmente diferenciados: o mítico e o histórico. No plano mítico, *Os Lusíadas* remete a Virgílio e à *Eneida*. Mas quando, n'Os *Lusíadas*, é Vénus quem responde às preces de Vasco da Gama à "divina graça" cristã, Camões está a justapor duas diferenciadas concepções do mundo. Mas a Vénus camoniana não corresponde inteiramente à Vénus de Virgílio na *Eneida*, embora remeta a ela. Na cena equivalente em que ambas vão interceder junto de Júpiter a favor dos seus respetivos protegidos — os futuros romanos e os ameaçados portugueses — a Vénus camoniana é muito mais ativamente sexuada do que a virgiliana. É agente da sua própria sexualidade e não paciente da sexualidade masculina. Na narrativa da viagem de Vasco da Gama, Vénus e Baco são (ou parecem ser) antagonistas. Mas são filha e filho de Júpiter e representam expressões complementares do amor e do erotismo. Cupido (ou Eros, na sua designação grega que deu nome ao erotismo) era filho de Vénus.

Como representado n'Os *Lusíadas*, Baco é um deus dividido de si próprio. Por um lado, é o deus vingativo que procura impedir o progresso o imperial dos portugueses rumo à Índia, da qual havia sido o senhor e o patrono. Por outro lado, é a divindade pastoril celebrada no poema como o antepassado mítico dos portugueses, onde é várias vezes designado como pai. E esse, o "padre Baco", era também a divindade cujo poder se havia

manifestado através das mulheres que com os valores dele se identificavam, e que por isso eram designadas como bacantes.

A decadência de Baco, n'*Os Lusíadas*, pode ser entendida como correspondendo à decadência dos portugueses, paradoxalmente representada no triunfo histórico da sua chegada à Índia. Mas as críticas do “malevolente Baco” à “gente roubadora” em que os portugueses se haviam tornado — que incluem, muito especificamente, a escravidão — não poderiam ter deixado de ser consideradas justas no tempo de Camões, décadas depois da chegada à Índia dos heróis celebrados n'*Os Lusíadas*. E também correspondem aos avisos proferidos pelo Velho do Restelo, à partida das naus em que esses heróis iam embarcar, entre um coro de mulheres “em cabelo”. Mas é claro que Baco — esse Baco — não é caracterizado positivamente por Camões. Não é com ele que Camões se identifica. Se com alguém fosse, além de si próprio, seria com Vénus. E também por isso o clímax do poema não é a chegada dos portugueses à Índia. É o encontro da Ilha do Amor que Vénus aparelha para “refocar a lassa humanidade” dos seus protegidos heróis masculinos. Mas é na imaginação poética do conhecimento dessa ilha, simultaneamente caracterizada como “angélica” e como “pintada” (ou seja, ficcionada) que os valores do Baco ancestral vão ser restaurados.

Como bem notou Fernando Gil num livro que escrevemos em conjunto, Baco desaparece do poema. Bom, sim, mas o Baco que desaparece do poema — o que é eliminado por Camões — é o Baco da decadência, para que o Baco ancestral possa ser restaurado, graças à potência feminina da sua meia-irmã, pelas ninfas — ou seja, pelas bacantes “em cabelo” — na Ilha de Vénus. É uma utopia camoniana? O desejo do que poderia ter sido no que pudesse ainda vir a ser? Sim, sem dúvida. Mas nada iria ser assim, como depois regista nas desesperadas estrofes que escreveu quando o poema se aproximava do fim. E esse é um desejo que remete ao que já havia desejado na Canção VII, quando escreve (e cito de novo, voltando ao princípio, para terminar) “Assi que, quando a via ser perdida,/a mesma perdição a restaurava;/e em mansa paz estava/cada um com o seu contrário num sujeito”.

## 7. O episódio de Inês de Castro: reverberações na Literatura e nas Artes Plásticas Brasileiras

RAQUEL NAVEIRA<sup>1</sup>

O drama de Inês de Castro é um dos mais belos episódios da história portuguesa e do amor na literatura universal.

Inês de Castro era uma nobre galega, prima e amante do Infante Pedro, depois Pedro I, rei de Portugal. Morreu em Coimbra, nos antigos paços de Isabel de Aragão, às margens do rio Mondego, em 1355.

Inês, como dama de honor, acompanhou a Portugal, a Princesa Constança, esposa do Príncipe Pedro, que logo se sentiu atraído por sua beleza. Para pôr termo a essa situação, o Rei Afonso IV, pai de Pedro, resolveu expulsá-la do reino, recolhendo-a a um castelo na fronteira da Espanha, onde ela continuou a receber notícias do seu amante.

Morta Constança, o príncipe mandou chamar Inês imediatamente, contra as ordens expressas de seu pai, instalando-a em sua casa, onde passaram a viver maritalmente e tiveram quatro filhos: Afonso, que morreu em tenra idade; João, Dinis e Beatriz.

Afonso IV, que conhecia a ambição dos parentes de Inês, começou a alar-mar-se com o crescente poderio dos Castro, entre os quais, Álvaro Pires de Castro, que foi elevado a primeiro condestável de Portugal. Chegou a temer pela sorte da legítima sucessão ao trono. Esses fatos, agravados pelas intrigas, provocaram a trágica decisão do rei: assassinar Inês de Castro. A decisão foi discutida e resolvida pelo rei e seus conselheiros, entre os quais Álvaro Gonçalves, Pêro Coelho e Diogo Lopes Pacheco. Para dar cumprimento ao plano, partiram para Coimbra e tiraram cruelmente a vida da pobre Inês.

---

<sup>1</sup> Escritora brasileira, professora, membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, da Academia Cristã de Letras (São Paulo) e da Academia das Ciências de Lisboa.

Ao ter notícia do horrendo crime, o príncipe reuniu seus homens e começou a devastar o país atrás dos assassinos, mas foi aplacado por sua mãe, a Rainha Beatriz, em Canaveses, onde consentiu em assinar um tratado de aliança com o pai. Afonso IV, não confiando na palavra do filho, ordenou aos seus cúmplices que se refugassem na Espanha.

Morto o rei, subiu ao trono Pedro I, em 1357. Seu primeiro ato de governo foi assinar com o rei de Castela um tratado, por força do qual ambos os monarcas reconheciam o direito de extradição de refugiados políticos. Em Santarém, Pedro I assistiu ao suplício dos conselheiros de seu pai, levado a efeito com requintes de crueldade.

A reabilitação de Inês de Castro revestiu-se de uma imponência nunca vista em Portugal. Seu cadáver foi trasladado de Coimbra para o Mosteiro de Alcobaça, entre alas de servos empunhando grandes círios acesos, para ocupar um dos túmulos que, com o de Pedro I, constituem duas obras-primas da escultura sepulcral da Idade Média em Portugal.

As lendas referentes à morte e coroação *post-mortem* de Inês de Castro são de origem literária e foram veiculadas principalmente pelas célebres oitavas de Camões (c. 1524–1579 ou 1580) e por António Ferreira (1528–1569) em *Os Lusíadas* e na tragédia *A Castro*, respectivamente. Graças a Camões, tornaram-se célebres no mundo inteiro, as expressões “a que depois de morta foi rainha” e “a do colo de garça”, com que se costuma designar a desventurada Inês. Sua vida serviu de tema para inúmeros estudos, tragédias, romances e poesias, em português, espanhol, francês, inglês e holandês.

É no Canto III dos *Lusíadas*, que encontramos, das estrofes 118 a 135, o comovente episódio de Inês de Castro. Transcrevemos uma estância com a súplica de Inês de Castro:

*Põe-me onde se use toda feridade,  
Entre leões e tigres, e verei  
Se neles achar posso a piedade  
Que entre peitos humanos não achei.*

*Ali, co amor intrínseco e vontade  
Naquele por quem morro, criarei*

*Estas relíquias suas que aqui viste,  
Que refrigério sejam da mãe triste.*

*Tais contra Inês os brutos matadores,  
No colo de alabastro, que sostinha  
As obras com que amor matou os amores  
Aquele que depois a fez rainha,  
As espadas banhando e as brancas flores,  
Que ela dos olhos seus regadas tinha,  
Se encarniçavam, fervidos e irosos,  
No futuro castigo não cuidadosos.*

*Assim como a bonina que cortada  
Antes do tempo foi, cândida e bela,  
Sendo das mãos lascivas maltratada  
Da menina que a trouxe na capela,  
O cheiro traz perdido e a cor murchada;  
Tal está, morta, a pálida donzela,  
Secas do rosto as rosas e perdida  
A branca e viva cor, cõa doce vida.*

O escritor e humanista António Ferreira (1528–1569) escreveu a tragédia *A Castro*, que foi editada em 1587, que constitui a expressão máxima do teatro clássico em Portugal e uma das obras mais bem acabadas da dramaturgia portuguesa de todos os tempos. Divide-se em cinco atos. Baseando-se na interpretação de Garcia de Resende e na tradição oral, o poeta convoca para a cena Inês de Castro, D. Pedro e Afonso IV, na qualidade de protagonistas centrais, cercados de personagens secundárias, como os conselheiros do Rei, a Ama e o Coro, que comenta a ação e aconselha ou desaconselha o procedimento das personagens. A peça começa próxima do epílogo da desgraça que se abateu sobre Inês de Castro e D. Pedro, principiando com os receios da heroína, logo confirmados pelo Coro. Reunidos, os conselheiros persuadem o Rei a permitir que executem a desditosa amante do Príncipe: é o ponto alto da peça, a catarse ou catástrofe, no dizer dos gregos e latinos. Morta Inês, D. Pedro, então longe dela, jura vingança e a peça termina. Um trecho:

## CORO

*Eis a morte  
 Vem. Vai-te entregar a ela: vai depressa,  
 Terás que chorar menos.*  
 §CASTRO  
*Vou, amigas;  
 Acompanhai-me vós, amigas minhas,  
 Ajudai-me a pedir misericórdia,  
 Chorai o desamparo destes filhos  
 Tão tenros e inocentes. Filhos tristes,  
 Vedes aqui o pai de vosso pai,  
 Eis aqui vosso avô, nosso senhor;  
 Beijai-lhe a mão, pedi-lhe piedade  
 De vós, desta mãe vossa, cuja vida  
 Vos vem, filhos, roubar.*

Na literatura brasileira o episódio da morte de Inês de Castro, cheio da beleza poética da morte por amor, vai inspirar duas passagens épicas nas obras indianistas mais famosas do Neoclacismo brasileiro: a morte de Lindóia, em *O Uruguai*, de José Basílio da Gama (1741–1795) e a morte de Moema, em *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão (1722–1784).

*O Uruguai*, escrito em 1769, obra de extraordinárias qualidades plásticas, trata da guerra movida pelos portugueses e espanhóis contra os índios e jesuítas dos Sete Povos das Missões. Lindóia, sabendo morto o amado Cacambo, “aborrecida de viver procura a morte”, qual nova Cleópatra: pelo veneno de uma serpente. Um trecho do Canto IV:

*Este lugar delicioso e triste,  
 Cansada de viver, tinha escolhido  
 Para morrer a mísera Lindóia.  
 Lá reclinada, como que dormia,  
 Na branda relva e nas mimosas flores,*

*Tinha a face na mão, e a mão no tronco  
De um fúnebre cipreste, que espalhava  
Melancólica sombra. Mais de perto  
Descobrem que se enrola no seu corpo  
Verde serpente, e lhe passeia, e cinge  
Pescoço e braços e lhe lambe o seio.*

José Santa Rita Durão, frade agostiniano brasileiro, canta a descoberta e a colonização da Bahia pelo náufrago português, Diogo Álvares Correia (1475–1570), alcunhado Caramuru pelos Tupinambás, que significa “moreia” ou “homem branco molhado”. *Caramuru*, obra publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1781, tem caráter quase informativo, onde o índio idealizado é a encarnação do “bom selvagem” de Rousseau. Nesse poema aparecem temas fortes como a antropofagia e o maravilhoso cristão em oposição às mitologias grega e pagã. A índia Paraguaçu era a esposa favorita do patriarca Caramuru e a índia Moema, rejeitada por Caramuru, acompanha a nado a caravela que conduz o casal à França, onde Paraguaçu se tornará a cristã Catarina. Moema, na sua fúria de ciúme, de mulher que ama e não é amada, atira-se para a morte, único alívio para sua dor. O ódio feroz de Moema lembra também o episódio da morte da infeliz e despeitada rainha fenícia, Dido, que se apaixonara pelo herói Enéias, do épico latino de Virgílio, a *Eneida*. Um trecho da morte de Moema:

*Uma que às mais precede em gentileza,  
Não vinha menos bela, do que irada;  
Era Moema, que de inveja geme,  
E já vizinha à nau se apega ao leme.*  
  
— Bárbaro (a bela diz) tigre e não homem...  
*Porém o tigre, por cruel que breme,  
Acha forças amor, que enfim o domem;  
Só a ti não domou, por mais que eu te ame.  
Fúrias, raios, coriscos, que o ar consomem,  
Como não consumis aquele infame?*

*Mas pagar tanto amor com tédio e asco...*

*Ah! Que corisco és tu... raio... penhasco!*

No Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand-MASP, encontramos Moema, uma pintura a óleo, de 1866, do pintor brasileiro Victor Meirelles (1832–1903). A obra não reproduz uma cena da produção literária, trata-se de uma interpretação da personagem imergindo nas águas após ser rejeitada por seu amado Caramuru. Já a escultura de Moema, de autoria do escultor e professor mexicano-brasileiro, Rodolfo Bernardelli (1852–1931) foi adquirida pela Pinacoteca do Estado em 1998, através da doação que envolveu um protocolo de intenções entre a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu Nacional de Belas Artes, o Banco Safra e Sandra Brecheret Pellegrini. Uma mulher deitada de lado, num mar revolto de bronze. Moema está de braços, os braços estendidos como os de um nadador. A cabeça voltada para o mar no esforço de alcançar o navio. Expostas de forma monumental uma das pernas e nádegas. O corpo em pleno mar, levado pelas ondas. Tocante.

Escrevi dois poemas para essa história de amor e morte. O primeiro é este apelo/monólogo pela boca de Inês de Castro:

*Casa comigo,*

*Meu infante,*

*Sou tua dama de honor,*

*Tua amante*

*Neste tálamo cortinado.*

*Casa comigo,*

*Meu Príncipe,*

*Sou jovem*

*De formosura tão estranha*

*Que as flores se enervam*

*Quando passo.*

*Casa comigo,*

*Meu amigo,*

*Suspiro*

*Trançafiada num palácio  
Às margens do Mondego.  
Antes que se voltem contra mim  
Como feras,  
Aves de rapina;  
Antes que me exilem  
Na Cítia ou na Líbia,  
Que me degolem  
A fio de espada,  
Casa comigo,  
Não esperes minha morte,  
De nada adiantará levar meu cadáver ao mosteiro,  
Entre alas de servos  
Empunhando círios acesos  
Para o túmulo sepulcral,  
Casa comigo.  
Dá-me um vestido de noiva,  
Branco,  
Cheio de vapores,  
Semelhante à fonte de meus amores.  
Pedro,  
Faze-me rainha.*

O segundo é esta visita ao Mosteiro de Alcobaça na voz de uma noiva apaixonada:

*Vem, noivo amado,  
Segue-me ao mosteiro de Alcobaça,  
As torres se erguem  
Em meio à fumaça,  
Monges brancos  
Caminham pela nave  
Levantando nuvens*

*De dourada taça.  
Vem, noivo amado,  
Entremos nos claustros:  
O do Silêncio,  
Onde a solidão nos enlaça;  
O da Leitura,  
Onde os livros se abrem  
Como rolos de mel  
E a lua entra  
Pela vidraça.*

*Vem, noivo amado,  
Pelo caminho em cruz,  
Pela capela,  
Pela sala dos reis;  
Junto ao moinho  
E ao jardim de rosas  
Há um muro que nos separa do mundo,  
Recoberto de tempo e argamassa.*

*Vem, noivo amado,  
Cheguemos aos túmulos  
De Pedro e Inês de Castro,  
Os infelizes amantes  
Que caíram em desgraça,  
A que foi rainha  
Depois de morta,  
Vem, é aqui, perto da porta,  
Façamos juras de amor eterno  
Que nada nos ameaça.*

*Fiquemos como eles:  
Frente a frente  
Em seus sarcófagos,  
Vem, me abraça.*

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo: USP/Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- GOULART, Amaro Taranto; DA SILVA, Oscar Vieira. *Estudo dirigido de Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora do Brasil.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 23ª ed., 1997.
- NAVEIRA, Raquel. *Casa e Castelo*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- NAVEIRA, Raquel. *Literatura e Drogas e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2007.



## 8. Ainda Ovídio, Petrarca e Camões: sobre abetos, narcisos e pinheiros

ZULMIRA SANTOS<sup>1</sup>

Marco Santagata realça num importante e muito citado estudo sobre Petrarca<sup>2</sup>, no amplo conjunto de obras que ao poeta dedicou, o complexo simbólico que o «Canzoniere» petrarquesco representa, destacando o lugar central ocupado pela natureza, na dupla face plantas/animais, embora o primeiro dos termos desta associação se revele particularmente presente nas múltiplas ocorrências de abetos, faias, mirtos e pinheiros, umas vezes como oposição cidade/campo:

*Qui non palazzi, non teatro o loggia,  
ma'n lor vece un abete, un faggio, un pino  
tra l'erba verde e 'l bel monte vicino,  
onde se scende poetando e poggia,*<sup>3</sup>

outras como instância de diálogo com a natureza, privilegiando a descrição de estados interiores. Como escreve Giulia Zava, recordando Santagata, «gli alberi possono poi essere evocati perchè sotto la loro ombra il poeta può trovare ispirazione, secondo un riferimento che se rifà all'ambiente classico, accostabile in particolare all' modello virgiliano della composizione all' ombre degli alberi (...). Uno spazio a sé merita tuttavia un analisi di alcune piante convenzionalmente simboliche, e in particolare, di quelle che nel corso della tradizione vengono ritenuti come segnali di poesia»<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Universidade do Porto-CITCEM, Academia das Ciências de Lisboa

<sup>2</sup> SANTAGATA, Marco. *I frammenti dell'anima*, Bologna, Il Mulino, 1992.

<sup>3</sup> PETRARCA, Francesco. *Canzoniere* (Edizione commentata a cura di Marco Santagata), Milano, Mondadori, 2024 (7.<sup>a</sup> ed.), p. 47.

<sup>4</sup> Zava, Giulia. «Oltre all'alloro. Le piante sacre del Canzoniere, fra il mirto e l'olivo», in *Laureatus in urbe* (a cura di Luca Marcozzi e Paolo Rigo), Roma, Aracne Editrice, 2019, pp. 1-9.

Evidentemente que algumas destas temáticas se tornam particularmente simbólicas e de uma enorme densidade de formas e significados, numa dinâmica de construção de imagens e estilemas que desafiam constantemente a percepção do leitor. Petrarca não é, naturalmente, o primeiro poeta que «lê» a natureza como um estado de alma e que integra a sua descrição num espaço literário, recorrendo a intrincados sistemas metafóricos que organizam o tecido lírico. Não é novidade para ninguém, na situação atual dos estudos petrarquescos e petrarquistas, que o poeta, como afirma Santagata, é um profundo leitor dos autores clássicos que «non aspira a inventare nuove forme, ma a rinnovare ciò che già esiste: il punto d'appoggio del suo ingegno è la tradizione»<sup>5</sup>. Servem estas breves reflexões para enquadrar a ideia, que nada tem de inovadora, de que Camões possui saberes relevando do conhecimento do «livro da natureza», no sentido da *ordo mundi*, mas também, como parece evidente, e muitos autores já demonstraram, num caminho que os comentaristas de *Os Lusíadas* foram construindo, com especial relevo para Manuel de Faria e Sousa, de vários patamares de saberes «literários» que adquiriu e incorporou, embora hoje continuemos a debater em que lugares terá obtido tão profunda erudição: Coimbra? Lisboa? Na Índia e nos manuscritos que por lá circulavam? Provavelmente. Em todo o caso, como a abelha de Plínio e outros, mesmo quando se repete, fá-lo sempre «con estilo nuevo»<sup>6</sup>, transformando, recontextualizando, ressignificando. De certo modo, tudo isto comparece nos sempre citados versos finais da estrofe 154 do Canto X de *Os Lusíadas*:

*Nem me falta na vida honesto estudo,  
Com longa experiência misturado  
Nem engenho, que aqui vereis presente  
Cousas que juntas se acham raramente.*

<sup>5</sup> SANTAGATA, Marco. *I frammenti dell' anima*, op. cit., p. 38.

<sup>6</sup> *Lusíadas de Luís de Camões comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, ed. comemorativa, Lisboa, IN-CM, 1972, col. 84 (Tomo II).

Nestes quatro versos reside, do meu ponto de vista, naturalmente, a chave mais essencial para ler e perceber Camões. Neles, o poeta salienta a feliz conjugação de um estudo empenhado e, seguramente, por vezes difícil, da «longa experiência» e do «engenho», consciente da raridade desta combinação harmónica, acentuando de um lado o «honesto estudo» que se mistura «com longa experiência», e, do outro, qual binómio gerador, o engenho que articula de forma eficaz, pela palavra e «forma», os outros dois, permitindo uma construção poética plena de ambiguidades e de pluralidades de sentidos, que reconfigura leituras de autores da antiguidade clássica, Virgílio e Ovídio, entre outros, como muitos estudiosos já demonstraram, mas também de autores mais próximos como Petrarca [1304–1374] ou Sannazzaro [1458–1530]<sup>7</sup> ou, cronologicamente mais perto de Camões, Garcilaso de la Vega [1503–1536] e Juan de Boscán [1492–1542], renomados «petrarquistas», nas palavras críticas de Cristóbal de Castillejo [1491–1556]<sup>8</sup>, em diálogo constante com a poesia latina, italiana e castelhana. Esta dimensão de «poeta doctus», que Camões era, como repetidamente afirma, por exemplo, Frederico Lourenço, esteve sempre presente em todos quantos desde os finais do século XVI editaram e comentaram a poesia camonianiana, das *Rimas* a *Os Lusíadas*<sup>9</sup>. Só para dar um pequeno exemplo conhecido, na edição de *Os Lusíadas* de 1613, que inclui, tanto quanto sabemos, a mais antiga biografia de Luís de Camões, escrita por Pedro de Mariz, e se apresenta comentada por Manoel Correa (reimpressa na edição das *Rimas* de 1616), afirma-se que Camões «excedeo a todos os Latinos, Gregos & Toscanos nas comparações com que descreve, pinta & descobre o íntimo dos conceytos Poeticos, com arteficio admirável & muy proprio, alem de outras muytas figuras & tropos de Rethorica, de que em muytas partes

<sup>7</sup> MARNOTO, Rita. *Arcadia de Sannazaro e O bucolismo*, Coimbra, Gabinete de Publicações da FLUC, 1996.

<sup>8</sup> CASTILLEJO, Cristóbal de. *Obras de conversación y pasatiempo* (ed. J. Domínguez Bordona), tomo II, Madrid, Espas-Calpe, 1969, p. 190: «y oyéndoles hablar nuevo lenguaje/mezclado de extranjera poesía,/con ojos los miraban de extranjeros». Ver, no âmbito de uma ampla bibliografia, Maria del Rosario Martínez Navarro, «El antipetrarquismo en España: el caso de Cristóbal de Castillejo», *Esfera*, n.º2, 2009.

<sup>9</sup> LOURENÇO, Frederico. *Camões. Uma antologia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2024.

usa, com tanta energia & efficacia que nenhum dos antigos lhe levarao [sic] ventagem: como se vê na octava 41 do Canto 2, & em outros muytos lugares, que no comento se apontão & explicão»<sup>10</sup>. A «erudição» camoniana, muitas vezes espelhada na citação ou tradução de versos de Petrarca, Garcilaso ou Boscán, mas também de Virgílio, Ovídio e outros, encontra a sua prova maior nas edições comentadas por Faria e Sousa de *Os Lusíadas* (1639) e das *Rimas* (1685–1689), como se o texto em castelhano que envolve os seus versos fosse simultaneamente a paráfrase de uma prática poética que merecia ser explicada, divulgada, numa outra língua de maior circulação europeia e simultaneamente a confirmação constante dos múltiplos saberes nascidos do «honesto estudo» e da «longa experiência»:

«[...] mas si huviessse de hazer todo lo a que obligan lances, i testigos de ingenio, de copia, i de cuydado en este P. fuera entrarme sin hilo en el labirinto. I todavia me quedo en muchas ocasiones com gran lastima de q voy escrevendo conforme a lo que pued~e imprimir los librerros de España, para lo qual ya es demasiado este Tomo, i no coforme a lo q pide el P.»<sup>11</sup>.

Os saberes de Camões, sustentados pelo conhecimento de poetas cuja presença literária irrompe a cada momento, numa demonstração de erudição e apreço por outros, permite que o leitor se reencontre com outras leituras e embate, obviamente, no problema de sempre: quando cita direta ou indiretamente os autores da antiguidade clássica, Camões está a lê-los pelos olhos de Petrarca, por exemplo, ou de Boscán e Garcilaso, ou a está a copiar diretamente a fonte inspiradora? De acordo com os estudos existentes, verificam-se as duas hipóteses, embora, por vezes, como assinalou Américo da

---

<sup>10</sup> Pedro de Mariz, in *Os Lusíadas* do Grandes Luis de Camoens Principe da Poesia Heroica, Lisboa, Pedro Craesbeeck, Anno 1613, «Aos estudiosos da lição poetica». O mesmo juízo se faz na edição das *Rimas* de 1598, no «texto-dedicatória» de Estêvão Lopes a D. Gonçalo Coutinho: «não posso declarar como espanta a agudeza de seus cõeitos, como obriga propriedade das palavras, como enleva o encarecimento das razões. Que alteza tem de sentenças, que metaphoras, que hiperboles, que figuras tão Poéticas?».

<sup>11</sup> *Lusíadas de Luis de Camões comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, ed. comemorativa, Lisboa, IN-CM, 1972, col. 84 (Tomo II).

Costa Ramalho<sup>12</sup>, seja difícil destrinçar entre instâncias de leitura, mesmo quando deparamos com autores mais recentes como Garcilaso ou Boscán ecoando Petrarca. De um modo ou de outro, estes «saberes», literários», em primeira ou segunda mão, revelam um leitor quase compulsivo, cuja prática poética se encontra em constante diálogo textual com os autores clássicos e com aqueles que, nos séculos XIV, XV e XVI, com especial destaque para Petrarca, «releram» os poetas clássicos, sobretudo Virgílio e Ovídio, mas também Propércio e Teócrito. O cantor de Laura não é apenas o autor da história de amor e morte que a sintaxe do *Canzoniere* se organiza para narrar, mas é também o responsável pelo importante repositório que os *Trionfi* constituíam como «catálogo» de análise da paixão amorosa.

Como é sabido, Petrarca, no rasto dos clássicos e de uma tradição que a Idade Média (perdoe-se a generalização) consagrou, recorre à simbologia das plantas tornando-as «lugares» literários: para além do omnipresente «lauro», em relação dialógica com Laura, nas palavras de Marco Santagata, «l'immagine dell'amata»<sup>13</sup>, abundam as «isotopias vegetais» que podem subverter a ligação ao mito clássico de Dafne e Apolo, tornando o louro, por exemplo, objeto quase sagrado<sup>14</sup>. Considerações semelhantes poderiam ser aduzidas para «olivo» e «mirto» em diferentes composições do *Canzoniere*, criadoras de uma geografia simbolicamente interior. A floresta, por exemplo, como notou Riccardo Raimondo, para a sextina com o número 237, pode tornar-se «il luogo ideale per sognare un erotismo mitizzato, una sensualità sacralizzata, attraverso il racconto di Selene ed Endimione»<sup>15</sup>. Em Camões, como se sabe desde os estudos do Conde de Ficalho, agora aprofundados e

<sup>12</sup> COSTA RAMALHO, Américo da. *Estudos Camonianos*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1975, pp. 83-92.

<sup>13</sup> SANTAGATA, Marco. comentário ao soneto 228, in Francesco Petrarca, *Canzoniere* (a cura di Marco Santagata) [1.<sup>a</sup> ed.: 1996], Milano, Mondadori, 2024, p. 956.

<sup>14</sup> BOCCIGNONE, Manuela. «Un albero piantato nel cuore (Iacopone e Petrarca)», *Lettere Italiane*, aprile-giugno 2000, Vol. 52, No. 2, pp. 225-264.

<sup>15</sup> RAIMONDO, Riccardo. «La natura e il sacro Valchiusa contro Babilonia nel Canzoniere di Petrarca», in *Laureatus in Urbe I* (a cura di Luca Marcozzie Paolo Rigo), Canterano, Aracne Editrice, 2019, p. 74.

completados pela exaustiva investigação de Jorge Paiva<sup>16</sup>, a flora é justamente uma das áreas que em muito revelam os «saberes» do poeta. Saberes que, de acordo com este investigador, demonstram que «Camões conhecia, seguramente, não só obras gregas sobre plantas, particularmente tratado *De materia medica* (64 d.C.) de Pedânio Dioscórides (40–90 d.C.), assim como a maioria das plantas que Garcia de Orta refere nos *Colóquios dos simples, e drogas e coisas medicinais da Índia*, obra publicada em Goa (1563) [...] Apesar de se saber isso, não é fácil determinar com exatidão as plantas referidas por Camões em toda a sua obra poética (épica e lírica), pois a maioria das vezes refere-as não só de forma poética, como também utilizando a sua admirável arte de derivar com peculiar sagacidade linguística»<sup>17</sup>. Tal como salienta Jorge Paiva, em Camões, as referências às plantas traduzem simultaneamente conhecimentos que podemos avocar à esfera científica, no sentido da identificação das espécies, mas também «literária», na componente que releva da leitura de outros poetas, sobretudo de Petrarca, e, talvez através de Petrarca, de autores da antiguidade clássica, com a muito provável exceção de Virgílio e Ovídio, que parece ter lido diretamente, e ainda dos poetas ditos petrarquistas, com particular destaque para Garcilaso de la Vega, frequentemente intertexto de Camões. As referências disseminam-se pela lírica e pela épica, contribuindo para a criação de um «imaginário espacial» que prende numa espécie de rede simbólica a representação do mundo natural. Um dos exemplos mais pertinentes desta «invenção da paisagem» e do seu uso alegórico, poderiam ser os versos que na Ilha dos Amores constroem o «espaço», nas estâncias em que se descrevem as plantas, como elemento fulcral da criação do *locus amoenus*, de um lugar paradisíaco, caracterizado pelo verde, pela água, um jardim em perpétua primavera de larga na tradição na literatura ocidental.

---

<sup>16</sup> PAIVA, Jorge. *As plantas na obra poética de Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2025. V. RIBEIRO, Orlando, “A vegetação da Ilha dos Amores: Ficção e realidade”, Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, (Centro de Estudos Geográficos), Lisboa, XVII, 33, 1982.

<sup>17</sup> PAIVA, Jorge. *As plantas na obra poética de Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2025, p. 5.

O episódio conhecido como «Ilha dos Amores», qual mosaico sintetizador de leituras, tem o seu início na estância 18 do Canto IX, prolongando-se até à estância 143 do Canto X, e ocupa um largo espaço no poema. Integra as belíssimas e sábias passagens da «máquina do mundo», quando Thetys explica ao Gama o respetivo funcionamento, na base do sistema ptolomaico, dando conta de uma extrema erudição. Muitos estudos já salientaram também que a expressão «Ilha dos Amores» não comparece no poema: nos Cantos IX e X ocorrem as expressões «ínsula divina», que é, aliás, a primeira definição (IX, 21), «Ilha namorada» (IX, 51), «ilha fresca e bela» (IX, 52), «fermosa ilha alegre e deleitosa» (IX.54), «Ilha angélica pintada» (IX, 89), «Ilha de Vénus» (IX, 95), «Ilha alegre e namorada» (X.143). Claro que a tentação de identificar a «Ilha dos Amores» com uma ilha real cruzou os tempos e essa atitude realça a qualidade poética de Camões, no exercício do engenho, como operação que convoca memórias reais e memórias «textuais», criando uma composição que parece «imitação da vida», mas que é sobretudo «imitação do estilo», no sentido da criação literária<sup>18</sup>. Já na edição d'*Os Lusíadas* de 1613, Manuel Correia, que diz ter conhecido Camões nos últimos anos de vida, afirma que «muitos têm para si que esta ilha de que o Poeta aqui fala, seja a de Santa Helena», opinião de que Correia discorda, porque diz «a ilha foi um fingimento que o Poeta aqui fez, como claramente consta da letra»<sup>19</sup>:

*De longe a Ilha viram, fresca e bela,  
Que Vénus pelas ondas lha levava  
(Bem como o vento leva branca vela)  
Pera onde a forte armada se enxergava;  
Que, por que não passassem, sem que nela  
Tomassem porto, como desejava,  
Pera onde as naus navegam a movia*

<sup>18</sup> AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel. *Camões. Labirintos e Fascínios*. Lisboa, Cotovia, 1994.

<sup>19</sup> *Os Lusíadas do grande Luis de Camões*, comentados pelo Licenciado Manuel Correa, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1613.

*A Acidália, que tudo, enfim, podia.  
Que as Ninfas do Oceano, tão fermosas,  
Tétis e a Ilha angélica pintada,  
Outra cousa não é que as deleitosas  
Honras que a vida fazem sublimada.  
Aqueles preminências gloriosas,  
Os triunfos, a fronte coroada  
De palma e louro, a glória e maravilha,  
Estes são os deleites desta Ilha.*

*Os Lusíadas* (leitura, prefácio e notas de A. J. Costa Pimpão, com apresentação de Aníbal Pinto de Castro), Lisboa, Instituto Camões, 2000, Canto IX, estrofes 52 e 89.

Como se vê, e quantos estudos já assinalaram esta quase evidência, o texto de Camões é claro na impossibilidade de identificação da ilha. Contudo, a tentação biográfica ou biografista espreita a cada momento na leitura da obra camonianiana, tanto na épica como na lírica, e a identificação com Santa Helena já tinha sido feita anteriormente, e em 1584, na censurada edição chamada dos «piscos», e foi de algum modo reiterada pela novela de Fernão Álvares do Oriente, *Lusitânia transformada* (1607), que descreve a ilha de Santa Helena com vocabulário muito próximo do usado por Camões. Depois, muitas identificações foram propostas, desde Faria e Sousa, que propõe a ilha de Angediva, outros que adiantaram Zanzibar, Ceilão, ou até Teófilo Braga que sugeriu a Ilha Terceira, acolhendo uma certa vertigem biografista, que tem vindo a acompanhar, e por vezes quase a «assombrar», o estudo de Camões, mesmo quando o próprio desfaz as dúvidas.

Não está em causa, naturalmente, que o poeta tenha utilizado memórias de ilhas concretas, frutos da «experiência» de quem cruzou oceanos, «misturadas» com o «honesto estudo», que não é apenas estudo de obras que lhe proporcionaram uma imensa erudição em várias áreas do conhecimento científico da época, haja em vista a «máquina do mundo», mas também o estudo de obras literárias e autores desde a antiguidade clássica até ao seu

tempo. Ávido leitor de outros poetas, evoca-os direta ou indiretamente em muitas das suas composições, quase todas de uma intertextualidade engenhosa de cuja qualidade tem consciência. Podemos perguntar-nos, todavia, como o fizeram já muitos, se esta ilha, embora simbólica, estava descrita como pertencendo ao oceano Índico ou ao Atlântico, questão que tem suscitado, como escreve Vítor Aguiar e Silva, muita discussão<sup>20</sup>. A estância 16 e sobretudo a estância 51 do Canto IX indicam que os navegadores avistaram a «ilha namorada», depois de iniciada a viagem de regresso e, logo, em águas do Oceano Índico. Porém, como afirma Jorge Paiva, na sequência do Conde de Ficalho, corrigindo algumas identificações, sabemos que a flora descrita na «Ilha dos Amores» é de natureza mediterrânica, integrando um conjunto de espécies que ocorrem na poesia greco-latina e que Camões conhecia bem. Citando de novo Vítor Aguiar e Silva, «A ilha de Vénus é uma ilha que a deusa deslocou do Mediterrâneo oriental para as águas índicas e é uma ilha cuja paisagem é pintada com as recordações da flora portuguesa e com as memórias intertextuais da poesia greco-latina e da poesia italiana renascentista»<sup>21</sup>. Camões terá, assim, integrado, à boa maneira dos poetas renascentistas, uma ampla tradição literária de descrição de ilhas como espaços de harmonia e *locus amoenus*. Para além dos exemplos variados de textos de autores da antiguidade clássica, Homero, Hesíodo, Plínio, o Antigo, e a sua *Naturalis Historia*, Solino e as *Collectanea rerum memorabilium*, a Idade Média conheceu bem Santo Isidoro de Sevilha, e as suas *Etimologias*, as Ilhas afortunadas, o *Speculum* de Vicente Beauvais, o *Livro de Marco Polo*, o *Livro das Maravilhas* de Mandeville, o *De Imago Mundi* de Pedro d'Ailly, e as viagens, umas vezes reais, outras simbólicas, como a «Navegação de S. Brandão», que recorrem à descrição destes lugares paradisíacos, evocando o paraíso terreal<sup>22</sup>. Desse ponto de vista, é muito difícil identificar a

<sup>20</sup> AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. «Ilha dos Amores» in *Dicionário de Luís de Camões* (coord. Vítor Manuel de Aguiar e Silva), Alfragide, Caminho, p.438.

<sup>21</sup> AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. «Ilha dos Amores» in *Dicionário de Luís de Camões*, op. cit., p.438.

<sup>22</sup> FONSECA, Luís e José Adriano de CARVALHO. *Do imaginário do Atlântico ao Atlântico imaginado*, BPA, 1993; (1993) e FONSECA, Luís. O Imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16 in *Estudos Avançados*, 6 (16) 1992, 31-55.

pluralidade de leituras — o «honesto estudo» — aqui presentes, porque Camões procede com «engenho» a uma criação que resulta de uma «contaminatio» da tradição greco-latina, sobretudo do Canto VI da *Eneida*, permanecendo num constante e fecundo diálogo, que torna seu o que imita<sup>23</sup>. No entanto, a descrição da natureza que se inicia justamente pelos versos «Três formosos outeiros se mostravam, erguidos com soberba graciosa» parece ostentar, e seguramente essa opção era reconhecida no século XVI por muitos leitores, despertando admiração pela *scientia* do poeta, uma leitura das *Metamorfoses* de Ovídio, que Camões parece conhecer tão bem. O intertexto ovidiano já tinha sido sinalizado por Manuel de Faria e Sousa. Depois dele, muitos estudiosos de Camões aludiram a esta presença criativa que Figueiras Valverde sintetiza: «Em nenhuma obra de Camões se verifica uma influência tão direta de Ovídio como na descrição da Ilha: o leitor atual tem que pensar numa leitura imediata das *Metamorfoses*»<sup>24</sup>. Obviamente, não sabemos, creio que não saberemos nunca, se as referências dependem ou não de leituras segundas na medida em que no século XVI havia uma larga circulação de compilações que permitiam aceder à mitologia<sup>25</sup>. No entanto, outras alusões ao longo da obra de Camões, sobretudo nas éclogas, mesmo quando estas privilegiam como intertexto Garcilaso de la Vega, parecem demonstrar com eficácia e bastante certeza que o poeta foi um leitor de Ovídio<sup>26</sup>. O conjunto de plantas e frutos que comparece nas estâncias foram

<sup>23</sup> COSTA RAMALHO, Américo da. *Estudos Camonianos*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1975, pp. 83-95. Faria e Sousa já havia notado: «De longe a Ilha viram, & Sacado de Virgil. 7. Nada de Virgilio se escapo al nuestro [...] Pero luego se diferenciara de Virgilio nuestro P. [...], col. 130.

<sup>24</sup> VALVERDE, José Filgueiras. *Camões. Comemorações do centenário de Os Lusíadas*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 290.

<sup>25</sup> COSTA RAMALHO, Américo da. «A Ilha dos amores e o inferno virgiliano», *Humanitas*, vol. 23-24 (1971-1972), pp. 417-425.

<sup>26</sup> ROCHA PEREIRA, Maria Helena da. «A Elegia III de Camões», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 1 (2004), pp. 107-112; Idem, «O tema da metamorfose na poesia camonianiana», in *Novos ensaios sobre Temas clássicos na Poesia Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 2012 (2.ª ed.), pp. 45-67; ANDRÉ, Carlos Ascenso. «Camões, na esteira de Ovídio: a construção poética do degredo», *Oceanos*, n.º 23 (1995), pp. 84-92; LOURENÇO, Frederico. *Camões. Uma antologia*, op. cit., 2024.

completamente aclaradas por Jorge Paiva, como acima se assinalou<sup>27</sup>, mas Camões funde os dois «saberes», o «científico» e o «literário», identificando espécies ao mesmo tempo que revela conhecimento profundo da mitografia ovidiana: se os belíssimo verso «Mil arvores estão ao ceu subindo, com pomos odoríferos e belos» que, no juízo de Faria e Sousa, evocam Homero «pintando los huertos de Alcinoos»<sup>28</sup> ou podem deixar ler, como faz Frederico Lourenço, uma referência de Virgílio nas *Geórgicas*<sup>29</sup> — em que o poeta compara as árvores ao engenho que dá frutos de mais qualidade, se enxertado noutros poetas —, grande parte destas alusões parecem privilegiar como intertexto as *Metamorfoses* de Ovídio. Maria Luísa Resende estudou a presença do poeta latino na descrição da «Ilha namorada», mostrando exemplarmente como as diferentes referências, a laranjeira, os limões, o louro, o cipreste, os mirtos, os pinheiros, metaforizam simbolicamente um conjunto de histórias amorosas que evocam diferentes tipos de amor, entre eles, o homoerótico, o incesto, por alusão erudita. Camões recorda Cipariso, amado por Apolo, refere Narciso, «a flor Cifísia», numa clara alusão ao autoerotismo. Ao poder totalizante e imperioso do amor ninguém se pode furtar. As setas de Cupido — «despede nisto o fero moço as setas» (Canto IX, est. 47), as mesmas setas que na Ode «Fermosa fera humana» se quebraram — «a força soberana/do vingativo Amor, que vence tudo,/as pontas amoladas de quantas setas tinha,/tem quebradas;» setas que em Petrarca se disseminam pelo *Canzoniere* e pelos *Trionfi*, não escolhem, tinha advertido Camões na estrofe 34, os alvos, nascendo «destes tiros assim desordenados/Que estes moços mal destros vão tirando,/Nascem amores mil desconcertados/[...] Exemplos mil se vem de amor nefando [...]».

Harmonizando diferentes «saberes», o poeta identifica com precisão plantas e frutos, evoca a sua «história e personalidade literária», num

---

<sup>27</sup> Ver também o quadro elaborado por HENRIQUES, Cláudia; Fernanda DIAS, «A flora mediterrânica no património literário camoniano: sua valorização turística na paisagem algarvia», *International Journal of Scientific Management and Tourism*, Vol.2, 1 (2016), pp. 319-332.

<sup>28</sup> *Lusíadas de Luis de Camões comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, ed. cit., col. 153.

<sup>29</sup> Frederico, Lourenço, *Camões. Uma antologia*. Liboa, Quetzal, 2024, p. 461.

processo de metaforização simbólica, aproveitando um património disponível —, como que sublimando a natureza que transfigura esta paisagem num lugar simultaneamente real e alegórico. A descrição do espaço «natural» da ilha como que recontextualiza, através de um aparato imagético e figurativo, um «sítio» que poderia ser real, verosímil —a precisão da identificação das plantas sustenta a dimensão concreta —, mas que é sobretudo simbólico em virtude das estratégias de construção de um imaginário literário. Se a floresta é em Petrarca também um lugar erótico pleno de possibilidades, não deixa de ser curioso que Camões registe o tipo de «amor» cuja função maior é a reprodução, a «progénie forte e bela» que resultará da união das ninfas e dos navegantes, a energia cósmica que permite que o mundo se perpetue, na tensão entre o amor e o desejo, mas não descure a sugestão de outros tipos de amor, o homossexual, o incestuoso, por exemplo, nas alusões a narcisos, ciprestes e outros. De certo modo, a ideia de que o amor, como ensinavam os «libri d'amore», se bem que de diferentes modos, de Marsílio Ficino, a Bembo e Hebreo, a Equicola<sup>30</sup>, de maneira mais «filosófica» ou mais «poética», com maior ou menor sublimação, constituía a força primordial da natureza, a pulsão que fazia mover o universo e garantia a preservação da espécie. A reflexão sobre esta capacidade, que simultaneamente, em função da maneira como era encarada, unia e separava homens e animais, originou, sobretudo nos séculos XV e XVI, revalorizando textos da antiguidade clássica, no caminho aberto por Dante, Petrarca, mas também Andreas Capellanus [1150–1220], com diferenças inerentes, um amplo conjunto de obras que circularam manuscritas ou impressas, em versões mais complexas como o livro *De natura de amore* (1625) de Mario Equicola, verdadeira enciclopédia «literária», ou mais simplificadas, como a do Livro IV de *Il Libro del Cortigiano* (1528), de Baldassare Castiglione. De certo modo, Camões incorpora este filão, tão comum no século XVI, ao apresentar, pelo viés da descrição da ilha, um cenário «natural», uma

---

<sup>30</sup> Ver, por exemplo, o «Libro Primo 1. Laude de amore» de Mario Equicola in *La redazione manoscritta del Libro de natura de amore di Mario Equicola* (a cura di Laura Ricci), Roma, Bulzoni Editore, 1999.

espécie de tipologia amorosa totalizante, a que alude em modo de «saber literário». Na «Ilha namorada», descreve essa força tão natural que até se concretiza em plena natureza, procurando o «belo», da beleza das ninfas à «progénie forte e bela», mas não ignora outros tipos de amor, tornando a ilha um lugar simbólico, no sentido de «representação», que em si mimetiza, tal como o «modelo» da «máquina do mundo» — «[...] o transunto, reduzido em pequeno volume [...] —, a energia vital que cimenta as relações da humana espécie. Talvez também por tudo isso, para além dos «famintos beijos» ou do «mimoso choro», as diferentes «censuras» foram dedicando tanta atenção à Ilha dos Amores...

### BIBLIOGRAFIA FINAL

- ANDRÉ, Carlos Ascenso. «Camões, na esteira de Ovídio: a construção poética do degredo», *Oceanos*, n.º 23 (1995), pp. 84-92.
- BOCCIGNONE, Manuela. «Un albero piantato nel cuore (Iacopone e Petrarca)», *Lettere Italiane*, aprile-giugno 2000, Vol. 52, No. 2, pp. 225-264.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas do grande Luis de Camões, comentados pelo Licenciado Manuel Correa*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1613.
- CAMÕES, Luís de. *Lusíadas de Luis de Camões comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, ed. comemorativa, tomo II, Lisboa, IN-CM, 1972.
- CASTILLEJO, Cristóval de. *Obras de conversación y pasatiempo* (ed. J. Domínguez Bordona), tomo II, Madrid, Espasa-Calpe, 1969.
- FILGUEIRAS VALVERDE, José Filgueiras. *Camões. Comemorações do centenário de Os Lusíadas*, Coimbra, Almedina, 1982.
- FONSECA, Luís e José Adriano de CARVALHO. *Do imaginário do Atlântico ao Atlântico imaginado*, BPA, 1993; (1993).
- FONSECA, Luís A. O Imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16 in *Estudos Avançados*, 6 (16) 1992, 31-55.
- HENRIQUES, Cláudia; Fernanda DIAS. «A flora mediterrânica no património literário camoniano: sua valorização turística na paisagem algarvia», *International Journal of Scientific Management and Tourism*, Vol.2, 1 (2016), pp. 319-332
- LOURENÇO, Frederico. *Camões. Uma antologia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2024.
- MARNOTO, Rita. *Arcadia de Sannazaro e O bucolismo*, Coimbra, Gabinete de Publicações da FLUC, 1996.

- MARTÍNEZ NAVARRO, Maria del Rosario. «El antipetrarquismo en España: el caso de Cristóbal de Castillejo», *Esfera*, n.º 2, 2009.
- PAIVA, Jorge. *As plantas na obra poética de Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2025.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. «A Elegia III de Camões», *Península*. Revista de Estudos Ibéricos, n.º 1 (2004), pp. 107-112.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. «O tema da metamorfose na poesia camoniana», in *Novos ensaios sobre Temas clássicos na Poesia Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 2012 (2.ª ed.), pp. 45-67.
- PETRARCA, Francesco. *Canzoniere* (edizione commentata a cura di Marco Santagata), 7.ª ed., Milano, Mondadori, 2024.
- RAIMONDO, Riccardo. «La natura e il sacro Valchiusa contro Babilonia nel Canzoniere di Petrarca», in *Laureatus in Urbe I* (a cura di Luca Marcozzie Paolo Rigo), Canterano, Aracne Editrice, 2019, pp. 63-76.
- COSTA RAMALHO, Américo da. «A Ilha dos amores e o inferno virgiliano», *Humanitas*, vol. 23-24 (1971-1972), pp. 417-425.
- COSTA RAMALHO, Américo da. *Estudos Camonianos*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1975.
- RESENDE, Maria Luísa. «De longe a Ilha viram, fresca e bela. As Metamorfoses de Ovídio e a descrição da Ilha dos Amores», in *A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura. Presenças Clássicas nas Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Editora Húmus, 2019, pp. 59-66.
- RICCI, Laura (ed.). *La redazione manoscritta del Libro de natura de amore di Mario Equicola*, Roma, Bulzoni Editore, 1999.
- SANTAGATA, Marco. *I frammenti dell' anima*, Bologna, Il Mulino, 1992.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Camões. Labirintos e Fascínios*, Lisboa, Cotovia, 1994.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. «Ilha dos Amores» in *Dicionário de Luís de Camões* (coord. Vítor Manuel de Aguiar e Silva), Alfragide, Caminho, 2011, pp. 437-444.
- ZAVA, Giulia. «Oltre al' alloro. Le piante sacre del Canzoniere, fra il mirto e l'olivo», in *Laureatus in urbe* (a cura di Luca Marcozzi e Paolo Rigo), Roma, Aracne Editrice, 2019, pp. 1-9.

## 9. Memórias Camonianas no longo século XIX

HELENA CARVALHÃO BUESCU<sup>1, 2</sup>

Mesmo tendo em conta a crescente sombra que Camões representa para a poesia seiscentista e setecentista, talvez devamos reconhecer que é com Bocage que Camões é transportado para uma poética que, com e após o Romantismo, se torna independente do modelo da imitação clássica, para significar a entrada do discurso camoniano, e da sua simbologia, na contemporaneidade.

Efetivamente, a poética e a figura de Camões e da sua existência atribuída servem de mote a Bocage para se auto-representar como émulo do Poeta. Em primeiro lugar, nas várias atribuições que considera semelhantes às experienciadas pelo seu modelo, e que veiculam, afinal, o pouco escondido desejo de se tornar uma espécie de imitação do Príncipe de poetas que Camões já então era. O soneto “Camões, grande Camões, quão semelhante” é uma espécie de atrevimento doloroso de um poeta que, olhando para o seu predecessor, discursiviza por um lado a medida da sua emulação com o maior poeta português e, por outro lado, a consciência de que essa medida acaba, precisamente, na impossibilidade de se comparar com a genialidade camoniana: “Modelo meu tu és, mas... oh tristeza!.../Se te imito nos transe da ventura,/Não te imito nos dons da natureza”. Os passos existenciais que sustentam a semelhança entre Bocage e Camões estão lá todos: a estadia na Índia, o “fado” que se abate sobre ambos os poetas, as desventuras, o “sacrílego gigante” (Adamastor) com que ambos arrostaram,

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>2</sup> Este texto é parte integrante, mas parcial, de um livro publicado pela Tinta-da-China em janeiro de 2026, intitulado Camões Poeta, Herói n'Os *Lusíadas*, que contou com o generoso apoio da Universidade de Macau para a sua elaboração e publicação.

o destino de “saudosos amantes” que ambos partilharam... Este mesmo Adamastor é protagonista do soneto “Adamastor cruel, de teus furores”, em que Bocage volta ao episódio d’*Os Lusíadas* para sublinhar o quanto o modelo camoniano lhe está sempre presente. Todas as desventuras enumeradas por Bocage o são como tantos outros elementos que o irmanam a Camões. E é evidente que mesmo a denegação final do soneto “Camões, grande Camões”, ao distinguir entre o génio de um e de outro poetas, acaba por ser uma subtil forma de discursivamente os irmanar.

Assim, Camões acaba por representar, para Bocage, uma figura de emulação existencial, literária (em particular da prática do soneto, que transportou para os grandes cultores da forma no século XIX, em especial Antero de Quental), e ética (como o conceito de liberdade confirma). Em suma, Camões representa uma figuração máxima em que Bocage encontra o seu grande antepassado, como T. S. Eliot viria a dizer que cada poeta faz, escolhendo os seus antecessores. Camões é, na verdade, o grande antecessor de Bocage, e este é um dos que o transporta para os séculos seguintes, desde logo para o Romantismo.

Já no início do Século XIX, o passado histórico e literário serve aos Românticos, e a Almeida Garrett em especial, para refletirem sobre o seu próprio presente histórico, sobre as suas contradições, e para imaginar uma possibilidade de futuro que pudesse estar de acordo com o ideário liberal que partilhavam. É isto que Garrett deixa escrito no seu poema narrativo (e épico) *Camões* (1825): ao usar o formato do poema camoniano, ao colocar Camões como protagonista, ao fazer do seu poema a matéria dos próprios *Lusíadas*, Almeida Garrett afirma simultaneamente o poeta romântico como o campeão dos direitos civis e da liberdade (questão tanto mais pertinente quanto nos lembrarmos de que Garrett era ele mesmo um exilado político no momento da redação e da publicação do seu poema, e que tinha escrito anteriormente textos como *Catão*, por exemplo, onde as questões de uma ética cívica ocupavam lugar central). As 4 edições que este poema conheceu, em vida de Garrett (1825, 1839, 1844, 1854, ano da morte de Garrett) atestam a convicção do seu autor, e nossa, de que este

poema não é um mero episódio de *juvenilia*, mas pelo contrário um texto que, iniciado na juventude de Almeida Garrett (nascido em 1799 e desaparecido em 1854), o acompanha ao longo de toda a sua vida, sofrendo transformações e enriquecimentos significativos, ao ponto de poder também ser visto como um texto dos seus anos mais maduros, capaz aliás de dar conta das transformações literárias e políticas da trajetória garrettiana. Assim, para o grande poeta que foi Garrett, o poema *Camões* faz parte da sua vida literária e do percurso, de aprofundamento de raízes e contradições, que perfez até à data da sua morte. Um (*aggiornato*) poema épico que foi sempre acompanhando o poeta lírico, o dramaturgo e o romancista que foi Almeida Garrett. Constitui-se, pois, como uma espécie de poema auto-reflexivo, através do qual Garrett desdobra a sua manifestação enquanto escritor, diverso e prolífico. As extensas Notas que Garrett introduz no seu poema são, afinal de contas, uma instância central de reflexão metaliterária, que importa ler e reconhecer como tal.

A estrutura do poema *Camões* segue a estrutura de *Os Lusíadas*, com a divisão em dez Cantos, bem assim com outros elementos característicos da epopeia, como a invocação inicial (se bem que neste caso endereçada a uma entidade romântica, a *Saudade*). Temos ainda o início *in medias res*, bem como *flashbacks* e antecipações que podemos considerar análogos aos que Camões utilizara no seu poema. No poema garrettiano encontramos ainda a paradoxal consciência de que a escrita da epopeia e o fim de Portugal coincidem, o que transforma a glória épica no seu mesmo monumento póstumo, como algumas décadas mais tarde Oliveira Martins viria a claramente explicitar. O Adamastor do poema garrettiano, que pode (e deve) ser visto como figura que alegoricamente representa o seu criador, Luís de Camões, é uma das principais figuras do poema, capaz de se igualar a Prometeu ou Fausto, os românticos heróis da revolta humana. Esta figuração do Adamastor será essencial para compreendermos análoga figuração que recebe por exemplo em Fernando Pessoa, onde o espectro e a ameaça do *miglior fabbro*, o poeta Camões, assombram a produção pessoana, em *A Mensagem* mas não só: Álvaro de Campos, o poeta possível

da épica contemporânea, tal como os seus mestres Cesário Verde e Walt Whitman a concebem e realizam, é outro dos heterónimos que aqui merece ser convocado, não esquecendo ainda a “epopeia bucólica” conduzida por Alberto Caeiro, aceitando o modelo do clássico Vergílio, que às *Bucólicas* aliou também o feito da *Eneida*.

Mas a memória do texto camonianiano é ainda elemento central num outro texto maior de Garrett, *Frei Luís de Sousa*. A presença (e a ausência!) de Camões, como figura em torno da qual se ergue a memória da nação perdida, é neste texto dramático garrettiano peça-chave para compreender como Almeida Garrett olha para o épico como projeção daquilo que Portugal tinha deixado perder (e que Almeida Garrett sentiu, ele mesmo exilado na sua juventude em virtude da guerra civil entre absolutistas e liberais), e que se tornava necessário recuperar, como também recorda nas suas *Viagens na minha terra*. Em *Frei Luís de Sousa*, a figura simbólica (e alegórica) de Camões atravessa todo o texto, desde a cena de abertura, em que surge lido, citado e recordado por D. Madalena, até à atmosfera a que preside, por efígie, através do seu retrato, no palácio de Almada, para onde a família se retira após ter incendiado o palácio de Lisboa, a fim de não acolher os invasores castelhanos. Na obra de Almeida Garrett, a figura de Camões e a presença da sua obra são elementos centrais que erguem, na primeira metade do século XIX, a majestade simbólica da epopeia como representação da nação, no seu *chiaroscuro*.

Lembremos ainda, pela mesma altura, quer Domingos Bomtempo, que compõe em Paris, em 1820, um *Requiem*, obra dedicada à memória de Camões, para 4 vozes, coros e orquestra, quer Domingos Sequeira, o pintor que também em Paris, em 1824, contribuiu para esta mesma figuração lutuosa, através do famoso quadro intitulado “A Morte de Camões”, entretanto perdido, e de que hoje apenas se conhecem desenhos preparatórios<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> É interessante anotar aqui que uma exposição do Museu Nacional de Arte Antiga, patente entre 17 de julho e 29 de setembro de 2024, para comemorar os 500 anos do nascimento de Camões, intitulada “Épico e trágico. Camões e os Românticos”, integra, entre outras, representações pictóricas de Vieira Portuense e de Francisco Metrass, além de vários desenhos preparatórios da autoria de Domingos Sequeira.

E em 1817, o Morgado de Mateus, D. José Maria de Souza-Botelho, dera à luz, ainda em Paris, aquela a que Aguiar e Silva<sup>4</sup> chama uma “magnificante e filologicamente criteriosa edição de *Os Lusíadas*”, depois de vários “anos de incansável trabalho” (357). O que encontramos então, no 1.º quartel do século XIX, com centro em Paris, é uma plêiade de escritores, artistas, e pensadores que manifestam o poder germinativo da figura e da obra de Luís de Camões, contribuindo de forma produtiva para a construção da figura simbólica que do Poeta transitou para os séculos seguintes.

A figuração garrettiana, que acima descrevemos, passará, não sem antes dar também origem ao drama histórico, de autoria compósita, assinado por Castilho, *Camões* (1850), para a Geração de 70, e em particular para Oliveira Martins, como disse, que por sua vez a deixará como herança ao Século XX (por exemplo António Sérgio e Aquilino Ribeiro). Oliveira Martins analisará *Os Lusíadas* como um “poema póstumo da nacionalidade”, cavando ainda mais fundo a associação entre a narrativa encomiástica e heróica da expansão imperial e a sua dimensão *melancólica e mesmo lutuosa*, que os estudos pós-coloniais vieram entretanto reconhecer<sup>5</sup>. Esta definição avançada por Oliveira Martins parece-me de extraordinária fecundidade, e merecer clara atenção, porque nela se inscreve uma leitura que afinal vive da paradoxal e improvável aliança entre celebração e melancolia, entre aventura renascentista e sombra maneirista, como defendeu, entre outros, Vítor Aguiar e Silva. Deste ponto de vista, *Os Lusíadas* representariam o caso exemplar da complexidade desta relação de implicação, e não de exclusão mútua. Uma celebração que precisa da dobra melancólica para ter a espessura que faz dela uma obra genial. De alguma forma, é também isto que Camilo Castelo Branco já reconheceu, ao escrever, em 1863, o conto *O Maior amigo de Camões*, em que recorda a forma como José Agostinho de Macedo, em texto de 1811, criticava acerbamente o Poeta e ao redigir, aquando do tricentenário celebrado em 1880, seis textos de grande argúcia crítica (e explícito

<sup>4</sup> AGUIAR E SILVA, Vítor. *Colheita de Inverno*, Op. Cit., 557.

<sup>5</sup> GILROY, Paul. *Postcolonial Melancholia*, Columbia UP., 2005.

antagonismo relativamente a Teófilo Braga)<sup>6</sup>, bem como nas reflexões que em *Eusébio Macário* redige sobre Luís de Camões — questões exaustivamente analisadas por Justino Mendes de Almeida precisamente num colóquio (realizado na ACL), cujas atas foram publicadas em 1993.<sup>7</sup>

Em graus e de formas diferentes, podemos, pois, compreender como esta dimensão paradoxal se encontra vertida em poemas como *Camões*, de Garrett; em obras historiográficas como a de Oliveira Martins; ou mesmo em *Mensagem*, de Fernando Pessoa. E é ainda esta mesma dimensão que nos permite compreender obras contemporâneas como as de António Lobo Antunes (herdeiro desse “poema póstumo” para o Portugal coevo), ou de Gonçalo M. Tavares, autores que insistem na contaminação de ambas as dimensões, a heróica e a anti-heróica — contaminação que, insisto, existiu desde o início das representações literárias do projecto imperial.

Deveremos também reconhecer a sombra camonianiana, e a sombra do modelo épico, como particularmente aptas a dar conta das contradições simbólicas de Portugal como nação, em Cesário Verde (*O Sentimento dum Ocidental*), ou num outro seu contemporâneo, Gomes Leal (*A Fome de Camões*), ambos poemas de registo épico publicados aquando do terceiro centenário da morte de Camões, 1880. Camões torna-se em ambos estes poemas um miserável homem moderno, desajustado do seu tempo, ao mesmo tempo que um homem melancólico, no qual os tempos modernos não se refletem como tempos de energia e fazimento, mas como tempos de perda, muito à maneira da tradição baudelaireana. Camões transforma-se aqui, e muito literalmente, num “homem com fome”, que a sua pátria não sabe reconhecer nem respeitar: fome do passado, tanto quanto do futuro. Mas fome também em sentido literal, além de metafórico, manifestando o mito urdido, ao longos de vários séculos, sobre o valor simbólico de o grande poeta nacional, o génio Camões, ter sido deixado morrer na extrema

---

<sup>6</sup> Ver CASTELO BRANCO, *Camilo. Camões*. Porto: O Oiro do Dia, 1981.

<sup>7</sup> ALMEIDA, Justino Mendes de. Camões na obra de Camilo, in *Colóquio de estudos camilianos*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1993. pp 47-60.

pobreza e miséria, acompanhado apenas pelo seu servo malaio, Jau. Trata-se aqui também da percepção de que Camões sempre tinha sido maior do que a nação em que nasceu, e do que o povo em que viveu e que cantou. Em Cesário Verde, Camões surge como personagem figurada, na parte inicial do poema, através do “épico que ascende num pilar”, e na imagem cristalizada do poeta “salvando um livro a nado”. A utilização da expressão “um livro” para designar *Os Lusíadas*, “O Livro” por excelência da literatura e da memória portuguesas, corresponde afinal, na óptica de Cesário, à consciência da completa perda de que o Poeta é alvo em tempos que o não sabem reconhecer, os tempos herdeiros daqueles “tempos de prosa” denunciados, na geração anterior, por Almeida Garrett. Quer em Cesário Verde, quer em Gomes Leal, o que sobreleva é a grandeza metafórica e simbólica de um Poeta que não soube ser reconhecido, nem em vida, nem depois da morte. A figura da genialidade camoniana é já aqui indissociável da pequenez da nação que o viu nascer.

Na geração seguinte, Guerra Junqueiro (*A Pátria*, 1896), Teixeira de Pascoaes (*Marânus*, 1912), e Fernando Pessoa (*Mensagem*, 1934) oferecem reescritas do poema épico, embora com estratégias literárias e até políticas divergentes (respectivamente republicanismo; saudosismo; e intuítos filosóficos e literários). Na realidade, a conjugação entre estes três nomes, Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, permite compreender de que forma se complexifica a densidade histórica, e permite entender certos nós literários (como o da conjugação entre estes três poetas) como um problema bem mais interessante do que a sua expressão unilinear e cronológica poderia dar a entender. Para tal, a relação com o passado, em particular com Camões e o lastro épico que deixa na literatura portuguesa, destes três autores, é a todos os títulos decisiva. Em traços gerais, a articulação entre Junqueiro e a sua leitura por Pessoa corresponde a uma forma histórica de, no século XX, se receber a epopeia e de a transformar, revendo-a. A epopeia, essa, continua sempre a regressar, não se cansa de o fazer.

Mas devemos também recordar o nome do grande poeta que foi Camilo Pessanha, em que podemos reconhecer a sombra camoniana de diferentes

modos, todos eles, afinal, ligados a Antero de Quental, que marca a alta poesia de pensamento na segunda metade do século XIX. Na verdade, a herança do soneto, que Antero herda de Camões e Bocage, como vimos, e que transmite a Camilo Pessanha, sustenta a dimensão reflexiva e auto-reflexiva que Camões tinha inculcado na sua prática sonetística. O soneto torna-se assim um campo fértil para, no desafio que os seus 14 versos sempre patenteiam, representar um sujeito e uma poesia que, e sobretudo em Pessanha, absorve a manifestação sensorial de um mundo constituído simultaneamente por ideias e sensações, corpo e pensamento.

Camões tinha feito precisamente isto, e não podemos dissociar a sua herança daquilo que, embora com diferenças, quer Antero de Quental quer Camilo Pessanha fazem. Um outro aspeto ainda une estes dois poetas a Camões: a incorporação do imaginário heróico à representação lírica que o soneto perfaz. Na verdade, quer em Antero quer em Pessanha encontramos súbitas imagens herdadas do canto heróico que se infundem na poesia lírica, dando conta da sua plasticidade. Este imaginário heróico é reconhecível por exemplo em poemas de Antero como o magnífico “Os Vencidos”. Este poema serve-se do imaginário heróico (que é aqui primacialmente o da derrota, não o da glória) para representar o malogro do pensamento e aquilo que é para Antero o cerne do seu íntimo drama existencial: o desaparecimento de Deus do mundo e, por isso, a perda de um sentido que até aí tinha parecido garantido: um Deus que parece já ser abscondito em Antero, e que em Pessanha terá já sido morto às próprias mãos dos humanos (“Quem poluiu, quem rasgou os meus lençóis de linho”<sup>8</sup>). Esta representação paradoxal (representar a suma perda através do que tinha ficado consignado como a suprema glória) torna toda a poesia de Antero um lugar cimeiro para a poesia metafísica, e garante a passagem para o poeta-filósofo que, como

---

<sup>8</sup> Ver Helena Carvalhão BUESCU, “Um poema no mundo. Herberto Helder, Camilo Pessanha, Manuel Gusmão”, in *Experiência do incomum e boa vizinhança. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*, Porto: Porto Ed., 2013, 81-123; e ainda “Small Holocausts: the devastation of the self”, in Cláudia Pazos Alonso and Stephen Parkinson, *Reading Literature in Portuguese*. London: Legenda, 2013, pp. 161-169.

ele, será também Fernando Pessoa. As *Odes Modernas* anteriores manifestam, todas elas, a herança que, pouco a pouco, se irá desfazendo em “cinzas escassas”, como diz Antero na sua ode “À História”.

Também em Camilo Pessanha encontramos este mesmo imaginário heróico convivendo com a perda e o esvaziamento, que aqui são levados ao seu extremo de diluição. São muitos os poemas em que esta imagética paradoxal, que constitui o núcleo da sua poética, se evidencia, como por exemplo o poema “Castelo de Óbidos” (“Quando se erguerão as seteiras”). O díptico “San Gabriel” é também um dos máximos exemplos disso, tanto mais importante quanto recordarmos que São Gabriel era o nome da nau capitânia da armada de Vasco da Gama aquando da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Este díptico de sonetos, escrito aquando da comemoração do 4.º centenário da viagem de Vasco da Gama, recupera, como não podia deixar de ser, a memória dessa viagem, conjugando-a com a memória da epopeia camonianiana. Mas essa dupla recordação é ativada a partir da dimensão paradoxal que une o *ethos* épico à presença existencial da perda e do desvanecimento. À “calmaria” (“cilada que os ventos nos armaram”) sucedem as “côncavas velas”, anunciadas pelo Cruzeiro do Sul, que permitem evocar as “Almas tristes, severas, resignadas,/De guerreiros, de santos, de poetas”. O díptico termina com esta ambígua indicação, que finda com o apelo a San Gabriel, sem que seja possível reconhecer nele mais do que a imaginária memória das figuras evocadas. Encontramos idêntica dimensão desalentada do que fora o imaginário heróico em muitos outros sonetos, entre os quais talvez um dos mais intensos seja o soneto “Depois da luta e depois da conquista”, com o seu terceto final desabalado:

*Felizes vós, ó mortos da batalha!*  
*Sonhais, de costas, nos olhos abertos*  
*Refletindo as estrelas, boquiabertos...*

Estes exemplos manifestam de que forma a herança da épica camonianiana está bem viva em Camilo Pessanha e Antero de Quental: uma outra forma de a recordar seria atentarmos na perfeição versificatória, prosódica e

rítmica, com o uso respetivamente do alexandrino e do decassílabo, guindados a formas máximas do dizer poético. Essa herança surge transformada, naturalmente, tendo em conta, no caso de Pessanha, a prática simbolista e a sua poética evanescente — todavia, são sempre Camões e *Os Lusíadas* que nos permitem compreender essa presença. Afinal, a Ilha do Amor, recompensa máxima que no poema camoniano premeia os nautas, transforma-se aqui numa “ilha deserta”, que nada reconhece “depois da luta e depois da conquista”. De algum modo, a recordação e a celebração da viagem do Gama são aqui perfeitas, por Pessanha, de acordo com um *ethos* anti-heróico, manifestando a sua impossibilidade no presente. Isto, que Cesário Verde também tinha intuído e exprimido (recorde-se a imagem do poeta a “escarr[ar] com desdém no alto mar”, no final de um poema significativamente intitulado “Heroísmos”), representa-o aqui Camilo Pessanha como um final sem fim, em que são os heróis “mortos das batalhas” que, porque precisamente morreram, melhor podem reflectir o horizonte da perda heróica.

## 10. Alexandre Magno e *Os Lusíadas*: algumas notas

MATTEO REI<sup>1</sup>

### 1.

Entre os séculos XV e XVI, as conquistas de Alexandre Magno foram frequentemente evocadas como termo de comparação em relação aos descobrimentos ultramarinos portugueses. Já em meados do século XV, o humanista Poggio Bracciolini, numa carta dirigida ao Infante D. Henrique, declara que este, nas suas explorações, foi mais longe do que o macedónio nas suas conquistas. Mais tarde, Gomes Eanes de Zurara refere que, depois dos primeiros êxitos no povoamento dos arquipélagos atlânticos, também aqueles que inicialmente tinham demonstrado algum ceticismo a este propósito foram obrigados a reconhecer que: «o Iffante nom podya seer senom que era outro Alexandre».<sup>2</sup> E, em ambos os casos, a evocação do monarca antigo serve como veículo à exaltação do Navegador, como mostram claramente as palavras do grande filólogo quatrocentista:

*Alexandre da Macedónia deslumbrou o orbe terrestre com as suas vitórias; mas alcançou províncias e lugares aonde muitos já antes haviam chegado. A tua*

---

<sup>1</sup> Università degli Studi di Torino

<sup>2</sup> Ver: Gomes Eanes de Azurara, *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, [...] dada pela primeira vez á luz per diligencia do Visconde da Carreira [...], precedida de uma introdução [...] pelo Visconde de Santarem, Pariz, J. P. Aillaud, p. 104. Em outras passagens o cronista volta a comparar as conquistas de Alexandre (e de Júlio César) com os descobrimentos portugueses: «Por certo eu dovido [...] se depois de Alexandre e de Cesar, foe algũu principe no mundo que tam longe de sua terra mandasse poer os malhoões de sua conquista» (cap. LXIII, p. 304); «E nom sey se Alexandre, que foe huñ dos monarcas do mundo, bebeo em seus dyas augua que de tam longe lhe fosse trazida» (cap. LXXV, p. 353); cfr. também a nota de A. J. da Costa Pimpão em: Luís de Camões, *Os Lusíadas*, leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, apresentação de Aníbal Pinto de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Instituto Camões, 1992, p. 291.

coragem, porém, estendeu-se àquelas regiões do mundo que ninguém, antes de ti, se lê ter atingido.

César submeteu as Gálias, dominou a Bretanha, investiu contra a Germânia; mas subjugou com seus exércitos províncias, em parte conhecidas e em parte vizinhas do império romano. A tua armada, porém, contornou aquelas partes que nem eram conhecidas nem de fácil acesso e que, devido ao pavor do mar e das gentes bárbaras, eram olhadas com receio pelos navegantes.<sup>3</sup>

No século seguinte, a aproximação ideal das navegações portuguesas às conquistas de Alexandre volta a apresentar-se em textos de natureza diversa. Sem a pretensão de esgotar o assunto, poder-se-á começar uma breve resenha pelo *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, em cujo prólogo, dirigido a D. Manuel, o cosmógrafo afirma que os navegadores ao serviço do rei já chegaram até às mais longínquas regiões onde outrora «Relufiram os feitos do grande Alexandre», enquanto que, no livro quarto da mesma obra, o autor chega a afirmar a superioridade dos feitos portugueses em relação aos dos grandes vultos da Antiguidade («& quem bem confiderar tamanhas coufas como eftas ja muita parte dos famofos feytos dalixandre maugno & dos Romanos ficam muito abaixo em respeito defta fanta e grande comquiſta»).

Já em meados do século XVI, no prólogo do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Fernão Lopes de Castanheda reitera a comparação com as grandes personalidades do passado (não apenas com Alexandre, mas também com Semíramis, Ciro, Xerxes e César), afirmando que uma das novidades excepcionais que confere prestígio à expansão portuguesa residiria no facto de não se ter desenvolvido por via

---

<sup>3</sup> Transcreve-se aqui a excelente tradução de C. Ascenso André: Carlos Ascenso André, *Carta de Poggio Bracciolini ao Infante D. Henrique*, «Oceanos», 17 (1994), p. 14. Para o texto original pode-se ver: Poggio Bracciolini, *Lettere III (Epistolarum familiarium libri secundum volumen)*, Firenze, L. S. Olschki, 1987, pp. 88-90.

<sup>4</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, edição de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 3 e p. 101. Cfr. Fidelino de Figueiredo, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, edição fac-similada com apresentação de Antônio Soares Amora, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 174-175 *passim*.

terrestre, mas marítima. E, no prólogo do livro segundo, o cronista antecipa uma ideia que também ecoa n'Os *Lusíadas*, dado que, dirigindo-se ao príncipe herdeiro D. João Manuel, afirma que são numerosos os seus vassallos dignos de serem equiparados a figuras ilustres da Antiguidade, mencionando, entre estas, os atenienses Temístocles, Alcibíades e Milcíades, assim como o romano Júlio Cesar e, naturalmente, o capitão macedónio.<sup>5</sup>

Ao mesmo tempo, a referência a Alexandre não deixa de surgir também na produção poética da época, como acontece, por exemplo, no poema do *Cancioneiro Geral* em que Diogo Velho exalta os triunfos expansionistas portugueses recorrendo à metáfora da caça e, portanto, identificando espécies, animais exóticos e povos longínquos, em conjunto, como «caça que se caça em Portugal». Nestes versos (compostos no mesmo ano da publicação do *Cancioneiro*, em 1516), o poeta afirma que os tesouros e o prestígio adquiridos pelos portugueses com as suas navegações e com os seus comércios ultrapassam os que foram outrora alcançados por uma longa e heterogênea lista de personagens, na qual o nome de Alexandre ladeia, entre outros, os dos reis Midas e Salomão, bem como os de generais como César e Aníbal e até os de heróis míticos como Hércules, Eneias e Ulisses:

*Mida, Anglia com norte,  
e Alexandre tam forte  
nom conservou esta sorte  
nem o seu vidro cristal.*<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Cfr. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introdução e revisão por M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, p. 4 e p. 208.

<sup>6</sup> Ver: *De Diogo Velho da Chancelaria. Da caça que se caça em Portugal, feita no ano de Mil Quinhentos*. XVI in: Aida Fernanda Dias (fixação do texto e estudo), *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. IV, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 148-153, cit. p. 149. Sobre as trovas de Diogo Velho é preciso assinalar o valioso estudo de V. Tocco: Valeria Tocco, O mui longe nos é perto: *locale e globale nel Cancioneiro Geral de Resende*, «Lingue e Linguaggi», 32 (2019), pp. 157-176. Não é muito claro a que se refere o «vidro cristal» mencionado pelo poeta; pode-se lembrar, contudo, que alguns relatos narrativos da tradição islâmica referem de um espelho mágico possuído por Alexandre, correspondente, em algumas versões, a uma representação do mundo em miniatura; cfr. Mario Casari / Milena Bernardelli, *Alessandro il Grande* in *Dizionario dei Personaggi Letterari*, vol. I. Torino, Utet, 2003, pp. 54-57, em particular pp. 56-57.

Naqueles mesmos anos, aliás, a representação de Alexandre abrange também o domínio das artes visuais. A este respeito, pode-se mencionar pelo menos a hipótese de Paulo Pereira a respeito das personagens masculinas representadas em quatro medalhões ou clipeos na face sul do claustro do Mosteiro dos Jerónimos, geralmente consideradas como sendo os retratos de quatro navegadores. Segundo o historiador de arte tratar-se-ia, antes, das figuras de quatro próceres da Antiguidade, nomeadamente, Cipião, César, Augusto e, justamente, Alexandre. Não seria difícil, com efeito, reconhecer a imagem deste último no clipeo onde habitualmente se considera estar retratado Paulo de Gama, sendo esta a única figura sem barba e cuja aparência juvenil parece aproximar-se mais da tradicional iconografia do rei da Macedónia.<sup>7</sup>

Outros autores retomam também a ideia da afinidade entre Alexandre e os reis e príncipes portugueses protagonistas dos Descobrimentos. A comparação enaltecedora que Bracciolini e Zurara propõem em relação ao Infante D. Henrique é assim empregada em relação a D. João III por Gil Vicente e em relação a D. Sebastião nos *Poemas Lusitanos* de António Ferreira.<sup>8</sup> E o mesmo motivo, desta vez relacionado com D. Manuel, surge também na epístola latina enviada ao rei Venturoso pelo humanista florentino Francesco Albertini, em 1510, como introdução à sua obra *Septem mirabilia orbis et urbis Romae et Florentinae civitatis*. Desta carta vale a pena lembrar pelo menos o trecho inicial, que passamos a transcrever na tradução de Justino Mendes de Almeida:

---

<sup>7</sup> Cfr. Paulo Pereira, *A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo* in Id. *História da Arte Portuguesa. Segundo volume: do "modo" gótico ao maneirismo*, Lisboa, Temas e Debates, 1995, pp. 115-155, em particular: p. 131. Um recurso valioso para o estudo da iconografia antiga de Alexandre é o volume recentemente publicado pelo ilustre histórico e arqueólogo italiano F. Coarelli, na ocasião da exposição organizada em colaboração com E. Lo Sardo no Museu Arqueológico de Nápoles: Filippo Coarelli ed Eugenio Lo Sardo, *Alessandro Magno e l'Oriente*, Milano, Electa, 2023.

<sup>8</sup> Nos primeiros tercetos da carta dirigida «A Luís Gonçalves da Câmara, mestre del-Rei D. Sebastião», o autor dos *Poemas Lusitanos* compara a relação entre o destinatário da carta e o seu pupilo real com a que existia entre Aristóteles e Alexandre; cfr. António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, ed. crítica, introdução e notas de T. F. Earle, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 327-332. Para Gil Vicente, cfr. *infra*.

*O famoso Alexandre Magno, não contente com um só mundo, para que sempre encontrasse novidades, depois de conhecer as restantes partes do Universo, levou o seu exército até à Índia, onde antes só chegara, segundo lemos, Dionísio. Sedento de louros e glória, muito demandou e inquiriu para que a fama do seu nome fosse eterna. Daqui que justamente, junto ao túmulo de Aquiles, em Sigeu, tivesse proclamado: «Ó Aquiles, que afortunado foste por teres sido exaltado pelo engenho divino e pelo canto do grande Homero». Nada melhor para o homem que nasceu para proteger os outros, e o nome de Alexandre é eterno. A este deveis vós, invictíssimo Rei, ser comparado, já que sempre vos mostrastes fidelíssimo à Igreja Católica e Lhe acrescentastes e ao vosso Império povos até hoje desconhecidos e quase não ouvidos.<sup>9</sup>*

O rei D. Manuel, de resto, já tinha sido objeto da mesma comparação elogiosa alguns anos antes, durante a cerimónia em que foi conferido publicamente a Vasco da Gama o título de Almirante. Esta é, pelo menos, a versão dos acontecimentos relatada por Alberto Cantino, o espião ao serviço do Duque de Ferrara Ercole d'Este, numa carta dirigida a este último, na qual conta que, em tal ocasião, um orador tomou a palavra e elogiou D. Manuel, afirmando considerar a glória do rei português superior à de Alexandre Magno.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Justino Mendes de Almeida, *Fidelino de Figueiredo e a Épica Portuguesa*, «Anais (Série História)», vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1994, pp. 311-317, cit. p. 315. No *colophon* da obra de Albertini pode-se ler: «Impressum Romae per Iacobum Mazochium Romanae Academiae Bibliopolam anno Salutis. M.D.X. die.VII. Februarii». Foi o próprio Almeida quem chamou a atenção para esta carta num estudo publicado em 1957: Justino Mendes de Almeida, *Carta do Humanista Francesco Albertini ao Rei Venturoso*, «Euphrosyne», vol. 1 (1957), pp. 227-232. O académico aponta aqui algumas das possíveis fontes nas quais se baseia o texto de Albertini: Jovenal (Sátira X, vv. 167-172) pela insatisfação de Alexandre, que não se contenta com um único mundo; e a oração *Pro Archia* de Cícero, a propósito da inveja do jovem monarca em relação a Aquiles (cfr. *infra*). Almeida refere também brevemente, no seu trabalho, as repercussões destes motivos no poema de Camões.

<sup>10</sup> Cfr. «[...] il sopradicto don Vascho [...] se ritiró al canto del Re alqual era tutta la corte presente et vene nel meggio uno il quale fece una oratione laudando la Ex.tia et virtu del Sig.re Re et tanto disse che ogni parte lo fece superiore alla gloria dalexandro magno»; Henri Harisse, *Document inédit concernant Vasco da Gama, Relation adressée a Hercule d'Este, duc de Ferrare, par son ambassadeur a la cour de Portugal*, Paris, 1889, pp. 26-27. A carta de Cantino leva a data do dia 30 de janeiro de 1501 («Ulijssiponi di trigésimo Januuary 1501»), mas o historiador S. Subrahmanyam admite que a cerimónia tenha tido lugar um ano depois, a 30 janeiro de 1502 (cfr. Sanjay Subrahmanyam, *Vita e leggenda di Vasco da Gama*, Roma, Carocci, 2018, p. 186).

Pode-se ainda salientar, a este propósito, a já aludida homenagem prestada em duas peças de Gil Vicente, *Cortes de Júpiter* (1521) e *Frágua de Amor* (1524), nas quais D. João III é designado como «Alexandre segundo». No primeiro caso, em particular, sendo o elogiado ainda príncipe herdeiro, diz-se que:

*Sua figura será  
um Alexandre segundo  
que sem grifos sobirá  
onde bem devisará  
todalas cousas do mundo.*  
(vv. 282-286)<sup>11</sup>

O dramaturgo alude aqui a um episódio lendário que não aparece nas biografias de Arriano, Plutarco ou Quinto Cúrcio Rufo, mas que surge antes na tradição do chamado *Romance de Alexandre*, no qual se atribuem ao capitão macedónio feitos maravilhosos como o encontro com as Amazonas ou a procura da Fonte da Eterna Juventude. Em numerosas versões deste relato lembra-se também o estratagema com que Alexandre teria conseguido capturar alguns grifos, fazendo com que estes o levassem consigo durante o seu voo (tendo-se colocado num cesto ou numa espécie de gaiola a que tinham sido amarrados os animais mitológicos, Alexandre teria conseguido fazê-los levantar voo suspendendo pedaços de carne fresca em duas longas varas). Trata-se de uma cena representada inúmeras vezes na iconografia artística da Idade Média e da Renascença, da qual vale a pena indicar, como um dos mais fascinantes exemplos, uma tapeçaria flamenga hoje conservada na *Villa del Principe* de Génova.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Gil Vicente, *As Obras*, vol. II, direcção científica de José Camões, Lisboa, Centro de Estudos de Teatro/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 40. Em *Frágua de Amor* podem-se ler estes versos, igualmente referidos a D. João III: «Porque dicen por allá/ qu'es un rey tan facundo/ que conquista todo el mundo/ y que todo se le da/ y es Alexandre segundo» (vv. 62-66); Gil Vicente, *As Obras*, vol. I, cit., p. 643.

<sup>12</sup> No interior do palácio construído por Andrea Doria na primeira metade do século XVI, a chamada Sala dos Gigantes abriga duas tapeçarias dedicadas às *Histórias de Alexandre Magno*, numa das quais a cena representada no centro é a do voo com os grifos. Trata-se de tapeçarias realizadas em 1460 em Tournai, no Ducado da Borgonha, durante o reinado de Filipe, o Bom. Relativamente à vasta difusão do episódio dos grifos, cfr.

O episódio encontra-se no *Roman d'Alexandre* francês e no *Libro de Alexandre* espanhol, que datam respetivamente dos séculos XII e XIII: em ambos, a ideia de voo nasce do desejo de contemplar o firmamento e, ao mesmo tempo, de observar o planeta desde aquelas celestiais alturas. No texto espanhol, em particular, o mundo que Alexandre admira desde o céu tem o aspeto de um imenso corpo humano, em que a Ásia representa o tronco e a África e a Europa as pernas. Por sua vez, Vicente sintetiza a ideia de visão planetária aludindo à possibilidade de descortinar «todas cousas do mundo» (v. 286): uma possibilidade que, aliás, se diria antecipar de alguma maneira a contemplação da «grande máquina do mundo» no Canto décimo (X, 80.1) do poema camoniano.<sup>13</sup>

## 2.

N'Os *Lusíadas* podem-se encontrar uma dezena de referências à figura de Alexandre Magno, entre as quais se destacam aquelas colocadas nos principais pontos-chave do poema: acima de tudo no prólogo (I,3) e na oitava final (X,156), mas também imediatamente a seguir à conclusão do longo relato de Vasco da Gama ao rei de Melinde, numas oitavas que, correspondendo ao desfecho do Canto V, marcam, de um ponto de vista, diga-se, geométrico, o centro de toda a obra (ver: V, 93; V, 95 e V, 96).

Por sete vezes Camões menciona diretamente o jovem comandante, apelando-o pelo seu nome, com ligeiras variações: «Alexandro» (I, 3.3; V, 93.2; V, 96.7; X, 156.7), «Alexandros» (na forma plural, em: V, 95.2), «Alexandre Rei» (VIII, 12.1) e «Alexandre» (X, 48.1); num outro caso recorre a uma fórmula adjetival (quando fala da «liberalidade

---

Chiara Frugoni, *La fortuna di Alessandro Magno dall'antichità al Medioevo*, Firenze, La Nuova Italia, 1978, pp. 16-17 e pp. 54-56.

<sup>13</sup> Cfr. Alexandre de Paris, *Le Roman d'Alexandre*, traduction, présentation et notes de Laurence Harf-Lancner (avec le texte édité par E. C. Armstrong et al.), Paris, Librairie Générale Française – Le Livre de Poche, 1994, pp. 607-616 ; Jesus Cañas (edición de), *Libro de Alexandre*, Madrid, Cátedra, 1988, pp. 549-552. No texto francês, o episódio do voo ocupa, na terceira secção, as estrofes 276-282, enquanto no texto espanhol ocupa as estrofes 2496-2515.

Alexandrina»; III, 96.4) e noutros às perífrases «filho de Filipo» (I, 75.2), «grão Macedónio» (I, 75.7) e «capitão mancebo» (VIII, 54.5). Tais menções, além de aparecerem nas palavras do narrador, estão presentes nas falas atribuídas a Baco (durante o concílio dos deuses do primeiro Canto; I, 75) e a Paulo da Gama (VIII, 12). Neste último caso, que diz respeito à apresentação ao Catual de Calecute das bandeiras pintadas que os portugueses levam nas suas naus, a referência surge, portanto, num contexto ecfrástico, assim como acontece na descrição dos portais do paço do Samorim (VII, 54). Como alusões indiretas a Alexandre podem ser consideradas, adicionalmente, as passagens que dizem respeito ao rei indiano Poro (VII, 21.2), por ele derrotado em batalha, e ao rio Idaspe, que foi cenário dessa vitória e marcou o limite oriental da sua expedição (I, 55.2; III, 100.2; VII, 52.2).<sup>14</sup>

Ao longo do poema, Alexandre, frequentemente elevado a modelo de monarca ideal na tradição didática dos *specula principum*, é lembrado em duas ocasiões pela sua generosidade. A este respeito, numa oitava do décimo Canto relata-se a notícia, colhida em Plínio, o Velho, segundo a qual o soberano teria encarregado o grande pintor Apeles de fazer um retrato da sua concubina favorita e, apercebendo-se de que o artista se apaixonara por ela, lha teria concedido como companheira: «Viu Alexandre Apeles namorado/Da sua Campaspe, e deu-lha alegremente» (X, 48.1-2).<sup>15</sup> Um ato de indulgência contraposto à severidade desumana com que Afonso de Albuquerque, pelo contrário, teria punido em Goa um soldado português, que, tendo uma relação com uma jovem mulher indiana, foi apenas responsável, segundo o poeta, de uma culpa venial, «que a fraca humanidade e o Amor desculpa» (X, 46.8). E Camões persiste na mesma

<sup>14</sup> Todas as citações d'*Os Lusíadas* remetem para: Luís de Camões, *Os Lusíadas*, leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, apresentação de Aníbal Pinto de Castro, cit.

<sup>15</sup> Ver: Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*: XXXV, 86-87). O episódio aparece na digressão sobre a arte da pintura presente no livro XXXV da *História Natural*. O naturalista romano refere que Alexandre teria pedido ao pintor para retratar a sua amante despida e admite que esta servisse como modelo para a famosa obra que representava a Afrodite Anadiómena, ou seja a deusa do amor a surgir das águas do mar. Cfr. Pliny, *Natural History* [...], vol. IX, by H. Rackham, Cambridge, Harvard University Press/London, W. Heinemann LTD, 1961, pp. 324-325.

ideia quando convoca a «liberalidade Alexandrina» (III, 96.4) como termo de comparação com respeito à munificência demonstrada por D. Dinis, que considera ainda maior.

A passagem que se refere ao rei lavrador é, desta maneira, também uma daquelas em que, ao longo do poema, a evocação de figuras ilustres da Antiguidade é associada ao conhecido tópos da «superação» (*Überbietung*), que, segundo a definição de Ernst Robert Curtius, consiste em afirmar «perante exemplos famosos escolhidos do património tradicional, a superioridade [...] da pessoa ou da coisa que se pretende elogiar».<sup>16</sup> Um motivo que volta a aparecer na já mencionada descrição, feita por Paulo da Gama, do estandarte que representa D. Afonso Henriques, cuja fama gloriosa, afirma o navegador, nem mesmo César ou Alexandre teriam alcançado, caso pudessem contar, na hora de enfrentar grandes hostes inimigas, com forças tão reduzidas quanto aquelas que o primeiro rei de Portugal tinha à sua disposição:

*Se César, se Alexandre Rei, tiveram  
Tão pequeno poder, tão pouca gente,  
Contra tantos imigos quanto eram  
Os que desbaratava este excelente,  
Não creias que seus nomes se estenderam  
Com glórias imortais tão largamente;  
[...] (VIII, 12.1-6)*

Através da contraposição entre «pequeno poder» e «pouca gente», por um lado, e «glórias imortais», por outro, Camões desenvolve aqui, ao mesmo tempo, o tema da relação inversamente proporcional entre as dimensões reduzidas de Portugal e a relevância das empresas das quais o seu povo se tornou protagonista: uma ideia recorrente que se apresenta também, outra vez associada à figura de D. Afonso Henriques, na evocação da batalha de Ourique no terceiro Canto do poema, onde Vasco de Gama assinala que, perante um

---

<sup>16</sup> Ernst Robert Curtius, *Letteratura europea e Medio Evo latino*, a cura di Roberto Antonelli, Firenze, La Nuova Italia, 1992, p. 183 (a tradução é minha).

destacamento muito mais numeroso de tropas inimigas, o arraial lusitano era «[...] em força e gente tão pequeno» (III, 42.8). Na tragicomédia *Cortes de Júpiter*, aliás, já Gil Vicente tinha definido o reino português «pequeno e mui grandioso», exaltando-o com base na mesma relação antitética, de cuja indubitável eficácia retórica não hesitou em tirar partido:

[...]  
*ou digam se viu alguém*  
*reino em fama tão luzido.*  
*Pequeno e mui grandioso*  
*pouca gente e muito feito*  
*forte e mui vitorioso*  
*mui ousado e furioso*  
*em todo o que toma a peito.*  
 (vv. 552-558)<sup>17</sup>

Em todo o caso, os versos mais conhecidos em que Camões evoca a figura de Alexandre recorrendo ao motivo da superação dos heróis antigos pelos modernos são, obviamente, aqueles que estão presentes no prólogo do poema, na terceira oitava do primeiro Canto. O poeta exalta aqui, de facto, o dúplice alicerce sobre o qual, no seu entender, assenta a glória dos portugueses, que se destacaram tanto na exploração dos mares como nos campos de batalha (âmbitos representados, respetivamente, pelos deuses Neptuno e Marte) e podem portanto gabar-se de ter ultrapassado, num caso, as «navegações grandes» de Ulisses e Enéias e, no outro, as «vitórias» do macedónio e do imperador Trajano (cfr. I, 3):

*Cessem do sábio Grego e do Troiano*  
*As navegações grandes que fizeram;*  
*Cale-se de Alexandre e de Trajano*  
*A fama das vitórias que tiveram;*  
 [...] (I, 3.1-4)

<sup>17</sup> Gil Vicente, *As Obras*, vol. II, cit., p. 48.

Nestes versos, a aproximação de Trajano ao sucessor de Filipe é particularmente significativa se considerarmos que o *optimus princeps* nascido em Itália se dedicou fervorosamente, como já outros imperadores romanos antes dele, à *imitatio Alexandri*, ao ponto de identificar-se com o jovem comandante macedônio, manifestando a aspiração a emular as suas conquistas. Com efeito, conforme relata Dião Cássio na sua *História Romana*, Trajano, ao atingir as margens do Golfo Pérsico após derrotar o Império Parta e conquistar a sua capital Ctesifonte, exprimiu o desejo de chegar à Índia e ir ainda mais longe do que Alexandre. No entanto, o seu projeto não se pôde concretizar e o imperador limitou-se a prestar homenagem ao seu inspirador, visitando o local, perto da Babilónia, onde este fora surpreendido por uma morte repentina.<sup>18</sup>

No contexto português, a comparação entre Alexandre e Trajano tinha, aliás, um precedente na elegia fúnebre escrita por Luís Anriques na ocasião da morte do rei D. João II, onde, exaltando as virtudes do sucessor, o poeta afirma que D. Manuel teria superado Trajano em bondade e Alexandre em generosidade («em sua bondade trespassa Trajano/e outro Alexandre em grande franqueza»).<sup>19</sup> Na «lamentaçam» do *Cancioneiro Geral* os dois antigos governantes não passam, portanto, de personificações idealizadas de duas virtudes (a este propósito vale ainda a pena lembrar que a da bondade de Trajano é uma tradição amplamente difundida na Idade Média, a ponto de justificar a sua colocação no paraíso cristão por parte de Dante, e o mesmo pode dizer-se a respeito da generosidade de Alexandre, à qual, como vimos, alude o próprio Camões em outros trechos do poema).<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> A referência é aos capítulos 28-30 do livro LXVIII da *História Romana*. Cfr. Dione Cassio, *Della Istoria Romana*. Dal libro LX fino al LXXX, epitome di Giovanni Sifilino [...] di nuovo tradotta dal greco e corredata di note critiche da Luigi Rossi, Milano, Sonzogno, 1823, pp. 310-315.

<sup>19</sup> *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. II, cit., 1990, p. 268. Numa passagem anterior da elegia fúnebre também se faz alusão à morte de Alexandre em jovem idade («O mauno Alexandre, do mundo senhor,/levaste no tempo que mais frorecia»; *Ivi*, p. 266). Os versos de Luís Anriques são mencionados também no comentário de Costa Pimpão à terceira oitava do primeiro Canto do poema camoniano (cfr. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, apresentação de Aníbal Pinto de Castro, cit., p. 291).

<sup>20</sup> A figura de Trajano é evocada por Dante no Canto X do *Purgatório* (vv. 73-93) e no

## 3.

Aparecendo logo no início do poema, a figura de Alexandre volta a surgir ainda na segunda parte do primeiro Canto, no âmbito do monólogo atribuído a Baco, que ocupa as oitavas 74-76, nomeadamente quando o deus lamenta o facto de a sua fama de senhor e dominador da Índia, já partilhada com o «filho de Filipo», ter agora de ser ofuscada pela façanha de Gama e dos seus homens:

*Mas há-se de sofrer que o Fado desse  
A tão poucos tamanho esforço e arte,  
Qu'eu, co grão Macedónio e Romano,  
Dêmos lugar ao nome Lusitano?*  
(I, 75.5-8)<sup>21</sup>

O paralelismo entre Baco e Alexandre, aqui delineado pela boca do próprio deus, é retomado e desenvolvido com maior fôlego na descrição dos frisos admirados por Vasco da Gama nos portais do palácio do Samorim, ao longo de uma sequência de três oitavas (VII, 52-54) dedicadas a um conjunto de três personalidades associadas à conquista da Índia. Aqui, de facto, à figura do deus do vinho (52) junta-se primeiro a da rainha Semíramis (53) e, em seguida, a do jovem general macedónio (54), cuja caracterização parece reproduzir de forma bastante evidente alguns dos traços anteriormente atribuídos ao seu equivalente divino, como se pode observar através da com-

---

Canto XX do *Paradiso* (vv. 43-48 e vv. 100-129). Admirado por um indivíduo pagão ter alcançado a salvação, Dante acaba por descobrir que isso foi possível porque a alma do imperador, que permanecia suspensa no Limbo, foi chamada de volta à vida terrena pelo papa Gregório Magno e, nessa ocasião, se converteu à religião cristã.

<sup>21</sup> É provável que nessas passagens ocorra mais uma vez a aproximação entre Alexandre e o imperador Trajano, a quem é possível que remeta aqui o epíteto «Romano», de acordo com a interpretação já proposta no comentário de Manuel Correia: «Pelo Romano se entende Trajano, o qual também nas mesmas partes fez cousas dignas de memória»; Luís de Camões, *Os Lusíadas*, comentados pelo Licenciado Manuel Correia [...], Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1613, f. 30v. A respeito da ideia que o Fado tenha concedido «a tão poucos tamanho esforço e arte», pode-se lembrar o que se disse anteriormente a propósito dos versos referidos a Alexandre no Canto oitavo (VIII, 12.1-6; cfr. *supra*).

paração entre as oitavas que lhes são dedicadas:

*Estava um grande exército, que pisa  
A terra Oriental que o Idaspe lava;  
Rege-o um capitão de fronte lisa,  
Que com frondentes tirsos pelejava  
(Por ele edificada estava Nisa  
Nas ribeiras do rio que manava),  
Tão próprio que, se ali estiver Semele,  
Dirá, por certo, que é seu filho aquele.  
[...]*

*Daqui mais apartadas, tremulavam  
As bandeiras de Grécia gloriosas  
(Terceira Monarquia), e sojugavam  
Até as águas Gangéticas undosas.  
Dum capitão mancebo se guiavam,  
De palmas rodeado valerosas,  
Que já não de Filipo, mas, sem falta,  
De progénie de Júpiter se exalta.  
(VII, 52 e 54)*

Em primeiro lugar, pode-se notar que, para destacar o aspeto juvenil característico da iconografia tanto de Baco quanto de Alexandre, Camões emprega perífrases em parte coincidentes e quase sobreponíveis, ou seja, respetivamente, «capitão de fronte lisa» e «capitão mancebo», embora, no primeiro caso, a «fronte lisa» possa simultaneamente remeter, como sugere Faria e Sousa, para a alegre despreocupação associada ao consumo de vinho e, conseqüentemente, ao seu padroeiro divino.<sup>22</sup> Nos portais do palácio, ademais, ambos os lendários conquistadores aparecem rodeados pelos seus exércitos, dentro de cenas em que o alvoroço das batalhas parece esvair-se na solenidade grandiosa de um cortejo triunfal, com «bandeiras [...]

<sup>22</sup> Cfr. Luís de Camões, *Lusíadas*, comentadas por Manuel de Faria i Sousa [...], Tomo Terceiro i Quarto, Madrid, Ivan Sánchez, 1639, coll. 295-296.

gloriosas» e «palmas [...] valerosas» a rodear o comandante macedónio e a espelhar-se nos «frondentes tirsos» atribuídos, com uma doura referência a Ovídio, ao seu homólogo tebano.<sup>23</sup>

A este respeito, é oportuno recordar uma lenda propalada já pelos primeiros biógrafos de Alexandre, que, no intuito de exaltar a excecional envergadura das façanhas do rei, o associava a Dionísio, filho de Júpiter e Sêmele, alegando que o seu nascimento também teria sido o resultado da união do pai dos deuses com uma mulher mortal: o poeta português refere-se explicitamente a esta tradição lendária, mencionando, por um lado, a mulher tebana que foi mãe de Baco (VII, 52.7), e contrapondo, por outro, o nome de Filipe, o pai do grande conquistador, ao do progenitor divino de quem este se gabaria ter nascido (VII, 54.7-8).<sup>24</sup>

Igualmente dignas de nota parecem ser as referências geográficas introduzidas na descrição do friso que representa Baco, a começar por aquela relativa ao rio Idaspe, que, como já indicado, correspondeu ao limite da expansão territorial de Alexandre no Oriente. O hidrónimo é já mencionado, aliás, no primeiro Canto do poema, quando os habitantes da ilha de Moçambique se dirigem aos navegadores portugueses, demonstrando saber que estes procuram «o Indo Idaspe e terra ardente» (I, 55.2); e o Idaspe volta a aparecer mais uma vez no terceiro Canto, a propósito dos triunfos orientais de Semíramis, semilendária conquistadora dos «campos Idáspicos» (III, 100.2), ainda mencionada, como vimos, no *excur-sus* ecrástico de que estamos a tratar, onde surge retratada nos frisos (e nos versos) interpostos aos que representam os seus homólogos masculinos. Se compararmos então a referência aos «campos Idáspicos» com a

<sup>23</sup> Cfr. «manibus frondentes sumere thyrsos» (*Met.*, IV, v. 7); Publio Ovidio Nasone, *Metamorfosi*, a cura di Piero Bernardini Marzolla, con uno scritto di Italo Calvino, Torino, Einaudi, 1994, p. 132.

<sup>24</sup> A notícia segundo a qual Alexandre teria descoberto ser filho de Júpiter-Ámon ao consultar o oráculo de Siuá, no Deserto da Líbia, é referida, entre outros, por Arriano (Livro III, 3) e por Plutarco (cap. 27 da *Vida de Alexandre*); cfr. Arriano, *Storia di Alessandro*, a cura di Luigi Belloni, Milano, Rusconi, pp. 170-171; Plutarco, *Alessandro e Cesare. Vite parallele*, introduzione di Domenico Magnino e Antonio La Penna, Milano, BUR, 2023, pp. 100-103.

perífrase que se refere à Índia na passagem em análise («a terra Oriental que o Idaspe lava»; VII, 52.2), poderíamos observar que estas expressões não apenas esclarecem retrospectivamente o valor metonímico da referência contida nas palavras dos ilhéus de Moçambique, mas contribuem também para estabelecer um paralelismo entre, por um lado, os feitos de natureza mítica atribuídos à rainha assíria e ao deus tebano, e, por outro, a façanha histórica de Gama e dos seus homens.

Para além do Idaspe, na oitava VII, 52 é também referenciada a cidade de Nisa, que Baco teria fundado nas margens desse rio, de acordo com uma tradição que Camões também menciona anteriormente (cf. I, 31.8). A este respeito, importa destacar que ambos os topónimos representam idealmente um ponto de intersecção entre a fábula mítica atribuída ao deus e os feitos históricos de Alexandre, reforçando o paralelismo entre as duas figuras: já Arriano, com efeito, na sua biografia do monarca macedónio, relata o discurso com que os habitantes de Nisa o teriam recebido, comparando-o com Dionísio e declarando ser esta mesma a divindade a quem eles julgavam remontar as origens da própria cidade.<sup>25</sup>

Aliás, o mesmo motivo lendário que faz de Dionísio/Baco o primeiro conquistador da Índia, que tanto peso tem n'Os *Lusíadas*, parece ter surgido precisamente com a criação de um antecedente mítico para a expedição de Alexandre nos primeiros relatos biográficos que lhe foram consagrados: uma criação que aproveitava, na verdade, elementos presentes em tradições mais antigas.

Se de facto já Eurípides, no prólogo das *Bacantes*, faz alusão às viagens de Dionísio às terras orientais, associadas ao seu papel de introdutor da viticultura (mencionando a Ásia Menor, a Pérsia e a Bactriana), é somente após a expedição militar de Alexandre que a Índia começa a ser identificada como o destino das peregrinações do deus: uma versão já atestada, logo no início da idade helenística, nos *Indiká* do historiador e viajante Megástenes, e que viria a ser objeto, séculos mais tarde, do poema épico mais extenso da Antiguidade grega, as *Dionisíacas* de Nono de Panópolis.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Cfr. Arriano, *Storia di Alessandro*, cit., pp. 287-290.

<sup>26</sup> Uma resenha dos fragmentos de Megástenes relativos a este mito é disponível em: Laura Buccino, *Dioniso Trionfatore. Percorsi e interpretazione del trionfo indiano nelle fonti e*

## 4.

Um pouco como acontece no caso de Dionísio, ainda que por razões diferentes, ao longo do poema camoniano a figura de Alexandre resulta também aproximada a de alguém que foi, como ele próprio, um grande prócer da Antiguidade: Caio Júlio César. A este respeito, é preciso em primeiro lugar ter em conta que, ao longo dos séculos, os nomes de Alexandre e de César, na qualidade de generais e estratégias ímpares, vieram a formar uma hendíadis quase inevitável, para a qual a justaposição das suas biografias por Plutarco nas *Vidas Paralelas* deu um contributo marcante. Aliás, segundo Suetónio, o jovem César desatou a chorar ao ver uma estátua de Alexandre em Cádis, considerando que quando tinha a sua mesma idade o macedónio já subjugara o mundo inteiro, enquanto que ele, até àquele momento, não tinha realizado nenhum feito digno de memória.<sup>27</sup>

Associados na comparação com D. Afonso Henriques no já referido episódio ecrástico das bandeiras descritas por Paulo da Gama (VIII, 12), Alexandre e César encontram-se lado a lado também na oitava 96 do Canto V, onde, retomando o tópico relativo à função complementar das armas e das letras, Camões os exalta como modelos de brilhantes homens de ação, capazes de aliar ao seu carisma político e às suas qualidades militares o interesse pela atividade do espírito, assim como uma requintada cultura literária. É neste contexto que se insere o elogio de César que «[...] nũa mão a pena e noutra a lança/igualava de Cícero a

---

*nell'iconografia antiche*, Roma, L'«Erma» di Bretschneider, 2013, pp. 260-264 (para o poema de Nono, cfr. *Ivi*, pp. 307-308). Na tragédia de Eurípides, o próprio Deus faz referência ao seu périplo por terras orientais, nos versos 1-4 e 13-22: cfr. Eurípide, *Le Tragedie. Le Baccanti – Ione*, trad. Ettore Romagnoli, Bologna, Zanichelli, 1928, pp. 27-28.

<sup>27</sup> Ver: Suetónio, *Vida dos Doze Césares* (Livro I, 7); cfr. Svetonio, *Vite dei Cesari*, 2.<sup>a</sup> ed., Milano, Garzanti, 1980, p. 4. A notícia referida por Suetónio inspirou um romance do poeta Tomás Pinto Brandão: «A Júlio César chorando, quando viu em Cadiz uma Estátua de Alexandre»; Tomás Pinto Brandão, *Pinto renascido* [...], Lisboa, Oficina da Música, 1732, pp. 238-243.

eloquência» (V, 96.3-4): palavras que, aliás, se espelham com toda a evidência nos versos do Canto sétimo em que Camões reivindica com orgulho a sua própria condição de poeta e de soldado, que, ao logo da vida, em nenhum caso deixou de ter «nũa mão sempre a espada e noutra a pena» (VII, 79.8).<sup>28</sup>

Na verdade, tanto a exaltação de Alexandre e de César quanto o próprio autoelogio são assentes numa convicção bem enraizada na tradição humanística, à qual já João Rodrigues de Sá, no contexto português, tinha dado voz num poema do *Cancioneiro Geral*, onde, depois de ter lembrado a consideração em que o filho de Filipo tinha a obra de Homero (assim como Cipião a de Ênio), afirma que:

*Nom bota a lança, ante a faz aguda  
a disciplina da filosofia,  
a doce, descreta, gentil poesia,  
que os grandes spiritus esforça e ajuda.*<sup>29</sup>

<sup>28</sup> Pelo menos a partir da edição d'*Os Lusíadas* publicada por Faria e Sousa em 1639, a espada e a pena passam a fazer parte da iconografia do poeta, destacando-se na base que sustenta o seu retrato na gravura feita para a ocasião por Pedro de Vilafranca. O pormenor é também retomado na tradução inglesa do poema por Richard Fanshaw, publicada em 1655, numa ilustração que segue claramente a xilogravura da edição madrilena, como demonstra também a repetição do erro em consequência do qual, em ambos os casos, se atribui ao poeta a perda do olho esquerdo em vez da do olho direito. De acordo com a hipótese fidedigna de A. de Dornelas, o retrato de Camões presente na edição de Faria e Sousa é baseado no de Andreas Paulus, já publicado nos *Discursos vários políticos* (1624) de Manuel Severim de Faria, em relação ao qual a figura aparece inversamente espelhada (daí o erro presente nas edições de Faria e Sousa e Fanshaw). Cfr. Afonso de Dornelas, *Luís de Camões. Elementos de estudo*, «Elucidario Nobiliarchico», Lisboa, volume I, n. VII, julho 1928, pp. 210-228. Ver: Luís de Camões, *Lusíadas*, comentadas por Manuel de Faria e Sousa [...], Primero i Segundo Tomo, cit.; L. de Camões, *The Lusiad, or Portugals Historicall Poem*, [...] Now newly put into English by Richard Fanshaw Esq., London, Humphrey Moseley, 1655; Manuel Severim de Faria, *Discursos vários políticos*, Évora, Manoel Carvalho, 1624.

<sup>29</sup> Ver: *Pergunta de Joam Rodriguez de Saa a Aires Telez, quando o Duque ia a Azamor* in: Aida Fernanda Dias (fixação do texto e estudo), *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. II, cit., 1990, p. 472. A propósito do tópico relativo a “armas e letras”: cfr. Maria do Céu Fraga, «Armas e Letras» in Vitor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011, pp. 42-45.

A fórmula do poeta cançãoeiril vem a ser retomada quase literalmente, aliás, numa passagem do *Soldado Prático* de Diogo do Couto em que o autor menciona, como exemplo de capitães capazes de conjugar a destreza nas armas e o amor às letras, para além de Epaminondas, mais uma vez César e Alexandre, elogiados com palavras que parecem ao mesmo tempo ecoar aquelas empregadas nos versos de Camões («Nunca a pena embotou a lança. Soldado e capitão era César; e conquistando a Gália, de dia pelejava, de noite escrevia seus *Comentários*. Alexandre, conquistando o mundo, sempre comunicava com filósofos e trazia a *Ilíada* de Homero à cabeceira»):<sup>30</sup>

*Vai César sojugando toda França  
E as armas não lhe impedem a ciência;  
Mas, nũa mão a pena e noutra a lança,  
Igualava de Cícero a eloquência.  
O que de Cipião se sabe e alcança  
É nas comédias grande experiência.  
Lia Alexandro a Homero de maneira  
Que sempre se lhe sabe à cabeceira.  
(V, 96)*

A informação, já referida por Plutarco<sup>31</sup>, segundo a qual Alexandre levava sempre consigo um exemplar da *Ilíada* pode ser relacionada com aquilo que, pouco antes, é afirmado pelo poeta, ou seja que Alexandre tinha em maior consideração os «numerosos versos» de Homero do que os «feitos gloriosos» do herói por este celebrado:

*Não tinha em tanto os feitos gloriosos  
De Aquiles, Alexandro, na peleja,  
Quanto de quem o canta os numerosos  
Versos: isso só louva, isso deseja.  
(V, 93.1-4)*

<sup>30</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, texto restituído, prefácio e notas pelo Prof. M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, s./d., p. 20.

<sup>31</sup> No capítulo 8 da *Vida de Alexandre*; cfr. Plutarco, *Alessandro e Cesare*, cit., pp. 48-51.

Surge aqui a ideia, em suma, de que, tanto como ou ainda mais do que as grandes empresas dos monarcas e comandantes, é importante a celebração literária das mesmas, à qual deve ser reconhecido um papel indispensável na persistência e na propagação da sua lembrança. A este respeito, a afirmação que Camões coloca pouco antes da conclusão do Canto V (na iminência de atingir, portanto, o ponto que marca a passagem entre a primeira e segunda metade da obra) antecipa e remete para os termos da promessa dirigida ao rei D. Sebastião nos versos que encerram o poema, com os quais o poeta se compromete a cantar os futuros triunfos militares do soberano nos campos de batalha norte-africanos.

Justamente a grande distância que medeia entre os trechos envolvidos nessa correspondência, assim como a sua localização em dois pontos nevralgicos da obra, parecem revelar a grande maestria demonstrada por Camões na construção arquitetônica do seu poema, revelando-se capaz de estabelecer uma densa rede de revérberos e espelhamentos que podem operar tanto no âmbito circunscrito de poucos versos, quanto, como neste caso, numa escala macroscópica:

*A minha já estimada e leda Musa  
Fico que em todo o mundo de vós cante,  
De sorte que Alexandro em vós se veja,  
Sem à dita de Aquiles ter enveja.*  
(X, 156.5-8)

O poeta alude aqui, nomeadamente, a um episódio mencionado na oração *Pro Archia poeta*, onde Cícero refere que Alexandre, tendo chegado à região da Tróade na fase inicial da sua expedição no Oriente, teria visitado o túmulo de Aquiles e teria declarado invejar a sorte do filho de Peleu, uma vez que este pudera contar com Homero para cantar as suas façanhas. Tanto nas palavras de Camões quanto nas de Cícero a referência a Alexandre apela então para a função eternizadora da poesia, um tópico que ao orador de Arpino convinha sem dúvida evocar ao assumir a defesa de um poeta e homem de letras como Aulo Licínio Árquia, que tinha sido seu mentor na juventude:

*Quantos escritores das suas façanhas se diz que Alexandre Magno teve ao seu lado! No entanto, quando parou diante do sepulcro de Aquiles em Sigeu, exclamou: «Jovem afortunado, que encontraste Homero como cantor do teu valor!». E tinha razão: sem a Ilíada, de facto, o túmulo que cobria o seu corpo teria também enterrado a sua fama.<sup>32</sup>*

No âmbito da literatura humanística e renascentista, a referência à inveja de Alexandre em relação a Aquiles veio a tornar-se num verdadeiro tópos, cuja presença Américo da Costa Ramalho detetou em vários textos produzidos em Portugal ao longo do século XVI.<sup>33</sup> Aos casos já assinalados por este académico, de resto, podem acrescentar-se outros, não menos interessantes. Podemos então lembrar a missiva enviada em 1467 pelo rei D. Afonso V ao cronista Gomes Eanes de Zurara, bem como a carta dirigida por Ângelo Poliziano a D. João II, na qual o maior poeta italiano do século XV se propõe pôr em verso as façanhas do monarca lusitano.<sup>34</sup> E entre os

<sup>32</sup> «Quam multos scriptores rerum suarum magnus ille Alexander secum habuisse dicitur! Atque is tamen, cum in Sigeo ad Achillis tumulum adstisset: "O fortunate, inquit, adolescens, qui tuae virtutis Homerum praeconem inveneris!". Et vere: nam, nisi Ilias illa exstisset, idem tumulus, qui corpus eius contexerat, nomen etiam obruisset»; Marco Tullio Cicerone, *Pro Archia*, a cura di Albertina Riboldi, Milano, Carlo Signorelli Editore, 1995, pp. 65-66.

<sup>33</sup> Costa Ramalho assinalou a referência a este trecho da oração ciceroniana em diversos textos: numa oração em latim proferida por D. Pedro de Meneses no Estudo Geral de Lisboa em 1504; na anteriormente referida carta de Francesco Albertini a D. Manuel; na dedicatória a D. João III que precede um comentário à *História Natural* de Plínio redigido por Martinho de Figueiredo; no prólogo ao livro terceiro da crónica indiana de Castanheda. Cfr. Américo da Costa Ramalho, «A tradição clássica em *Os Lusíadas*» in Id., *Estudos Camonianos*, Lisboa, 1980, pp. 1-26. A passagem do *Pro Archia* é também aproveitada num soneto de Petrarca, que por sua vez é citado no *Cortegiano* de Baldassarre Castiglione: precedentes cuja possível relação com a conclusão d'*Os Lusíadas* já foi sublinhada; cfr. Joaquim-Francisco Coelho, *Apontamentos sobre uma possível fonte dos últimos versos de «Os Lusíadas»*, «Quaderni portoghesi», 7-8 (1980), pp. 199-205.

<sup>34</sup> A carta do rei D. Afonso V a Zurara (datada a 21 de novembro de 1467) representa um documento de grande relevo, de que vale a pena transcrever pelo menos um trecho: «[...] nam he sem rrazão que os homens que tem vosso carguo sejam de prezar e homrrar. que depois daquelles príncipes ou capitães que fazem os feitos dignos de memorias: aquelles que depois de seus dias os escreuerão muito louvor merecem. bemaventurado dezia Alexandre que era Arquiles por que tivera a Homero por seu escritor: que fora dos feitos de Roma se Tito Liuio os não escrvera: e Quinto Curçio os feitos d'Alexandre:

contemporâneos de Camões, António Ferreira, numa epístola em versos a João Lopes Leitão, ainda retoma a oração de Cícero e a referência a Alexandre (para quem, aliás, emprega um epíteto, «grã Macedónio», presente também n'Os Lusíadas), defendendo inclusivamente que a obra de Homero não teria suscitado no jovem monarca apenas a inveja em relação a Aquiles, mas ao mesmo tempo o desejo de emular os feitos do herói celebrado na *Iliada*:

*Ao som da alta trombeta, que a memória  
de Aquiles fero ao mundo renovava,  
enchou o grã Macedónio su'alta história.*

*Quantas vezes gemia, e suspirava  
com generosa inveja do alto canto,  
que a nova glória, e fama o levantava!*<sup>35</sup>

Em jeito de conclusão, vale ainda a pena especificar que, nos versos finais d'Os Lusíadas, o autor não se limita a uma simples referência erudita ao episódio narrado por Cícero, mas serve-se dele sobretudo para exaltar as próprias qualidades de poeta. Em particular, numa variante do já lembrado motivo da superação dos antigos pelos modernos, afirma que D. Sebastião, ao contrário de Alexandre, não tem razões para invejar a sorte de Aquiles, tendo à sua disposição, para celebrar as suas façanhas, um novo Homero: nada menos que o próprio poeta.

---

Homero os da Troya: Lucano os de Cesar: e assi outros autores [...]; Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, publicada por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, pp. 305-307, cit. p. 305. No texto de Poliziano é possível constatar a presença da dupla Alexandre-César, assim como do tópos da conciliação entre a prática das armas e o cultivo das letras: «Lembra-te de Alexandre, lembra-te de César; que esses dois nomes sobretudo nos lançava em rosto a antiguidade arrogante. De um deles se conta que soltara junto ao sepulcro de Aquiles essa famosa exclamação, chamando-o afortunado mancebo, porque lograra ter Homero por pregoeiro de suas façanhas. O outro até no campo de batalha e já quase no vivo da peleja escrevia as memórias de seus feitos com tanto esmero que não se julga ter alguém composto obra literária tão aprimorada que não seja excedida pela puríssima elegância dessas memórias»; a citação é feita a partir da tradução de Fidelino de Figueiredo (*A Épica Portuguesa*, cit., pp. 101-102).

<sup>35</sup> António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, cit., pp. 344-347, cit. p. 345. No poema camoniano, como vimos, o epíteto «grão Macedónio» surge no verso I, 75.7.

Em outras palavras, ao compor os últimos versos do seu poema, Camões parece também lançar as bases da futura receção da sua obra, assim como da sua própria canonização no panteão da poesia épica, no âmbito da qual a comparação com Homero desempenha um papel essencial. Entre os numerosos exemplos que poderiam ser citados a este propósito, será suficiente mencionar dois sonetos de homenagem ao poeta que foram publicados, respetivamente, nas edições das *Rimas* camonianas dadas a lume em 1595 e em 1598. No primeiro, escrito em língua italiana por Luís Franco Correia, o autor d'*Os Lusíadas* é definido como um «nuovo Homero» que a fama deu a conhecer aos dois hemisférios; no segundo, da autoria de Francisco Lopes, pode-se detetar uma análoga intenção de elogio, sendo que o nome do poeta é aproximado, desta vez, não apenas ao de Homero, mas também aos de Virgílio e de Torquato Tasso:

O Príncipe será do grão Parnaso,  
Ou o Grego excelente e soberano,  
Ou Torcato também que em verso canta,  
  
E se não é Virgílio, Homero ou Tasso,  
E se é como parece Lusitano,  
É Luís de Camões, que o mundo espanta.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Ver: Luís de Camões, *Rimas de Luís de Camões*, acrescentadas nesta segunda impressão, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1598. Para o texto de Luís Franco Correia, cfr. Luís de Camões, *Rhythmas de Luís de Camões*, divididas em cinco partes, Lisboa, Manuel de Lira, 1595. Outro elemento de interesse no soneto de Francisco Lopes é a presença, nos dois quartetos, do difundido tópico da correspondência entre pintura e poesia, sintetizado pela locução latina *ut pictura poesis*, cujos reflexos se podem detetar também n'*Os Lusíadas*. A este respeito, cfr. Aurelio Roncaglia, *Os Lusíadas de Camões: ut pictura poesis*, «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 371-386.

# 11. Cinco notas de rodapé camonianas

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA<sup>1</sup>

Tinha inicialmente proposto apresentar uma breve comunicação sobre as traduções inglesas de *Os Lusíadas*, incidindo especialmente nas norte-americanas. Foi uma proposta leviana porque, quando comecei a aprofundar o tema, apercebi-me de que já tudo está dito por estudiosos mais competentes na matéria do que eu. A tentação imediata foi desistir de participar e guardar a minha oportunidade de intervir na Academia para abordar temas sobre os quais nos últimos anos tenho procurado passar a escrito e que durante décadas tratei nas minhas aulas. Dissuadiram-me, porém, de me desvincular do compromisso para colaborar neste evento e por isso ocorreu-me uma alternativa provavelmente pouco curial.

Porque apenas tenho a acrescentar umas curtas notas sobre tópicos camonianos, atrevo-me a fazer uma intervenção *pot-pourri* composta de observações que vão desde a recomendação da tradução de um livro norte-americano sobre Camões ao curto relato de uma experiência pessoal do uso do canto V de *Os Lusíadas* em tradução inglesa nas minhas aulas e ainda um aditamento sobre a relação de amizade entre Camões e Garcia de Orta. Terminarei com uma nota sobre o facto de ter sido Camões a instaurar o paradigma da conversação nacional sobre os descobrimentos durante mais de quatro séculos.

## 1. TRADUÇÕES DE OS LUSÍADAS PARA INGLÊS

Como referi, o levantamento está todo feito por vários autores e já publicado em diversos lugares. Acrescentarei apenas que, na Tagus Press, da

---

<sup>1</sup> Academia das Ciências de Lisboa.

University of Massachusetts Dartmouth, temos planeada a publicação de um volume reunindo todas as introduções às traduções de *Os Lusíadas* para inglês. O volume proporcionará aos leitores uma visão diversificada e abrangente dos problemas de tradução e das soluções adotadas pelos diversos tradutores. A ideia e o trabalho fundamental dessa recolha pertenceram ao meu antigo colega e saudoso amigo George Monteiro, catedrático no Departamento de Inglês da Brown University e fundador do Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown, mais tarde transformado em Departamento. Por incrível que possa parecer, o dossier por ele organizado perdeu-se (é anterior à idade da Informática). Todavia Mário Pereira, diretor da Tagus Press, e eu temos vindo a recuperar o que supomos ser a totalidade dessas introduções. A edição ainda não tem prazo marcado, mas já consta oficialmente do plano editorial da Gávea-Brown Publications e da Tagus Press.

Para os interessados, elenco essas traduções em nota.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Landeg White

<https://www.amazon.com/Lusiads-Oxford-Worlds-Classics/dp/0199539960>;  
William Julius Mickle

<https://www.gutenberg.org/files/32528/32528-h/32528-h.htm>, <https://sacred-texts.com/neu/lus/index.htm>, <https://archive.org/details/lusiadordiscover-01camuoft>;

Richard Francis Burton

<https://burtoniana.org/books/1880-Os%20lusiadas/Os%20lusiadas%20Vol%201.pdf>, <https://www.burtoniana.org/books/1880-Os%20lusiadas/index.htm>, [https://en.wikisource.org/wiki/The\\_Lusiads\\_\(tr.\\_Burton\)](https://en.wikisource.org/wiki/The_Lusiads_(tr._Burton));

William C. Atkinson

[https://search.library.berkeley.edu/discovery/fulldisplay?context=L&vid=01UCS\\_BER:UCB&search\\_scope=MyInstitution&tab=LibraryCatalog&docid=alma991003483639706532](https://search.library.berkeley.edu/discovery/fulldisplay?context=L&vid=01UCS_BER:UCB&search_scope=MyInstitution&tab=LibraryCatalog&docid=alma991003483639706532);

Richard Fanshawe

<https://editions.mml.ox.ac.uk/editions/lusiad/>, <https://www.shearsman.com/store/Luis-Vaz-de-Camoes-The-Lusiads-p240365699>;

Robert French Duff

<https://ia801306.us.archive.org/4/items/cu31924027722192/cu31924027722192.pdf>, [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/The\\_Lusiad\\_of\\_Camoes\\_translated\\_into\\_English\\_Spencerian\\_verse\\_%28IA\\_lusiadofcamoenst00camrich%29.pdf](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/The_Lusiad_of_Camoes_translated_into_English_Spencerian_verse_%28IA_lusiadofcamoenst00camrich%29.pdf);

J. J. Aubertin

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/The\\_Lusiads\\_of\\_Camoes\\_%28IA\\_lusiadsofcamoes01cam%29.pdf](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/The_Lusiads_of_Camoes_%28IA_lusiadsofcamoes01cam%29.pdf)

## 2. UM IMPORTANTE LIVRO SOBRE CAMÕES EM INGLÊS MERECEDOR DE SER TRADUZIDO

O Professor George Monteiro, é também autor de um precioso livro sobre Camões. Não especificamente sobre *Os Lusíadas*, mas abrangendo aspetos vários de toda a sua obra. Intitula-se *The Presence of Camões. Influences on the Literature of England, America, and Southern Africa* e foi publicado pela University Press of Kentucky, em 1996. Contém capítulos sobre intertextos camonianos em autores anglo-americanos como Elizabeth Barrett, Edgar Allan Poe, Herman Melville, Henry Wadsworth Longfellow e Elizabeth Bishop. George Monteiro abre a Introdução a esse livro com dois parágrafos que merecem ser aqui citados em tradução. Apresentando Camões a um público erudito norte-americano que pouco sabe do nosso poeta, George Monteiro sentiu necessidade de colocar o nosso vate num merecido contexto universal e fê-lo nestes termos:

*Entre os maiores poetas épicos da tradição ocidental, Luís Vaz de Camões continua sendo o menos conhecido fora do seu país natal e, entre as principais epopeias ocidentais, o seu Os Lusíadas goza da pouco invejável distinção de ser, sem qualquer dúvida, o mais bem guardado segredo da melhor poesia épica. No entanto, um século e meio após a morte do poeta, Voltaire nomeou Camões o “Virgílio português” e, no século XIX, ele foi algumas vezes referido como o “Plutarco português”.*

*Camões sempre mereceu o respeito de outros poetas e dos intelectuais. Durante a sua vida, o poeta italiano Torquato Tasso dedicou-lhe um soneto de homenagem e, em 1648, o escritor espanhol Baltasar Gracián escreveu sobre Camões com a maior admiração no seu Agudeza y arte de ingenio. A sua eminência poética foi notada pelo dramaturgo espanhol Lope de Vega, bem como por poetas como Góngora e Goethe. Já no século XX, Erich Auerbach referiu Os Lusíadas, a celebração da história de Portugal e das façanhas do povo português, como sendo “a mais bela epopeia da Península Ibérica”. É “a grande epopeia do oceano”, [acrescenta], que celebra a viagem de Vasco da Gama na costa de África e a colonização portuguesa da Índia”. C. M. Bowra destaca o poeta como um entre os quatro paradigmas principais da literatura épica, sendo os restantes três: Virgílio, Tasso e Milton. Na*

*verdade, escreve Bowra, a obra de Camões é “o primeiro poema épico que na sua grandeza e universalidade representa o mundo moderno”.*<sup>3</sup>

O professor Diogo Ramada Curto, conhece esse livro e interessou-se em promover a tradução e edição pela Biblioteca Nacional, de que agora é diretor, mas o projeto por enquanto ainda não foi concretizado.

### **3. ENSINO DO CANTO V NO MEU SEMINÁRIO SOBRE “O DEALBAR DA MODERNIDADE”**

Durante décadas lectionei um seminário interdisciplinar para alunos, norte-americanos e estrangeiros, que nada tinham a ver com Estudos Portugueses e que não sabiam português. O seminário era sobre a mudança do paradigma medieval para o da modernidade e as leituras eram de autores que refletiam a nova mentalidade empírica, então emergente e a ganhar terreno na Europa Ocidental. Entre eles líamos Roger Bacon, Montaigne, Leonardo da Vinci, Francis Bacon, mas no século XVI, antes de Francis Bacon publicar o seu *Novum Organum*, os mais inovadores eram sem dúvida Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro e Garcia de Orta, lidos em tradução inglesa. Nesse conjunto, introduzi o canto V de *Os Lusíadas*; era o único texto literário do conjunto, mas funcionava como uma narrativa de viagens refletindo uma notável abertura às novas realidades empíricas que Camões foi descobrindo na sua própria viagem à Índia em 1553, no poema transformada na viagem de Vasco da Gama em 1497–98.

Era, ano após ano, uma das leituras preferidas dos alunos. Nenhum alguma vez acusou esse Canto V de colonialista e, em regra, comentavam-no com muito entusiasmo.

Registo este facto para frisar a modernidade de pelo menos esse canto do poema, se bem que não seja o único momento em que *Os Lusíadas* refletem a modernidade do autor. Usei o Canto V por ser aquele em que mais claramente o seu espírito moderno, o fascínio com a novidade do mundo

---

<sup>3</sup> P. 1. Tradução de Leonor-Simas-Almeida.

natural se manifestava precisamente por esse canto ser um resultado da experiência direta da sua própria viagem à Índia. A famosa passagem em que n'Os *Lusíadas* Camões discorre sobre "a máquina do mundo", e que também era leitura nas minhas aulas, surge no Canto X (estâncias 76-91). Já agora, acrescento que a tradução que eu usava era a de Landeg White, reeditada em 1997 pela Oxford University Press. A tradução é livre, altamente legível, com um pequeno toque de rima apenas nos dois últimos versos de cada estrofe.

#### 4. ADITAMENTO SOBRE A AMIZADE ENTRE CAMÕES E GARCIA DE ORTA

No meu livro *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão* (Quetzal, 2018), referi o facto de termos alguns indícios de Camões ter conhecido e eventualmente contactado Garcia de Orta quando ambos estiveram na Índia. Algum tempo depois de publicado o livro, um dia por acaso deparei na minha biblioteca com uma edição de *O Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*, de Orta, reedição fac-similada da edição de 1891 dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho<sup>4</sup>. Abri-a e deparei com um poema de Camões a propósito de Garcia de Orta, acompanhado de anotações minhas em marginália. Como me aconteceu ter esquecido esse poema quando escrevi o capítulo sobre Camões e a sua notável modernidade, escapa-me verdadeiramente. Mas irei mais longe: o meu livro vai em 3.<sup>a</sup> edição e nunca ninguém, em recensões ou mesmo em privado, me fez notar essa minha falha, o que infelizmente diz bastante sobre a nossa conversação nacional nestas matérias.

Postos este ato de contrição e a minha lamúria, lerei aqui cinco das onze estrofes do poema que Camões dedica ao Conde do Redondo, Vice-Rei da Índia. Basicamente, o poeta implora ao Vice-rei ajuda para a edição do *Colóquio dos Simples*, o que é na verdade revelador do interesse de Camões pelo trabalho científico de Garcia de Orta.

---

<sup>4</sup> Usei a edição fac-similada da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

O poema de Camões reza assim na sétima estrofe:

*Favorecei a antiga  
Ciência que já Aquiles estimou;  
Olhai que vos obriga,  
Verdes que em vosso tempo se mostrou  
O fruto daquela Orta onde florescem<sup>5</sup>  
Plantas novas, que os doutos não conhecem.*

O poeta prossegue jogando com o nome Orta e a palavra "horta":

*Olhai que em vossos anos  
Produz uma Orta insigne várias ervas  
Nos campos lusitanos,  
As quais, aquelas doutas e protervas  
Medea e Circe nunca conheceram,  
Posto que as leis da Mágica excederam.*

*E vede carregado  
De anos, letras, e longa experiência,  
Um velho que ensinado  
Das gangéticas Musas na ciência  
Podaliria<sup>6</sup> subtil, e arte silvestre,  
Vence o velho Chiron de Aquiles mestre.*

*O qual está pedindo  
Vosso favor e ajuda ao grão volume  
Que agora em luz saindo  
Dará na Medicina um novo lume,  
E descobrindo irá segredos certos  
A todos os antigos encobertos.*

---

<sup>5</sup> Camões escreveu "florescem", como ao tempo se dizia, o que rima melhor com "conhecem".

<sup>6</sup> Podalirius era filho de Asclépio, o deus grego da medicina, mas podaliria é um arbusto resiliente e que se espalha rapidamente.

*Assim que não podeis  
Negar (como vos pede) benigna aura  
Que se muito valeis  
Na polvorosa Guerra Índica e Maura  
Ajudai, quem ajuda contra a morte,  
E sereis semelhante ao Grego forte.<sup>7</sup>*

## 5. CAMÕES FORMATOU O PARADIGMA DA NOSSA CONVERSAÇÃO NACIONAL SOBRE OS DESCOBRIMENTOS

A história cultural portuguesa dos descobrimentos tem sido muito influenciada pela literatura devido sobretudo a Camões que, n' *Os Lusíadas*, sobreleva a importância da passagem do Cabo das Tormentas recorrendo à poderosa imagem do Adamastor. Já no séc. XX, a popularíssima *Mensagem* de Fernando Pessoa acentuou essa ênfase, com o famoso poema "O Mostrengo", onde a dobragem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias surge como o grande feito dos portugueses. E foi, de facto um enorme acontecimento. Contudo um medo bem maior terá sido o que antecedeu a viragem para sul no Equador, devido às crenças medievais então dominantes no imaginário europeu. A impossibilidade do retorno era dada como certeza. A grande diferença entre a passagem do Equador e a do Cabo da Boa Esperança incide no facto de, no primeiro caso, o medo acumulado ao longo da Idade Média se ter desvanecido aos poucos durante as várias viagens para sul. Os portugueses foram ganhando confiança a ponto de, no momento de atravessarem o Equador, se terem já dissipado os seus antigos terrores. Por sua vez, a viagem de Gama opera uma revolução política e económica, não propriamente científica, visto a demonstração, contra Ptolomeu, de estarem entre si ligados os oceanos Atlântico e Índico ter sido feita anteriormente por Bartolomeu Dias. O Índico era então plenamente navegado, e foi mesmo com a ajuda de um piloto árabe bem conhecedor desse oceano que Gama

---

<sup>7</sup> Pp. 8-9. A atualização gráfica é da minha responsabilidade.

completou a sua viagem. Atendo-nos, pois, ao ponto de vista especificamente científico, a passagem do Equador terá sido mais relevante, no sentido de mais removedora de ancestrais mitos e receios infundados. Aliás, do ponto de vista científico o grande contributo português para mudar o paradigma da visão do mundo foi passar o Equador e demonstrar que era possível viver-se normalmente no hemisfério sul, algo que até aí na Europa ninguém conhecia. A dobragem do cabo da Boa Esperança, que foi um feito de Bartolomeu Dias e não de Vasco da Gama é, igualmente do ponto de vista científico a segunda grande descoberta portuguesa: a da comunicação entre os oceanos Atlântico e Índico. Mas essa descoberta geográfica está muito longe do alcance da passagem do Equador.

Como é de todos sabido, Camões confere grande destaque à viagem de Gama. Havia, porém, passado vinte anos sobre a dobragem do Equador, e os mares do sul estavam já desvendados e dominados. Ademais, Camões pretendia sobretudo enaltecer Gama e o seu grande feito, por isso não prestou atenção à passagem do Equador que, para Gama, de facto não constituiu problema algum. No Canto V, aquele em que o poeta narra a viagem de Vasco da Gama, apenas dois versos referem a passagem do Equador: *Tendo o término ardente já passado/Onde o meio do mundo é limitado* (estrofe 13: 7-8). De seguida, o poeta menciona, de passagem, esse dado adquirido ao referir-se à constelação Cruzeiro do Sul como algo por demais conhecido:

*Já descoberto tínhamos diante  
Lá no novo Hemisfério, nova estrela,  
Não vista de outra gente, que ignorante,  
Alguns tempos esteve incerta dela. (V, 14: 1-4)*

Esta quinta e última nota é apenas para chamar a atenção para o facto de Camões ter sido quem formatou o paradigma do nosso imaginário ao relevar factos históricos que melhor serviam os propósitos da sua imortal epopeia. A conversação nacional foi, ao longo de muitos séculos, dominada pelo extraordinário poema de Luís de Camões.

## 12. Conhecimento e Natureza em *Os Lusíadas*

HENRIQUE LEITÃO<sup>1</sup>

Retomo nesta comunicação um tema bem conhecido na tradição de comentário a *Os Lusíadas*, e até muitas vezes referido fora do âmbito restrito dos estudos camonianos. Refiro-me às famosas estâncias 17 a 23 do Canto V, onde Camões apresenta a conhecida descrição, em quatro versos sintéticos (V, 18), do fogo de Santelmo, e, um pouco mais extensamente, de uma tromba de água oceânica (V, 18-22). Todos nos lembramos certamente da beleza e precisão desses versos magníficos, justamente citados sempre que se refere o valor da observação e da construção autóptica do conhecimento sobre a natureza, tão típica da cultura e dos textos portugueses dessa época. Tudo isto, como disse, foi já objeto de muitas análises, e não é meu propósito oferecer mais uma. O que pretendo é algo diferente e centra-se apenas nas duas estâncias que delimitam esta secção do poema, isto é, a estância que abre (V, 17) e a que fecha (V, 23) esse episódio.

O argumento que pretendo apresentar nesta breve comunicação é o de que, com este conjunto de estâncias e, mais concretamente, com V, 17 e V, 23, Camões entra num debate que percorria a sociedade portuguesa na época, e entra nesse debate tomando uma posição muito concreta. Essa posição foi perfilhada por vários outros no nosso país e influenciou, de maneira profunda, a cultura erudita portuguesa nas décadas seguintes.

O debate a que me refiro, no essencial, era este: por detrás do sucesso das navegações portuguesas, um sucesso inquestionável do ponto de vista técnico e naval, estava um conjunto de homens muito peculiar, um grupo de artesãos, pilotos, marinheiros e outros práticos de coisas do mar; mas qual era, no fundo, a origem e a fonte da capacidade desses mareantes? Qual era o fundamento do seu saber técnico e do seu conhecimento da natureza?

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1537, Pedro Nunes (1502–1578), na altura um matemático ainda em ascensão, mas já um protegido do Rei e com uma influência considerável, publicou a sua primeira obra. Nesse livro recolhiam-se trabalhos diversos, e ao lado da tradução de alguns textos científicos clássicos apresentavam-se dois estudos originais sobre assuntos científicos de cartografia náutica. São eles o *Tratado sobre certas dúvidas da navegação* e o *Tratado em defesa da carta de marear*.<sup>2</sup> Trata-se de dois estudos muito originais, de grande importância científica, que viriam a ter enorme repercussão em Portugal e na Europa. Evidentemente, a explicação da sua natureza técnica não é o assunto que agora nos interessa. O que importa agora notar é que, nesses dois trabalhos, Pedro Nunes lança uma crítica muito dura aos pilotos e marinheiros, acusando-os de incompetência e denunciando, em termos fortes, as suas “ygnorancias, enganos, perfídias e contumácias”.<sup>3</sup> Mais especificamente, Nunes argumenta que muitas das queixas contra as cartas náuticas, queixas que eram frequentes na altura, são injustas e mal-informadas, pois o que realmente sucede é que os pilotos que as usam, nem as compreendem bem, nem as sabem usar corretamente.<sup>4</sup>

Por detrás da severidade de Pedro Nunes há bastante mais do que o desejo de castigar a suposta incompetência dos mareantes. Nunes estava decidido a estabelecer o seu programa intelectual, um programa que supunha uma valorização da matemática como fundamento do *conhecimento certo* acerca da natureza. Com efeito, o que apresenta nestes textos, pela primeira vez, é a ideia de uma “navegação matemática”, isto é, de uma disciplina em que os princípios e os métodos da navegação estão erigidos sobre uma base

---

<sup>2</sup> Veja-se a edição moderna em Pedro Nunes, *Obras*, vol. I (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 2002). Os dois textos são, respetivamente, *Tratado sobre certas dúvidas da navegação*, pp. 105-119, e *Tratado em defensam da carta de marear*, pp. 120-182.

<sup>3</sup> Pedro Nunes, *Obras*, vol. I, p. 127.

<sup>4</sup> O assunto das polémicas entre Pedro Nunes e os práticos do mar é bem conhecido nos estudos nonianos, mas não no sentido que se trata nesta comunicação. Veja-se: Luís de Albuquerque, «Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo», in: *A Náutica e a Ciência em Portugal. Notas sobre as Navegações* (Lisboa: Gradiva, 1989) pp. 145-156. [Com ligeiras variações ou acrescentos em outros locais, por exemplo em: *Ler História*, 19 (1990), 5-18].

matemática. Para Pedro Nunes, apenas a matemática constitui fundamento seguro do conhecimento da natureza e das atividades técnicas.<sup>5</sup> E, de facto, como anuncia de maneira enfática nesses seus textos, toda a glória nas navegações portuguesas decorre de os nautas nacionais estarem bem preparados matematicamente e possuírem os melhores instrumentos. Por isso, para progredir, a navegação nacional precisava de se tornar numa verdadeira disciplina matemática, aquilo a que Nunes chama uma “Ciência da Navegação” ou, em latim, uma *Ratio navigandi*.

A abordagem matemática dos assuntos de navegação proposta pelo famoso matemático português introduzia implicitamente — e muitas vezes explicitamente, como já se viu — uma forte crítica ao saber baseado apenas na experiência e na prática da vida a bordo, aquilo a Nunes chamava “arte da navegação”, ou *Ars navigandi*. Pedro Nunes introduzia assim, de maneira muito clara, uma dicotomia radical entre a “Arte da Navegação” e a “Ciência da Navegação”, sendo que esta última era matemática, e a única bem fundamentada e de onde havia a esperar certeza e progresso.<sup>6</sup>

O programa de Nunes foi muito influente. Nas décadas seguintes, a dicotomia *Ars navigandi*/*Ratio navigandi* foi anunciada por outros, dentro e fora do meio náutico. A ideia de que havia uma *Ars navigandi*, prática, e uma *Ratio navigandi*, matemática, tornou-se numa distinção fundamental, não só na Península Ibérica, mas em toda a Europa, correndo por vezes sob as designações de “Navegação Prática” e “Navegação Especulativa”. Implícita nesta

---

<sup>5</sup> “Nem deue auer duuida no que nesta parte escreui: porque nenhuma cousa he mais euidente: que ha demonstração matematica: a que em nenhuma maneyra se pode contrariar”. Pedro Nunes, *Obras*, vol. I, p. 119.

<sup>6</sup> Tudo isto vai aqui dito com excessiva brevidade. Para o desenvolvimento adequado destas ideias, ver: Henrique Leitão, «*Ars e ratio*: A náutica e a constituição da ciência moderna», in: María Isabel Vicente Maroto y Mariano Esteban Piñeiro (coords.), *La Ciencia y el Mar* (Valladolid, 2006), pp. 183-207; Henrique Leitão, «Maritime discoveries and the discovery of Science: Pedro Nunes and Early Modern Science», in: Víctor Navarro Brotons e William Eamon (eds.), *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica. Beyond the Black Legend: Spain and the Scientific Revolution* (Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, Universitat de València – C.S.I.C., 2007), pp. 89-104.

distinção não estava apenas a ideia de que a matemática proporciona certeza no estudo da natureza, mas também que as contribuições dos homens práticos eram pouco fiáveis e frequentemente errôneas. Para Nunes, nem pilotos nem marinheiros eram fonte de conhecimentos sólidos ou confiáveis.

A posição de Pedro Nunes gerou quase de imediato uma onda de contestações. Em 1549, Diogo de Sá, um erudito conhecido sobretudo pelos seus interesses filosóficos e teológicos, lançou-lhe uma resposta contundente. No livro que publicou nesse ano em Paris, com o título *De navigatione*, o alvo explícito da contestação era Pedro Nunes e os seus textos de 1537. Mas o objetivo principal de Sá era mais profundo pois consistia em mostrar que os argumentos matemáticos são apenas “acidentais” (em sentido aristotélico) e, portanto, que não podem ser realmente provas; desta maneira, não se pode obter conhecimento sólido e fundado a partir deles. Por essa razão, segundo Diogo de Sá, a *Ratio Navigandi*, a “Ciência da Navegação”, não era mais do que uma ilusão; o único verdadeiro conhecimento vem da experiência, da prática repetida de gestos e ações. A consequência, então, era imediata. Para Diogo de Sá, a grandeza das navegações portuguesas — que louva entusiasticamente — era devida à experiência e à destreza dos marinheiros. Diogo de Sá, contudo, não nega a ignorância dos homens do mar; o que defende é que a experiência é suficiente para ultrapassar a sua ignorância:

*E não duvido de que, embora eles [pilotos e marinheiros], que tão assiduamente exercem a arte de navegar, sejam de rude e tosco entendimento, todavia graças à sua experiência quotidiana e contínua, fizeram com que, nas suas obras, não haja erro ou, se algum houvesse, o tenham emendado.*<sup>7</sup>

Diogo de Sá não foi o único a defender esta interpretação acerca da origem da capacidade técnica dos marinheiros. Ao longo de todo o século XVI, outras vozes em Portugal, frequentemente exteriores ao meio marítimo, louvaram a habilidade e competência dos homens do mar, ao mesmo tempo

---

<sup>7</sup> Diogo de Sá, *De Navigatione Libri Tres. Sobre a Navegação Três Livros*. Edição crítica do texto latino, tradução e notas de Arnaldo do Espírito Santo (Lisboa: Academia de Marinha; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017), p. 47.

que confirmavam a sua rudeza intelectual e os seus escassos conhecimentos.<sup>8</sup> Um exemplo disso foi Frei Amador Arrais, que nos seus *Diálogos* (Coimbra, 1589) lista um conjunto de melhoramentos técnicos devidos aos marinheiros práticos, explicando:

*Tomaram o direito a costas, diminuíram, e acrescentaram graus, emendaram alturas; e sem mais letras especulativas, que as que se praticam em o convés do navio, gastaram o louvor a muitos, que em célebres universidades haviam gastado o seu tempo. Reprovaram-se as tavoas de Ptolomeu, porque caso fosse varão doctissimo, não sondou aqueles mares, nem andou por aquelas regiões.*<sup>9</sup>

Isto é, os homens práticos, sem outras “letras especulativas” para além das que se praticam no convés de um navio, eram capazes de corrigir o saber geográfico e melhorar de maneira significativa a navegação. O tópico do homem iletrado que, apenas pela sua experiência, é capaz de gerar progresso e de corrigir as grandes autoridades tornou-se muito frequente na literatura e na sociedade portuguesa.<sup>10</sup> Mas esta, como veremos, não era exatamente a posição de Luís de Camões.

De facto, a opinião subscrita por Diogo de Sá ou Amador Arrais, não foi unânime em Portugal. Outros autores expressaram opiniões mais subtis, recusando aceitar uma espécie de monopólio do progresso baseado apenas no agir de homens incultos, e, ao mesmo tempo, recusando que o conhecimento antigo se tivesse tornado completamente irrelevante face à nova

---

<sup>8</sup> O tratamento detalhado deste assunto, isto é, das especificidades da epistemologia artesanal dos pilotos e mareantes, e a observação histórica de que eles foram sempre capazes de impor as suas posições sai muito do âmbito desta brevíssima contribuição. Felizmente existe hoje em dia um estudo excelente e detalhado do assunto a que o leitor interessado pode recorrer com proveito: José Maria Moreno Madrid, *Los pilotos siempre ganan. Una historia socio-epistémica de la navegación en la Europa de Edad Moderna*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2024.

<sup>9</sup> Frei Amador Arraes, *Diálogos*, Coimbra, 1589.

<sup>10</sup> O contexto geral que subjaz a esta posição está intimamente ligado ao que se chamou o “experimentalismo” dos descobrimentos portugueses, e que tem uma longa tradição na historiografia da especialidade. O autor que talvez tenha dedicado uma atenção mais penetrante ao assunto foi Onésimo Teotónio Almeida. Como ponto de partida para essa análise, com abundantes indicações bibliográficas para os estudos relevantes, veja-se o seu livro *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão* (Lisboa: Quetzal, 2018).

experiência dos marinheiros. O autor que talvez tenha subscrito esta posição de maneira mais eloquente foi Fernando Oliveira, especialmente na sua grande obra, a *Ars Nautica*.

A *Ars nautica* é a mais ambiciosa enciclopédia de assuntos náuticos redigida na Europa no século XVI. Um extenso manuscrito, em quatro partes, que trata todos os aspetos principais da ciência e tecnologia náutica: técnicas de navegação e instrumentos, cartografia náutica, construção naval, organização da vida a bordo, guerra no mar, etc. O texto nunca foi impresso e sobrevive num único manuscrito, hoje na universidade de Leiden, nos Países Baixos. A história da sua génese foi longa e complexa, não cabendo aqui descrevê-la em detalhe. Os marcos mais relevantes e a cronologia dessa história são os seguintes: o texto começou a ser redigido no final dos anos quarenta e foi progressivamente revisto e aumentado nos anos seguintes; uma versão quase final ficou pronta por volta de 1570 e, por vias que se desconhecem, foi parar à biblioteca do erudito neerlandês Isaac Vossius; além de inacabado, o manuscrito exhibe também algumas mutilações cuja explicação se desconhece.<sup>11</sup>

A redação da *Ars nautica* sobrepõe-se, portanto, ao período da escrita de *Os Lusíadas*, sendo natural que os dois textos ecoem debates desse período. É também interessante notar que as vidas e os perfis intelectuais dos dois autores têm alguns traços em comum: ambos tiveram uma educação esmerada, sendo profundamente conhecedores da tradição clássica; ambos tiveram vidas aventurosas, viajaram longamente nos mares e eram familiares com assuntos náuticos e com a vida a bordo.

Logo no início da *Ars nautica*, depois de lamentar que tão poucos autores do passado tenham escrito sobre assuntos náuticos, Oliveira critica asperamente os que escrevem sobre o assunto sem terem experiência real da vida

---

<sup>11</sup> A tradução e edição moderna da *Ars nautica* encontra-se actualmente em fase final de produção, e será publicada em breve como o vol. III de *Obra Completa de Fernando Oliveira* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian). Esse volume é coordenado por Henrique Leitão e José Carlos de Miranda. Os excertos traduzidos da *Ars nautica* que se reproduzem abaixo são extraídos desse volume sendo a tradução devida a José Carlos de Miranda.

a bordo, “aqueles que enjoam em doca seca”.<sup>12</sup> Contra esses, Oliveira não poupa improperios.<sup>13</sup> Ao mesmo tempo, deixa absolutamente claro quem são aqueles que se deve ouvir:

*Pelo que, em tais matérias [de assuntos navais] não deve dar-se fé a quem não experimenta e padece os trabalhos e os medos da navegação. Nem há de dar-se ouvidos a quem, nunca havendo respirado a salsugem do mar, alardeia tranquilas viagens de navegação em terra firme.*<sup>14</sup>

Por outras palavras, apenas os marinheiros experimentados, curtidos pelas intempéries, com conhecimentos adquiridos depois de muitos e muitos dias no mar, são dignos de crédito em assuntos náuticos. Uma opinião, como já vimos, partilhada por largos sectores da população portuguesa.

Mas é precisamente neste ponto que Fernando Oliveira introduz uma distinção crítica. Depois de ter feito uma defesa da experiência e do conhecimento baseado em experiência, apressa-se a explicar que não condena “o estudo das letras aplicado à arte da navegação” (fol. 5v). Explica que o filólogo (isto é, o erudito, o académico) e o marinheiro precisam um do outro porque no mar “tanto é guia o estudo como o exercício” (fol. 5v). Assim, em vez de avançar com uma defesa da ignorância dos pilotos, Oliveira introduz a ideia dupla de “letras e experiência” como as duas fontes de conhecimento legítimo no contexto naval, adoptando uma posição que influenciará todo o seu trabalho. Oliveira, portanto, valoriza o saber clássico e de maneira nenhuma insinua que o saber dos antigos se tenha tornado obsoleto. Embora sendo verdade que “posto que entre um e outro prevaleça sempre a experiência” (fol. 5v), reforça que o estudo das letras é indispensável ao empreendimento marítimo.

---

<sup>12</sup> “não falta quem, tão arredado embora das coisas da navegação que é capaz de enjoar em doca seca e, numa nau, mal distingue a proa da popa, se atreva, ainda assim, a aventar meia dúzia de dislates sobre a arte de navegar”, Fernando Oliveira, *Ars nautica*, fol. 5r.

<sup>13</sup> “Esses sim, merecem que sobre si se abata, bem ritmado, o canto agoirento da celeuma, e ser excluídos de qualquer assunto naval, por terem o desplante de abordar às cegas, com ousadia de doninha, uma matéria de tanta consideração”, Fernando Oliveira, *Ars nautica*, fol. 5r.

<sup>14</sup> Fernando Oliveira, *Ars nautica*, fol. 5r.

Contudo, há um tipo de conhecimento que Fernando Oliveira despreza absolutamente e que rejeita quando se refere a assuntos navais, isto é, a matemática — precisamente o núcleo do programa epistémico noniano. Na *Ars nautica* encontra-se uma das rejeições mais belicosas do valor da matemática, dos seus métodos e explicações — tratadas como meras “figurações abstractas” — em todo o período moderno em Portugal,

*sendo a navegação uma arte, é na experiência que, antes de mais, há de assentar; de tal sorte que justamente se possa livrar de tantas e tão costumeiras figurações abstratas, e dizer-lhes de vez adeus.*<sup>15</sup>

Oliveira desmonta todas as pretensões da matemática em fornecer um saber náutico útil, e denuncia a ignorância completa dos matemáticos em assuntos navais:

*Mas eis que teimam os matemáticos em arrogar-se a ciência náutica que, na matéria, precisamente e antes de mais, se exerce. E prometem dela dar razão, homens que dela não logram sofrer sequer a menor corrente ou ondulação. Muito temerários, porém, hão de ser; pois, se de todo desconhecem a realidade, de modo algum poderão dela dar razão. [...] Por isso, os matemáticos, que nunca viram o mar nem subiram a bordo de uma embarcação, nem exerceram alguma vez a arte de navegar, se já mal a conhecem, pior dela darão razão. Não prometam, pois, dar o que não têm. [...] Não ponham foice em seara alheia, esses que, quais lerdas tartarugas, amodorrados em suas câmaras, se vêm a achar redondamente ignaros de rotas e navegações.*<sup>16</sup>

É bem possível que Oliveira tivesse Pedro Nunes especificamente na mira destes insultos, mas os seus argumentos são contra os matemáticos em geral e confirmam a existência de uma corrente claramente anti-matemática na sociedade portuguesa do tempo. Acima de tudo mostra — dramaticamente — que o fundamento dessa posição era precisamente o sucesso das navegações portuguesas e a interpretação para as razões desse sucesso.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Fernando Oliveira, *Ars nautica*, fol. 17v.

<sup>16</sup> Fernando Oliveira, *Ars nautica*, fols. 18r-18v.

<sup>17</sup> Nunes gabava-se publicamente de nunca ter viajado de barco: “Bem sey quam mal sofrem os pilotos que fale na Índia quem nunca foy nella: e pratique no mar quem nelle nunca entrou”. Pedro Nunes, *Obras*, vol. I, p. 129.

A matemática, portanto, seria completamente inútil para fundamentar o saber náutico. Mas que dizer então do termo *Ars*, como Oliveira o emprega no título da sua obra mais importante, *Ars nautica*? Felizmente, numa das suas outras obras (*Livro da Fábrica das Naus*), o próprio Oliveira fornece a explicação:

*Arte digo que é doutrina de palavra ou de exemplo, fundada em boa razão e confirmada per experiência. Ou, como outros dizem, é cópia de documentos tomados do uso de bos autores. E tanto me dá por ãa via como per outra, sempre a arte depende de doutrina aprendida e posta em experiência, sem as quais cousas não é arte o que sabemos ou fazemos.*<sup>18</sup>

Este trecho é essencial para compreender as concepções epistémicas que subjazem ao pensamento de Oliveira. Em linguagem moderna diríamos que, para ele, a *Ars* — e, como vimos, a navegação é uma *Ars* — é constituída por saber certo e confirmado. Ora, essa confirmação e validação pode dar-se de duas maneiras diferentes: ou através da prática e experiência, ou através da tradição dos bons autores, isto é, os clássicos. Oliveira usa inclusivamente duas expressões para distinguir estas diferentes formas de validação: “doutrina de palavra” (os bons clássicos) e “doutrina de exemplo” (a experiência). Em ambos os casos há uma validação que fundamenta o saber: nos clássicos é a passagem do tempo e a própria condição, provada, de “clássico”; no caso do saber prático é a experiência.<sup>19</sup>

Por isso, para Fernando Oliveira, a experiência e o saber clássico andam lado a lado como fontes válidas do saber confirmado: “tanto me dá por uma

---

<sup>18</sup> Fernando Oliveira, *Livro da Fabrica das Naus*, in *Obra Completa*, vol. IV, p. 209.

<sup>19</sup> Não é aqui o local para desenvolver em toda a profundidade, mas importa notar que esta articulação entre saber dos antigos e saber moderno — que não uma rejeição dos autores clássicos por pressão de descobertas modernas — foi um traço característico da cultura ibérica. Já em 1519 Martín Fernandez de Enciso, na sua famosa *Suma de geographia* (Sevilha) colocava lado a lado a experiência, “madre de todas las cosas”, com os autores clássicos: “Fue sacada esta suma de muchos et auctenticos autores. Conuiene a saber de la historia batriana, los dos Tholomeos, Eratostenes, Plinio, Strabon, Josepho, Anselmo, La biblia, La general historia y otros muchos et la experiencia de nuestros tempos que es madre de todas las cosas.” Agradeço a Isabel Almeida ter-me chamado a atenção para este texto, bem como várias observações muito pertinentes acerca do argumento apresentado nesta comunicação.

via como per outra”. Oliveira não tem por isso qualquer objecção — e muito menos qualquer antipatia — pelos autores do passado e pelo saber tradicional e clássico. Ele não acha que o conhecimento clássico tenha ficado de alguma maneira essencial posto em questão ou anulado com as novas descobertas. Pelo contrário, para Oliveira os autores clássicos continuam a ser fontes de conhecimentos testados e comprovados.<sup>20</sup>

O que Oliveira rejeita é aquilo a que chama “ciência”:

*O que entendemos <ou imaginamos> sem o esprementar nem pôr per obra chama-se ciência, que, quanto aos homens, não é saber acabado, porque o remate do saber humano é a experiência. Claro está que as cousas que imaginamos, ainda que nos pareçam certas e o sejam no entendimento, se as não esprementamos, sempre estamos suspensos no efeito delas. E pois a imaginação, sem embargo de ser certa e demonstrada per argumentos infalibles, nos não satisfaz, mas sempre nos tem suspensos até vêremos a experiência, a qual para nos certeficâremos desejamos ver, e quando a vemos, ficamos contentes e descansa o entendimento, [...] E porque os documentos das artes estão já esprementados e da experiência são tirados, por isso lhe damos mais crédito que às imaginações dos entendimentos, posto que sejam sotis e conformes a boa razão.*<sup>21</sup>

Por isso, segundo Oliveira, “ciência”, que significa uma investigação teórica da natureza (matemática ou não), é uma forma de conhecimento “não-acabada”, “não-rematada”; é simplesmente algo “imaginado”, mas sem a certificação que só a experiência dá. Não é, pois, surpresa que em todos os

---

<sup>20</sup> A historiografia tem acentuado que as descobertas dos “novos mundos” lançaram a dúvida sobre o saber antigo e um cepticismo generalizado do saber clássico. Embora esta interpretação tenha um núcleo que é certamente verdadeiro, foi por vezes apresentada de maneira algo enfática. Na realidade, a tensão entre novos descobrimentos e autoridades antigas foi bastante complexa. Para uma análise mais detida deste problema na Europa ver: Fabian Kraemer, *A Centaur in London. Reading and Observation in Early Modern Science* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2023; originalmente.: *Ein Zentaur in London: Lektüre und Beobachtung in der frühneuzeitlichen Naturforschung*, Didymos-Verlag, 2014). O autor argumenta que as “early modern practices of textual erudition and observational empiricism were by no means so remote from one another as the traditional narrative would suggest”.

<sup>21</sup> Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, in: *Obra Completa*, vol. IV, pp. 209-210.

seus textos que chegaram até nós a palavra ciência apareça apenas uma vez, para ser rejeitada, precisamente no passo que acabámos de analisar.

Este peculiar quadro epistémico avançado por Oliveira — atribuindo o idêntico grau de valor e confirmação ao conhecimento que vem dos clássicos e ao que vem da experiência, e rejeitando liminarmente as especulações teóricas da ciência — determinou toda a sua produção intelectual e projetou um inegável sentido anti-intelectual e especialmente anti-matemático, em seu redor. Este tipo de interpretação, que rejeita abertamente o valor da matemática — e, portanto, da *Ratio navigandi* de Pedro Nunes —, mas que ao mesmo tempo não aceita em exclusivo o valor da experiência dos homens ignorantes (como Diogo de Sá ou Amador Arrais haviam feito), sublinhando o valor dos autores testados pelo tempo, ecoou na sociedade portuguesa. É então o momento de olharmos para os passos relevantes em *Os Lusíadas*.

No Canto V, Camões entra diretamente nessa discussão do seu tempo. Nas estâncias 17 a 23, descreve as observações, feitas por “rudos marinheiros”, de dois notáveis factos naturais: o fogo de Santelmo e uma tromba de água oceânica. Essas descrições estão enquadradas por uma estância que faz a abertura, (V, 17), e uma que fecha o desvio, (V, 23). A leitura atenta dessas duas estâncias, à luz do que se explicou antes, é reveladora. A estância (V, 17) é a seguinte:

*Os casos vi, que os rudos marinheiros,  
Que têm por mestra a longa experiência,  
Contam por certos sempre e verdadeiros,  
Julgando as cousas só pola aparência,  
E que os que têm juízos mais inteiros,  
Que só por puro engenho e por ciência  
Vêm do mundo os segredos escondidos,  
Julgam por falsos ou mal entendidos. (V, 17)*

A estância põe em confronto dois tipos de personagens: “os rudos marinheiros”, nos quatro primeiros versos, e aqueles “que têm juízos mais inteiros”, nos quatro últimos versos. Nos primeiros quatro versos, Camões elogia

o valor epistémico da observação direta e da longa experiência dos homens do mar; nos quatro versos seguintes faz entrar em cena outro tipo de personagens, aqueles que sendo supostamente de “juízos mais inteiros” — e há uma certa ironia nesta designação<sup>22</sup> — presumem alcançar os segredos da natureza, não por experiência, mas apenas por procedimentos intelectuais e teóricos, por “puro engenho e por ciência”. Esses, contudo, são incapazes de se confrontar com os novos factos naturais (como os que serão descritos linhas abaixo), julgando-os “falsos ou mal-entendidos”.

É crucial notar — contra alguns comentadores destes passos — que Camões não está a pôr o conhecimento que tem a sua origem na experiência e na observação em oposição ao saber antigo, tradicional e de autores consagrados. Não está em jogo uma oposição entre os rudes marinheiros e os textos clássicos, nem uma tensão entre “antigos” e “modernos”. Camões não está a afirmar que algum tipo novo de conhecimento suplantou, tornando obsoleto ou irrelevante, o saber antigo.

A oposição surge na segunda parte da estância, mas é dirigida contra os que têm “juízos mais inteiros” — isto é, os que têm apenas argumentos teóricos ou abstratos, não baseados na experiência — e que presumem que é possível penetrar nos segredos do mundo e da natureza só com argumentos teóricos, “só por puro engenho e por ciência”, mas que se mostram impermeáveis aos novos fenómenos naturais. Este é o cerne do argumento de Camões: a verdade acerca do mundo natural pode ser apreendida até por rudes marinheiros e por experiência direta, mas não está ao alcance daqueles que, mesmo estando muito bem equipados teoricamente, recusam a nova evidência empírica e pretendem descobrir a natureza “só por puro engenho e por ciência”. Em particular, os matemáticos.

O que Camões está a criticar é precisamente o que Fernando Oliveira chamou “ciência”: o estudo teórico, imaginado, não-acabado, não-testado,

---

<sup>22</sup> Faria e Sousa comenta: “os que tem juízos mais inteyros. La burla clara: llamar de mejor juíz a los que argumentan contra la experiencia, aviendo aprobado, que los experimentados son los verdaderos cientos”, *Lusiadas de Luis de Camoens* [...] *Comentados por Manuel de Faria e Sousa*, Primeiro e Segundo Tomo (Madrid, 1639), p. 479.

sem a confirmação da experiência. E por isso não é casualidade que a palavra “ciência” apareça aqui em *Os Lusíadas*, tal como em Oliveira, com uma conotação negativa, como uma forma de saber não fundamentado, que recusa a evidência dos fenómenos e não consegue aceder à verdadeira natureza das coisas. A tensão que a estância V, 17 põe em evidência é a tensão entre saber de base experimental e saber teórico, não entre novidades e saber clássico.<sup>23</sup>

E que há a dizer acerca do saber antigo? Isto é, que dizer daquela outra via para o conhecimento do mundo, a dos autores antigos, que Fernando Oliveira aceitava, e punha em paralelo com o saber provindo da experiência? Camões parece sentir-se na necessidade de dizer algo acerca disso e com efeito, fecha o desvio na estância V. 23 com um elogio dos autores clássicos:

*Se os antigos Filósofos, que andaram  
Tantas terras, por ver segredos delas,  
As maravilhas que eu passei, passaram,  
A tão diversos ventos dando as velas,  
Que grandes escrituras que deixaram!  
Que influência de sinos e de estrelas!  
Que estranhezas, que grandes qualidades!  
E tudo, sem mentir, puras verdades. (V, 23)*

Note-se que não há qualquer crítica, não há oposição, não há o mais leve traço de uma caducidade do saber antigo. Se os autores antigos tivessem visto o que nós vimos nos nossos dias, teriam deixado um legado de verdades: “tudo, sem mentir, puras verdades”.

---

<sup>23</sup> O equívoco sobre a natureza desta tensão é, como já se disse, muito habitual, mas nem todos os estudiosos o cometeram. Um bom exemplo de um autor que captou perspicazmente a verdadeira natureza dessa dicotomia é o de Steve Mentz, quando escreveu: “The traditional Renaissance framing of a conflict between (old) written authorities and (new) science has a tendency to overwrite the tension [...], between maritime “experience” and intellectual “knowledge.” [...] The history of early ocean sciences foregrounds a slightly different tension between experiential or “hand” knowledge and intellectual or “head” comprehension”. Steve Mentz, «Experience Is Better than Knowledge: Premodern Ocean Science and the Blue Humanities», *Configurations*, 27/4 (2019) 433-442, cit. na p. 435.

Isto é, os “rudos marinheiros” e os “antigos filósofos” são ambos confiáveis, ambos legítimos e credíveis portadores de verdade sobre o mundo. Os únicos que devem ser rejeitados são aqueles que “só por puro engenho e por ciência” presumem conhecer os segredos da natureza, mas sem serem capazes, ou não querendo, confrontar-se com os novos factos que a natureza lhes mostra.

Não surpreende que no final de *Os Lusíadas*, num dos passos mais famosos de todo o poema, ao falar de si próprio Camões exalte o seu “honesto estudo” e a sua “longa experiência”, isto é, que invoque precisamente as duas fontes de conhecimento certo e seguro.<sup>24</sup> A dicotomia “honesto estudo” e “longa experiência” não é senão, no âmbito individual, a dicotomia “antigos filósofos” versus “rudos marinheiros”.

Penso que não é uma observação menor notar que, na sua majestade, beleza suprema e complexa arquitetura, *Os Lusíadas* de Camões ecoam também um debate que atravessava a sociedade portuguesa da época. Sob o impacto avassalador do empreendimento marítimo, e em resultado do espantoso sucesso das navegações portuguesas, muitos intelectuais — e artistas, como o próprio Camões — postularam uma epistemologia que ao mesmo tempo aceitava e valorizava a experiência dos homens práticos e o saber dos autores antigos e eruditos. Tragicamente, essa epistemologia continha também um outro elemento: uma muito vincada tensão anti-teórica, anti-especulativa e — como aparece explícito em Fernando Oliveira — anti-matemática.

O espetacular sucesso das viagens marítimas nacionais acentuou de maneira muito clara quer o valor da experiência, quer também o valor dos clássicos, apesar de estes serem lidos agora à luz das novidades do mundo — e *Os Lusíadas* são uma confirmação exemplar dessa valorização. Mas esse mesmo sucesso iria também lançar uma suspeita impiedosa sobre os homens de “puro engenho” e de “ciência”, sobre o valor do conhecimento teórico e, muito em especial, sobre a relevância da matemática. Esta complexa — e algo

---

<sup>24</sup> Nem me falta na vida honesto estudo/Com longa experiência misturado,/Nem engenho, que aqui vereis presente,/Cousas que juntas se acham raramente. (X, 154).

surpreendente —hierarquização de saberes teria um impacto significativo na vida intelectual do país e, sobretudo pela inegável subvalorização do conhecimento matemático, especialmente nas suas versões mais teóricas e abstratas, levou nas décadas seguintes a cultura erudita em Portugal numa trajetória com diferenças notórias relativamente à das de outras regiões da Europa. Mas explicar isso seria matéria para um outro Simpósio.



## 13. Camões e as plantas

JORGE PAIVA<sup>1</sup>

Na época em que Camões viveu, as plantas mais conhecidas e citadas na literatura eram mais as plantas medicinais do que as alimentares e, na poesia, as ornamentais ou com relevância mitológica. Como *Os Lusíadas* foram escritos, quase na sua totalidade, no Oriente e centrados nos Descobrimentos, grande parte das plantas referidas neste poema são asiáticas, particularmente especiarias e medicinais. Na lírica, que foi, maioritariamente, escrita em Portugal e centrada no amor e paixão, as plantas referidas são, quase na totalidade, europeias, mediterrânicas e, geralmente, utilizadas pelos poetas desde a Antiguidade Clássica. Assim, na lírica predominam referências a flores, que ainda hoje se utilizam com simbologia afetiva, como, por exemplo, rosas, cravos, violetas, lírios e jacintos. Numa e noutra obra o poeta raramente refere as mesmas plantas, mas quando isso acontece, fá-lo, por vezes, com significado diferente. Como Camões viveu alguns anos em Coimbra (1531–1544), de onde partiu aos vinte anos, uma parte das plantas referidas na lírica ocorrem nos campos do Mondego; rio e plantas que refere também, saudosamente, no episódio de “Inês de Castro” (Canto III, 118-135) e no episódio da “Ilha dos Amores” (Canto IX, 18-95; X, 1-143). Há outros episódios no poema épico onde, em vez de plantas do Oriente, o poeta utiliza plantas europeias citadas na lírica, como os referentes a relações amorosas entre divindades gregas (exemplos a hera, no Canto II, 36; e rosas, no Canto VI, 86).

Entre as plantas referidas pelo poeta, há muitas que ele viu, particularmente na natureza, como algumas das especiarias e alguma da flora ripícola

---

<sup>1</sup> Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet, Universidade de Coimbra.

do Mondego e do Tejo; há outras que ele nunca viu, da mitologia e poesia clássica, como é, por exemplo, o caso do narciso-dos-poetas (*Narcissus poeticus*), que Camões refere como a “flor cífisia” (Canto IX, 60).

Camões conhecia, seguramente, não só obras gregas sobre plantas, particularmente o tratado *De materia medica* (64 d.C.) de Pedânio Dioscórides (40–90 d.C.), assim como a maioria das plantas que Garcia de Orta refere nos *Colóquios dos simples, e drogas e coisas medicinais da Índia*, obra publicada em Goa (1563), antes de o poeta partir (1567) de regresso à sua terra natal, onde desembarca em Cascais (1570) trazendo, seguramente, o tratado de Garcia de Orta, relevante para a revisão e finalização do seu poema épico, publicado cerca de dois anos depois (1572) da sua chegada.

Apesar de se saber isso, não é fácil determinar com exatidão as plantas referidas por Camões em toda a sua obra poética (épica e lírica), pois a maioria das vezes refere-as não só de forma poética, como também utilizando a sua admirável arte de derivar com peculiar sagacidade linguística.

É n’Os *Lusíadas* que o poeta mais plantas menciona (cerca de seis dezenas de espécies), muitas asiáticas e aromáticas. Na lírica refere muito menos espécies de plantas (cerca de quatro dezenas), maioritariamente europeias, campestres ou ornamentais.

Para determinados poemas polémicos, por haver (ou ter havido) críticos literários que os consideram camonianos e outros não, as plantas citadas nessas obras poderão auxiliar na autoria, ou não, de Camões. É, por exemplo, o caso do “Vergel de Amor”. Nesta poesia, citam-se, por vezes, muitas plantas por estrofe, o que não é característico de Camões, e mencionam-se muitas plantas que não encontramos citadas em toda a obra poética indubitavelmente camoniana: por exemplo, as boas-noites (*Mirabilis jalapa*), nativas do México e América Central e não conhecidas na Europa na época de Camões; o girassol (*Helianthus annuus*), também nativo do Continente Americano (do SW dos Estados Unidos até ao México), assim como plantas dos nossos outeiros e montanhas, as giestas (espécies de *Cytisus*) e os rosmarinhos (espécies de *Lavandula*), por exemplo.

Em alguns casos não é possível determinar a espécie a que Camões se refere, como, por exemplo, quando ele cita o carvalho. Podemos apenas

dizer que é uma espécie do género *Quercus*. No entanto, há plantas referidas por Camões em que é possível saber de que espécie se trata, apesar de ter havido várias opiniões. Para isso, é preciso saber onde ele estava quando escreveu o poema e conhecer a flora dessa região, ou conhecer o melhor possível o grau de cultura do poeta e ter em atenção a maneira como ele cita a planta. Camões, por vezes, utiliza termos invulgares (ex. fota = turbante), pois os versos d’*Os Lusíadas* (8816) são decassilábicos e de rima igualmente regulada em todas as estâncias (102).

Camões conhecia bem as plantas medicinais asiáticas utilizadas por Garcia de Orta, não só através da leitura dos *Colóquios*, como também por as observar vivas na natureza. Além disso, o poeta conhecia certamente o Horto de Garcia de Orta em Goa, como é dedutível pela estrofe da ode ao “Conde do Redondo, Vice-Rei da Índia”, que antecede o texto dos Colóquios:

*“Olhai que em vossos anos  
produz uma orta insigne várias ervas  
nos campos lusitanos,  
as quais, aquelas doutas e protervas  
Medeia e Circe nunca conheceram,  
posto que as leis da mágica excederam.”*

Aqui, o poeta diz ao Vice-Rei, que Garcia de Orta criou um horto de plantas (“ervas”), “nos campos lusitanos”, pois Goa era, nessa altura, terra lusitana. O poeta refere que essas não eram plantas medicinais conhecidas na Europa, pois as feiticeiras gregas Medeia e Circe nunca as conheceram: “As quais, aquelas doutas e protervas/Medeia e Circe nunca conheceram”.

Na obra poética de Camões são citadas n’*Os Lusíadas*, primordialmente plantas aromáticas e medicinais e na Lírica, as ornamentais ou com relevância mitológica. Na Lírica refere ainda algumas (muito poucas, dúzia e meia) plantas utilizadas na alimentação, na Redondilha “A João Lopes Leitão”, referente ao Banquete oferecido, na Índia, a fidalgos seus amigos, como alhos (*Allium sativum*) e o repolho, que é uma cultivar da couve (*Brassica oleracea*)

*“Tendes nem migalha assada,  
coisa nenhuma de molho,  
e nada feito em empada,  
e vento de tigelada,  
picar no dente em repolho,  
de fumo tendes tassalhos;  
ave de pena que sente  
quem da fome anda doente;  
bocejar de vinho e de alhos,  
manjar em branco excelente.”*  
(Redondilha “A João Lopes Leitão”)

Como não podia deixar de ser, também alude a plantas aromáticas atualmente utilizadas como condimentares; a manjerona (*Origanum majorana* L.) e a hortelã (*Mentha arvenses* L.) na Écloga VII “Écloga dos Faustos”, dirigida a D. António de Noronha.

*“Ali se vêem os mirtos circunstantes  
que a cristalina Vénus encobriram  
da companhia dos Faustos petulantes;  
hortelã, manjerona ali respiram  
onde nem frio Inverno ou quente Estio  
as murcharam jamais, ou secas viram.”*  
(Écloga VII “Écloga dos Faustos”)

Alude ainda a uma planta muito utilizada em saladas. Mas Camões não a refere como tal, designando-a, numa ode, por “*alfaças*” e não como alfaces (*Lactuca sativa*), por conveniência de rima.

*“Pelo moço escolhido,  
onde mais se mostravam as três Graças;  
que Vénus escondido  
para si teve um tempo entre as alfaças,*

*pagou com a morte fria  
a má vida que a muitos já daria.”*  
(Ode)

Além destas plantas alimentares, Camões refere o trigo (*Triticum aestivum*) que identificamos n’*Os Lusíadas* (Canto III, 62, Canto IV, 27, Canto IX, 27), assim como outros frutos, particularmente no episódio da “Ilha dos Amores”: laranja, cidrão e limão (Canto IX, 56); amoras, cerejas e pêsegos (Canto IX, 58); romãs, peras e uvas, que designa por “cachos” (Canto IX, 59). E ainda n’*Os Lusíadas*, maçãs (Canto IV, 55; Canto VII, 24; Canto X, 42). Na Lírica volta a referir as maçãs (Écloga) e outros frutos, como as avelãs numa Écloga e, finalmente, os figos, infrutescências da figueira (*Ficus carica*), na Redondilha “Os chamados disparates da Índia.”

Das flores mencionadas por Camões na Lírica são de realçar as violas ou violetas, não pelo número de vezes referidas, mas pela maneira como Camões as refere, por exemplo, num soneto em que afirma serem as flores que mais queria (*Todas formosas são, mas eu queria / viol’antes que lírio, nem que rosa.*). Além de serem as flores da sua preferência, as violas, eram consideradas as violetas dos amantes. Assim o diz, por exemplo, Horácio, ao referir a “*palidez tingida de violeta dos amantes*” (Odes 3, 10.14) e o próprio Camões quando descreve a flora da “Ilha dos Amores” (Canto IX, 61) e as designa por “*violas da cor dos amadores.*” Trata-se da violeta-de-cheiro (*Viola odorata*).

Na impossibilidade de explicitar, num sucinto artigo, todas as referências a plantas na vasta obra poética de Camões, apresenta-se uma lista dos nomes das plantas com alguns dos poemas onde são referidas.

### NOMES VULGARES E CIENTÍFICOS DAS PLANTAS

com alguns dos poemas onde são referidas

- Abrolhos; *Tribulus terrestris* L. – Canto X, 57, Écloga (A uma Dama, Duriano),
- Redondilhas (Voltas a mote), (Voltas a mote e meio), Soneto
- Açucena; *Lilium candidum* L. – Canto IX, 62, Soneto, Écloga

- Adónis; *Adonis aestivalis* L., *Adonis annua* L. – Canto IX, 60
- Álamo; *Populus alba* L. – Canto X, 34
- “Álamo-alto; “*Populus* L. – Écloga
- Álamo-branco; *Populus alba* L. – Canto IX, 57
- Álamo-negro; *Populus nigra* L. – Canto IX, 57
- Álamo-tremedor; *Populus tremula* L. – Canto IX, 57
- “Alemo”; *Populus alba* L. – Canto X, 34
- “Alfaça”; *Lactuca sativa* L. – Ode
- Alface; *Lactuca sativa* L. – Ode
- Algas castanhas; *Phaeophyceae* – Canto V, 79
- Algas vermelhas; *Rhodophyta* – Canto V, 79
- Algodoeiro; *Gossypium arboreum* L., *Gossypium herbaceum* L. – Canto I, 47, Canto II, 94, Canto V, 75, Canto V, 76, Canto VI, 21
- Alho; *Allium sativum* L. – Redondilha (A João Lopes Leitão)
- Aloé; *Aloe vera* (L.) Burm.f. – Canto X, 129, Canto X, 137
- Aloé-de-socotorá; *Aloe forbesii* Balf.f., *Aloe perryi* Baker, *Aloe socotorino* Orta – Canto X, 137
- Amor-perfeito; *Viola x wittrockiana* Gams – Canto IX, 61
- Amor-perfeito-selvagem; *Viola tricolor* L. – Canto IX, 61
- Amora (fruto); *Morus nigra* L. – Canto IX, 58
- Amoreira; *Morus nigra* L. – Canto IX, 58
- Anémoma; *Anemone coronaria* L. – Canto IX, 60
- Apocináceas; *Apocynaceae* – Canto I, 86
- “Arrow bamboo”; *Pseudosasa japonica* (Siebold & Zucc. ex Steud.) Makino ex Makai – Canto X, 44
- “Árvore febeia”; *Laurus nobilis* L. – Oitava
- Árvore-triste; *Nyctanthes arbor-tristis* L. – Redondilha (Carta a uma dama)
- Avelã (fruto); *Corylus avellana* L. – Écloga
- Aveleira; *Corylus avellana* L. – Écloga
- “Azambujeiro”; *Olea europaea* L. subsp. *europaea*, *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.) Lehr – Écloga

- Báculo; *Valeriana celtica* L., *Valeriana dioscoridis* Sm., *Valeriana italica* Lam.,
- *Valeriana officinalis* L. – Canto III, 97
- Bambu-africano; *Oxytenanthera abyssinica* (A. Rich.) Munro – Canto I, 86, Canto V, 63
- Bambu-flecha, *Pseudosasa japonica* (Siebold & Zucc. ex Steud.) Makino ex Makai – Canto X, 44
- Barbusano; *Persea barbuiana* (Cav.) Mabb. & Nieto Fel. – Canto V, 5
- Benjoeiro; *Styrax benzoin* Dryand. – Canto X, 135
- Benjoim (resina); *Styrax benzoin* Dryand. – Canto X, 135
- Bétele; *Piper betle* L. – Canto VII, 58
- Boas-noites; *Mirabilis jalapa* L. – Vergel de Amor
- Boninas; *Bellis annua* L., *Bellis perennis* L., *Bellis sylvestris* Cirillo – Canto III, 134, Canto IX, 24, Écloga
- Caneleira; *Cinnamomum verum* J. Presl., *Cinnamomum zeylanicum* Blume – Canto IX, 14, Canto X, 51
- Caneleira-do-ceilão; *Cinnamomum verum* J. Presl., *Cinnamomum zeylanicum* Blume – Canto IX, 14, Canto X, 51, Canto X, 140
- Canforeira; *Camphora officinarum* Boerh. ex Fabr. – Canto X, 133
- Canforeira-de-bornéu; *Dryobalanops aromatica* C. F. Gaertn. – Canto X, 133
- Carvalho; *Quercus* L. – Canto X, 34
- Carvalho-castanho; *Quercus semecarpifolia* Sm. – Canto X, 110; Canto X, 111
- Carvalho-cerquinho, *Quercus faginea* Lam. – Écloga
- Carvalho-negral; *Quercus pyrenaica* Willd. – Écloga
- Castanha (fruto); *Castanea sativa* Mill. – Soneto
- Castanheiro; *Castanea sativa* Mill. – Soneto
- Cecém; *Lilium candidum* L. – Canto IX, 62
- Cereja (fruto); *Prunus avium* (L.) L. – Canto IX, 58
- Cerejeira; *Prunus avium* (L.) L. – Canto IX, 58
- Choupo-branco; *Populus alba* L. – Canto IX, 57

- Choupo-indiano; *Populus euphratica* Olivier – Canto X, 110, Canto X, 111
- Choupo-negro; *Populus nigra* L. – Canto IX, 57
- Choupo-tremedor; *Populus tremula* L. – Canto IX, 57
- Cidrão (fruto); *Citrus medica* L. – Canto IX, 56
- Cidreira; *Citrus medica* L. – Canto IX, 56
- “Cipariso”; *Cupressus sempervirens* L. – Canto IX, 57
- Cipreste; *Cupressus sempervirens* L. – Canto IX, 57, Canto IX, 61
- Cizânia; *Lolium temulentum* L. – Canto VI, VII, 10
- Coco (fruto); *Cocos nucifera* L. – Canto X, 136
- Coco-da-escravatura; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.)
- Pers. – Canto X, 136
- Coco-das-maldivas; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea callipyge* Comm. ex J.St.
- Hil., *Lodoicea humilis* Pharm. ex Wehmer, *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.)
- Pers. – Canto X.136, Soneto 105, Redondilha (Carta a uma dama)
- Coco-das-nádegas; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.)
- Pers. – Canto X, 136
- Coco-das-seicheles; *Lodoicea sechellarum* Labill., *Lodoicea sonneratii* (Giseke)
- Baill. – Canto X, 136
- Coco-de-salomão; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.)
- Pers. – Canto X, 136
- Coco-do-mar; *Borassus sonneratii* Giseke, *Cocos maritima* Comm. ex H. Wendl.,
- *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.) Pers. – Canto II.37, Canto X, 136
- Coco-duplo; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.) Pers. – Canto X, 136
- Coco-gêmeo; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.) Pers. – Canto X, 136

- Coco-indecete; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.) Pers. – Canto X, 136
- Coco-real; *Cocos maldivica* J. F. Gmel., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.) Pers. – Canto X, 136
- Coqueiro; *Cocos nucifera* L. – Canto X, 136
- Couve; *Brassica oleracea* L. – Redondilha (A João Lopes Leitão)
- Craveiro, *Dianthus caryophyllus* L. – Canto X, 132, Écloga
- Cravinho; *Caryophyllus aromaticus* L., *Syzygium aromaticum* (L.) Merr. & L. M. Perry – Canto IX, 14, Canto X, 132
- Cravo; *Caryophyllus aromaticus* L., *Dianthus caryophyllus* L., *Syzygium aromaticum* (L.) Merr. & L. M. Perry – Canto IX, 14, Canto X, 132, Écloga, Ode
- “Cravo-ardente”; *Caryophyllus aromaticus* L., *Syzygium aromaticum* (L.) Merr. & L. M. Perry – Canto IX, 14, Canto X, 132
- Dipterocarpaceas; *Dipterocarpaceae* – Canto X, 133
- Erva-andorinha; *Chelidonium majus* L. – Redondilhas (Carta a uma dama)
- Erva-das-feiticeiras; *Circaea lutetiana* L. – Canto V, 88
- Erva-das-verrugas; *Chelidonium majus* L. – Redondilhas (Carta a uma dama)
- Faia; *Fagus sylvatica* L. – Canto X, 34, Écloga VI
- Faia-branca: *Populus alba* L. – Canto X, 34
- Falso-sicómoro; *Melia azedarach* L. – Canto X, 110; Canto X, 111
- Figo (infrutescência); *Ficus carica* L. – Redondilha
- Figueira; *Ficus carica* L. – Redondilha
- “Flor cifisia”; *Narcissus poeticus* L. – Canto IX, 60
- “Flor-dos-amantes”; *Gladiolus communis* L. – Canto IX, 62, Écloga
- Freixo-comum; *Fraxinus angustifolia* Vahl – Écloga II, Ode XII
- Freixo-flor; *Fraxinus ornus* L. – Écloga II, Ode XII
- Gesneriáceas; *Gesneriaceae* – Canto IX, 61
- Giesta; *Cytisus* Desf. – Vergel de Amor
- Girassol; *Helianthus annuus* L. – Vergel de Amor

- Gramíneas; *Poaceae* – Canto VI.53, Canto VII, 10, Canto IX, 54
- Hera; *Hedera helix* L. – Canto II, 36
- “*Hiacintina*”; *Gladiolus communis* L., *Gladiolus italicus* Mill. – Canto IX, 62, Écloga
- “*Hiacinto poético*”; *Gladiolus communis* L., *Gladiolus italicus* Mill. – Canto IX, 62
- Hortelã; *Mentha arvensis* L. – Écloga VII
- Incenso; *Boswellia sacra* Fluck. – Canto X, 101
- Incenso-indiano; *Boswellia serrata* Roxb. – Canto X, 101
- Índigo; *Indigofera arrecta* Hochst. ex A. Rich., *Indigofera tinctoria* L. – Canto V, 76
- Iridáceas; *Iridaceae* – Canto IX, 62
- Jacinto; *Hyacinthus* Tourn. ex L. – Canto IX, 62
- Jacinto-poético; *Gladiolus communis* L. – Canto IX, 62, Écloga
- Jasmim; *Chrysojasminum fruticans* (L.) Mill., *Jasminum fruticans* L. – Canto X, 1; Écloga, Redondilha (Voltas a mote alheio)
- Joio; *Lolium temulentum* L. – Canto VI, VII, 10
- “*Kombi*”; *Strophanthus kombe* Oliv., *Strophanthus petersianus* Klotzsch – Canto I, 86
- Laranja (fruto); *Citrus x aurantium* L. – Canto IX, 56
- Laranjeira; *Citrus x aurantium* L. – Canto IX, 56
- Lauráceas; *Lauraceae* – Canto V, 5, Canto X, 110, Canto X, 133
- Leguminosas; *Caesalpinioideae*, *Fabaceae* – Canto X, 140
- “Lenho-alóés;” *Aquilaria malaccensis* Lam. – Canto X, 129
- Limão (fruto); *Citrus x limon* (L.) Osbeck – Canto IX, 56, Redondilha
- Limoeiro; *Citrus x limon* (L.) Osbeck – Canto IX, 56, Redondilha
- “*Limos*”; *Phaeophyceae*, *Rhodophyta* – Canto V, 79
- “*Linaloé*,” *Aquilaria malaccensis* Lam. – Canto X, 129
- Linho; *Linum usitatissimum* L. – Canto VI, 21
- Lírio; *Iris* L., *Iris pallida* Lam., *Iris variegata* L. – Canto IX, 61, Canto X, 1, Écloga
- Lírio-roxo; *Iris x germanica* L. – Canto IX, 61, Écloga VII

- Lírio-roxo-nativo; *Iris lutescens* Lam., *Iris subbiflora* Brot. – Canto IX, 61
- Loganeáceas; *Loganeaceae* – Canto X, 44
- Loto; *Lotus corniculatus* L., *Nelumbo nucifera* Gaertn.; *Ziziphus lotus* (L.) Lam. – Canto V, 88
- Loto-do-egito; *Nymphaea lotus* L. – Canto V, 88
- Lótus; *Nelumbo nucifera* Gaertn – Canto V, 88
- Loureiro; *Laurus nobilis* L. – Canto III, 97, Canto IV, 55, Canto IX, 57, Canto IX, 84,
- Oitava
- Loureiro-da-cochinchina; *Aquilaria malaccensis* Lam. – Canto X, 129
- Loureiro-da-madeira; *Laurus novocanariensis* Mart., Lousã, Fern. Prieto, E. Dias, J. C. Costa & C. Aguiar – Canto V, 5
- Louro; *Laurus nobilis* L. – Canto III, 97, Canto IV, 55, Canto IX, 57, Canto IX, 84
- Maçã (fruto); *Malus sylvestris* (L.) Mill. – Canto IV, 55, Canto VII, 24, Canto X, 42, Écloga
- Macieira; *Malus sylvestris* (L.) Mill. – Canto IV, 55, Canto VII, 24, Canto X, 42, Écloga
- Macieira-brava; *Malus sylvestris* (L.) Mill. – Canto IV, 55
- “Madicoa”; *Borassus aethiopum* Mart. – Canto I, 46
- Manjerona; *Origanum majorana* L. – Canto IX, 62, Écloga
- Mirra; *Commiphora myrrha* (T. Nees) Engl. – Canto X, 135
- Mirra-de-meca; *Commiphora gileadensis* (L.) C.Ch. – Canto X, 135
- Mirtáceas; *Myrtaceae* – Canto X, 133, Canto X, 140
- Mirto; – Canto IX, 57, Écloga
- Moscadeira; *Myristica fragrans* Hoult. – Canto IX, 14, Canto X, 133
- Murta; *Myrtus communis* L. – Canto IX, 57, Écloga, Ode
- Murtinho; *Myrtus communis* L. – Écloga, Ode
- “Musco”; *Anthophyta*, *Chlorophyta*, *Phaeophyta* – Canto VI, 18
- Musgo-marinho; Musgo-marinho; *Anthophyta*, *Chlorophyta*, *Phaeophyta* – Canto VI, 18

- Narciso-de-inverno; *Narcissus tazetta* L. – Canto IX, 60
- Narciso-dos-poetas; *Narcissus poeticus* L. – Canto IX, 60
- Nardo; *Nardus celtica* J. Bauhin & Cherler, *Nardus celtica altera* C. Bauhin, *Nardus celtica dioscoridis* C. Bauhin, *Valeriana celtica* L., *Valeriana dioscoridis* Sm.,
- *Valeriana italica* Lam., *Valeriana officinalis* L. – Canto III, 97
- “Nkora”; *Borassus aethiopum* Mart. – Canto I, 46
- “Negro-cravo”; *Caryophyllus aromaticus* L., *Syzygium aromaticum* (L.) Merr. & L.M. Perry – Canto IX, 14, Canto X, 132
- Noz-moscada; *Myristica fragrans* Houtt. – Canto IX, 14, Canto X, 133
- Oliveira; *Olea europaea* L. subsp. *europaea* – Canto VI, 13
- Oliveira-brava; *Olea europaea* L. subsp. *europaea*, *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.) Lehr – Écloga
- Palma; *Borassus aethiopum* Mart., *Borassus flabellifer* L., *Lodoicea maldivica* (J. F. Gmel.) Pers, *Phoenix dactylifera* L. – Canto I, 46, Canto IV, 55, Canto VIII, 24, Canto X, 42, Ode, Redondilha (carta a uma dama), Soneto
- Palmeira-africana; *Hyphaene petersiana* Klotzsch ex Mart. – Canto I, 46
- Palmeira-de-pamira; *Borassus flabellifer* L. – Canto I, 46
- Papaveráceas; *Papaveraceae* – Redondilha (Carta a uma dama)
- Pau-brasil; *Paubrasilia echinata* (Lam.) Gagnon, H. C. Lima & G. P. Lewis – Canto X, 140
- Pau-cheiroso; *Aquilaria malaccensis* Lam. – Canto X, 129
- Pau-vermelho-asiático; *Biancaea sappan* (L.) Tod. – Canto X, 140
- Pera (fruto); *Pyrus communis* L. – Canto IX, 59
- Pereira; *Pyrus communis* L. – Canto IX, 59
- Pêssego (fruto); *Prunus persica* (L.) Batsch – Canto IX, 58
- Pessegueiro; *Prunus persica* (L.) Batsch – Canto IX, 58
- “Pimenta-ardente” (fruto); *Piper nigrum* L. – Canto IX, 14
- Pimenta-branca (fruto); *Piper nigrum* L. – Canto IX, 14

- Pimenta-longa-de-java (fruto); *Chavica officinarum* Miq., *Piper officinarum* (Miq.) C.DC., *Piper retrofractum* Vahl – Canto X, 123
- Pimenta-preta (fruto); *Piper nigrum* L. Canto IX, 14
- Pimenteira; *Piper* L. – Canto X, 140
- Pimenteira-de-java; *Chavica officinarum* Miq., *Piper officinarum* (Miq.) C.DC., *Piper retrofractum* Vahl. – Canto X, 123
- Pinheiro-de-alepo; *Pinus halepensis* Mill. – Canto IX, 57
- Pinheiro-do-butão; *Pinus wallichiana* A.B. Jacks. – Canto X, 110, Canto X, 111
- Repolho; *Brassica oleracea* L. – Redondilha (A João Lopes Leitão)
- Romã (fruto); *Punica granatum* L. – Canto IX, 59
- Romãzeira; *Punica granatum* L. – Canto IX, 59
- Rosa; *Rosa* L., *Rosa canina* L., *Rosa x centifolia* L., *Rosa gallica* L., *Rosa moschata* Herrm. – Canto II, 41, Canto VI, 86, Canto IX, 41, Canto IX, 61, Canções, Éclogas, Elegias, Odes, Redondilhas, Sonetos
- Roseira; *Rosa* L., *Rosa canina* L., *Rosa x centifolia* L., *Rosa gallica* L., *Rosa moschata* Herrm. – Canto IX, 61
- Rosmaninho; *Lavandula* L. – Vergel de Amor
- Rutáceas; *Rutaceae* – Canto X, 133
- Salgueiro-branco; *Salix alba* L., *Salix salviifolia* Brot. – Écloga I, Redondilha
- (Babel e Sião)
- Salgueiro-chorão; *Salix babylonica* L. – Redondilha (Babel e Sião)
- Salgueiro-frágil; *Salix x fragilis* L. – Redondilha (Babel e Sião)
- Salgueiro-frágil-oriental; *Salix euxina* L. V. Belyaeva – Redondilha “Babel e Sião”
- Salgueiro-preto; *Salix atrocinerea* Brot. – Écloga
- Sândalo; *Santalum album* L. – Canto X, 134
- Sândalo-vermelho; *Pterocarpus santalinus* L.f. – Canto X, 110, Canto X, 111
- Sementes-de-santo-inácio; *Strychnos ignatii* P. J. Bergius – Canto X, 44
- Sicómoro-bastardo; *Azadirachta indica* A. Juss. – Canto X, 110, Canto X, 111

- Silva-comum; *Rubus ulmifolius* Schott – Écloga ao duque de Aveiro, Écloga dos Faustos
- Silvas; *Rubus* L. – Écloga ao duque de Aveiro, Écloga dos Faustos
- “Thya”; *Tetraclinis articulata* (Vahl) Mast.
- “Thyon”; *Tetraclinis articulata* (Vahl) Mast.
- Tâmara (fruto); *Phoenix dactylifera* L. – Canto IV, 55, Canto VIII, 24, Canto X, 42
- Tamareira; *Phoenix dactylifera* L. – Canto IV, 55, Canto VIII, 24, Canto X, 42
- Teca; *Tectona grandis* L.f. – Canto X, 110, Canto X, 111
- Teca-africana; *Milicia excelsa* (Welw.) C.C. Berg – Canto I, 45, Canto I, 46
- Til; *Ocotea foetens* (Aiton) Bill. – Canto V, 5
- Toranja (fruto); *Citrus maxima* (Burm.) Merr. – Canto IX, 56
- Toranjeira; *Citrus maxima* (Burm.) Merr. – Canto IX, 56
- Trigo; *Triticum aestivum* L., *Triticum vulgare* Vill. – Canto III, 62, Canto IV, 27, Canto IX, 27
- Trigo-mole; *Triticum aestivum* L., *Triticum vulgare* Vill. – Canto IX, 27
- Trigo-vulgar; *Triticum aestivum* L., *Triticum vulgare* Vill. – Canto IX, 27
- Tuia; *Thuja* L.
- Ulmeiro; *Ulmus minor* Mill. – Canto IX, 59; Écloga dos Faustos
- “Upa”; *Antiaris toxicaria* (J. F. Gmel.) Lesch. subsp. *toxicaria* – Canto X, 44
- “Verde-álamo”; *Populus* L. – Écloga
- Vide; *Vitis vinifera* L. – Canto IX.59, Écloga dos Faustos
- Videira; *Vitis vinifera* L. – Canto IX, 59, Écloga dos Faustos
- Vinhático; *Persea indica* (L.) Spreng. – Canto V, 5
- “Viola dos amadores” - *Viola odorata* L. – Canto IX, 61
- Violáceas; *Violaceae* – Canto IX, 61
- Violeta; *Viola altaica* Ker Gawl., *Viola lutea* Lam. subsp. *sudetica* (Willd.) Nyman – Canto IX, 61
- Violeta-africana; *Streptocarpus ionanthus* (H.Wendl.) Christenh. – Canto IX, 61

- Violeta-de-cheiro; *Viola odorata* L. – Canto IX, 61, Soneto
- “Violeta dos amantes”; *Viola odorata* L. – Canto IX.61, Soneto
- Violeta-negra; *Streptocarpus ionanthus* (H.Wendl.) Christenh., *Viola odorata* L. – Canto IX, 61
- Zambujeiro; *Olea europaea* L. subsp. *europaea*, *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.) Lehr – Écloga
- Zambujo; *Olea europaea* L. subsp. *europaea*, *Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Mill.)Lehr – Écloga



## 14. O pomar das Hespérides

RITA MARNOTO<sup>1</sup>

Irei tratar o brasão de armas dos Camões e um passo da elegia “A quella que d’amor descomedido”, que enquadra elementos do reino animal, vegetal e mineral.

As origens do nome de família do nosso poeta Luís de Camões ligam-no à região da Galiza (Marnoto, 2025). Com efeito, na Baixa Idade Média Portugal recebeu no seu território habitantes dessa zona nortenha da Península Ibérica. O nome de família Camões provirá de *calamus*, através do derivado *\*calamonem*. Assim se designa a ave pernalta que de facto é muito comum no vale do Rio Miñor da Galiza, e, em português, corresponde ao camão. Também nessa zona fica localizado o lugar de Camos ou Camós. Contudo, sob o ponto de vista da evolução fonética, que tem leis de evolução muito claras, não é possível estabelecer uma relação entre Camos ou Camós e o antroponímico Camões.

Diferente é o caso dos adjetivos galegos *camoés* e *camoesa*, que atualmente continuam a ser usados para referir não só os habitantes dessa localidade do vale do Rio Miñor, como o que lhe é relativo. É esse o caso da maçã camoesa, que todos nós bem conhecemos através da voz de Edmundo Bettencourt ou de José Afonso, quando nos cantam a *Senhora do Almortão*.

Os Camões possuíam armas de família. Seriam contempladas por dois armoriais régios, o *Livro antigo dos reis de armas*, que tem por termo *ante quem* o ano de 1492, e o *Livro da guarda-roupa dos reis*, que tem por termo *ante quem* o ano de 1521<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Centre International d’Études Portugaises de Genève, Academia das Ciências de Lisboa, Accademia della Crusca.

<sup>2</sup> O assunto foi tratado por Martim de Albuquerque (Albuquerque, 1989, 59-78), com bibliografia remissiva. O estudioso teve acesso a cópias manuscritas desses livros de armas, que identifica e analisa, e que serão citados a partir da transcrição efetuada. Ver também Borges, 1979.

O primeiro perdeu-se no terramoto de 1755, tendo sido os seus brasões descritos pelo padre frei Manuel de Santo António, da ordem de São Paulo, que dele nos oferece uma descrição muito sugestiva:

[E]m campo verde huã Serpe de oiro, q va sahindo de entre dois penhascos de prata armada de vermelho de sorte q lhe apareça só a cabeça e pescosso. Timbre o pescoso e cabeça de Serpe.<sup>3</sup>

Os seus desenhos dos brasões são bastante naïfes, e o dos Camões não é exceção.

Também o *Livro da guarda-roupa dos reis* sucumbiu à passagem do tempo. É conhecido através de um outro armorial do século XVI, elaborado por Brás Pereira Brandão, no qual trabalhou igualmente seu sobrinho-neto Brás Pereira de Miranda. Brás Pereira Brandão copiou os brasões que se encontravam contidos no *Livro da guarda-roupa dos reis*, acrescentando-lhes outros mais recentes. O dos Camões integra-se na primeira parte, donde resulta ser anterior ao reinado de D. João I. Brás Pereira Brandão era um desenhador dotado. Tanto assim é, que Francisco de Holanda o elegeu como personagem do seu tratado *Do tirar pelo natural*, sem rogar elogios às suas capacidades de debuxo.

De facto, os pincéis de Brás Pereira Brandão captam o movimento de uma serpente que coleia entre montes, colorindo-a de tonalidades auri-rúbias (fig. 1). As suas asas e as suas garras, bem como o focinho estilizado animam-na com laivos de fantasia. São traços que costumam ser usados na representação do dragão, e a serpente e o dragão andam frequentemente associados. Num plano inferior, é desenhado um campo ou um jardim com um ligeiro relevo, o qual é marcado por árvores. As suas proporções vão diminuindo com a distância, de modo a criar profundidade. O deslizamento da serpente entre montes tem vindo a ser interpretado como alusão à passagem dos Camões, da Galiza, a Portugal<sup>4</sup>. Em heráldica, é frequente que esse animal ora substitua, ora seja substituído por um curso de água.

<sup>3</sup> Manuel de Santo António, apud Albuquerque, 1989, 74.

<sup>4</sup> “En el escudo de armas de los Caamaños, o Camoões, hallo variedad”, nota Faria e Sousa, ao abrir o sexto parágrafo da “Vida del poeta” contida no seu comentário a *Os Lusíadas* (Sousa, 1639, vol. 1, cc. 20-25). Nesse passo, descreve e interpreta várias das suas configurações. Em seu entender, no movimento da serpente que vai coleando os montes, sobre um campo verde, fica contida uma alusão à passagem entre dois reinos peninsulares.

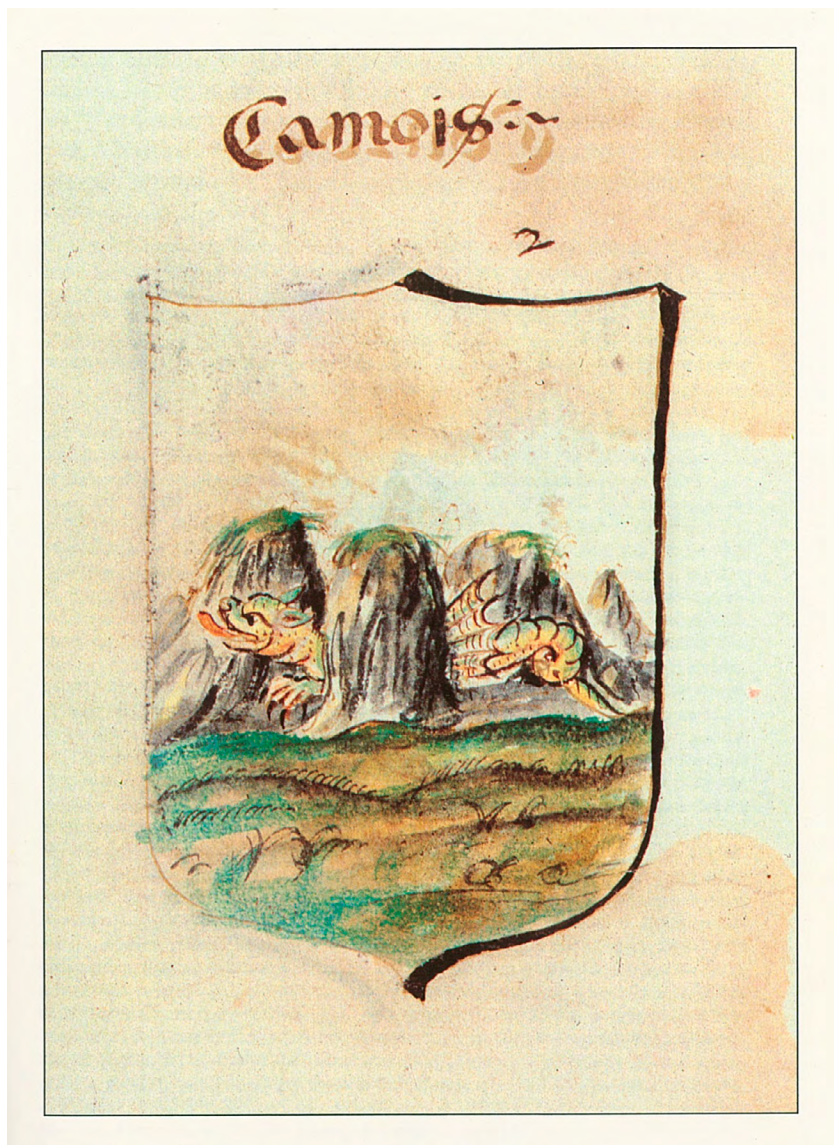


Figura 1. Armas dos Camões no armorial de Brás Pereira Brandão, ms. do século XVI. Reprodução a partir de Martin de Albuquerque, *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. s. n.

Por conseguinte, como Martim de Albuquerque o mostra, Luís de Camões tinha direito ao uso das armas que os seus avoengos possuíam já ao tempo da dinastia da Borgonha.

Só mais recentemente críticos e comentadores do poeta se debruçaram sobre passos da sua obra suscetíveis de conterem alusões metafóricas às armas dos Camões. O matemático Luciano Pereira da Silva (Silva, 1945, 431), colhendo a sugestão de Carlos de Mesquita, terá sido um dos primeiros estudiosos a notar que, na canção décima, “Vinde cá, meo tão certo secretário”, ficaria contida uma referência direta a essas armas:

*Dest’ arte a vida noutra fui trocando,  
eu não, mas o destino fero, irado,  
qu’ eu inda assi por outra a não trocara;  
fez-me deixar o pátrio ninho amado,  
passando o longo mar, que ameaçando  
tantas vezes me esteve a vida chara;  
agora exprimentando a fúria rara  
de Marte, que cos olhos quis que logo  
visse e tocasse o acerbo frutto seu,  
e neste escudo meu,  
a pintura verão do infesto fogo;  
(Perugi, 2021, Canção 10.º, vv. 121-131, p. 168 [Rh, Ri, FS])*

O vermelho, em heráldica, simboliza o fogo da guerra, registando Manuel de Santo António, recorde-se, que a “Serpe de oiro, q va sahindo de entre dois penhascos de prata”, se encontra “armada de vermelho”. Por conseguinte, há a considerar a hipótese que Luís de Camões, nos versos citados, esteja a explorar a iconografia ‘deste escudo meu’ como sinal de um destino que o levou até paragens longínquas, mar fora, para participar em duras empresas bélicas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A associação da fúria de Marte aos olhos tem sido lida como alusão à perda de uma vista em batalha.

Nas últimas décadas do século XX, este tipo de exegese entusiasmou sobrejamente Vasco Graça Moura (Moura, 1987, 87-98). O elenco de passos que coligiu, interpretando-os como alusão às armas de família dos Camões, é substancial. Trata-se de uma lista que inclui passagens em que são referidos montes, rochedos e águas, em conjunto ou separadamente, e também a serpente<sup>6</sup>.

De entre os vários exemplos apresentados, há um que ganha relevo, afigurando-se particularmente instigante. Diferencia-se por envolver, simultaneamente, um significativo número de elementos das armas dos Camões: monte, serpente, campo verde. Encontra-se na elegia “A quella que d’amor descomedido”:

*Subo-me ao monte que Hércules thebano  
do Altíssimo Calpe dividio  
dando caminho ao mar mediterrano.*

*Daly estou tenteando aonde vio  
o pomar das Espérides, matando  
a serpe que a seu passo resistio.*

(Perugi, 2024, Camões, Elegia 3, vv. 46-51, pp. 29-30)

O pano de fundo mitológico destes versos consubstancia uma das últimas façanhas de Hércules, a décima primeira, relativa à obtenção das maçãs de ouro do jardim das Hespérides<sup>7</sup>. Segundo Apolodoro (*Biblioteca*, 2.5.11), este foi um dos dois trabalhos suplementares que o semideus teve de levar a cabo, por ter recebido ajuda na limpeza dos estábulos de Augias. A narrativa remonta ao período arcaico, admitindo-se que tivesse sido introduzida por Pisandro de Rodes, entre o VI e o V séculos a.C., na sua *Heracleia* (fr. 1 Davies). A ela aludem, seguidamente, Hesíodo (*Teogonia* 214-216, 274-275, 333-336), Ferecides (fr. 16-17 Fowler), o antigo comentador de Apolónio de

---

<sup>6</sup> Perante um tão vasto conjunto de referências, não pode deixar de se colocar a questão da sobreposição, a um critério de destrinça baseado na heráldica, de um critério temático, motivo pelo qual me parece merecerem superior atenção os passos em que há confluência de elementos que fazem parte das armas dos Camões.

<sup>7</sup> Sobre Hércules e sobre as Hespérides, ver as relativas entradas contidas no quinto volume de *LIMC*, 1990, as do primeiro tomo com riquíssima informação remissiva, as do segundo tomo com iconografia, e também Salapata, 2021.

Rodes (*Argonáutica* 1396) ou Paníasis (*Heracleia* fr. 11 PEG). Tanto as suas fontes escritas, como as iconográficas mostram bem a enorme difusão de que o assunto gozou desde tempos prístinos.

Os trabalhos de Hércules tiveram uma larga difusão na Península Ibérica. Aliás, a narrativa de acordo com a qual o tebano rasgara a garganta que passou a ligar o Mar Mediterrâneo ao Oceano Atlântico permaneceu tão vivamente impressa na cultura ibérica, que a designação de Colunas de Hércules continua a ser usada, hoje, para referir o estreito de Gibraltar. O canal ficou balizado, do lado da Europa, pelo Monte Calpe e, do lado de África, pelo Monte Abila. É a este último que Camões diz ascender para descobrir onde fica situado o pomar das Hespérides, “tenteando”, ou seja, procurando.

Efetivamente, são atribuídos a Hércules grandes esforços para o localizar, o que leva o herói até às fronteiras da terra, numa busca que simboliza as suas aspirações à imortalidade. De facto, as fontes mais ancestrais colocam o jardim das Hespérides para além do mundo conhecido. Hesíodo situa-o para lá do oceano, onde o sol se põe (*Teogonia* 215-216; Ferecides (fr. 16 Fowler), Apolónio (*Argonautica*, 4.1398-1399) e Diodoro (4.26) no Norte de África, Apolodoro nos extremos setentrionais (*Bibliotheca* 2.5.11), Varrão na Líbia (*De re rustica* 2.1.6) e Virgílio na terra dos Etíopes (*Eneida* 4.480-482). Correlativamente, passou a ser associado aos Campos Elísios, às Ilhas dos Bem-aventurados ou, de um modo mais geral, a uma utopia de felicidade (Eurípides, *Hipólito* 742-751). Nesse quadro, a maçã representava o amor e a beleza, e o facto de ser de ouro acentuava um valor divino que era associado à imortalidade<sup>8</sup>.

A forma como Hércules se conseguiu apoderar das maçãs foi transmitida através de duas principais versões que se difundiram em paralelo. Uma diz que, para alcançar o seu objetivo, matou a serpente que as guardava, Ladron. Outra conta que foi o gigante Atlas a ajudá-lo, indo-as buscar, enquanto Hércules, nesse entretanto, segurava o globo terrestre.

---

<sup>8</sup> As grandes narrativas mitológicas têm também, muitas vezes, o seu reverso, e este caso não constitui exceção. Plínio o Velho, na *História natural* (livro 5), critica os gregos por terem inventado o jardim das Hespérides, pois o lugar em que viviam era árido, nele apenas havendo oliveiras.

Quanto às Hespérides, as versões do mito, que correm desde o século VII a.C., são numerosas e bastante diferentes entre si, como o mostra um riquíssimo filão iconográfico. A parentalidade das Hespérides e a sua índole, o seu número, os tesouros que guardavam ou o local que habitavam conhecem várias cambiantes.

A multiplicação de narrativas é acompanhada pela própria polissemia lexical que as plasma. Eurípides, no século V a. C., coloca as Hespérides num cenário natural que qualifica como *melosporon*, plantado com macieiras (*Hipólito*, 742). A questão é a de que, no dialeto dórico, existe um homógrafo de *melon* que significa ovelha. Surge em Homero, na *Odisseia* (*Od.* 9.438), e continuará a ser usado pelos autores gregos<sup>9</sup>. Aliás, Diodoro (4.26-27) identifica a serpente com um pastor chamado (gr.) *Drakon* (> port. *dragão*), sendo o dourado das ovelhas, para o escritor sículo, sinal da sua beleza ou da magnífica cor da sua lã.

Também Ovídio, nesse grande repositório da tradição mitológica que são as *Metamorfoses*, descreve o jardim hespério (ou seja, ocidental) como um lugar onde há gado ovino, “[m]ille greges illi totidemque armenta per herbas” (*Met.* 4.635). Pelo seu lado, Varrão, que acompanha a mesma perspectiva exegética, não hesita em afirmar tratar-se de ovelhas (*De re rustica* 2.1.6-7), no que é seguido por muitos autores, inclusivamente Sérvio, no seu famoso comentário à *Eneida* (*En.* 4.84).

Por sua vez, o termo *melon*, quando considerado elemento da esfera vegetal, é suscetível de assumir, também ele, copiosas ramificações. A correspondência entre várias palavras gregas e latinas que designam plantas e animais, e os seres vivos a que se referem, é campo que continua a suscitar questões instigantes, e o termo *melon* foi tomado como maçã, mas também como laranja, limão ou fruta em geral. Nesse quadro, as ditas maçãs do horto das Hespérides, ao longo dos tempos, passaram a ser limões, laranjas ou até marmelos<sup>10</sup>. Se Ateneu, no século III, chamou à

<sup>9</sup> Agradeço a Maurizio Perugi o esclarecimento.

<sup>10</sup> Ter-se-á mesmo gerado alguma confusão, à medida que o domínio do grego e do

atenção para essas deslocções semânticas (*Deipn.* 3.84c-d), isso quer dizer que já então eram realidade.

Posto isto, chegou a altura de nos perguntarmos que conhecimento detinha Camões de todas essas fontes. Bastará percorrer o índice final da edição comentada *I Lusíadi*, dos Classici Bompiani, para atestar que Eurípides, Apolodoro, Apolónio, Varrão, Ovídio, Virgílio, Plínio o Velho ou Sérvio faziam parte da bagagem de leituras que o poeta trazia sempre consigo (Marnoto; Gigliucci, 2022).

Nesse quadro, destaco a obra *Genealogie deorum gentilium*, de Giovanni Boccaccio, enquanto repositório que, dada sua autoridade, foi intensamente manejado pelos grandes autores ao longo do período do Renascimento e muito para além dele. Também Camões, como aliás não podia deixar de ser, a ele recorreu, conforme o mostrou Costa Ramalho (Ramalho, 1980, 45-65).

Em *Genealogie deorum*, Boccaccio, depois de explicar quem eram as Hespérides, especifica:

[...] *insule a puellis Hesperidibus possese fuerunt, erantque abundantissime ovium, lana quaram preciosissima erat ad instar auri, et sic insule Hesperie, que talium ovium erant pascua, viridarium fuere Hesperidum, oves autem aurea mala; nam oves a Grecis male seu mela dicuntur, teste Varrone in libro De agricultura.*

(Boccaccio, 1989, 30.2, t. 1, p. 432)

Ou seja, Boccaccio recorda que as Hespérides habitavam ilhas em que abundavam ovelhas, cuja lã era tão preciosa como ouro e onde havia ricos

---

latim clássicos decaía e que iam correndo leituras transmitidas por manuscritos que, apesar de serem tidos por fontes seguras, continham erros de cópia crassos. Entre as palavras latinas *citrus* (limoeiro), *cedrus* (cedro) e *cetrus* (cipreste?), e entre as palavras gregas *kitrion* / *kitreon* (limão), *kedrion* (zimbros) e *kedros* (cedro) geraram-se equívocos que deram lugar a interpretações aleatórias. A tal se acrescentavam ainda usos locais, como acontecia no Norte de África, onde os limões eram designados como "maças das Hespérides", ou em zonas de Itália em que *cedro* significava limoeiro e cedro. Não se pense, contudo, que estas oscilações se ficam por aquele arco temporal em que o latim e o grego clássicos perderam vigor. São humanistas da craveira de Giovanni Pontano, destacado expoente do Humanismo napolitano, Coluccio Salutati, chanceler de Florença, Francesco Patrizi, bispo de Gaeta, Antonio Mancinelli ou Ugolino Verino a explorá-las. Ver Caruso 2013, Rabouillault 2025.

pastos que depois ficaram conhecidos como o jardim das Hespérides. Frisa que as ovelhas foram porém tomadas por maçãs de ouro, porque os gregos chamam *male* ou *mele* às ovelhas, como o atesta Varrão, acima citado, em *De re rustica*.

O que daqui se deduz é que Camões sabia bem, através de Boccaccio ou de outras fontes, que as Hespérides tinham nos seus jardins maravilhosas ovelhas. Em *Os Lusíadas*, o poeta refere-se por duas vezes às Hespérides (2.103; 5.8), em perífrases geográficas, no primeiro caso para situar o Noroeste africano, no segundo as ilhas de Cabo Verde, arquipélago que a bom título poderia ser colocado nas fronteiras por onde Hércules, o semi-deus, se aventurara.

Contudo, na elegia “Aquella que d’amor descomedido”, ao subir ao Monte Abila e recordar os trabalhos de Hércules, “tenteando”, faz uma escolha. Entre ovelhas e maçãs, ou ainda eventualmente outros frutos, a sua preferência recai sobre as maçãs. Associa os montes e a serpente, que, conforme acima ficou dito, são dois componentes essenciais do brasão de armas da família; e junta-lhes um outro elemento ligado à tradição dos Camões galegos de Camos ou Camós: o pomar.

A edição crítica das elegias de Luís de Camões do Centre International d’Études Portugaises de Genève, preparada por Maurizio Perugi, permite conhecer a evolução genética da feitura do seu texto com limpidez (Perugi, 2024, 23-37). “Aquella que d’amor descomedido” chegou até nós através de duas versões, a do *Cancioneiro Juromenha* e a do *Cancioneiro de Luis Franco*, esta última antecedida pela epígrafe “Elegia de Ceita a hum seu amigo”<sup>11</sup>. O *usus scribendi* leva a crer que a versão do *Cancioneiro de Luis Franco* tenha sido escrita pelo “primeiro Camões”. Por conseguinte, é possível que tivesse sido composta durante a sua campanha militar em Ceuta, nos últimos anos da década de 1540, com uma possível extensão ao início década seguinte (Marnoto; Gigliucci, 2022, LXXXVIII).

Os estádios de composição do poema e as variantes nele introduzidas dão-nos informações preciosas acerca desse pomar. Na versão do *Cancioneiro*

---

<sup>11</sup> Por sua vez, na primeira edição das *Rimas*, de 1595, é dirigida “A Dom António de Noronha estando na Índia” (Perugi, 2024, 23).

*Juromenha*, mais antiga, o poeta escreveu, no v. 50: “o jardim das Espéridas” (Perugi, 2023, 25). Contudo, na versão do *Cancioneiro de Luís Franco*, que lhe é posterior, altera *jardim* para *pomar* (Perugi, 2023, 30). *Jardim* é um termo mais genérico, que terá na sua origem uma raiz de origem indo-europeia (\**garda-*). Contudo, o poeta também não opta pelo termo, igualmente abrangente, de *horto* (gr. *chortos*>lat. *hortus*). A reelaboração do texto e a ponderação da sua letra levaram Luís de Camões a preferir-lhes o mais específico *pomar* (lat. *pomarium*), um coletivo: “o pomar das Espérides”.

No pomar das Hespérides de Luís de Camões, havia maçãs de ouro. Camões tinha lido Eurípides.

Se me permitem uma nota pessoal, resultado das tantas conversas com o Prof. Jorge Paiva, estou em crer que as maçãs da elegia “Aquella que d’Amor descomedido” eram camoesas.

### BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de (1988). *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BOCCACCIO, Giovanni (1998). *Tutte le opere*. Ed. Vittore Branca. *Volume settimo*. *Genealogie deorum gentilium*. Ed. V. Zaccaria. Milano: Mondadori, 2 ts.
- BORGES, J[osé]. G[uilherme]. Calvão (1979). *Heráldica dos Camões flavienses, Armas e Troféus*, 4.<sup>a</sup> s., 1, n.<sup>os</sup> 1, 2, 3 [separata, 20 pp.].
- CARUSO, Carlo (2013). *Adonis. The myth of the dying god in the Italian Renaissance*. London, New York: Blomsbury.
- LIMC (1990). *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*. Vol 5, 1, 2. Zurich, Munich: Artemis.
- MARNOTO, Rita; Gigliucci, Roberto (coord. ed., trad.) (2022). *Luís de Camões, I Lusíadi*. Firenze, Milano: Giunti, Bompiani.
- MARNOTO, Rita (2025). A maçã camoesa. *O Escritor. Associação Portuguesa de Escritores*. 3.<sup>a</sup>s., 9, 75-91.
- PERUGI, Maurizio (ed. crit.) (2024). *La lirica di Camões. 5. Elegias*. Con un supplemento contenente le liriche da attribuire a Antonio Lofrasso. Genève: Centre International d’Études Portugaises de Genève.
- PERUGI, Maurizio (ed. crit.) (2021). *La lirica di Camões. 3. Canzoni*. Genève: Centre International d’Études Portugaises de Genève.

- RAMALHO, Américo da Costa (1980). *Estudos camonianos*. Lisboa: INIC.
- MOURA, Vasco Graça (1987). *Os penhascos e a serpente e outros ensaios camonianos*. Lisboa: Quetzal.
- RABOUILLAULT, Denis (ed.) (2025). *Gardens and academies in the early modern Italy and beyond*. Leiden: Brill.
- SALAPATA, Gina (2021). Labor XI: The apples of the Hesperides. In Daniel Ogden (ed.) *The Oxford handbook of Heracles*. Oxford, New York: Oxford University Press, 149-164.
- SILVA, Luciano Pereira da (1945). *Obras completas*. Coimbra: Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 3 vols.
- SOUSA, Manuel de Faria e (ed.) (1639). Luís de Camões. *Lusiadas [...]*. Madrid: Juan Sanchez, a costa de Pedro Coello [reed. fac-símile 1972. Pref. Jorge de Sena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda], 2 vols., 4 ts.



## 15. Camões no Oriente e a arte da guerra em *Os Lusíadas*

RUI MANUEL LOUREIRO<sup>1</sup>

O propósito desta intervenção, no âmbito de um evento comemorativo da passagem do quinto centenário do nascimento de Luís de Camões, é tripartido. Em primeiro lugar, olharia de forma breve para os traços principais da expansão portuguesa no Oriente, até meados do século XVI, quando o Poeta terá chegado a Goa, sublinhando que a construção do chamado *Estado da Índia* implicou, da parte dos portugueses, o recurso regular a diversificadas formas de violência armada. Depois, complementarmente, tentaria seguir o percurso de Camões, durante o período que medeia entre 1553 e 1570, durante o qual, de acordo com a generalidade dos seus biógrafos, terá andado pelas partes do Oriente. E repare-se, desde já, que se trata de um longuíssimo período de 17 anos, durante os quais praticamente nada se consegue apurar sobre as suas andanças. Relembra o caso de outro dos nossos grandes escritores quinhentistas, Fernão Mendes Pinto, que andou pelo Oriente durante 21 anos, e com quem Luís de Camões muito provavelmente se terá cruzado.<sup>2</sup> Enfim, em terceiro lugar, quereria verificar se é possível detetar na composição de *Os Lusíadas* alguns dos ecos da vivência oriental de Camões, com particular destaque para a representação da arte da guerra no contexto da expansão portuguesa.

---

<sup>1</sup> Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes – Ensino Lusófono, CHAM – Centro de Humanidades — FCSH — Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores.

<sup>2</sup> A respeito de Fernão Mendes Pinto e do seu percurso oriental, de entre uma imensa bibliografia, remeto para os estudos incluídos em Jorge Santo Alves (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*, 4 vols. (Lisboa: Fundação Oriente & Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010); e também para a inovadora coletânea de estudos coordenada por Isabel Almeida (ed.), *Peregrinação 1614* (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos – Universidade de Lisboa, 2017).

A dado passo da minha carreira, quando preparava uma tese de doutoramento sobre o impacto da China na cultura portuguesa do século XVI, comecei a interessar-me por Luís de Camões e sobretudo pelo episódio macaense da sua biografia. Nesse trabalho académico, que foi defendido na Universidade de Lisboa em 1995, incluí uma secção sobre «Luís de Camões em Macau?» (com um ponto de interrogação), na qual tentava demonstrar que, tanto pela análise das fontes documentais e narrativas quinhentistas, como pelo escrutínio da obra de Camões, era extremamente complicado provar que o Poeta alguma tivesse estado naquele entreposto luso-chinês, fundado pelos portugueses por volta de 1555 no litoral meridional da China.<sup>3</sup>

Durante as provas públicas, uma das questões que o arguente principal — o eminente camonista Aníbal Pinto de Castro — me colocou, foi por que razão integrara na tese um capítulo que era absolutamente desnecessário, já que Camões nada de especial escrevera sobre a China, para além de notícias de âmbito genérico que se encontrariam em qualquer cronista ou noticiário da época. Evidentemente, dei-lhe razão e, na versão impressa que mais tarde foi publicada da tese de doutoramento, suprimi o capítulo sobre Camões, que pouco mais tarde daria origem a um escrito autónomo.<sup>4</sup> Desde essa época, entretanto, tenho mantido e desenvolvido um interesse particular por Luís de Camões e pelo seu percurso oriental, procurando indícios, na sua vasta obra poética, que possam de alguma forma testemunhar a sua ligação ao Oriente, enquanto testemunha privilegiada, e durante um considerável lapso de tempo, das múltiplas atividades naquelas partes desenvolvidas pelos portugueses.

Em termos orientais, tudo começou com a viagem de Vasco da Gama, que, nos últimos anos do século XV, com uma pequena frota, estabeleceu a

---

<sup>3</sup> Relativamente às origens de Macau, ver Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens de Macau* (Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997).

<sup>4</sup> Para uma edição impressa desta tese de doutoramento, ver Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionário e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000). Relativamente às ligações de Camões a Macau, ver Rui Manuel Loureiro, «Camões em Macau: Um Mito Historiográfico», *RC – Revista de Cultura / Review of Culture*, n. 7, 2003, pp. 109-125.

primeira ligação marítima direta entre Lisboa e Calecute, na costa ocidental da Índia.<sup>5</sup> Esta viagem, de resto, é o tema central d'*Os Lusíadas*, a obra maior camoniana, primeira impressa em Lisboa em 1572.<sup>6</sup> Em 1500, a grande expedição de Pedro Álvares Cabral replicava esta ligação à Índia, acrescentando-lhe um pequeno desvio para o Brasil e estabelecendo um primeiro entreposto português na cidade indiana de Cochim. E em 1502, Vasco da Gama regressava à Índia no comando de uma poderosa frota, que visava consolidar a presença portuguesa naquelas partes.

Com estas três expedições marítimas, no espaço de cinco anos, os portugueses fizeram várias descobertas importantes:

- Em primeiro lugar, puderam constatar que a rota do Cabo era perfeitamente viável, com os meios náuticos de que então podiam dispor. Embora se tratasse de uma viagem extensíssima, através de dois oceanos, que colocava consideráveis problemas técnicos e humanos, era possível navegar de Lisboa até às Índias e regressar a salvamento.
- Depois, as mercadorias exóticas disponíveis nos portos indianos de forma alguma haviam desiludido os recém-chegados europeus, nem na sua variedade, nem na sua abundância. Antes pelo contrário, justificavam-se plenamente as expectativas mais otimistas em relação à existência e à disponibilidade das mais valiosas drogas e especiarias orientais.
- Em terceiro lugar, fora possível apurar que existia desde longa data nos mares orientais uma complexa rede mercantil, ligando os portos da costa ocidental indiana a muitas outras cidades ma-

---

<sup>5</sup> Sobre a construção do chamado *Estado da Índia*, ao longo da primeira metade do século XVI, ver Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History* (Londres: Longman, 1993) e Malyn Newitt, *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668* (Londres / Nova Iorque: Routledge, 2005). Ambas as obras estão disponíveis em tradução portuguesa.

<sup>6</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (Lisboa: António Gonçalves, 1572). Edição utilizada nas citações: Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Álvaro Júlio da Costa Pimpão (Lisboa: Instituto Camões, 2000).

rítimas africanas e asiáticas, através da qual circulava uma infinidade de produtos valiosos e potencialmente interessantes para os mercados europeus.

- Em quarto lugar, embora se apercebessem das condições de fragmentação política vigentes no litoral da Índia, que permitiriam o estabelecimento de bases operacionais portuguesas em algumas cidades e regiões marítimas, os portugueses aperceberam-se de que dificilmente se conseguiriam inserir de forma pacífica nos principais circuitos mercantis orientais, uma vez que existiam poderosos interesses instalados, que no litoral da Índia, e também noutras regiões, controlavam a produção e a circulação das mercadorias mais valiosas.

- Esta última constatação, contudo, foi desde logo moderada por uma quinta descoberta: do ponto de vista náutico e militar, os europeus dispunham de algumas vantagens tecnológicas, já que os seus navios, para além de serem aparentemente mais robustos, estavam equipados com artilharia mais avançada, manobrada por artilheiros mais eficientes. E, além do mais, os portugueses eram também exímios na utilização de armas de fogo individuais. Ou seja, os portugueses poderiam dispor de uma vantagem competitiva, no complexo mundo marítimo oriental.<sup>7</sup>

- O que significa que desde o primeiro contacto lusitano com o Oriente se colocou de forma premente o problema da *violência armada*, que teria de ser utilizada para impor uma presença significativa nos espaços que se estendiam para leste do Cabo da Boa Esperança.

O sucesso destas primeiras viagens à Índia levou o rei D. Manuel I a nomear um vice-rei para a Índia em 1505. Deve-se notar que os portugueses

---

<sup>7</sup> Relativamente às questões militares na expansão portuguesa, aqui relevantes, ver a recente coletânea coordenada por Helder Carvalho, André Murteira & Roger Lee Jesus (eds.), *The First World Empire: Portugal, War and Military Revolution* (Londres/Nova Iorque: Routledge, 2021).

controlavam então apenas três pequenas feitorias em portos da costa ocidental da Índia, a saber, em Cananor, Cochim e Coullão. Portanto, nomear um vice-rei seria certamente uma decisão muito otimista e proativa da parte da coroa portuguesa; era, em suma, todo um programa político. Tratava-se de D. Francisco de Almeida, membro da mais alta nobreza portuguesa e, formalmente, podemos associar esta nomeação à fundação do *Estado da Índia*. Porque, depois de D. Francisco de Almeida (que morreu no regresso a Portugal, num episódio que é referido n'Os *Lusíadas*<sup>8</sup>), a presença portuguesa no Oriente cresceu de forma rápida e vertiginosa, sobretudo no tempo de governo indiano de Afonso de Albuquerque, entre 1509 e 1515.<sup>9</sup>

Embora inicialmente o *Estado da Índia* se organizasse para canalizar para a rota do Cabo carregamentos anuais de especiarias, drogas, pedras preciosas e outros produtos valiosos, surgiu a compreensão, nos círculos portugueses ligados à gestão ultramarina, de que apenas uma presença global no Oriente faria sentido. Assim, dois fatores essenciais explicam o crescimento da presença portuguesa no Oriente: por um lado, a existência de constrangimentos impostos à navegação pelos mecanismos das monções, ou ventos periódicos, que exigiam a existência de bases de apoio em diversos pontos estratégicos, como Ormuz, Goa ou Malaca; por outro lado, a constatação da elevada rentabilidade das rotas interasiáticas, que se justificava pela existência de uma elaborada especialização regional em termos de produtos exóticos ou de luxo.

Quando Luís de Camões chegou ao Oriente, mais de meio século depois da viagem de Vasco da Gama, o *Estado da Índia* estava solidamente implantado. A região de Goa — referida n'Os *Lusíadas* como «senhora/De todo o Oriente»<sup>10</sup> — constituía o centro nevrálgico do império marítimo português,

---

<sup>8</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 10, est. 38.

<sup>9</sup> Sobre as carreiras de Almeida e de Albuquerque, ver, respetivamente, Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do «Estado Português da Índia» – D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996), e Alexandra Pelúcia, *Afonso de Albuquerque: Corte, Cruzada e Império* (Lisboa: Temas e Debates, 2016).

<sup>10</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 2, est. 51.

e era protegida por um alargado conjunto de posições fortificadas. Aí estava sediado o vice-rei ou governador português, rodeado por uma complexa orgânica administrativa, militar, comercial e religiosa.<sup>11</sup> Uma força naval permanente, constituída por navios dos mais variados tipos, mas sempre dotados de artilharia, estabelecia a ligação regular com a dispersa constelação de pequenas ilhas, cidades portuárias, territórios costeiros, fortalezas e feitorias que a coroa lusitana controlava no Oriente, desde a ilha de Moçambique, na costa oriental de África, até ao arquipélago de Maluco, na extremidade mais oriental da Insulíndia. Os navios portugueses asseguravam também outras funções, de vigilância e de intimidação, sobretudo na parte ocidental do Índico.<sup>12</sup> Os muitos portugueses — e outros europeus — que aportavam anualmente a Goa nos navios da *carreira da Índia*, oriundos dos mais diversificados estratos sociais, espalhavam-se por todo o Oriente, no desempenho das mais variadas funções, quer ao serviço do *Estado da Índia*, em funções militares, políticas ou administrativas, quer ao serviço de diversas corporações eclesiásticas sediadas na Europa, quer em representação de entidades privadas, sobretudo de natureza mercantil, quer ainda por conta própria, na prossecução de algum projeto individual.<sup>13</sup>

A nossa ignorância sobre o percurso oriental de Luís de Camões é verdadeiramente enciclopédica, e tem-se baseado em meia dúzia de indícios documentais, complementados pela interpretação de passagens de escritos que lhe são atribuídos, com as fragilidades que um tal processo sempre implica. Mas o mesmo sucede com outros escritores da mesma época, que conheceram fama tardia. Vejamos algumas referências biográficas básicas.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> A respeito de Goa e da sua centralidade, ver Catarina Madeira Santos, «*Goa é a Chave de Toda a Índia: Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)*» (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999).

<sup>12</sup> Sobre a organização das primeiras armadas, ver José Vergílio Amaro Pissarra, *A Armada da Índia: Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra no Oriente (1501-1510)*, dissertação de mestrado (Lisboa: Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2001).

<sup>13</sup> A respeito desta enorme dispersão, ver A. J. R. Russell-Wood, *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, trad. Vanda Anastácio (Lisboa: Difel, 1998).

<sup>14</sup> Para a biografia oriental de Camões, de entre uma imensa bibliografia, ver Maria Vitalina Leal de Matos, «Biografia de Luís de Camões», in Vítor Aguiar e Silva (ed.),

- Em 1553, por ordens de D. João III, Camões embarcou na armada da carreira da Índia comandada por Fernão Álvares Cabral.<sup>15</sup> Não sabemos em que funções terá viajado para o Oriente, mas teve oportunidade de experimentar ao vivo as dificuldades da rota do Cabo, sobre as quais mais tarde escreveria em *Os Lusíadas*.
- Em finais desse mesmo ano, participou numa armada comandada pelo vice-rei D. Afonso de Noronha, que partiu de Goa numa campanha militar contra o rei de Vadakkenkur, um dos vassallos do rei de Cochim, e nos domínios do qual se produzia a pimenta que os portugueses despachavam para Portugal.<sup>16</sup> Camões teve então oportunidade de testemunhar os métodos de guerra praticados pelas armadas portuguesas, e fez referência a essa violenta campanha na elegia «O Poeta Simonides fallando», que apareceu na edição das *Rimas de Luís de Camões* de 1595.<sup>17</sup>
- Será de 1554 a «Carta I mandada da India a hum amigo», que apareceu na edição das *Rimas de Luís de Camões* de 1598.<sup>18</sup> Vale-rá a pena reparar na referência que Camões faz nesta missiva à

---

*Dicionário de Luís de Camões* (Lisboa: Editorial Caminho, 2011), pp. 128-149, que cita a bibliografia essencial; e Eduardo Ribeiro, *Camões no Oriente* (Macau: Labirinto das Letras, 2012). Mais recentemente, ver Edward Wilson-Lee, *A Torre dos Segredos: Os Mundos Paralelos de Camões e Damião de Góis*, trad. João Pedro Tapada (Lisboa: Bertrand Editora, 2022), e Isabel Rio Novo, *Fortuna, Caso, Tempo e Sorte: Biografia de Luís Vaz de Camões* (Lisboa: Contraponto Editores, 2024).

<sup>15</sup> Ver o documento transcrito em José Pereira da Costa (ed.), *Luís de Camões – Transcrição de documentos da Torre do Tombo* (Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2021).

<sup>16</sup> Acerca desta expedição, ver Nuno Vila-Santa, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas políticas do Reino e do império em meados de Quinhentos* (Lisboa: CHAM – Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011).

<sup>17</sup> Luís de Camões, *Rhytmas*, ed. Estêvão Lopes (Lisboa: Manuel de Lira, 1595), fls. 51-55. Sobre esta composição poética, ver Jorge A. Osório, «Na elegia de Camões “O poeta Simónides falando”», *Revista Via Spiritus*, n. 16, 2009, pp. 189-213.

<sup>18</sup> Luís de Camões, *Rimas*, ed. Estêvão Lopes (Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1598), fls. 191-192v. A respeito das cartas de Camões, ver Clive Willis, «The Correspondence of Camões (with Introduction, Commentaries, Translation and Notes)», *Portuguese Studies*, vol. 11, 1995, pp. 15-61, e também Isabel Almeida, «Cartas de Camões», in Vítor Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*, pp. 401-415.

«ocupação de escrever muitas cartas pera o Reyno», que parece sugerir que exercia funções secretariais. Normalmente, toma-se como ponto assente que o Poeta desempenharia funções militares no Oriente, mas tal não é absolutamente certo, tendo em conta a sua notável cultura humanística.

- Em 1555, Camões terá supostamente participado numa expedição de vigilância ao Estreito de Babelmandeb, comandada por Manuel de Vasconcelos, após a qual a armada portuguesa inviou na ilha de Ormuz. Talvez Camões se refira a esta jornada na canção «Junto d'hum seco, fero, e esteril monte», impressa na edição das *Rimas* de 1595.<sup>19</sup> Mas tal não é absolutamente certo, pois houve nesse ano intensos confrontos com navios otomanos na região de Ormuz e Mascate, protagonizados por D. Fernando de Meneses, que não parecem ter tido eco nos escritos de Camões.<sup>20</sup>
- De regresso a Goa, terá tido lugar a representação do «Auto chamado de Filodemo», em homenagem ao governador Francisco Barreto, que tinha tomado posse em meados de 1555, uma peça que foi primeiro impressa em 1587, num volume coletivo.<sup>21</sup>
- E do ano seguinte, 1556, poderá ser o retrato de Camões no tronco de Goa, onde estaria preso, como tem sido sugerido, por questões relacionadas com dívidas. Mas a autenticidade deste retrato tem sido bastante discutida.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> Luís de Camões, *Rhytmas* (1595), fls. 35v-38. A respeito desta composição poética, ver Thomas F. Earle, *Estudos sobre Cultura e Literatura Portuguesa do Renascimento* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013), pp. 255-270.

<sup>20</sup> Sobre esta conjuntura, ver os estudos incluídos em Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag/Calouste Gulbenkian Foundation, 2008).

<sup>21</sup> António Prestes, Luís de Camões & outros, *Primeira parte dos Autos e comedias portuguesas*, ed. Afonso Lopes (Lisboa: Andrés Lobato, 1587), fls. 143v-163. A respeito de Francisco Barreto, ver Nuno Vila-Santa, *Do Algarve, a Marrocos e à Índia: Francisco Barreto e a Casa de Quarteira (Séculos XV–XVI)* (Loulé: Câmara Municipal de Loulé/Arquivo Municipal de Loulé, 2021).

<sup>22</sup> Sobre este retrato, ver Maria Antonieta Soares de Azevedo, «Uma Nova e Preciosa. Espécie Iconográfica Quinhentista de Camões», *Panorama*, ns. 42-43, 1972, pp. 96-103; e também Aníbal Almeida, *O Rosto de Camões* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996).

A partir de então, não há mais vestígios sobre o percurso oriental de Camões, até 1563 (ou seja, sete anos mais tarde), quando é publicada a sua primeira poesia, a ode «Ao Conde do Redondo», nas peças introdutórias dos *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, o célebre tratado de matéria médica de Garcia de Orta, que saiu dos prelos em Goa, em abril desse ano.<sup>23</sup> Parece poder deduzir-se que o Poeta se encontrava então no centro estratégico do *Estado da Índia*, onde faria parte do círculo de letrados que mantinham relações com o físico português. Curiosamente, há nesta obra de Garcia de Orta uma discreta referência a «um homem letrado» que havia pouco regressara de Malaca, e que poderia muito bem referir-se a Luís de Camões.<sup>24</sup> Por outro lado, existe a tradição do chamado “escravo jau” (ou seja, originário da ilha de Java), que poderia ter sido adquirido pelo Poeta em Malaca, e que é referido na biografia camoniana da autoria de Pedro de Mariz, que figura na edição de *Os Lusíadas* comentados por Manuel Correia, publicada em 1613.<sup>25</sup> Existem casos idênticos na época, bastando lembrar o escravo jau de Fernão de Magalhães.<sup>26</sup>

Durante sete anos, aparentemente, Camões terá deambulado pela parte oriental do Oceano Índico, pelo Mar do Sul da China, e talvez por algumas regiões da Insulíndia, mas será praticamente impossível reconstituir as suas deambulações. Há dois indícios interessantes n’*Os Lusíadas* que valerá a pena mencionar. Por um lado, a referência a um naufrágio nas cercanias do delta do rio Mekong — «os cantos que molhados/Vêm do naufrágio triste

---

<sup>23</sup> Ver as páginas iniciais, não numeradas, de Garcia de Orta, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India* (Goa: Joannes de Endem, 1563). Sobre a ode camoniana, ver Maria Helena da Rocha Pereira, *Camoniana Varia* (Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007), pp. 9-32.

<sup>24</sup> Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, ed. Rui Manuel Loureiro & Teresa Nobre de Carvalho (Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2024), p. 462.

<sup>25</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Manuel Correia (Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613).

<sup>26</sup> A respeito de Magalhães, ver Rui Manuel Loureiro, *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019), onde é citada a bibliografia essencial.

e miserando,/Dos procelosos baxos escapados»<sup>27</sup> —, que poderia colocar Camões nas rotas que ligavam Malaca ao Sião e ao Camboja, muito frequentadas por navios mercantes portugueses.<sup>28</sup> Por outro lado, a viva descrição dos produtos típicos das ilhas mais orientais da Insulíndia — «Olha cá pelos mares do Oriente/As infinitas Ilhas espalhadas»<sup>29</sup> —, que poderia pressupor uma viagem à fortaleza portuguesa de Ternate, no arquipélago de Maluco.<sup>30</sup> Alguns anos mais tarde, já em Lisboa, Camões publicará dois poemas dedicados a D. Leonis Pereira nas peças introdutórias a uma obra de Pêro de Magalhães de Gândavo, a *Historia da prouincia sa[n]cta Cruz a qui' vulgarme[n] te chamam Brasil*, impressa em 1576.<sup>31</sup> Ora este D. Leonis Pereira foi contemporâneo de Camões no Oriente, pelo que importaria aprofundar um pouco mais a sua biografia, que ainda é mal conhecida; mas ele encontrava-se na fortaleza de Ormuz quando Camões por lá passou em 1555; e seria mais tarde capitão da fortaleza de Malaca.<sup>32</sup>

Depois de 1563, temos um novo silêncio documental, que se estende até 1569 (mais cinco anos), quando Diogo do Couto, mais tarde cronista dos feitos orientais dos portugueses, durante uma viagem que realizou a Portugal, encontrou o Poeta na costa oriental de África. Com efeito, na versão extensa da sua *Década VIII da Ásia*, concluída por volta de 1614 ou 1615 e que na época se conservou manuscrita, Diogo do Couto relata o seu

<sup>27</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 10, est. 128.

<sup>28</sup> Relativamente a esta questão, ver Rui Manuel Loureiro, «Camões em Macau: Um Mito Historiográfico», pp. 109-125

<sup>29</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 10, est. 132.

<sup>30</sup> Sobre a presença portuguesa neste arquipélago, ver Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605* (Macau: Instituto Português do Oriente, 1999).

<sup>31</sup> Pêro de Magalhães de Gândavo, *Historia da prouincia sa[n]cta Cruz a qui' vulgarme[n] te chamam Brasil* (Lisboa: António Gonçalves, 1576), fls. 2-4. Sobre Gândavo e Camões, ver Vasco Graça Moura, *Sobre Camões, Gândavo e Outras Personagens, hipóteses de história da cultura* (Porto: Campo das Letras, 2000).

<sup>32</sup> Parece não existir ainda um estudo sobre esta relevante personagem. A respeito de algumas das atividades de D. Leonis, ver Pierre-Yves Manguin, «Of Fortresses and Galleys: The 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird's-Eye View», *Modern Asian Studies*, vol. 22, n. 3, pp. 607-628.

encontro com Luís de Camões em Moçambique. O Poeta, que em Goa fora seu grande amigo e companheiro, vivia então da caridade alheia naquela fortaleza portuguesa da África Oriental, onde esperava passagem para a Europa.<sup>33</sup> Assim, tudo resumido, não são grandes os indícios documentais da presença de Luís de Camões no Oriente, que se terá estendido por um longuíssimo período de 17 anos.

*Os Lusíadas*, com raríssimas exceções, não se referem a sucessos no Oriente de que Camões tenha sido testemunha — lembro apenas a menção aos «cantos [...] molhados».<sup>34</sup> As referências históricas diretas ou indiretas, estas últimas sob a forma de profecias, reportam-se quer à viagem de Vasco da Gama, quer a eventos envolvendo personagens (capitães, governadores, vice-reis) que passaram pelo Oriente sensivelmente até meados do século XVI, antes de Camões chegar à Índia, portanto.<sup>35</sup> Por isso, é difícil avaliar o valor testemunhal d'*Os Lusíadas*, relativamente à vivência militar do Poeta. Camões participou em múltiplas viagens marítimas, sem dúvida, talvez um pouco por todos os mares asiáticos. Em algumas dessas jornadas terão ocorrido recontros violentos, quer associados a expedições punitivas contra potentados orientais, quer a recontros com navios otomanos (muito raros), quer resultantes de atividades depredatórias (curso, pirataria), tanto da parte dos portugueses como de navios orientais. De resto, não parece haver grandes indícios de Camões ter tomado parte em atividades militares de natureza terrestre, sob a forma de cercos ou descercos de fortalezas, ou outro tipo de campanhas militares.

Mesmo assim, a arte da guerra está presente um pouco por todo o Poema, e é possível identificar em *Os Lusíadas* diversas passagens que, embora sobre forma poética, refletem a vivência militar do século XVI.

---

<sup>33</sup> Ver Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993-1994), vol. 1, pp. 469-470. A respeito da relação entre Camões e Couto, ver Maria Augusta Lima Cruz, «Camões e Diogo do Couto», in Vítor Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*, pp. 210-221. Sobre Couto e as suas *Décadas da Ásia*, ver Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998).

<sup>34</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 10, est. 128.

<sup>35</sup> A este respeito, ver Paul B. Dixon, «History as Prophecy in Camões's "Os Lusíadas"», *Luso-Brazilian Review*, vol. 22, n. 2, 1985, pp. 145-150.

- Em primeiro lugar, é evidente que Camões domina com à-vontade o contexto oriental, isto é, o teatro de operações, como hoje se diria. A sua perceção da geografia oriental é muito ampla e muito detalhada, fruto de dilatadas viagens que terá realizado um pouco por toda a Ásia marítima.<sup>36</sup>
- Depois, o léxico associado à guerra e ao armamento no Poema é muito diversificado, e sempre utilizado com propriedade (tendo já sido objeto de um estudo especializado), testemunhando um convívio prolongado e intenso com o mundo militar e marítimo.<sup>37</sup>
- Em terceiro lugar, Camões descreve com brevidade, mas sempre com rigor, uma diversificada tipologia de episódios militares, incluindo bombardeamentos de localidades costeiras, troca de fogo entre navios rivais, abordagem de embarcações inimigas, combates corpo-a-corpo, intervenção de espingardeiros, defesa de fortificações, e assim sucessivamente.<sup>38</sup> Evidentemente, poderia tratar-se de um conhecimento em segundo mão, adquirido junto de testemunhas presenciais ou em relatos cronísticos e de atualidade.
- De seguida, existe em Camões uma clara consciência da extrema importância das armas de fogo, tanto das «espingardas de aço puras»,<sup>39</sup> como, sobretudo, da «furiosa e dura artelharia»,<sup>40</sup> nas atividades militares que os portugueses desenvolvem no Oriente. Os canhões europeus são frequentemente um fator decisivo no desenlace dos confrontos ou das rivalidades. Parece

---

<sup>36</sup> Sobre esta problemática, ver o estudo de Orlando Ribeiro, «Camões e a Geografia», *Finisterra*, vol. 15, n. 30, 1980, 153-199.

<sup>37</sup> Ver J. de Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989).

<sup>38</sup> Para uma abordagem d'*Os Lusíadas* nesta perspetiva, ver Michael Murrin, *History and Warfare in Renaissance Epic* (Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1994), pp. 138-159.

<sup>39</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 1, est. 67.

<sup>40</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 1, est. 89.

existir uma compreensão clara da mudança do paradigma da guerra que se tinha verificado ao longo da primeira metade do século XVI (e que alguns autores têm designado como "revolução militar").<sup>41</sup>

- Em quinto lugar, o Poeta está atento, e destaca, a importância da associação entre as armas e as letras nos líderes militares, que devem ter «Nũa mão sempre a espada e noutra a pena»,<sup>42</sup> pois «não houve forte capitão/Que não fosse também douto e ciente».<sup>43</sup> Em *Os Lusíadas*, são múltiplos os heróis camonianos que remetem para este tópico humanístico.

- Enfim, na breve resenha da construção do *Estado da Índia* incluída no canto X de *Os Lusíadas*, são registados sobretudo os feitos militares ou as conquistas territoriais de capitães, governadores e vice-reis, como Duarte Pacheco Pereira, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque ou D. João de Castro.

A longa vivência oriental de Luís de Camões teve, sem qualquer dúvida, uma extraordinária influência na composição d'*Os Lusíadas*, não há que negá-lo. Aliás, é quase certo que no regresso do Poeta a Lisboa, em meados de 1570, o manuscrito da epopeia estivesse praticamente terminado, dada a rapidez com que apareceria sob forma impressa, menos de dois anos depois. Com grande probabilidade, a obra foi escrita durante o período oriental da vida de Camões. E as referências incluídas n'*Os Lusíadas* à arte da guerra refletem em múltiplos casos experiência vivencial. Contudo, valerá a pena lembrar a opinião em tempos expressa por António José Saraiva, de que «*Os Lusíadas* poderiam ter sido escritos sem o autor se dar ao trabalho de sair de Lisboa», com

---

<sup>41</sup> Ver Sanjay Subrahmanyam & Geoffrey Parker, «Arms and the Asian: Revisiting European firearms and their place in early modern Asia», *RC – Revista de Cultura / Review of Culture*, n. 26, 2008, 12-42.

<sup>42</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 7, est. 79.

<sup>43</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 5, est. 97. A respeito deste tópico, ver a coletânea de estudos de Sousa Rebelo, *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa* (Lisboa: Livros Horizonte, 1982).

recurso a um conjunto de relações, tratados e crónicas que Camões conheceria bem, e que já foram devidamente arrolados.<sup>44</sup>

Tudo somado, parece evidente que a obra de Luís de Camões precisa de ser ainda mais profundamente explorada, nas suas ligações com o Oriente e com o *Estado da Índia*, tendo em conta o longuíssimo período durante o qual o Poeta peregrinou por aquelas remotas partes. E apenas um pequeno exemplo permitirá entrever as imensas possibilidades que uma análise mais fina poderá abrir na interpretação da obra camoniana e na reconstituição da biografia de Camões. A determinado passo d'*Os Lusíadas*, existe uma referência a «Morrer nos hospitais, em pobres leitos,/Os que ao Rei e à Lei servem de muro!». <sup>45</sup> Trata-se, sem qualquer dúvida, de uma alusão a António Galvão, que foi capitão das ilhas de Maluco na segunda metade da década de 1530 e é autor do conhecido *Tratado dos descobrimentos*, que foi impresso postumamente em Lisboa em 1563. Os derradeiros anos de vida de Galvão foram, efetivamente, passados num hospital em Lisboa, onde de resto terá trabalhado na composição da sua obra.<sup>46</sup> Não parece que este pormenor tenha sido destacado, quer nos estudos dedicados ao capitão português, quer na imensa produção camonística sobre o Oriente. E não parece, também, que esta obra tenha sido referenciada como uma das fontes de *Os Lusíadas*. É apenas um exemplo, mas muitos outros haverá.

---

<sup>44</sup> António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal – Volume II* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1961), p. 169. Sobre as fontes consultados por Camões, ver José Maria Rodrigues, *Fontes dos Lusíadas* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979).

<sup>45</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas* (2000), c. 10, est. 23.

<sup>46</sup> Ver António Galvão, *Tratado que compôs o nobre e notável capitão António Galvão, dos diversos e desvaierados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especearia veio da Índia às nossas partes e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos até à era de mil e quinhentos e cinquenta* (Lisboa: João da Barreira, 1563). A respeito de António Galvão, ver Giuseppe Marcocci, *The Globe on Paper: Writing Histories of the World in Renaissance Europe and the Americas*, trad. Richard Bates (Oxford: Oxford University Press, 2020); pp. 49-79.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALVES, Jorge Santo (ed.). *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*, 4 vols. Lisboa: Fundação Oriente & Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.
- ALMEIDA, Aníbal. *O Rosto de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.
- ALMEIDA, Isabel. «Cartas de Camões», in Vítor Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, 2011, pp. 401-415.
- ALMEIDA, Isabel (ed.). *Peregrinação 1614*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos – Universidade de Lisboa, 2017.
- AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. «Uma Nova e Preciosa. Espécie Iconográfica Quinhentista de Camões», *Panorama*, ns. 42-43, 1972, pp. 96-103.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: António Gonçalves, 1572.
- CAMÕES, Luís de. *Rhytmas*, ed. Estêvão Lopes. Lisboa: Manuel de Lira, 1595.
- CAMÕES, Luís de. *Rimas*, ed. Estêvão Lopes. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1598.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, ed. Manuel Correia. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, ed. Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- CARVALHAL, Helder; Murteira, André & Jesus, Roger Lee (eds.). *The First World Empire: Portugal, War and Military Revolution*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2021.
- COSTA, José Pereira da (ed.). *Luís de Camões – Transcrição de documentos da Torre do Tombo*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2021.
- COUTO, Dejanirah & Loureiro, Rui Manuel (eds.). *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag/Calouste Gulbenkian Foundation, 2008.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993-1994.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. «Camões e Diogo do Couto», in Vítor Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, 2011, pp. 210-221.
- DIXON, Paul B. «History as Prophecy in Camões's "Os Lusíadas"», *Luso-Brazilian Review*, vol. 22, n. 2, 1985, pp. 145-150.
- EARLE, Thomas F. *Estudos sobre Cultura e Literatura Portuguesa do Renascimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- GALVÃO, António. *Tratado que compôs o nobre e notável capitão António Galvão, dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e*

- especearia veio da India às nossas partes e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos até à era de mil e quinhentos e cinquenta.* Lisboa: João da Barreira, 1563.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *Historia da prouincia sa[n]cta Cruz a qui' vulgarme[n]te chamam Brasil.* Lisboa: António Gonçalves, 1576.
- LOBATO, Manuel. *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605.* Macau: Instituto Português do Oriente, 1999.
- LOUREIRO, Rui Manuel. *Em busca das origens de Macau.* Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.
- LOUREIRO, Rui Manuel. *A Biblioteca de Diogo do Couto.* Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.
- LOUREIRO, Rui Manuel. *Fidalgos, Missionário e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI.* Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- LOUREIRO, Rui Manuel. «Camões em Macau: Um Mito Historiográfico», *RC – Revista de Cultura / Review of Culture*, n. 7, 2003, pp. 109-125.
- LOUREIRO, Rui Manuel. *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães.* Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019.
- MANGUIN, Pierre-Yves. «Of Fortresses and Galleys: The 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird's-Eye View», *Modern Asian Studies*, vol. 22, n. 3, pp. 607-628.
- MARCOCCI, Giuseppe. *The Globe on Paper: Writing Histories of the World in Renaissance Europe and the Americas*, trad. Richard Bates. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de. «Biografia de Luís de Camões», in Vítor Aguiar e Silva (ed.), *Dicionário de Luís de Camões.* Lisboa: Editorial Caminho, 2011, pp. 128-149.
- MOURA, Vasco Graça. *Sobre Camões, Gândavo e Outras Personagens, hipóteses de história da cultura.* Porto: Campo das Letras, 2000.
- MURRIN, Michael. *History and Warfare in Renaissance Epic.* Chicago / Londres: The University of Chicago Press, 1994.
- NEWITT, Malyn. *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668.* Londres/Nova Iorque: Routledge, 2005.
- NOVO, Isabel Rio. *Fortuna, Caso, Tempo e Sorte: Biografia de Luís Vaz de Camões.* Lisboa: Contraponto Editores, 2024.
- ORTA, Garcia de. *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India.* Goa: Joannes de Endem, 1563.

- ORTA, Garcia de. *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, ed. Rui Manuel Loureiro & Teresa Nobre de Carvalho. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2024.
- OSÓRIO, Jorge A. «Na elegia de Camões “O poeta Simónides falando”», *Revista Via Spiritus*, n. 16, 2009, pp. 189-213.
- PELÚCIA, Alexandra. *Afonso de Albuquerque: Corte, Cruzada e Império*. Lisboa: Temas e Debates, 2016.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Camoniana Varia*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2007.
- PISSARRA, José Vergílio Amaro. *A Armada da Índia: Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra no Oriente (150–1510)*, dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2001.
- PRESTES, António; Camões, Luís de Camões & outros. *Primeira parte dos Autos e comedias portuguesas*, ed. Afonso Lopes. Lisboa: Andrés Lobato, 1587.
- REBELO, Luís de Sousa. *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- RIBEIRO, Eduardo. *Camões no Oriente*. Macau: Labirinto das Letras, 2012.
- RIBEIRO, Orlando. «Camões e a Geografia», *Finisterra*, vol. 15, n. 30, 1980, 153-199.
- RODRIGUES, José Maria. *Fontes dos Lusíadas*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415–1808)*, trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.
- SANTOS, Catarina Madeira. «Goa é a Chave de Toda a Índia»: *Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505–1570)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- SARAIVA, António José. *Para a História da Cultura em Portugal – Volume II*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1961.
- SILVA, Joaquim Candeias da. *O Fundador do «Estado Português da Índia» – D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.
- SIMÕES, J. de Oliveira. *As Armas nos Lusíadas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia: A Political and Economic History*. Londres: Longman, 1993.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay & Parker, Geoffrey. «Arms and the Asian: Revisiting European firearms and their place in early modern Asia», *RC – Revista de Cultura/Review of Culture*, n. 26, 2008, 12-42.
- VILA-SANTA, Nuno. D. *Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas políticas*

*do Reino e do império em meados de Quinhentos*. Lisboa: CHAM – Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2011.

VILA-SANTA, Nuno. *Do Algarve, a Marrocos e à Índia: Francisco Barreto e a Casa de Quarteira (Séculos XV–XVI)*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé/Arquivo Municipal de Loulé, 2021.

WILLIS, Clive. «The Correspondence of Camões (with Introduction, Commentaries, Translation and Notes)», *Portuguese Studies*, vol. 11, 1995, pp. 15-61.

WILSON-LEE, Edward. *A Torre dos Segredos: Os Mundos Paralelos de Camões e Damião de Góis*, trad. João Pedro Tapada. Lisboa: Bertrand Editora, 2022.

## 16. Um novo mapa da viagem de Vasco da Gama para ilustrar *Os Lusíadas* (1878)

JOÃO CARLOS GARCIA<sup>1</sup>

Os comentadores de Camões há muito que analisam os aspetos artísticos e iconográficos das edições das suas obras, sejam as páginas de rosto dos volumes, os supostos retratos do poeta e as muitas gravuras, isoladas ou em série, que ilustram os cantos de *Os Lusíadas* ou outros textos do autor<sup>2</sup>. Aos mapas, raros, mas existentes, poucos reparos foram feitos. O poema épico, em particular, estruturando-se em torno de uma viagem, intercontinental e decisiva na evolução da História do Mundo, estranho é que não incluía mapas complementares, facto que não tem despertado a atenção dos leitores em geral, e dos especialistas, em particular.

### OS MAPAS N'OS LUSÍADAS

Nas edições de *Os Lusíadas* essa presença cartográfica inicia-se, isoladamente, no século XVII, ilustrando os comentários de Faria e Sousa (1639), e densifica-se ao longo de Setecentos e inícios de Oitocentos, quer em edições portuguesas (ou em português) quer, sobretudo, em edições estrangeiras, entre as quais avultam as inglesas de William Mickle, a partir de 1778 (Fig. 1)<sup>3</sup>. Trata-se quase em exclusivo e, aparentemente, do Mapa Mundo sobre o qual se reconstituiu o itinerário marítimo da frota de Vasco da Gama, entre Portugal e o Indostão ocidental (e regresso a Lisboa), em 1497–1499. As fontes para essa recomposição não eram muitas, e nem sempre

---

<sup>1</sup> Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>2</sup> Ver B. Coutinho, 1946-1949.

<sup>3</sup> Cf. Cardim, 1940 e Almeida, 2024.

detalhadas e seguras. Não eram “científicas” e exatamente coevas: por um lado as crônicas apologéticas dos feitos dos portugueses — Castanheda, João de Barros, Damião de Góis —, por outro, as estâncias de *Os Lusíadas*, que muito naquelas se baseiam<sup>4</sup>.

Mas antes de desconstruir as imagens, para compreender por quem, para quem e como foram elaboradas, há que reunir os elementos do universo existente, e não é tarefa fácil. Vários são os problemas que se levantam à identificação e controlo da ilustração em exemplares de edições de *Os Lusíadas*, não só as artísticas gravuras, mas, sobretudo, os mapas. Sejam os catálogos manuais ou *on-line* das bibliotecas, sejam as obras de referência e estudos ou os catálogos de coleções, leilões ou de exposições bibliográficas e iconográficas dedicadas à vida e obra de Camões, muitos enfermam de lacunas na informação difundida<sup>5</sup>. Várias são as razões explicativas para esta realidade: normas bibliográficas não aplicadas ou aplicadas de modo deficiente, desigual atenção dada a cada elemento da descrição bibliográfica (escala, coloração, gravação, dimensões) ou mesmo omissão pura e simples de informação sobre a presença da ilustração.<sup>6</sup>

Mesmo em obras digitalizadas e disponíveis *on-line* não é possível confirmar muitas características do mapa que: deveria estar no exemplar da edição consultada e não está, porque foi cortado, rasgado, descolado, desencadernado; está mas não inserido entre as páginas previstas pelo autor ou editor; está, mas dobrado e assim foi digitalizado, o que não permite a sua visualização; está mas não devia estar porque a edição consultada não é ilustrada e, por essa razão, o mapa pode ser de outra edição ou de outra obra, inserido e encadernado nesta, que lhe é estranha. Foi tendo em conta todos estes problemas que procurámos os mapas nas edições de *Os Lusíadas*.

---

<sup>4</sup> Rodrigues, 1979 e Velho, 2019, p. 25-26.

<sup>5</sup> Ver v.g. *Bibliographia...*, 1880; Gonçalves, 1924; *Exposição...*, 1934; Barbosa, 1972; *Os Lusíadas...*, 1972; Martins, 1972 e Bernardes, 2015.

<sup>6</sup> Na extensa e minuciosa obra de Bernardo Xavier Coutinho sobre as artes plásticas e a iconografia nas obras de Camões não encontramos referência aos mapas que as ilustram (Coutinho, 1946-1949).

A recolha deu os seus frutos, mais numerosos e diversos que o esperado<sup>7</sup>. Aqui trataremos apenas de um episódio particular nesse largo processo: a reformulação do itinerário da viagem dos navegadores portugueses, também em mapa, com base em dados até então desconhecidos, no segundo quartel do século XIX, e a posterior incorporação dessa imagem nas novas edições de *Os Lusíadas*, quatro décadas mais tarde.

### O ROTEIRO DE ÁLVARO VELHO E O SEU MAPA

A viagem de Vasco da Gama, de cada etapa e de cada escala, alterou-se desde 1838, ao ser publicada a transcrição de uma fonte coeva (não o original, mas uma cópia quinhentista), que descreve com detalhe a rota marítima seguida pela frota portuguesa nos oceanos Atlântico e Índico, entre 1497 e 1499. Trata-se do “Roteiro” anónimo, mas atribuído a um dos participantes da expedição, Álvaro Velho, encontrado na Biblioteca Pública do Porto, entre os manuscritos vindos da Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, por iniciativa de Alexandre Herculano, na sequência da extinção das ordens religiosas e no contexto da implantação do Regime Liberal em Portugal.

O texto foi publicado no Porto, sob o título de *Roteiro da Viagem que em Descobrimto da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497, segundo um Manuscripto coetâneo existente na Biblioteca Publica Portuense*, por Diogo Köpke e António da Costa Paiva, em 1838<sup>8</sup>.

Diogo Köpke (1805–1844), natural do Porto, fez a sua formação em Matemática pela Universidade de Coimbra, e uma carreira militar no exército liberal, que incluiu o exílio em França e, posteriormente, a campanha do Cerco do Porto, em 1832–1833. Foi depois professor na Academia Real de Marinha e Comércio do Porto e, com a reestruturação da instituição, Lente de Trigonometria Esférica, Princípios de Astronomia, de Geodesia e

---

<sup>7</sup> Sobre eles preparamos uma análise mais aprofundada.

<sup>8</sup> Consultados os exemplares existentes na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Res. 707 P. e na Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), 147-B-126.

Navegação Teórica, da Secção de Matemática da Academia Politécnica do Porto, a partir de 1838. Além do Roteiro da viagem de Vasco da Gama publicou mais duas importantes fontes históricas do século XVI: o *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, de André Álvares de Almada (Porto, 1841) e o *Primeiro Roteiro da Costa da Índia, desde Goa até Dio*, de D. João de Castro (Porto, 1843), qualquer delas com cartografia anexa, seja a reprodução de mapas antigos, seja a inclusão de mapas históricos, provavelmente por influência da sua formação militar. Köpke foi dos primeiros membros correspondentes portugueses do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado em 1838, mas faleceu pouco depois, em 1844.

António da Costa Paiva (1806–1879), Doutor em Medicina pela Universidade de Paris e professor de Filosofia Racional e Moral, na Academia Real de Marinha e Comércio do Porto, era então Lente de Botânica e Agricultura, Metalurgia e Arte de Minas na Academia Politécnica do Porto e ainda 1.º Diretor do Jardim Botânico do Porto. Como Köpke foi também exilado liberal em França, estabelecendo aí uma importante rede de contactos científicos e culturais que o acompanharam ao longo da vida.

No contexto da historiografia portuguesa, a procura, “descoberta” e difusão de fontes textuais (e cartográficas) históricas nas bibliotecas e arquivos portugueses e estrangeiros, nas décadas de 1830–1840, não é inocente<sup>9</sup>. Se são tempos determinantes no quadro político europeu, também o são nas linhas definidoras do colonialismo das diversas potências em formação ou em expansão, que mais tarde a Conferência de Berlim (1884–1885) procurará estabelecer. Nas reuniões internacionais de negociação e arbitragem, ou mesmo antes e após a guerra ou a paz, havia que apresentar provas de prioridade de descobrimento e ocupação de territórios ultramarinos, através de documentos e obras, fossem elas jurídicas, historiográficas, geográficas, literárias e mesmo poéticas. Datam de então, em primeiras edições ou reedições, de obras de Zurara, de D. João de Castro, de Damião de Góis, ou de Camões<sup>10</sup>. No segundo quartel de Oitocentos foram publicadas cerca de

---

<sup>9</sup> Cf. Garcia, 2005.

<sup>10</sup> Garcia, 2010, p. 67.

quarenta edições de *Os Lusíadas*, catorze em tradução para francês, inglês, italiano, alemão, dinamarquês e sueco, infelizmente, poucas ilustradas<sup>11</sup>.

O mapa impresso que ilustra o *Roteiro...* editado por Köpke e Paiva, intitulado *Carta Demonstrativa da Viagem que em Descobrimento da Índia fez Vasco da Gama em 1497* (Fig. 2) em muito se inspira nas versões dos mapas insertos nas edições inglesas de *Os Lusíadas*, de William Mickle, desde *A Chart of the Voyage of Gama, and of the Portuguese Discoveries* (ed. 1778) até *A Chart Illustrative of the Voyage of De Gama and the Portuguese Discoveries* (ed. 1807). O título desta última o denuncia. A principal diferença é o espaço terrestre ocupado nos mapas: os de Mickle correspondem à metade portuguesa do globo terrestre definida em Tordesilhas, do Brasil à Oceania. Aí decorreram as *Portuguese Discoveries*.

Preparando uma melhor observação para o leitor, a *Carta Demonstrativa...* é apresentada numa escala aproximada de 1: 50.500.000, e a “janela” sobre a superfície da Terra estende-se, segundo os valores inscritos sobre a esquadria, dos 45° de Latitude Norte aos 45° de Latitude Sul, e dos 19° Oeste aos 116° Leste, tendo por referência o Meridiano de Lisboa, o que é dizer, do Mar Negro ao sul do continente africano, dos Açores a Sumatra. O original foi desenhado pelo próprio Diogo Köpke (Köpke del.) e impresso numa pequena dimensão (24,3 X 31,7 cm), na litografia de João Baptista Ribeiro (Lith. de Ribeiro), pelo artista gráfico João Carvalho (Carv.<sup>o</sup> lith.).<sup>12</sup>

Baptista Ribeiro era então Diretor do Museu de Pinturas e Estampas (futuro Museu Nacional de Soares dos Reis) e lente de Desenho da Academia Politécnica do Porto, sendo conhecida a sua notável obra nas primeiras etapas da litografia em Portugal. Menos divulgada está a sua atenção à produção cartográfica<sup>13</sup>. O mapa da viagem de Vasco da Gama é,

<sup>11</sup> Cf. Almeida, p. 58.

<sup>12</sup> Na introdução ao *Roteiro* refere-se a importância desse contributo: “Os fac-similes e Mappa são do desenho lithografico do Snr. João Thomaz de Carvalho e Silva, que já se tem distinguido em trabalhos da mesma espécie.” (*Roteiro da viagem que...*, 1838, p. XXVII). Contudo, o artístico retrato de “Dom Vasco da Gama”, no verso da página de guarda da obra, está assinado pelo próprio João Baptista Ribeiro (J.B.R. Lith./Porto, 1838).

<sup>13</sup> Sobre os primeiros testemunhos da produção litográfica na cidade do Porto, ver Lopes, 2025.

seguramente, um dos primeiros e marcantes testemunhos deste universo da gravura na cidade do Porto.

Na extensa introdução do *Roteiro da Viagem...* explicam-se as razões para a elaboração do mapa temático: “No Mappa Demonstrativo da Derrota de D. Vasco da Gama, procuramos, marcando a verdadeira direcção della, (até onde é possível,) destruir de uma vez para sempre a força das asserções que entre nacionaes e estrangeiros tem apparecido, da imperícia e casualidade do Descobrimento da Índia.”<sup>14</sup> Assim, é a configuração minuciosa do percurso marítimo sobre o fundo de mapa, que comprova as bases científicas sobre as quais se planeou o empreendimento, não se atingindo o Indostão por mero acaso ou graças à providência divina. Referem-se mesmo os conhecidos responsáveis por essas versões menos defensoras das capacidades científicas dos portugueses: “Citaremos, d’entre outros, o Dezembargador Antonio de Mariz Carneiro, o Cosmographo Mór do Reino, que no seu “Regimento de Pilotos e Roteiro da Navegação da Índia” — (Lisboa, 1642) diz: — [que Vasco da Gama] guiado mais por Deos Nosso Senhor, que por roteiros nem informações que levasse a que parte do mundo a Índia estava e só com aquelle seu esforço e invencivel animo não temeo dobrar o dito cabo.” E acrescenta-se sobre os autores estrangeiros: “[...] quando encontramos nacionais assim desfigurando os factos, não é de admirar que entre estrangeiros se adoptem ideias, que logo nelles apparecem revestidas de linguagem menos comedida em desdouro de nossa fama.”<sup>15</sup>

O texto do *Roteiro...* e a interpretação cartográfica da “verdadeira” direcção da derrota seguida em direcção à Índia atestam que “[...] D. Vasco da Gama ia munido de quantas instrucções e socorros lhe podia subministrar a observação, a política, e as sciencias daquelle tempo.” Dois exemplos esclarecedores, um para o Oceano Atlântico, outro para o Índico: por um lado, “[...] aproveitou-se do conhecimento dos ventos geraes, da Costa Occidental d’Africa, que erão contrários á sua derrota”; por outro, “[...] vemo-lo aproveitando-se das monções tanto para a sua ida a Calecut como em sua volta.”<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> *Roteiro da viagem que...*, 1838, p. XXIII.

<sup>15</sup> *Roteiro da viagem que...*, 1838, p. XXIII-XXIV.

<sup>16</sup> *Roteiro da viagem que...*, 1838, p. XXIV-XXV. Ver Daveau, 1993.

Graças às informações técnicas contidas na fonte é possível recuperar os detalhes da sequência do caminho marítimo explorado<sup>17</sup>, o que permite estabelecer uma aproximação aos factos ocorridos e esquecer as hipóteses conjecturais, de que os mapas com a mesma temática, incluídos nas edições de *Os Lusíadas*, são bons exemplos. “São estas as circunstancias que quize-mos apontar em nossa Carta Reduzida de sua Derrota, a qual temos marcada por rumos que ainda que se não devem considerar mais do que aproximações, são mais representativas da verdade do que as arbitrárias derrotas que na maior parte dos Mappas (em que esta navegação se acha marcada) lhe são assignadas.”<sup>18</sup>

Confrontando o texto do *Roteiro*... e o mapa de Köpke damo-nos conta, na sequência dos topónimos, da fidelidade do cartógrafo à fonte histórica, desde as Canárias e o litoral a sul de Marrocos (Terra Alta, Rio do Ouro) aos rios Senegal e Gâmbia, e depois, do Cabo da Boa Esperança até Melinde. Os locais correspondem diretamente à narrativa dos feitos da armada: A. de Sta Helena, Cabo da Boa Esperança, R. de St. Iago, A. de S. Bras, I. da Cruz, I. Chãos, Padram de B. Dias, R. do Infante, R. do Cobre, R. dos Bons Signaes, Moçambique, Quiloa, Baixos de S. Rafael, Zanzibar, Mombaça, Melinde e Pate.

Köpke introduziu também pontos de referência no litoral africano, conhecidos dos leitores mas não citados no texto, como são os cabos — Não, Bojador, Branco, das Palmas, Negro e Guardafum —, alguns rios — dos Camarões, Zaire ou do Manicongo e outros não identificados —, importantes cidades — Fez, Marrocos (Marraquexe), Luanda —, e as estratégicas ilhas do Atlântico sul e do Índico ocidental — S. Thome, Príncipe, F.[ernão] P°, Annobon, Ascensão, S. Matheus (ilha mítica), Sta Hellena, Tristão da Cunha, I. de S. Lourenço (Madagascar), I. do Mascarenhas (Bourbon), I. do Cirnes (França), Saia de Malha, Maldivas, Ceilão, Lacadivas e Socotora. Dos referidos na fonte, poucos locais ou espaços estão em falta, como é o caso das

<sup>17</sup> Ver Subrahmanyam, 2023, p. 99-116.

<sup>18</sup> *Roteiro da viagem que...*, 1838, p. XXVI.

costas do Natal e da Terra da Boa Gente (sul de Moçambique) e dos padrões colocados na Baía de São Brás e junto ao Rio dos Bons Sinais. Apenas se dá destaque ao padrão de São Gregório (Padram de B. Dias), próximo do rio do Infante, recordando o limite da viagem daquele navegador ao longo da costa da África oriental, depois de ultrapassado o Cabo da Boa Esperança, em 1488.

Como ficou dito, só o conhecimento concreto dos territórios através da experiência e do saber científico, no quadro de uma política geoestratégica intercontinental, podem explicar a rapidez e eficácia da presença e sucesso dos portugueses nas rotas marítimas e comerciais do Atlântico Sul e do Índico. A viagem de Vasco da Gama é um momento inicial dessa transformação com largas consequências na História Universal.

### A EDIÇÃO DO ROTEIRO POR FERDINAND DENIS

O “Roteiro” atribuído a Álvaro Velho conhece uma primeira tradução e difusão internacional, através da versão francesa de Ferdinand Denis inserta no tomo III, da coletânea de Édouard Charton, *Voyageurs Anciens et Modernes ou choix des relations de voyages les plus interessantes et les plus instructives depuis le cinquième siècle avant Jésus-Christ jusqu’au dix-neuvième siècle*. Trata-se de uma obra de grande difusão, editada em Paris, pelos Bureaux du Magasin Pittoresque, em 1855<sup>19</sup>.

Ferdinand Denis (1798–1890), era um conhecido viajante e historiador francês, arquivista e bibliotecário em Paris. Académico Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, foi um fiel e dedicado investigador de temas portugueses e, sobretudo, brasileiros (história, antropologia, etnologia), participando na publicação de importantes fontes históricas. A Denis se deve, em 1837, a identificação na Bibliothèque Royale da *Crónica do*

---

<sup>19</sup> Consultado o exemplar existente na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), H.G. 6107 A. A obra foi reeditada por Jean Cassou in *La Découverte du Nouveau Monde, relations contemporaines des voyages de Christophe Colomb, Vasco da Gama...* Paris: A. Michel, 1966 e Verviers: Marabout, 1982.

*Descobrimento e Conquista de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, publicada em Paris com introdução e notas do 2º Visconde de Santarém, em 1841; desse mesmo ano data a sua “Notice biographique et critique sur Camoens”, na edição de *Les Lusiades*, traduzidos por Ortaire Fournier e Desaulès<sup>20</sup>.

O contributo de Ferdinand Denis para a obra de Charton, “Vasco da Gama Voyageur Portugais 1497–1524”<sup>21</sup>, inclui a referida tradução da fonte portuguesa, estando o mapa de Diogo Köpke reproduzido nas primeiras páginas do texto, aqui sob o título: *Carte Itineraire de la Découverte des Indes par Vasco de Gama 1497*<sup>22</sup>. A dimensão da imagem foi reduzida para quase metade (13,0 X 17,5 cm) e a escala calculada em função dos valores de Latitude é de ca. 1: 88.000.000, mantendo-se o Meridiano de Lisboa como referência para os valores de Longitude. Não há identificação de desenhador ou gravador nesta versão do mapa.

Ferdinand Denis não só cita bibliograficamente o *Roteiro da Viagem...* publicado por Köpke e Paiva, em 1838, do qual parte<sup>23</sup>, como elogia o mapa elaborado pelo primeiro: “Les éditeurs si consciencieux auxquels on doit cette importante publication y ont joint une carte, sur laquelle la navigation de Gama est soigneusement étudiée; nous n’avons pas hésité à la joindre au récit d’Alvaro Velho. Diogo Köpke, trop tôt enlevé à la science, et son collaborateur M. Costa Paiva, on eu un but sérieux en dressant cette carte; ils on voulu prouver que la mémorable découverte par laquelle le monopole du commerce de l’Orient passa de Venise à Lisbonne ne fut nullement, comme on l’a dit, un heureux résultat de circonstances fortuites.”<sup>24</sup>

Confirma-se assim que os objetivos dos eruditos editores portugueses foram cumpridos, também graças à imagem cartográfica estrategicamente

---

<sup>20</sup> Paris: Librairie de Charles Gosselin, 1841 (exemplar consultado na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL) MQP 159). Em *Los Lusiadas*, tradução em castelhano por D. Manuel Aranda y Sanjuan (Barcelona: La Ilustración, 1874) inclui-se também a biografia de Camões por Ferdinand Denis (BACL, MQP 98).

<sup>21</sup> Denis, 1855, p. 209-265.

<sup>22</sup> Denis, 1855, p. 217.

<sup>23</sup> Denis, 1855, p. 219.

<sup>24</sup> Denis, 1855, p. 218.

elaborada: essa aparente visão de um mapa mundo, mas que afinal se resume ao velho mundo, refeito no final do século XV pela viagem de Vasco da Gama. Viagem preparada e concretizada cientificamente, transformando-se num momento redefinidor dos circuitos da navegação e do comércio no sul da Europa e iniciador da expansão colonial portuguesa na Ásia e na Oceânia.

### **O ROTEIRO EDITADO POR ALEXANDRE HERCULANO**

O Roteiro da viagem de Vasco da Gama existente na Biblioteca Pública do Porto voltou a ser divulgado em 1861. Na “Advertência da segunda edição” os coordenadores da obra justificam a importância do empreendimento: “A avidez com que foi procurada e lida a primeira edição, e a raridade dos exemplares della moveram-nos a reimprimir essa narrativa.”<sup>25</sup>

Trata-se do *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII. Segunda edição correcta e augmentada de algumas observações principalmente filológicas* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1861)<sup>26</sup>. Os responsáveis pela edição são Alexandre Herculano (1810-1877) e, novamente, o Doutor António da Costa Paiva, nobilitado por D. Fernando II, em 1854, com o título de Barão de Castelo de Paiva<sup>27</sup>. O texto da primeira edição foi cotejado com o original e na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa existe um exemplar impresso de 1838, com as anotações manuscritas de Alexandre Herculano, das alterações a efetuar, quer no texto introdutório, quer no texto da fonte transcrita<sup>28</sup>.

Sobre a inclusão do mapa preparado por Köpke explica-se na introdução: “Reproduzindo nesta edição o mappa da derrota da armada, cumpre advertir que embora essa derrota seja em grande parte conjectural, é, quanto possível, a reprodução gráfica da narrativa na parte relativa à mesma

---

<sup>25</sup> *Roteiro da viagem de...*, 1861, p. V.

<sup>26</sup> Os exemplares consultados foram os existentes na BACL, Gago Coutinho 787 e na SGL, 147-B-151.

<sup>27</sup> Herculano e Paiva já haviam publicado uma outra fonte histórica quincentista: a *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz (Lisboa: na Impressão de Galhardo), em 1837.

<sup>28</sup> BACL, Ms. Azul 1498.

derrota, estribando-se aliás as conjuncturas no que se sabe ainda hoje sobre os vários rumos que depois do descobrimento se costumavam seguir no imenso trajecto de Portugal á Índia. Trabalho de sciencia e de consciencia de um dos primeiros editores, o sr. Köpke, mancebo de grandes esperanças demasiado cedo roubado ás letras, entendemos dever manter rigoroso escrúpulo na fiel reprodução delle.”<sup>29</sup> E assim foi.

A nova versão da *Carta Demonstrativa da Viagem que em Descobrimento da Índia fez Vasco da Gama em 1497*, em tudo semelhante à produzida no Porto, vinte e três anos antes, foi desta vez gravada por Agostinho José Lopes Dinne (Dinne Gr.), e litografada na Imprensa Nacional. Lopes Dinne era um experimentado artista gráfico dedicado à litografia de mapas, desde meados dos anos de 1840, sendo conhecido o seu trabalho no âmbito da Direção-Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino.

O mapa conserva a mesma escala do da primeira edição, tendo o Meridiano de Lisboa como referência para a Longitude e as mesmas dimensões (24,5 X 31,7 cm). O seu conteúdo não sofreu mudanças, seja no que respeita à figuração dos fenómenos físicos, seja em relação aos humanos, incluindo a toponímia histórica, sendo diferentes apenas as linhas que figuram o percurso de ida e de regresso na viagem: a cheio e a tracejado na 1.ª ed.; a vermelho e a azul, na 2.ª ed., testemunhando uma evolução técnica na impressão dos documentos. O maior número de exemplares produzidos na 2.ª edição permitiu uma maior divulgação e impacto da imagem em Portugal e no estrangeiro.

### **O ROTEIRO COMO MONOGRAFIA FRANCESA**

O *Roteiro da Viagem...* na versão revista e comentada por Herculano e Paiva, à semelhança da primeira edição, de 1838, conhecerá uma tradução para francês, agora em edição monográfica e com maior celeridade no processo editorial<sup>30</sup>. O *Journal du Voyage de Vasco da Gama en MCCCCXCVII*, é

---

<sup>29</sup> *Roteiro da viagem de...*, 1861, p. X-XI.

<sup>30</sup> Cf. *Roteiro da Primeira Viagem...*, 2016.

traduzido diretamente do português por Arthur Morelet, e editado em Lyon, pela Imprimerie de Louis Perrin, em 1864<sup>31</sup>. Diz Morelet: “Nous avons eu les deux Editions sous les yeux, et c’est la plus recente que nous avons traduite, sous en rien retrancher.”<sup>32</sup> O próprio título, com a data da viagem em numeração romana é tradução direta da edição de Herculano-Paiva.

Pierre-Marie-Arthur Morelet (1809–1892) foi um naturalista francês, especialista em malacologia, que visitou Portugal e estudou o arquipélago dos Açores, em 1857, publicando diversos trabalhos sobre o seu campo de estudos. À história e à cultura portuguesas dedicou também particular atenção, sendo eleito Académico Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

O mapa, que copia o título atribuído por Ferdinand Denis – *Carte Itinéraire de la Découverte des Indes par Vasco da Gama en 1497* — encontra-se no final do volume, mantendo toda a informação, a escala e as dimensões das versões existentes nas 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> edições portuguesas, de 1838 e de 1861. O artista gráfico responsável pela gravação do mapa (J.M.Fugère sculp) é Jean-Marie Fugère (1818–1882), desenhador e gravador formado na École des Beaux Arts de Lyon, e a empresa impressora a mesma do volume do texto – Impr. Louis Perrin Lyon -, onde Fugère trabalhou durante três décadas.

A mensagem deixada desde a primeira edição do *Roteiro da Viagem...* mantém-se e difunde-se: o texto atribuído a Álvaro Velho invalida os comentários historiográficos e políticos sobre uma expansão colonial portuguesa não planeada e não científica. Afirma Morelet: “La découverte de la route maritime des Indes ne fut pas un résultat du hasard comme on l’a prétendu par ignorance ou par esprit de dénigrement, mais une oeuvre préparée de longue main [...]”<sup>33</sup> Em meados da década de 1860, são bem-vindos todos os apoios à política colonial que os governos portugueses procuram impor e desenvolver. O 1.º Visconde de Sá da Bandeira coordenara e publicara, havia pouco, os dois primeiros mapas de Moçambique e de Angola: *Zambezia*

<sup>31</sup> O exemplar consultado foi o existente na BNP, H.G.3601 V.

<sup>32</sup> *Journal...*, 1864, p. VII.

<sup>33</sup> *Journal...*, 1864, p. IV.

e *Sofália*, mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos, portugueses e estrangeiros (Lisboa, 1861) e *Angola* (Lisboa, 1863). A discussão das regiões e das fronteiras coloniais entre as potências europeias na África meridional, ainda se prolongaria por muitas décadas.

### O MAPA DO ROTEIRO ADAPTADO A OS LUSÍADAS

A reconstituição da viagem de Vasco da Gama elaborada por Diogo Köpke, publicada em 1838 e republicada em 1861, só se transformará em ilustração de *Os Lusíadas* na primeira edição do poema por John James Aubertin (1818–1900), em tradução inglesa, editada em Londres, em 1878. Trata-se da obra *The Lusiads of Camoens translated into English verse* (2 vols., Londres: C. Kegan Paul & Co., I Paternoster Square, 1878).

Aubertin, naturalista e viajante, percorreu a Península Ibérica em meados dos anos de 1840, vivendo posteriormente no Brasil, como engenheiro ligado à construção do *São Paulo Railway* (1860–1869) e ao cultivo do algodão. Na sequência da tradução de *Os Lusíadas*, foi eleito Acadêmico Correspondente da Seção de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras da Academia das Ciências de Lisboa, em 1878. Como tradutor de Camões publicou ainda *Seventy Sonnets of Camoens* (Londres, 1881), mas as décadas de 1880 e 1890 foram dedicadas a diversas e extensas viagens à América, a África e à Ásia, e à publicação das suas descrições. Após uma expedição ao Chile para observação de um eclipse total do sol, foi nomeado *fellow* da Royal Astronomical Society, de Londres, em 1895.

A tradução de *Os Lusíadas* por Aubertin, numa apresentação bilingue, recolheu na época críticas positivas, entre elas a de Teófilo Braga que, em 1881, a considerou versão “definitiva”<sup>34</sup>. Quanto à imagem cartográfica — *Chart of the Voyage of Vasco da Gama 1497* —, foi litografada a cores, em Londres, por Edward Weller (1819–1884), um conhecido e reconhecido

---

<sup>34</sup> Cardim, 1940, p. 46-47. A versão em português foi assim publicada pela primeira vez em Inglaterra (Moser, p. 316).

cartógrafo e gravador (E. Weller, Litho.), e produzida pelo mesmo editor da obra em que se encontra inserida, C. Kegan Paul & C.<sup>o</sup>, surgindo no I vol., no final do texto de introdução (Fig. 3)<sup>35</sup>. Weller desenhava e imprimia por esses anos os mapas sobre os territórios africanos visitados por Serpa Pinto e Henry Stanley, e publicados nas suas obras.

É na apresentação do poema e do seu autor que Aubertin refere a fonte do mapa: "In the Map which accompanies the work, the outward and home-ward tracks are those taken by sailing vessels to-day, and are copied from the Map in the *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, por A. Herculano, Barão do Cashello de Paiva, Lisboa, 1861."<sup>36</sup>. Existem dois equívocos na afirmação do tradutor: nem os itinerários de ida e de regresso de Vasco da Gama figurados no mapa correspondem aos percorridos pelos veleiros do último quartel do século XIX, como confirmará por experiência própria uma década mais tarde, nem Alexandre Herculano é Barão do Cashello de Paiva. Da afirmação, o que se confirma é a cópia dos itinerários da frota de Vasco da Gama à Índia, a partir da imagem cartográfica de Köpke; tudo o mais no mapa organizado por Aubertin é bastante refeito: a configuração da linha de costa dos continentes, a rede hidrográfica, a toponímia regional e local...

A *Chart of the Voyage of Vasco da Gama* encontra-se numa escala mais pequena, de ca. 1: 52.000.000, calculada a partir dos valores de Latitude indicados, estando a dimensão também reduzida em relação às edições litográficas portuguesas: a altura e a largura da esquadria são agora de 19,4 cm e 25,5 cm, respetivamente. Os Trópicos de Câncer e de Capricórnio foram incluídos e o meridiano de referência deixou de ser o de Lisboa e passou a ser o de Londres/Greenwich.

Os limites da superfície da Terra figurada mantêm-se a Norte (Mares Negro e Cáspio), a Oeste (o meridiano da Ilha das Flores, Açores) e a Sul (o extremo da África meridional), omitindo por completo o continente americano. Para Leste, o mapa termina no delta do Ganges, no Golfo de Bengala,

<sup>35</sup> Camões, 1878, vol. I, entre p. XXXVI-1 (no exemplar da BACL, MQP 84/I).

<sup>36</sup> Cf. Camões, 1878, vol. I, p. XXXV.

e não no extremo leste de Sumatra, como acontecia nas versões portuguesas e francesa. Não há qualquer identificação ou figuração do relevo mas a rede hidrográfica expandiu-se e densificou-se em algumas regiões de África. em função dos novos conhecimentos geográficos do interior do continente recolhidos nas últimas décadas e dos fundos de mapa consultados para a elaboração deste.

Na Ásia (não identificada), destacam-se só três grandes regiões: a Arábia, a Pérsia e a Índia, onde apenas se localizam Mekka e alguns dos núcleos populacionais que tiveram ocupação portuguesa: Ormuz, Diu, Goa, Angediva, Calecut e Cochim. Também deixaram de estar referidos: o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico e o Mar Árábico, correspondendo ao Índico ocidental. Na África, individualizam-se: o Egypt, a Abyssinia, Mozambique, o Congo, o território Mandinga (Império do Mali) e, no espaço correspondente ao Magrebe, a Barbaria foi substituída pela Massylia. É este o primeiro testemunho da incorporação de toponímia da Antiguidade Clássica ou da Mitologia Greco-Latina que estabelece relação entre as regiões ou lugares geográficos e os referidos por Camões em *Os Lusíadas*, o que, naturalmente, não acontecia nas ilustrações portuguesas do *Roteiro*... de Álvaro Velho.

Assim, no mapa de Aubertin, encontramos sobre o Oceano Atlântico a reconstituição minuciosa da viagem dos portugueses com o itinerário copiado de Köpke, com algumas diferenças de localização e denominação de topónimos, de que falaremos. No continente africano registam-se aspetos geográficos (físicos ou humanos) que se destinam a ajudar a leitura do poema de Camões.

A correspondência é quase total entre a informação geográfica incluída nas primeiras estâncias do Canto V de *Os Lusíadas* (em particular as estâncias 6 a 13), em que o Gama narra ao Rei de Melinde a primeira etapa da viagem, e os elementos figurados na África ocidental do mapa de Aubertin, desde o litoral marroquino à foz do rio Zaire.

É o caso da já citada “Massylia”, que remete para o antigo protetorado berbere de Cartago: “Deixámos de Massília a estéril costa,/Onde seu gado os Azenegues pastam” (*Lus.*, V, 6). É o caso do rio “Sanagá” (Senegal),

primeira implantação gráfica linear para sul do Trópico de Câncer no mapa de Aubertin: “Aqui gentes estranhas lava e rega/Do negro Sanagá a corrente fria” (*Lus.*, V, 7). Um pouco para sul, o “C. Verde”, promontório da costa africana que recorrentemente surgia destacado e colorido de verde nos portulanos coevos: “Onde o Cabo Arsinário o nome perde,/Chamando-se dos nossos Cabo Verde” (*Lus.*, V, 7). Quanto ao arquipélago que o antecede, ao largo — “C. de Verde Is” —, com duas ilhas identificadas (“Sall” e “Sitago”, as únicas citadas no *Roteiro...*), encontra-se deliberadamente relacionado com o mítico Jardim das Hespérides, palavra implantada no mapa com diferente corpo de letra: “Entrámos, navegando, polas filhas/Do velho Hespério, Hespéridas chamadas;/Terras por onde novas maravilhas/Andaram vendo já nossas armadas.” (*Lus.*, V, 8)

A visão cartográfica de Camões comprova-se uma vez mais com a descrição da armada a contornar o extremo ocidental africano: “Por aqui rodeando a larga parte/De África, que ficava ao Oriente/A província Jalofo, que reparte/Por diversas nações a negra gente” (*Lus.*, V, 10)<sup>37</sup>. E a imagem de Aubertin a corresponder: no interior, o território mandinga; em direção ao oceano, o vale do Gâmbia: “A mui grande Mandinga, por cuja arte/Logramos o metal rico e luzente,/Que do curvo Gambeia as águas bebe,/As quais o largo Atlântico recebe.” (*Lus.*, V, 10).

Na sequência da narrativa surgem as ilhas Dórcadas, que vários autores associam às Bijagós, nos Rios da Guiné — “As Dórcadas passámos, povoadas/Das irmãs que outro tempo ali viviam” (*Lus.*, V, 11) —, e não as “Dorcadés” que localizou Aubertin no arquipélago de São Tomé e Príncipe. Mas até chegar à foz do rio Níger e a São Tomé, no fundo do Golfo da Guiné, há que passar dois importantes marcos geográficos: a Serra Leoa e o Cabo de Palmas. Tudo descreve magistralmente Camões: “Sempre, enfim, pera o Austro a aguda proa,/No grandíssimo golfão nos metemos,/Deixando a Serra aspérrima Lioa,/Co Cabo a quem das Palmas nome demos./O grande rio onde batendo soa/O mar nas praias notas, que ali temos,/Ficou, co a

<sup>37</sup> Ver Ribeiro, 1971 e 1980.

Ilha ilustre, que tomou/O nome dum que o lado a Deus tocou.” (*Lus.*, V, 12). Todos estes acidentes geográficos encontramos no mapa de Aubertin, ainda que nem todos constem do *Roteiro da Viagem...*, porque a partir de Cabo Verde a armada de Vasco da Gama rumou muito mais para oeste, primeiro em direção ao futuro Brasil, depois diretamente à Baía de Santa Helena e ao Cabo da Boa Esperança. O poeta, contudo, antes de fazer chegar os heróis a estes locais, ainda refere o reino do Congo e o grande rio Zaire, as duas anteriores e marcantes conquistas portuguesas: “Ali o mui grande reino está de Congo,/Por nós já convertido à fé de Cristo,/Por onde o Zaire passa, claro e longo,/Rio pelos antigos nunca visto. (*Lus.*V, 13) Aubertin não deixa de as marcar no mapa.

Comentaremos agora a adaptação da imagem de Köpke por Aubertin, neste novo mapa da viagem de Vasco da Gama nas edições oitocentistas de *Os Lusíadas*, no que respeita à etapa entre a Baía de Santa Helena, primeira escala depois da ilha de Santiago, e Melinde, ponto de partida para cruzar o Índico e alcançar Calecute<sup>38</sup>. Do extremo sul da África oriental apenas se conhecia a costa até ao denominado Rio do Infante (Great Fish River), onde tinha chegado Bartolomeu Dias, que aí ergueu um padrão, em 1488.

A quase totalidade dos topónimos figurados no mapa de Aubertin coincide com os existentes no mapa de Köpke, bem como a sua sequência geográfica: S. Helena B., Cape of Good Hope, B. of St Blaise (St Bras), I. da S. Cruz, R. do Infante, R. do Cobre, Sofala, R. dos Bons Signães, Mozambique, Quiloa, Mombaza e Melinda. A cada um destes locais, associamos nós, leitores de *Os Lusíadas*, os dramáticos, heroicos ou mesmo anedóticos episódios dos Cantos V e II do poema: o desembarque na Baía de Santa Helena (*Lus.* V, 24-27), a aventura de Fernão Veloso (*Lus.* V, 30-36), o Adamastor e “o oculto e grande Cabo / A quem chamais vós outros Tormentório” (*Lus.* V, 50), o Rio do Infante como limite da viagem de Bartolomeu Dias — “Aquele ilhéu

---

<sup>38</sup> A mais detalhada e segura cartografia dos movimentos da armada de Vasco da Gama ao longo dos litorais africano e asiático foi realizada por A. Fontoura da Costa nas sucessivas edições do *Roteiro*, que coordenou (Velho, 1969).

deixámos onde veio/outra armada primeira, que buscava/O Tormentório cabo e, descoberto/Naquele ilhéu fez seu limite certo.” (*Lus.* V, 65) —, a recolha de informações promissoras — “Pelos sinais que neste rio achámos/O nome lhe ficou dos Bons Sinais.” (*Lus.* V, 78) —, o convite traiçoeiro do rei de Mombaça (*Lus.*, II, 1-6) e, finalmente, a receção acolhedora em Melinde: “Enche-se toda a praia Melindiana/Da gente que vem ver a leda armada,/Gente mais verdadeira e mais humana/Que toda a doutra terra atrás deixada.” (*Lus.*, II, 74).

Nesta análise à toponímia inscrita no mapa (por vezes não identificada claramente no poema), vejamos agora as exceções e as suas razões explicativas. Por um lado, novos topónimos que correspondem à denominação contemporânea do local, ajudando o leitor à sua identificação, como Algoa B. (Port Elisabeth), P. Natal (Durban) e C. Corelentes (Correntes), junto ao rio do Cobre (Inhambane), ou que testemunham um facto importante da viagem, como a instalação do P.[adrão] de San Rafael, junto ao r. dos Bons Signães (Quelimane) e a figuração de Prasso, a sul de Quiloa, recordando a toponímia ptolomaica para o extremo da África oriental. “O promontório Prasso já passavam/Na costa da Etiópia, nome antigo” (*Lus.*, I, 43). Por outro lado, atendendo à escala mais reduzida do mapa de 1878, foram eliminados alguns topónimos, provavelmente os mais detalhados: I. Chãos, Padram de B.[artolomeu] Dias (junto ao Rio do Infante) e os Baixos de S. Rafael (um pouco a norte da ilha de Zanzibar).

## CONCLUSÃO

Entre todos os importantes intervenientes no processo descrito existem causas comuns. No caso dos portugueses, a ligação às instituições da cidade do Porto (Biblioteca Pública, Academia Politécnica e Museu de Pinturas e Estampas), o ideário liberal e o exílio político fora do País durante o Migueilismo, no segundo quartel de Oitocentos. Mais tarde nos seus percursos de vida, apenas Diogo Köpke, pelo seu prematuro falecimento, não foi membro da Academia das Ciências de Lisboa: Alexandre Herculano e o 1.º Barão de

Castelo de Paiva foram Académicos Efetivos; Ferdinand Denis, Arthur Morelet e John Aubertin, Académicos Correspondentes estrangeiros. Estes últimos, dedicando-se tanto às Ciências Naturais como às Letras e Artes, foram grandes viajantes, percorrendo Portugal e o Brasil, estudando os aspectos naturais, e a história e a cultura dos dois países, difundindo internacionalmente em francês e inglês, os resultados das suas investigações.

Esse foi o tempo da primeira etapa da expansão colonial por parte das potências europeias, após o Congresso de Viena (1814-1815) e a reorganização política dos Estados, quadro em que Portugal tentou sobreviver estabelecendo um discurso historiográfico nacionalista, onde a prioridade e originalidade dos descobrimentos geográficos dos séculos XV e XVI, justificava a reivindicação de territórios na África e na Ásia do século XIX. Os mapas antigos e os mapas históricos elaborados a partir das fontes textuais da Idade Moderna serviram de provas documentais para negociações políticas, diplomáticas, militares e religiosas. A representação gráfica da viagem de Vasco da Gama e a sua utilização, quer em obras históricas, quer de poesia épica, como *Os Lusíadas*, é um bom exemplo desse aproveitamento.

Essa reconstituição, tendo em vista a sua inclusão em exemplares de edições de *Os Lusíadas*, começou por se basear em fontes históricas e literárias, dando origem a uma primeira família de imagens cartográficas editadas desde o segundo quartel do século XVIII. Com o aparecimento do *Roteiro...* atribuído a Álvaro Velho, um novo mapa foi elaborado e, consequentemente, a visão dos itinerários mais sistemáticos e normalizados da posterior Carreira da Índia também foram revistos, o que é importante para a interpretação da viagem de Vasco da Gama por Camões, em *Os Lusíadas*, atendendo à sua experiência numa das viagens de ida e volta entre Lisboa e a Índia. Afinal, o feito marítimo de 1497-1499 “imaginado” por Camões é fruto do lido nas fontes e do vivido durante meses a bordo.

Um século depois de Köpke ter publicado o seu mapa, Gago Coutinho preparava e difundia os seus correspondentes mapas, sobre o mesmo tema, consultando uma vez mais as mesmas fontes, reunindo a sua experiência de mar e, juntando todas as novidades científicas de climatologia, de

oceanografia e de náutica, acumuladas nas últimas cinco décadas<sup>39</sup>. Novas imagens cartográficas tinham os leitores para observar e discutir.

### BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde, desde o Rio do Sanagá até aos Baixos de Sant'Anna*/pelo Capitão André Alvares d'Almada. Publicado por Diogo Köpke. Porto: Typ. Commercial Portuense, 1841.
- ALMEIDA, Isabel. *Camões Universal: Celebração dos 500 anos de Luís Vaz de Camões*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2025.
- [BARBOSA, José Joaquim de Abreu]. *Exposição Camoniana. IV Centenário da Publicação de 'Os Lusíadas': Catálogo*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1972.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso et al. (coord.). *Camões nos prelos de Portugal e da Europa (1563-2000). A Biblioteca Camoniana de D. Manuel II*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- Bibliographia Camoniana servindo de Catalogo Official da Exposição Camoniana do Centenario. 1580-1880*. Porto: Palacio de Crystal Editor, 1880.
- CAMÕES, Luís de. *The Lusíads / of Camoens*. Translated into English verse by J. J. Aubertin. 2 vols. Londres: C. Kegan Paul & Co., I Paternoster Square, 1878.
- CARDIM, Luiz. *Projecção de Camões nas Letras Inglesas*. Lisboa: Editorial 'Inquérito', Lda, 1940.
- CASTRO, D. João de. *Primeiro Roteiro da Costa da Índia, desde Goa até Dio, narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha em socorro desta ultima cidade: 1538-1539 / por Dom João de Castro, Governador e Vice-Rei, que depois foi, da India segundo Ms. Autographo*. Publicado por Diogo Köpke. 2 vols. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1843 (2º vol. *Roteiro de Goa a Dio: Mappas / Por D. João de Castro*. Porto: Typographia Commercial Portuense - Lithographia de J. C. Villa-Nova Victoria, 1843, 15 mapas).
- COUTINHO, Bernardo Xavier. *Camões e as Artes Plásticas: subsídios para a iconografia camoneana*. 2 vols. Porto: Figueirinhas, 1946-1949.

---

<sup>39</sup> Ver a polémica sobre o tema entre Gago Coutinho e José Maria Rodrigues (v.g. G. Coutinho, 1930 e Rodrigues, 1931).

- COUTINHO, Gago. *O Roteiro da Viagem de Vasco da Gama e a sua versão nos 'Lusíadas'*. Lisboa: Portugália Editora, 1930.
- DAVEAU, Suzanne. Os geógrafos portugueses e os Descobrimentos. In: *A Universidade e os Descobrimentos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, p. 45-69.
- DENIS, Ferdinand. Vasco da Gama Voyageur Portugais 1497–1524. In: Édouard CHARTON. *Voyageurs Anciens et Modernes ou coix des relations de voyages les plus interessantes et les plus instructives depuis le cinquième siècle avant Jésus-Christ jusqu'au dix-neuvième siècle*. Tome III. Paris: Aux Bureaux du Magasin Pittoresque, 1855, p. 209-265.
- Exposição Camoneana realizada de 9 a 12 de Junho de 1934 nos Paços do Concelho de Lisboa por ocasião das Grandes Festas da Cidade*. Lisboa: Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1934.
- GARCIA, João Carlos. Um Castelo de Cartas Antigas: construir e comemorar o Império. In: Teresa Pinto COELHO (coord.). *Os Descobrimentos no Mundo de Língua Inglesa (1880–1972)*. Lisboa: Colibri, 2005, p. 167-174.
- GARCIA, João Carlos. Santarém 'le Navigateur' à Paris. Cartes, diplomatie et sociétés savantes. In: BESSE, Jean-Marc; Hélène BLAIS; Isabelle SURUN (dir.). *Naissances de la Géographie Moderne (1760–1860). Lieux, pratiques et formation des savoirs de l'espace*. Lyon: École Normale Supérieure de Lyon, 2010, p. 57-82.
- GONÇALVES, José Maria. *Camonianiana da Biblioteca da Imprensa Nacional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.
- Journal du Voyage de Vasco da Gama en MCCCCXCVII*. Traduit du Portugais par Arthur Morelet. Membre correspondant de l'Académie des Sciences de Lisbonne. Lyon: Imprimerie de Louis Perrin, 1864.
- LOPES, Nelson David Correia. *Abordagens da Arte Contemporânea ao Anacronismo Histórico: uma investigação tecnológica sobre calcografia e litografia portuguesa no século XIX a partir da coleção de cartografia impressa da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, 2025 (Tese de Doutoramento em Artes Plásticas).
- Os Lusíadas 1572–1972. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*. Biblioteca Nacional de Lisboa. Introdução, selecção e notas bibliográficas por José V. de Pina Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972.
- MARTINS, António Coimbra (coord.). *IV Centenario de Os Lusíadas de Camões 1572–1972. Exposición Bibliográfica e Iconográfica*. Madrid: Biblioteca Nacional de Madrid/Fundación Calouste Gulbenkian, 1972.

- MOSER, Fernando de Mello. Luís de Camões em Inglaterra. In: *Estudos sobre a projecção de Camões em Culturas e Literaturas Estrangeiras*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1984, p. 291-330.
- RIBEIRO, Orlando. Comentário geográfico a dois passos de 'Os Lusíadas'. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. 1971, VI, 12, p. 246-247.
- RIBEIRO, Orlando. Camões e a Geografia. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. 1980, XV, 30, p. 153-199.
- RODRIGUES, José Maria. *Mais uma vez a dupla rota de Vasco da Gama em 'Os Lusíadas' V*, 4-13. Coimbra: Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, 1931.
- RODRIGUES, José Maria. *Fontes dos Lusíadas*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979.
- Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497–1499*. Edição, estudo introdutório, índices e glossário de Luís Fernando de Sá Fardilha e Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Câmara Municipal do Porto, Universidade do Porto e Fundação Eng. António de Almeida, 2016.
- Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII. Segunda edição correcta e augmentada de algumas observações principalmente filológicas* / por A. Herculano e o Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.
- Roteiro da Viagem que em Descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497, segundo um Manuscripto coetâneo existente na Biblioteca Publica Portuense* / Publicado por Diogo Köpke, Lente de Mathematica na Academia Polytechnica do Porto, e o Dr. Antonio da Costa Paiva, Lente de Botanica e Agricultura na mesma Academia. Porto: Na Typographia Commercial Portuense, 1838.
- SILVA, Vítor Aguiar e (coord.). *Dicionário de Luís de Camões*. Alfragide: Caminho, 2011.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Vasco de Gama: Légende et Tribulations du Vice-Roi des Indes*. Paris: Chandeigne, 2023.
- VELHO, Álvaro. *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497–1499)*. Prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969 (1.<sup>a</sup> ed., 1940).
- VELHO, Álvaro. *Vasco de Gama: le premier voyage, 1497–1499. La relation attribuée à Álvaro Velho & les lettres de marchands florentins*. Traduites & présentées par Paul Teyssier. 4.<sup>a</sup> ed., Paris: Chandeigne, 2019.

## FIGURAS



Figura 1. A Chart illustrative of the Voyage of De Gama and the Portuguese Discoveries. Escala [ca: 1: 80.000.000]. 1 mapa : gravura, p&b ; 14,9 X 27,8 cm em folha de 15,8 X 30,4 cm. Escala determinada com o valor calculado 2,8 cm para 20° Latitude. In: *The Lusiad; or the Discovery of India* an Epic Poem translated from the Portuguese of Luis de Camoens with an Historical Introduction / by William Julius Mickle. – Londres: Printed for Joseph Harding, 1807. – Vol. I, entre p. XLII-XLIII. Canto superior esquerdo: To face Hist. of Discovery of India page xliii, vol. I (BACL, MQP 204/I).



Figura 2. Carta Demonstrativa da Viagem que em Descobrimento da Índia fez Vasco da Gama em 1497/Köpke del.; Carv.º lith.; Lith. de Ribeiro. Escala [ca: 1: 50.500.000]. 1 mapa: gravura, p&b ; 24,3 X 31,7 cm em folha de 29,7 X 37,3 cm. Escala determinada com o valor calculado 3,3 cm para 15° Latitude. In: *Roteiro da Viagem que em Descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*, segundo um Manuscrito coetâneo existente na Biblioteca Publica Portuense / Publicado por Diogo Köpke... e o Dr. Antonio da Costa Paiva. Porto: Na Typographia Commercial Portuense, 1838.- No final do volume (SGL, 147-B-126).

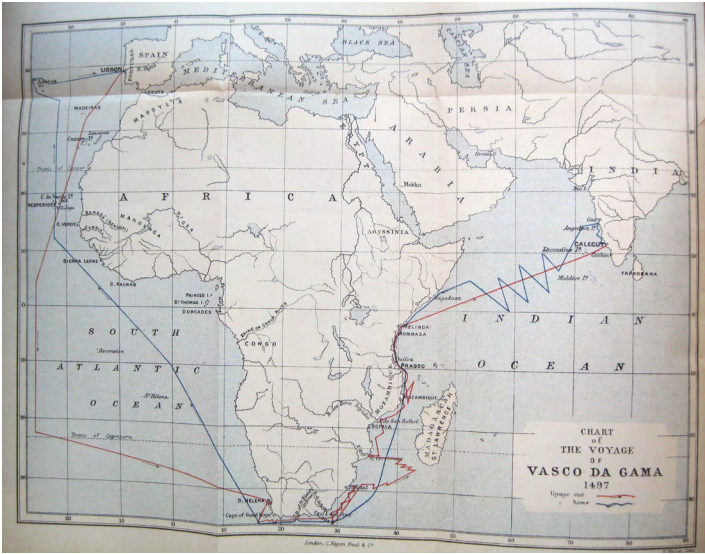


Figura 3. Chart of the Voyage of Vasco da Gama 1497/E. Weller, Litho. Escala [ca. 1: 52.000.000]. Londres: C. Kegan Paul & C.º. 1 mapa: gravura, color; 19,4 X 25,5 cm el folha de 21,6 X 26,8 cm. Escala determinada com o valor calculado 4,3 cm para 20º Latitude. In: *The Lusiads* / of Camoens. Translated into English verse by J. J. Aubertin. 2 vols. Londres: C. Kegan Paul & Co., 1 Paternoster Square, 1878. Vol. I, entre p. XXXVI-1 (BACL, MQP 84/I).

## 17. Ondulações Jurídicas de Camões

RUI DE FIGUEIREDO MARCOS<sup>1</sup>

Quando enfrento Camões invade-me fatalmente a sensação esmagadora de um miúdo que espreita, através de uma nesga de uma gigantesca porta entreaberta que dá acesso a um majestoso e monumental palácio. É certo que Camões assusta, mas atrai através de uma infindável grandeza povoada de mistérios.

Desde logo infunde um tremendo respeito porque, como sublinhou António José Saraiva, “Camões mais do que um homem de letras, um letrado, é o maior sabedor letrado do século XVI, superando autoridades como o Doutor António Ferreira”. Aliás, com o senhorio de uma extensa obra literária e de um Doutoramento alcançado numa das duas Faculdades Jurídicas da Universidade de Coimbra, a Faculdade de Cânones, António Ferreira proclamou, com inteira propriedade e conhecimento de causa, que “as Musas não causam dano aos Doutores”. E não causam mesmo.

Talvez mais do que isso. Sob certo ângulo, encontro vistoso fundamento numa sábia ponderação de um destacadíssimo poeta do romantismo inglês Percy Bysshe Shelley. Segundo ele, “os poetas são os legisladores não reconhecidos do mundo”.

E *Os Lusíadas* não encerram múltiplos preceitos jurídicos saídos da pena superlativamente inspirada de um supremo legislador letrado? Não raro, de uma forma mais cristalina do que aquelas leis que, de tão obscuras que são, dá vontade de as repreender, de as agredir para as obrigar a dizer os seus segredos.

Decidi enfrentar «As Ondulações Jurídicas de Camões». Não se trata de uma navegação isenta de riscos, dada a imensidão dos mares camonianos.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Academia de Ciências de Lisboa.

Nem se afigura uma tarefa fácil diante das alterosas vagas poéticas que submergem mesmo o intérprete posto em cuidados.

As profundezas do tema não consentem que me afoite a intrometer juízos acabados. Muito menos o elevarei à derradeira minúcia em obediência à medida cônica do tempo que me foi dispensado e ao sábio alvitre de D. Duarte de conservar em razoado tempo bem disposto quem me ouve.

Um ponto de partida ressalta incontroverso. Na obra de Camões, as alusões jurídicas revestem-se de um carácter ancilar ou adjuvante. Cintilam como pequenas pedras colocadas harmoniosamente, aqui e acolá, num enorme mosaico. Em especial ao longo d'Os Lusíadas, subordinam-se à matriz épica do poema e ao propósito nítido de conceber e de legar ao futuro uma determinada visão de Portugal e dos portugueses.

Importa desocultar, sempre que tal se justifique, algumas linhas melódicas que preponderam na cultura de Camões. É que o direito é sempre uma aquisição histórica civilizacional. Sem dúvida que a experiência histórica confere um certo sentido ao direito. Traduz o berço de uma inteligibilidade possível, ou, se preferirmos, uma pressuposição de sentido.

As instituições e os homens devem ser compreendidos à luz da história. Há mil fios que enlaçam o direito, em cada época, ao universo cultural humano. Constituiria uma insuportável leviandade ignorar os factos que alcançaram pronunciada influência sobre o mundo do direito pois, a não acontecer assim, o jurista ficava privado de perceber, com clareza, a correlação do direito com o mundo real, em que aquele encontra a sua justificação e condições de possibilidade. Ora, o direito está ligado, genética e funcionalmente, com aquilo que não o é.

Mas nunca se confunde com o imediatismo de uma realidade empírica. É, antes de tudo, uma criação humano-cultural, com específicas exigências de um sentido intencionado e de uma validade assumida.

O presente, guindado a critério de indagação, não deve invadir de forma sufocante as estruturas pretéritas. Também no domínio jurídico, há que respeitar os esquemas de entretencimento do passado, não o tornando absolutamente cativo de amarras, categoriais ou problemáticas, que preenchem e

crismam o presente do nosso direito. Na verdade, tudo aconselha que não se resvale para uma fusão completa e desvirtuadora, impeditiva de que a realidade histórica manifeste, embora através de nós, o seu específico e seguramente bem diverso modo de ser jurídico.

Neste quadro, decidi eleger, como porto de abrigo de um passado jurídico seguro, as Ordenações Manuelinas, ou seja, o monumento normativo pátrio que vigorava ao tempo de Camões. Reflectia uma certa compreensão do direito, da qual o nosso genial Poeta se podia abeirar ou distanciar, mesmo que não tomasse o código manuelino como seu intencionado referente.

Percorrer o prólogo das Ordenações Manuelinas logo significa desvelar um *corpus* doutrinal fundante do direito português e do modo de o encarar por parte do poder régio. As Ordenações começavam por afirmar a essencialidade, a todo o tempo, da justiça, assim na paz como na guerra, para a boa governança e conservação de «toda Republica, e Estado Real». Mas não só.

A justiça devia ser o rosto do rei. «Sobre todas as outras virtudes excelente, mais que todas aos Principes convem, e nella como em verdadeiro espelho se devem revêr e esmerar». Assim rezavam as Ordenações Manuelinas.

Um credo de que Camões se tornou um crente fervoroso. O rei justo impunha-se naturalmente pela superlativa excelência virtuosa da justiça. «A Rei não obedece, nem consente/Que não for mais que todos excelente» (Lus. III, 93).

As Ordenações Manuelinas exprimiam um verdadeiro conceito prudencial de justiça. Como a «Justiça consiste em igualeza, e com justa balança dar o seu a cada hum; assi o bom Rey deve seer sempre hum e igual a todos, em retribuir a cada hum segundo os seus merecimentos: e assi como a Justiça he virtude nom pera si, mas pera outrem, por aproveitar somente áquelles a quem se faz, dando-lhes o seu, e fazendo-os bem viver, os bons com premios, os máos com temor da pena, donde resulta paz e aseseço».

Comungava frontalmente Luís de Camões com as ideias acerca do justo vertidas nas Ordenações Manuelinas. Também ele clamava por «leis iguais, constantes/Que aos grandes não dêem o dos pequenos» (Lus. IX, 94). Também ele depositava as maiores esperanças e louvores no rei justo tão amado quanto temido (Lus. X, 114).

Fazia-se amar pela justa recompensa. Camões elevava o merecimento a critério prático-normativo. Em coerência, afirmou: «Possuireis riquezas merecidas,/Com as honras que ilustram tanto as vidas» (Lus. IX, 94), já que melhor seria merecê-las sem as ter, do que possuí-las sem as merecer (Lus. IX, 93).

O rei temido fazia-se temer pela imposição de uma pena justa. Para Camões, encarnava D. Pedro a figura severa do monarca «justiçoso». Puniu «latrocínios, mortes e adultérios». Sem tibiezas, «Mais ladrões, castigando, à morte deu,/Que o vagabundo Alcides ou Teseu» (Lus. III, 137).

Através de D. Pedro, ilustrava Camões uma concepção retributiva e de expiação no capítulo dos fins das penas. O mal praticado pelo delinquente devia corresponder ao mal que lhe era infligido. O monarca rigoroso justicheiro aquietava-se na condição de castigador. Daí os versos de Camões: «Fazer nos maus cruezas, fero e iroso/Eram os seus mais certos refrigerios» (Lus. III, 137).

Claro está que D. Pedro desaproveitara, até pela brutalidade do sancionamento jurídico-penal da época, a oportunidade de exibir uma faceta de magnanimidade. Quanto mais severo fosse o *ius puniendi*, maior se tornaria a grandeza do perdão. Não o permitiu a sua índole inclemente. No entanto, bem o salientou Camões, antes o «justo e duro Pedro» que o «brando/Remisso e sem cuidado algum, Fernando, / Que todo o Reino pôs em muito aperto» (Lus. III, 138).

Não ignorava, por outro lado, Camões que o jugo excessivo da lei podia conduzir à injustiça. No entendimento romano, a *iurisprudentia* não representava uma ciência de pura lógica, mas de justiça. A lógica de um rigor implacável podia conduzir a consequências aberrantes. Já na lição de Cícero, retumbava o princípio «*summum ius summa iniuria*». E, na sentença camoniana, «De rigorosas leis desaliviai-vos», ou melhor, aliviai-vos, conforme ensinava Costa Pimpão.

Nas Ordenações Manuelinas, ressoava, com toda a nitidez, a definição de justiça saída do fragmento de Ulpianus: «Iustitia est constans et perpetua voluntas suum cuique tribuendi». O grande jurista Ulpianus dominava

perfeitamente a filosofia grega, em especial Platão, Aristóteles e Plutarco. O famoso preceito de atribuir a cada um o que é seu remontava, pelo menos, a Platão, erigindo-se em esteio decisivo para uma convivência social pacífica. Não subsistindo as inquietudes das pessoas reclamantes das suas coisas, havia tranquilidade. E a paz afirmava-se inevitavelmente como tranquilidade na ordem.

Não se afigura diverso o pensamento de Camões quando escrevia: «(Alcançada já a paz áurea divina)/Em constituições, leis e costumes,/Na terra já tranquila claros lumes» (Lus. III, 96). No fundo, então como hoje, continua em pleno esplendor a máxima *opus justitiae pax*. A paz constitui obra da justiça.

Tomando como estrela polar a justiça, Camões defrontava uma tremenda e ineliminável dificuldade que resultava do reconhecimento de uma concepção voluntarista da lei e da consequente identificação da lei com o rei. Uma unidade que podia, inclusive, implicar os maiores sacrifícios por parte daqueles que lhes serviam de amparo.

As doloridas proclamas poéticas de Camões não escondiam que acontecia «Morrer nos hospitais, em pobres leitoss,/Os que ao Rei e à Lei servem de muro!/Isto fazem os Reis cuja vontade/Manda mais que a justiça e a verdade» (Lus. X, 23). Impunha-se, pois, conter a vontade do rei, confinando-a aos limites da justiça e da verdade.

Se saltarmos para o direito português da época das Ordenações, a visão clareadora não divergia. Concebendo o rei como *lex animata*, fazia vingar um entendimento voluntarista da lei. Era a *voluntas* régia que animava a lei. A primeira convertera-se em fonte *existendi* da segunda. De modo eloquente, o Código Manuelino, fiel à formulação das Ordenações Afonsinas, considerava que «O Rey he Ley animada sobre a terra, e pode fazer Ley, e revoguala, quando viir que cumpre de se assi fazer»<sup>2</sup>. Significava a recepção na nossa ordem jurídica do conceito de *lex* procedente da época post-clássica do direito romano, difundido na Idade Média a partir

---

<sup>2</sup> Ver *Ordenações Manuelinas*, livro III, tít. 60, § 1.

da Escola dos Glosadores. De resto, princípio romano *quod principi placuit legis habet vigorem* fora acolhido no direito europeu, numa perspectiva de reforço centralista das prerrogativas majestáticas, designadamente no exercício do poder legiferante.

Só que, onde força não há, direito se perde. O recurso a naus armadas e a feros instrumentos de artilharia povoam os Lusíadas. Sem o retinir das lanças e das espadas e o trovejar das forças militares, não se teria podido cantar a epopeia dos portugueses e não caberia no possível alicerçar a concepção justicialista de administração pública em voga na centúria de quinhentos. Camões mostrou-o à saciedade. Trata-se de mais um ponto doutrinariamente matricial em que Camões e as Ordenações do Reino comun-gavam. Na formulação categórica destas últimas, como quer que o Estado e a República se concebessem, sustentavam-se em duas coisas: armas e leis, ambas se amparavam reciprocamente «porque assi como as Leys com a força das Armas se mantem, assi a Arte Militar com a ajuda das Leys he segura, e com estas duas cousas os Romanos grande parte do mundo sujugaram: Por tanto, posto que nas armas, e continua guerra, assi em Africa, como em Asia sejamos occupados, desejando nós conservar, e manter Nossos Vassallos em perpetua paz e bons costumes».

Não menos que as armas, a justiça faz vencer pela rematada concórdia que dela se segue. Vem de molde invocar, em abono da sintonia das nossas Ordenações com o nosso Poeta, o requintado escritor português Manuel Bernardes, ao lembrar argutamente que «trazia o imperador Carlos Magno o sinete das suas armas aberto no pomo da sua espada. Perguntado que mistério ou cifra continha o estar ali respondeu: — É dizer que, para se observarem minhas ordens e decretos, se não bastar a autoridade do sinete, usarei da violência da espada».

Camões insiste, amiúde, na ideia do justo em forma de lei. Para utilizar uma das expressões do poeta, o «justo decreto» (Lus. VI, 27). Ora, a referência do direito à justiça dependia de um certo condicionalismo histórico-cultural.

Os juristas romanos da modelar época clássica, sob o signo aristotélico e tomados pela influência estóica, não separavam o direito da justiça. Em

boa verdade, a questão nem se colocava para eles. O jurisprudencialismo casuísta romano não concebia o direito senão como a realização prática e judicativo-concreta da justiça. O florilégio dos expedientes do pretor bem o mostrava, à cabeça dos quais se encontravam pela obsidente ânsia de justiça as sugestivas *actiones ficticiae*. Em nome da justiça, rompiam com as regras da pura lógica, impondo uma ficção. No pensamento jurídico clássico romano *ius* e *iustum* eram forçosamente o mesmo.

O panorama transfigurou-se na Idade Média. Deus tomou o lugar que anteriormente pertencera ao ser. Como não se ignora, S. Tomás prevaleceu-se do aristotelismo na construção de uma vasta síntese filosófico-teológica em que a teologia constituiria a medida última. Entendia que o filósofo não podia chegar, por argumentos racionalmente válidos, a uma conclusão que fosse incompatível com a teologia cristã.

Sem espanto, ergueu-se o problema da distinção entre o direito e a justiça envolto num manto teológico-filosófico. O direito, apresado numa cadeia hierárquica, tinha por fundamento o *ius divinum* e *naturale*. Daí que a humana lei positiva que atentasse contra esse fundamento não seria verdadeiro direito. Através da lição tomista, radicou-se no direito uma exigência axiológica e normativa que, transcendendo as suas manifestações positivas, se impunha como critério de validade. Nas palavras certas de Castanheira Neves, «o direito deixou de ser apenas um social estatuto normativo que é, para ser ainda uma exigência de justiça que deve ser».

Assumia Camões o dualismo cristão, ao convocar a transcendência e a sua superior normatividade. O Poeta não disfarçava a ineliminável fronteira entre a ordem jurídica suprapositiva e a ordem jurídica positiva. No seu próprio verso, distinguia a «divina e humana Lei» (Lus. VII, 84).

Pela pauta teológico-cristã, o direito, porquanto nem sempre o era na sua positividade, devia ser a justiça. Coerentemente, Camões identificava a justiça com Deus (Lus. X, 58). Transpirava, pois, o Poeta de tanta inspiração tomista.

E os portugueses, no dizer de Camões, não estremeciam perante a grandeza do voto de expandir a lei divina, esquecendo-se de o medir em função das suas débeis forças. Uma desmesura intencionada e convictamente não calculada.

«Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,  
Que o fraco poder vosso não pesais;  
Vós, que, à custa de vossas várias mortes,  
A lei da vida eterna dilatais:» (Lus. VII, 3).

Um quadro desbordante da retórica argumentativa de Camões pintou-o ele em torno da triologia Rei, Reino e Reinícolas. Todas as partes, neste intenso diálogo a três, se relacionavam intimamente.

Dando matéria a nunca ouvido canto, o rei sublime de que falava Camões (Lus. I, 15) não podia desfrutar os olhos do bem do Reino. Encontrava-se vinculado a proceder rectamente. Só o rei que assim regia mantinha a sua dignidade incólume, mas logo a perderia, se pecasse ou não agisse rectamente. Conforme a proclamação certa que Santo Isidoro asseverava ter ido buscar a um provérbio que corria entre os antigos, *unde et apud veteres tal erat proverbium: Rex eris, si recte facias: si non facias non eris*. De um rigoroso desempenho saía o rei justo e bom administrador. No fundo, o ofício fazia o rei.

O bem comum, na óptica camoniana, ascendia a luzeiro do rei. Guindava-se a um estatuto referencial jurídico-publicista verdadeiramente absolutizado. A não tutela do bem comum implicava declarar-se inimigo da divina e humana lei (Lus. VII, 84). Camões não se cansava de louvar aquele que «Mais o público bem que o seu respeita» (Lus. IV, 52).

O tópico da afronta do rei ao bem comum do Reino cintilava no pensamento de Camões. Foi, acima de tudo, pelo contraste que o Poeta esquadrihava a tese da soberania indisputada e sem mácula do rei sobre o Reino. A imagem de D. Sancho II virada do avesso ilustrava isso mesmo.

Reconhecera Camões, ainda assim, que «Não era Sancho, não, tão desonesto/Como Nero, ...», «Nem tão cruel às gentes e molesto», «Nem era o povo seu tiranizado,/como Sicília, de seus tiranos»; (Lus. III, 92 e 93). A significar que não atingira o topo do atentado à justiça e ao povo que a tirania representava.

*Os versos de Camões fulminavam os tiranos:  
«Simulando justiça e integridade;  
Da feia tirania e de aspereza;  
Fazem direito e vã severidade;  
Leis em favor do Rei se estabelecem,  
As em favor do povo só perecem.»* (Lus. IX, 28).

D. Sancho II molestava o bem comum do Reino por duas debilidades confluentes. Por um lado, não se absolutizou como sumo imperante face aos poderosos e, por outro lado, permitiu que os volúveis interesses privados prevalecessem, afectando irremediavelmente a utilidade pública.

Camões não foi de branduras para com Sancho II. Manso, mais do que descuidado, desmedido nos seus descuidos, um rei que não regia, nem corrigia. Está fora de dúvida, ontem como hoje, que não rege quem não corrige. Camões não se coíbiu de acentuar «Que de outrem quem mandava era mandado./De governar o Reino, que outro pode,/Por causa dos privados foi privado,/Porque, como por eles se regia,/Em todos seus vícios consentia.» (Lus. III, 91). Como que uma vil e danosa parceria público-privada, em que o interesse privado reinava.

Inevitavelmente, um rei assim não concitava o respeito obediente dos súbditos. A excelência régia que devia ser superlativa estava longe de o ser. O Reino, atirava Camões, «de altivo e costumado/A Senhores em tudo soberanos,/A Rei não obedece nem consente/Que não for mais que todos excelente». (Lus. III, 93).

A rota escolhida impõe que se chegue ao fim da linha que se tracejou entre Rei, Reino e Reinícolas. A melodia camoniana não soava, a este propósito, acordes dissonantes. O rei que feria o bem do Reino agredia os reinícolas.

Mais ainda. Para Camões, existia mesmo uma ostensiva *contaminatio*. Um «fraco Rei faz fraca a forte gente» (Lus. III, 138). Mas também podia ocorrer uma exemplarmente benfazeja mudança. O rei descuidado e remisso que punha o Reino em aperto dava lugar a um monarca que não beliscasse o ilustre peito lusitano. Isto porque, como explicou Camões, aguardava-se

sempre um sucessor revigorante das gentes portuguesas. A restauração encontrava-se no horizonte. «Torne-vos vossas forças o Rei novo,/Se é certo que e co Rei se muda o povo». (Lus. IV, 17).

Do exposto decorre que a índole do poder monárquico conduzia ao conceito de ofício como um espectro conjugado de direitos reais e de deveres régios. Daí que Camões, expressis verbis, lembrasse que «tens de Rei o ofício» (Lus. II, 84) e, ainda que o sono aceito lhe ocupasse os olhos e Morfeu lhe aparecesse em várias formas, nunca podia esquecer que «De seu ofício e sangue» resultava a obrigação» (Lus. IV, 68).

A tese camoniana de que o rei, por via de seu ofício, se encontrava amarrado ao bem comum como uma sentinela à sua espingarda não era isenta de consequências no plano jurídico. Implicava, desde logo, a recusa de uma conceção patrimonialista do Estado e da administração pública.

Na visão refutada, o rei não usava das suas prerrogativas soberanas na qualidade de representante da sociedade política, mas enquanto titular de um direito de propriedade. Exercitava-as como «*un grand particulier*». O poder esbanjava-se, tornando-se alvo de múltiplos contratos que versavam o direito de propriedade. Era assim que surgia objecto de vendas, de doações, de permutas, de aquisições por dote, de concessões em usufruto ou de pactos sucessórios. Há diversos exemplos históricos que o atestam. Não admira, pois, que a velha doutrina publicista alemã chamasse à soberania inscrita nas monarquias hereditárias *Immobiliarrecht*, já que não correspondia senão a um direito imobiliário de propriedade pertencente ao soberano.

Colocando em pauta o problema jurídico da concessão da terra portuguesa por parte do monarca leonês D. Afonso VI, a referência de Camões mais nítida a uma ideia privatista de *dominium* ressalta do modo como retratou a conduta de D. Teresa. Na verdade, assim acontecia, «Dizendo que nas terras a grandeza/Do Senhorio todo só sua era,/Porque, para casar, seu pai lhas dera» (Lus. III, 29). Estas palavras encerravam a prevalência da orientação de que a outorga da terra portuguesa constituía o dote de D. Teresa e que revestia a natureza de senhorio hereditário.

O Reino de Portugal, na linha camoniana do bem comum, não viria a assistir ao desabrochar de uma inconfinada concepção patrimonialista, apesar de repetidas alienações de jurisdição ou do frequente esbanjamento de atributos do poder público que os monarcas derramavam a seu talante. Pelo contrário, afigura-se de subido relevo o facto de não ter existido qualquer partilha, tentada ou consumada, do Reino entre os filhos de um soberano português, como se de uma herança se tratasse. Dir-se-á que a reduzida dimensão do território pátrio constituiu um dado inibidor. Mas sobrepuja-se a este aspecto uma razão mais funda e que se prende com o inabalável voto régio na tutela cimeira do interesse nacional que, sem excepção ou desfalecimentos, marcou o rumo político dos nossos primeiros monarcas.

A recusa de uma concepção patrimonialista do Estado assumiu uma vee-mência tremenda que se haveria de prolongar na história do direito público de certos países. As vicissitudes políticas assim o foram ditando.

No enredo camoniano, descobre-se um outro filão da literatura jurídica portuguesa que apontava para um ostensivo paternalismo, pretendendo enlaçar, por mil fios, a imagem do pai e a do rei. Ungido de Deus, o monarca, ao envergar a condição de pater patriae, fazia servir toda a grandeza do seu poder real à felicidade dos vassalos. A sombra tutelar descia ex alto. Se o alto Deus o forte rei resguardava, a este cabia-lhe virar protector indefesso dos súbditos.

O «grão Rei incansável» não ajuntava apenas as gentes para a guerra (Lus. III, 68). Tinha de lhes proporcionar felicidade abundante na bandeja do seu imenso poder. Oferecia bens de alma, bens de corpo e bens de fortuna.

Os desvelos paternais encerravam retorno. Erigindo-se em pater benigno e amoroso, o monarca exaltava, do mesmo passo, a lealdade e a obediência dos seus vassalos. Camões não podia ser mais claro. «E com rogo e palavras amorosas,/Que é um mando nos Reis que a mais obriga» (Lus. IV, 78).

Aproposita-me o ensejo de sublinhar que Camões admitia uma espécie de suspensão da instância judicativa ou até dos próprios ditames da lei, se se desse a circunstância amável de alguém se achar possuído pelo amor. De forma eloquente, versejou o Poeta que o amor «faz qualquer amador/livre

das humanas leis»<sup>3</sup>. A implicar também o abandono de uma qualquer racionalidade, incluindo a jurídica. Daí tudo sofrer quem o serve.

Tratando-se, porém, de um soberano, o risco crescia. Se o fogo fervesse num peito real, há, em Camões, o vislumbre de uma distinção entre um amor de legítimo preceito e um «inconcesso amor desatinado» (Lus. III, 141).

O enlevo correspondente a um amor proibido assumia uma dimensão de tal perigosidade que podia, de um só golpe, atingir a vida política e postergar o direito. Não fora outro o caso de D. Fernando. Isto porque, no tocante ao primeiro plano, a rendição a «um baxo amor os fortes enfraquece» (Lus. III, 139).

E, pelo ângulo jurídico, como não se ignora, D. Fernando promoveu a anulação do matrimónio de Leonor de Teles, mulher de João Lourenço da Cunha, para depois se casar com ela. Tirou Leonor a seu marido, mas o ponto fulcral de Camões é que, de enlevado, D. Fernando fundara-se «Num falso parecer mal entendido» (Lus. III, 139). Uma opinião, a todos os títulos, desarrazoada e carecida de fundamentos válidos. Sujeito ao «vício vil», o rei perdera de vista a rectidão e o direito.

Num plano juscomparatista, Camões afirmou, sem tibiezas, a superioridade da família romano-canónica de direitos. O confronto fracturante assentava-o Camões num critério simplesmente religioso. Certas paragens, designadamente, as terras de África, não dispunham de lei nenhuma. No acerto de Camões, «gente sem Lei, quasi infinita» (Lus. X, 92).

Já a normatividade religiosa que entretecia o direito árabe correspondia, segundo Camões, a uma «lei maldita». (Lus. IV, 100). Isto por oposição à «justa Lei que sigo e tenho (Lus. IV, 102). Aliás, o Poeta registou inclusive, o valor de um elucidante juízo comparativo. «E mais lhe diz também que ver deseja/Os livros da sua Lei, preceito ou fé/Pera ver se conforme à sua seja,/Ou se são dos de Cristo, como crê» (Lus. I, 63). Daí só podia resultar uma notória incompatibilidade.

---

<sup>3</sup> Ver LUÍS DE CAMÕES, *Rimas*, texto estabelecido e prefaciado por ÁLVARO J. DA COSTA PIMPÃO, Coimbra, 2005, pág. 54.

Detenhamo-nos agora na análise de um dos assuntos irradiantes da trama camoniana. Aludimos à teia dos interesses. De uma perspectiva jurídica, afigura-se de subida importância o modo como Camões encarou a penetração do jogo dos interesses no mundo do direito. «A tudo nos obriga» o vil interesse e a sede insaciável do dinheiro (Lus. VIII, 96).

O interesse cega os juízos e as consciências e, às vezes, deprava as ciências (Lus. VIII, 98). Um remoque a que não escapava a própria ciência jurídica. Não admira, pois, a frontalidade de Camões, ao acentuar que «Este interpreta mais que subtilmente/Os textos; este faz e desfaz leis;» (Lus. VIII, 99).

Leis havia ditadas ou destruídas pelos interesses. Descortinavam-se interpretações das normas que se torturavam em função dos interesses. As chamadas interpretações cavilosas, como a antiga literatura jurídica as qualificava.

Não se curava, na visão de Camões, de descobrir o verdadeiro interesse que a norma servia. Tratava-se, antes de tudo, de forjar uma *interpretatio* segundo um interesse pré-definido. O primado do rigor entretecido por sólidos princípios de interpretação jurídica cedia perante o primado da volubilidade subjacente à consideração oportunista dos interesses.

Não importava estabelecer a conexão autêntica do direito com os interesses da vida e as suas valorações, fazendo rebrilhar o significativo elemento teleológico. Ao invés, admitia-se a perversão de uma jurisprudência dos interesses tão impulsionada por interesses quanto produtiva de interesses pré-judicados. O que nos leva, *recta via*, a um outro decisivo tema camoniano.

Pretendemos aludir ao princípio da independência dos juízes. E aqui o pensamento de Camões não sofre hesitação, sustentando a figura do *iudex perfectus*, acima de tudo, isento no seu acto de julgar. De maneira nenhuma se deixaria tocar por testemunhos parciais. Com clareza, sentenciava Camões: «Não ouças mais, pois és juiz direito,/Razões de quem parece que é suspeito» (Lus. I, 39).

As diatribes aos causídicos e aos legulejos estavam em voga no quadro do nosso Renascimento quinhentista. O dano que causavam às belas-letas

era insuportável. Ilustrativa dessa crítica inclemente é a acusação de André de Resende no poema *De vita Aulica* dirigido a Damião de Góis e datado de 1535. Aí se incluem estas ásperas palavras: «Depois que os senhores absolutos do dinheiro, das leis e do direito obtiveram o poder sobre o reino e os reis, a poesia afundou-se e os abutres do foro submeteram ao seu jugo a honra da eloquência e da sabedoria»<sup>4</sup>.

Vem de molde esclarecer que a figura do juiz direito não é afectada no caso de Inês de Castro. Atrevo-me a dizer que dela sai incólume o próprio direito. A razão decisiva não se afigura de um difícil vislumbre.

E não é outra senão a de que o episódio de Inês de Castro, magistralmente pintado por Camões, não se inscreve no domínio do direito. Situa-se na esfera do poder. Afivela a máscara de uma terrível crueza que nada tinha a ver com a realização cristalina da justiça.

Levantaram-se «falsas e ferozes razões» que persuadiram o rei a dar-lhe a morte (Lus. III, 124). Camões falava mesmo de uma pena sem culpa quando, ninguém o desconhece, no âmbito do direito penal, a culpa constitui a medida da pena. Se o rei não atentava na morte escura, ao menos, no sentencioso desabafo camoniano, «Mova-te a piedade sua e minha,/Pois te não move a culpa que não tinha» (Lus. III, 127). Do senhorio da verdade beneficiava, em última instância, o poder, porque a verdade residia nele próprio.

Chamando em nosso socorro uma distinção de Castanheira Neves, o rei caminha pela ordem de necessidade afecta ao poder, não curando de saber da ordem de validade do direito. Existe uma desvinculação ética do justo. Do mesmo passo, o poder afirmava-se como alternativa intencional ao direito.

A necessidade de «Tirar Inês ao Mundo» (Lus. III, 123) não se alicerçava em nenhuma fundamentante validade. Tudo se moveu no curso finalista e estratégico do poder. A dita *raison d'Etat* para que apelava sem cessar «o pertinaz Povo» junto de D. Afonso IV tomava para si apenas a lógica do

---

<sup>4</sup> Ver AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. I, Coimbra, 1988, pág. 186.

poder. A configurar, não permitindo réstia de dúvida, um deliberado esconjuro do direito.

Ao lado dos magistrados, outros juristas houve que participaram em cenas camonianas. Em mente temos os conselheiros do rei que desempenharam, ao longo do *iter evolutionis* da nossa administração pública, um papel não desprezível. No seu seio, avultavam os legistas diplomados, em pleno período do *ius commune* europeu, em direito romano.

De modo patente, a história dos nossos primeiros monarcas mostra que se socorreram de colaboradores a quem, de certeza, não eram estranhas as normas das compilações do direito romano justinianeu acompanhados dos estudos correspondentes. Servem de exemplo o Mestre Alberto, chanceler de Afonso Henriques, o Mestre Julião, vindo do tempo deste monarca e que continuou com Sancho I e Afonso II, os quais tiveram como conselheiro o milanês Leonardo, e o Mestre Vicente que se guindou a chanceler de Sancho II.

Não ignorava Camões que pertencia ao núcleo do *status civitatis* o dever de aconselhar o seu rei. Neste sentido, o súbdito, sendo jurista, tinha um dever acrescido. Na condição de prudente, dominava o saber agir. De feição que podia ajudar o soberano, tanto a alcançar o justo e a evitar o injusto, como à boa governança político-administrativa. Sempre que instado, emitia *responsa*, isto é, dava pareceres sobre questões jurídicas controvertidas.

O Poeta parecia nutrir pelos conselheiros e juristas sentimentos contraditórios. Reconhecia os seus préstimos valiosos e a necessidade de os monarcas não os dispensar. O rei que, «por divino Conselho» se encontrava «no régio sólio posto» era senhor de vassalos excelentes (Lus. X, 146). E os mais experimentados, segundo o alvitre de Camões, tinha o monarca de os levantar, já que, através da experiência, manifestavam bondade «Pera vosso conselho, pois que sabem/O como, o quando, e onde as cousas cabem». (Lus. X, 149). O tal precioso *agere* prudencial de que falámos, faria «claro o Rei que tanto amais», mediante «conselhos bem cuidados» (Lus. IX, 95).

É certo que a decisão, em última instância, cabia ao rei. Camões não escondia o terrível problema do desconcerto opinativo. D. João I com os

«principais senhores se aconselha,/Mas só para ver das gentes as sentenças,/Que sempre houve entre muitos diferenças». (Lus. IV, 12).

Camões admitia, sem reboço, que «Mais em particular o experto sabe» (Lus. X, 152). Lançava, porém, uma acerba objurgatória aos peritos quando revelava a existência de letrados, porventura juristas, de índole leviana senão de formação pouco rigorosa. Os ditos bacharéis de vaga teoria.

Como Camões diria, «Portugal anda ao acaso, sem tino, levado pelo furor da tempestade». A agonia do Estado Social magoa. A falta de legitimidade do poder tecnocrático e a vacilante independência das entidades reguladoras conduziram ao cenário borrascoso de uma desregulada regulação. Não há pilares que sustentem o Reino.

No meio da turbulência alterosa que se apossou do nosso tempo, ganham ainda mais sentido os versos clarividentes de Camões: «Cousas há i que passam sem ser cridas/e cousas cridas há sem ser passadas,/mas o melhor de tudo é crer em Cristo». Subsiste, porém, uma tremenda angústia. «É para os bons confusão/ver que os maus prevaleceram». Tinha e tem seguramente razão Camões.

Quando surge o próprio Estado, poderoso perante os débeis e subser-viente perante os fortes, é a paz íntima de todos nós, chamados a sacrifícios imprevistos, que se inquieta irremediavelmente. É o raciocínio das pessoas bem formadas que se tolda. É o próximo que fica mais distante. Quantas e quantas vezes, é o cidadão que se sente, no meio das suas inseguranças e inquietação de direitos adquiridos destruídos, como a formiga de Maurício Maeterlinck, que «conhecendo apenas os atalhos estreitos, os buracos mínimos, as vizinhanças e os horizontes do seu formigueiro, se encontra, de súbito, sobre um bocadinho de palha no meio do Atlântico». Precisamos de um outro modo de reinar.

Em tempos de crise, não devemos atar as mãos ao receio, até porque, «nos perigos grandes, o temor / É maior muitas vezes que o perigo» (Lus. IV, 29). Tomada em socorro da nossa periclitante administração da Justiça, Camões proferiu uma sentença de uma candente actualidade. Quem comete «injúria vil e sem razão», prevalecendo-se «das forças e poder em

que está posto/Não vence, que a vitória verdadeira é saber ter justiça nua e inteira» (Lus. X, 58).

Eis uma das lições perenes de Camões que devia ficar impressa na lembrança dos juristas. Proclamava, em toda a sua cintilância, o triunfo insubordinável da justiça perante os poderosos. Sempre!

Vem de molde invocar o grande erudito Pedro Calmon, que, do alto da sua autoridade, afirmava que “Camões é o poeta mais vivo da língua portuguesa”.

Defronte do deplorável e horrendo cenário da “polvorosa guerra” que tanto atormenta o nosso mundo, é impossível que haja alguém que não se reveja nestes versos espantosos que, lá dos confins do século XVI, transportam uma crispante actualidade.

*“No mar, tanta tormenta e tanto dano,  
Tantas vezes a morte apercebida!  
Na terra tanta guerra, tanto engano,  
tanta necessidade aborrecida!  
Onde pode acolher-se um fraco humano,  
Onde terá segura a curta vida,  
Que não se arme e indigne o Céu Sereno,  
Contra um bicho da terra tão pequeno?”*

Oxalá que o Céu Sereno não enegreça e não desabe em tempestade sobre a cabeça do descuidado bicho humano tão pequeno.

Oxalá os maus não encontrem sombra nem escuridão para nelas se esconderam.

Oxalá os bons, pelo menos, se saibam acolher ao esplendor imortal d’  
Os *Lusíadas*.

Assim o desejamos!

e

Assim será!



# 18. Justiça e Direito em *Os Lusíadas*: entre tempos e vontades

JOANA AGUIAR E SILVA<sup>1</sup>

## 1. CAMÕES E O DIREITO COMO CULTURA

Camões não era um jurista. Com isto queremos nós dizer que não possuiria uma clássica formação académica enquanto jurista, pelo que não encontraremos em *Os Lusíadas* um tratado sobre as leis vigentes ao seu tempo ou sobre a ordem jurídica reguladora da sociedade sua contemporânea. Ainda assim, os seus textos veiculam um profundo conhecimento do chamado Direito em ação, talvez porque, de forma mais incisiva ainda, tanto a sua prosa como a sua poesia deixem claramente perceber o seu penetrante conhecimento daquilo que, no fundo, constitui todo o substrato material de que o próprio Direito formal se alimenta: a natureza humana, nos seus mais íntimos recônditos, e nas suas expressões cívicas, sociais, morais e culturais. Por isso mesmo nos sentimos autorizados a beber nos seus textos a seiva ético-normativa que corria na reticular juridicidade do seu tempo.

Por isso, mas não apenas por isso. Poderá não ter frequentado formalmente os estudos universitários, mas Luís de Camões movimentava-se com destreza pelo meio académico coimbrão, ao mesmo tempo que se lhe abriam as portas do mundo cavaleiresco e cortesão. Uma corte que se apresentava acentuadamente literária e uma Universidade em que, nas palavras de

---

<sup>1</sup> Universidade do Minho.

\* Embora não fosse esse o desejo da autora, foi adoptado neste trabalho, à semelhança do que sucede em todos os outros, o Acordo Ortográfico de 1990. Os editores agradecem à autora a disponibilidade que manifestou para aceitar esta opção, que contraria a sua prática usual.

Oliveira Martins, “as letras e as línguas clássicas eram cultivadas com aquela profunda fé que a Renascença collocava na efficacia do humanismo”, ainda não desvirtuado pela doutrina jesuítica, e por isso não instrumentalizado e antes vivido como filosofia<sup>2</sup>. A imersão nesses meios, aliada à inteligência, sensibilidade e extraordinário poder de observação de que seria dotado, justificam a sua erudição, o saber clássico de que deu fulgurantes mostras, e a subtileza do seu entendimento quanto à história e à malha social, ética e política da sua pátria. Uma pátria e um povo que ele idolatrava, e a que sabia com argúcia reconhecer os vícios e as virtudes.

Referindo-se ao longo, fascinado e dramático diálogo que no século XX Jorge de Sena estabeleceria com o “escritor máximo da língua portuguesa”, Aguiar e Silva afirmaria que, “em contextos históricos e situacionais bem diversos, os dois foram espíritos semelhantemente consumidos por um amor e uma chaga chamada Portugal, revelando-se ambos como consciências terrivelmente fulgurantes e desenganadas da grandeza e da miséria desta pátria de mareantes, de visionários, de exilados e de andarilhos, mas também de instalados, de gente surda, de invejosos, de zelosos delatores e guardiães de qualquer ortodoxia”<sup>3</sup>. É este amor à Lusitânia, de mãos dadas com o seu génio e com “a pujança de um talento de experiências feito”<sup>4</sup>, que desperta no espírito insubmisso do poeta uma acutilante consciência cívica, e a subsequente crítica à sociedade portuguesa sua contemporânea. Camões, escreve Luís de Sousa Rebelo, bebeu os ares da tradição cívica portuguesa de Trezentos e recolheu a herança de um Humanismo cívico nascido em Petrarca, numa doutrinação que fundamentou as liberdades do cidadão, as suas responsabilidades para com a cidade-Estado, o primado do Direito e da justiça na governação, a submissão do interesse privado aos interesses coletivos, a oposição ao tirano e ao governante injusto<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Cfr. Oliveira Martins, *Camões. Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, 1891, p. 59.

<sup>3</sup> Cfr. Aguiar e Silva, *Camões: Labirintos e Fascínios*, Edições Cotovia, Lisboa, 1994, p. 27.

<sup>4</sup> Cfr. Oliveira Martins, *op.cit.*, p. 85.

<sup>5</sup> Cfr. Luís de Sousa Rebelo, “Camões e o sentido de comunidade”, in Egídio Namorado *et al.*, *Camões e o pensamento filosófico do seu tempo*, Lisboa, Prelo, 1979, p. 69.

Nestes tópicos se consubstancia uma grande parte do ideário cívico e político camoniano que vemos vertido em *Os Lusíadas*, num século em que o conceito de justiça assume uma nuclear centralidade no nosso pensamento político<sup>6</sup>. É impregnado daquele Humanismo cívico, daquela consciência cívica, como nos diz Pedro Calmon, que Camões identifica com rara clareza os direitos tradicionais das populações ibéricas<sup>7</sup>, não se coibindo de tecer uma dura censura às suas reiteradas violações por parte de quem tinha a obrigação de os defender e de os praticar. Acrescenta ainda o insigne professor brasileiro, que o conhecimento das boas razões do direito velho permaneceu intocado no poeta lusitano “exatamente porque não se encharcara na Universidade de textos, glosas e opiniões”, que teriam acabado por enredar na sua malha casuísta aqueles firmes esteios da tradicional cultura jurídica nacional<sup>8</sup>.

## 2. ENTRE O PODER, A JUSTIÇA E O DESCONCERTO DO MUNDO

Se o tema do desconcerto do mundo representa um elemento fundamental para a caracterização da mundividência camoniana, isso em muito se prende com o que denunciava como “os desmandos, a corrupção e os atropelos à justiça verificados na corte e na governação do povo”<sup>9</sup>. E se o conceito de Estado está já presente n' *Os Lusíadas* num sentido moderno, como deixa claro Martim de Albuquerque, com a identificação dos seus três elementos constitutivos do território, população e governo<sup>10</sup>, nele vai implicada a necessidade desse governo se exercer em obediência à justiça, sob pena de degenerar em tirania, pela ilegitimidade do exercício injusto do

---

<sup>6</sup> Disso mesmo nos dá conta Martim de Albuquerque, não deixando de sublinhar a diversidade de sentidos que ao termo a respetiva polissemia e os plurais contextos de aplicação foram emprestando. Cfr. Martim de Albuquerque, *A expressão do poder em Luís de Camões*, INCM, Lisboa, 1988, p. 148.

<sup>7</sup> Cfr. Pedro Calmon, *O Estado e o Direito n'Os Lusíadas*, Edições dois mundos, Rio de Janeiro/Lisboa, 1945, p. 8.

<sup>8</sup> Cfr. *idem*, p. 78.

<sup>9</sup> Cfr. Vítor Aguiar e Silva, *op. cit.*, p. 137.

<sup>10</sup> Cfr. Martim de Albuquerque, *op. cit.*, p. 111

poder. Um poder que se entende como vindo originariamente de Deus, mas em que é possível decantar uma dimensão popular, com a influência da filosofia tomista a fazer-se sentir. Esta mesma dimensão permite perceber o relevo atribuído ao bem comum, ao absoluto bem público, em claro detrimento dos interesses particulares (a ideia de direitos individuais vem a ser trabalhada pela modernidade). É ao encontro desse bem comum que devem ser estabelecidas as leis e o Direito, ao serviço da justa governação, postulando-se — observa Pedro Calmon — que o ideal de cada um não será realizável senão na medida em que se cumpra o ideal comum, extensível ao interesse social.

Nesta arquitetura cristã, em que Martim de Albuquerque aponta como clara a presença do ideário do Doutor Angélico, “o Sumo Deus, que por segundas/Causas obra no mundo”, estaria na origem do poder, que implicitamente teria a Justiça — vertida esta no próprio bem comum — como fundamento e finalidade. E isto permitiria perceber como causa segunda do poder político o próprio povo, a comunidade, através dos quais encontraria expressão a razão da lei divina<sup>11</sup>. Também no entender de Nair de Nazaré Castro Soares, ao estabelecer a autora uma afinidade entre a teoria do poder expendida por Camões e aquela trabalhada por D. Jerónimo Osório, o bispo humanista de Silves, é a obra de S. Tomás de Aquino, animada pela moral pragmática e intelectualista de Aristóteles, e imbuída da espiritualidade platónica, que em ambos alimenta a origem da sociedade civil, as várias formas da sua constituição, a defesa da monarquia e das leis, do direito natural identificado com o direito divino, do direito civil e do direito consuetudinário<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Cfr. Martim de Albuquerque, *op.cit.*, pp. 134-149.

<sup>12</sup> A filiação tomista da concepção do poder político, da justiça e do governo em Camões, também amplamente defendida pelo professor e ensaísta brasileiro João de Scatimburgo, vê-se questionada por Sílvia Elia ao refletir este sobre a mais amplamente reconhecida dominância da influência platónica na lírica do poeta. Ainda que mais raramente presente na épica, ainda aí — entende o linguista brasileiro —, é Platão que perpassa o entendimento camoniano quanto à própria existência de Deus. Cfr. Sílvia Elia, “A filosofia de Camões”, *Revista Convergência Lusitana*, v.5, n.7, 1980, *passim*. Cfr. igualmente Nair de Nazaré Castro Sousa, “Os Lusíadas de Camões e o *De Regis Institutione et Disciplina* de D. Jerónimo Osório”, in *Actas da VI reunião internacional de camonistas*, coord. Seabra Pereira e Manuel Ferro, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012, pp. 459-469, pp. 464-465.

Quando Camões denuncia a corrupção, a perfídia, a prepotência dos seus contemporâneos, informado pelos elevados e exigentes ideais éticos, políticos e jurídicos inerentes à sua mundivisão cavaleiresca senhorial e católica<sup>13</sup>, é também aos adutores que induzem o monarca a cometer injustiças, buscando apenas os seus próprios interesses que aponta o dedo<sup>14</sup>. É aos governantes que legislam em seu favor, e em perecimento das leis a favor do povo, cujos direitos oprimem com injustos mandos. E estes são injustos porque e quando não atendem ao bem público e desrespeitam a lei de Deus.

Atente-se nas estâncias 27 e 28 do canto IX d' *Os Lusíadas*, talvez das mais significativas para o retrato traçado pelo poeta deste desconcerto em que vê o mundo:

*E vê do mundo todo os principais  
Que nenhum no bem púbrico imagina;  
Vê neles que não têm amor a mais  
Que a si sòmente, e a quem Filáucia ensina;  
Vê que esses que frequentam os reais  
Paços, por verdadeira e sã doutrina  
Vendem adulação, que mal consente  
Mondar-se o novo trigo florecente.  
  
Vê que aqueles que devem à pobreza  
Amor divino, e ao povo caridade,  
Amam sòmente mandos e riqueza,  
Simulando justiça e integridade;  
Da feia tirania e de aspereza  
Fazem direito e vã severidade;  
Leis em favor do Rei se estabelecem,  
As em favor do povo só perecem<sup>15</sup>.*

<sup>13</sup> Cfr. Vítor Aguiar e Silva, *A lira dourada e a tuba canora*, p. 105.

<sup>14</sup> Cfr. Nair de Nazaré Castro Sousa, *op. cit.*, p. 466.

<sup>15</sup> Cfr. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio de Costa Pimpão, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972, pp. 229 e 230.

É certo que não há sentidos unívocos no discurso do poeta quando fala em lei ou em justiça, e disso exemplarmente nos dá conta Carlos Ascenso André, no seu também exemplar estudo sobre a lei e as leis em Camões e n' *Os Lusíadas*<sup>16</sup>. E se múltiplas são as ocasiões em que os sentidos de uma e de outra se revelam ambíguos, passíveis de diferentes leituras e interpretações, ao sabor do texto e do contexto, não se tratará tanto das ambiguidades próprias do texto poético quanto de uma intencional e subtil estratégia camonianiana, diz-nos o autor. Acrescentaríamos nós, ainda, que a plasticidade significativa e semântica dos termos convocados será, ontem como hoje, inerente à sua própria historicidade, e talvez mesmo parte das suas intemporais virtudes fronésicas. E se, para além da equivocidade semântica associada a ambos os conceitos, nem sempre lei e justiça coincidem no fluir poético camoniano, pois nem isso deixa de ir ao encontro do clássico ensinamento dos juristas romanos, segundo o qual nem tudo o que é permitido é honesto<sup>17</sup>. O mesmo será dizer que nem tudo aquilo que é pela lei ou pelo Direito sancionado se apresenta como necessariamente justo. E não o será porque o Direito se autonomizou da moral, ganhando foros de *scientia*, para o bem e para o mal.

### 3. A HISTÓRIA COMO RECURSO NARRATIVO EM CAMÕES

Ora, Camões permanece um moralista, sedendo nesse domínio normativo as traves mestras da justiça social e política. Enunciando os princípios históricos e sociais em que assentaria o poema camoniano, Borges de Macedo identifica como fundamental a possibilidade sempre presente de o rei ou de o príncipe se poderem deixar perturbar pela cedência a interesses particulares que os afastem da comunidade, e, como tal, da justa governação, caso em que só o povo ou a providência os poderão devolver ao justo

---

<sup>16</sup> Cfr. Carlos Ascenso André, “A Lei e as Leis em *Os Lusíadas*”, *A Revista/Supremo Tribunal de Justiça*, n.5, 2024, pp. 241-259.

<sup>17</sup> São várias as formulações que conduziram ao decantar da clássica fórmula latina, sendo habitual a recondução da mesma a Paulo, jurista romano do séc. III, a quem o Digesto atribui a expressão “non omne quod licet honestum est” (Digesto 50.17.144).

caminho<sup>18</sup>. Como sublinha o insigne historiador, “Camões nunca perde a ocasião de salientar que a ajuda da Providência consiste no apoio ao esforço original e à constância dos portugueses e de seus reis em escolherem o justo caminho. Por isso, a mesma providência não deixou de os castigar, sempre que se deixavam tentar pela facilidade, pela fraqueza, pela cobiça ou vício de mandar”<sup>19</sup>.

Diz-nos Luís de Sousa Rebelo que, em *Os Lusíadas*, Camões nos faz percorrer “o itinerário histórico-cultural da grande experiência vivida pelos portugueses desde a sua fundação”<sup>20</sup>. A mobilização da história pelo poeta, ao longo da sua narrativa, permite-lhe mostrar de que forma aquelas ameaças se tornaram reais em diversos momentos do nosso devir. Permite-lhe igualmente refletir sobre a distância que entre o justo e o real foi caracterizando a nossa sociedade e a nossa vida política, numa crítica que, na leitura de Borges de Macedo, se encontrava muito próxima da que havia sido tecida por Frei Heitor Pinto, na sua obra *Imagem da Vida Cristã*<sup>21</sup>. No estudo dedicado à “História e doutrina do poder n’*Os Lusíadas*”, entende o historiador português que Camões lançou mão deste recurso, também, para mostrar de que forma o contacto com o Oriente pôs em evidência as mais lúdimas características do português enquanto membro comprometido do Estado, na sua ação eminentemente cívica e social (aquela que importa definir, pois que nessas se distingue o português), mas também os seus defeitos: a cobiça, a inveja, a ambição. A história terá, nas mãos do poeta, a função de, através

---

<sup>18</sup> Cfr. Jorge Borges de Macedo, *Os Lusíadas e a História*, Editorial Verbo, Lisboa, 1979, p. 116.

<sup>19</sup> Cfr. *idem*, p. 119.

<sup>20</sup> Cfr. Luís de Sousa Rebelo, *op. cit.*, p. 78. Já para Jorge de Sena, numa ínfima mostra daquilo que Maria Vitalina Canas Leal de Matos, numa crítica ao livro *A Estrutura de “Os Lusíadas”*, identifica como o delírio interpretativo e arquitetónico de J. Sena, referindo-se a camonista à metodologia e instrumentação estatística empregue por Sena, afirma que a narrativa da História de Portugal, que suspende a ação n’ *Os Lusíadas*, ocupa um escasso quinto de toda a epopeia. Cfr. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 573; Vítor Aguiar e Silva, *Labirintos e Fascínios*, p. 31.

<sup>21</sup> O II Volume deste título de Frei Heitor Pinto seria contemporâneo da publicação d’*Os Lusíadas*. Também Nair de Nazaré Castro Soares refere esta preocupação realista com a constatação deste afastamento. Cfr. Nair de Nazaré Castro Soares, *op. cit.*, pp. 464-465.

dela, poder aquele provar que na Índia, os portugueses continuaram iguais a si mesmos: aqueles que na Península Ibérica haviam feito de Portugal um reino independente, e que a breve trecho teriam que provar ser capazes de o fazer novamente<sup>22</sup>.

#### 4. SOBRE A MUDANÇA DOS TEMPOS E A PERMANÊNCIA DAS VONTADES

E isto traz-nos aquele que, de certa maneira, constituiu um ponto de partida para esta intervenção. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, canta-nos o poeta no seu intemporal soneto. Mas difícil parece ser não reparar na constância da forma de atuar do português. E na sua forma de atuar especificamente cívica, social, vertida na sua relação com o outro, nas relações entre governantes e governados, no teor das leis que são estabelecidas e na forma como as mesmas são vividas por quem as tem que cumprir e por quem as tem que fazer cumprir.

Talvez os tempos mudem, e com eles as vontades do homem. Mas talvez também “não se muda já como soía”, no que percebemos a profunda atualidade da sensibilidade e da denúncia camonianas. Os vícios, reconfigurando-se, permanecem, de braço dado com as virtudes, e aquilo que o poeta via no seu contemporâneo, não deixamos nós de ver no nosso. A corrupção de governantes “cuja vontade manda mais que a justiça e que a verdade”<sup>23</sup>, os desmandos e atropelos à justiça de “quem faz injúria vil e sem razão, com forças e poder em que está posto”<sup>24</sup>, a prepotência de uns, “a despir e roubar o pobre povo”<sup>25</sup>, e a impotência “da servil gente”<sup>26</sup>. E a convicção e tímida vontade de que esses mesmos que para se servirem a si e aos seus interesses, pervertendo leis e desvirtuando o justo exercício do poder, assim se

---

<sup>22</sup> Cfr. Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 109 e ss.

<sup>23</sup> Cfr. Luis de Camões, *Os Lusíadas*, *op. cit.*, canto X, estância 23, p.252.

<sup>24</sup> Cfr. *idem*, canto X, estância 58, p. 261.

<sup>25</sup> Cfr. *idem*, canto VII, estância 85, p. 196.

<sup>26</sup> Cfr. *idem*, canto VII, estância 86, p. 196.

afastando da comunidade, não vencerão nunca, pois que “a vitória verdadeira é saber ter justiça nua e inteira”<sup>27</sup>.

Este o desconcerto do mundo, em que ontem como hoje, citando Carlos Ascenso André, “quem teria o dever de dar o exemplo vive do fingimento e simula justiça e integridade; em que a justiça não é regra corrente e os que a deviam praticar vivem da sua simulação”<sup>28</sup>. Ou seja, um desconcerto que assenta na falta de correspondência entre os anseios, os valores e as razões, e a realidade social e política, em constante desacerto com aqueles<sup>29</sup>.

### 5. O DESCONCERTO DO MUNDO E A TRAGÉDIA INESIANA

Um desconcerto que, de mãos dadas com aqueles outros elementos caracterizadores da mundividência camoniana que fomos deixando identificados, se verte de modo particularmente simbólico, e não sem alguma ambiguidade, nesse que é um dos mais belos episódios d'*Os Lusíadas*: o de Inês de Castro. Estamos cientes dos riscos representados por uma leitura antológica dos Lusíadas, como pela de qualquer outra epopeia, que, como tão avisadamente nos adverte Aguiar e Silva, poderá ter como consequência a viciação do círculo hermenêutico, e como tal, da compreensão que deve ter lugar das relações da parte com o todo e do todo com as partes<sup>30</sup>. Não tencionando deter-nos na problemática, não deixamos ainda assim de sugerir que no concreto episódio inesiano se conjugam de modo impressionante as denúncias, advertências e loas feitas pelo poeta ao longo do seu texto, que constituem como que um leito comum de princípios de vida justa e de justa governação, um receituário social e individual para a *tranquilitas* civil e para

---

<sup>27</sup> Cfr. *idem*, canto X, estância 58, p. 261.

<sup>28</sup> Cfr. Carlos Ascenso André, *op. cit.*, p. 254.

<sup>29</sup> Um desconcerto que, como adiantam António José Saraiva e Óscar Lopes, reside no desajuste entre as exigências da vida pessoal e os meios que ao sujeito são dados para as satisfazer; ou no desfazamento entre o mérito individual e a sorte de cada um. Cfr. António José Saraiva/Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, reimpresso em 2024, 17.<sup>a</sup> edição, p. 322.

<sup>30</sup> Cfr. Vítor Aguiar e Silva, *A lira dourada e a tuba canora*, Cotovia, Lisboa, 2007, p. 98.

a prosperidade, e a sua expressão real num dos mais simbólicos, míticos e trágicos quadros da nossa história.

O tempo não nos permite alongarmo-nos na reflexão mais cuidada das estrofes em que o poeta narra a história daquela “mísera e mesquinha/que depois de ser morta foi rainha”<sup>31</sup>, quanto mais de tentar o seu cotejo com o que é o *magnum opus* de António Ferreira, escrito este em 1557/58 e publicado na sua versão mais acabada apenas em 1598, já sob a égide da coroa castelhana<sup>32</sup>. António Ferreira que, para além de jurista, era um conhecido e intransigente anti-castelhanista linguístico, num tempo em que as classes altas “deslisavam vertiginosamente para a integração no império espanhol”<sup>33</sup>, não se coíbe de escrever em português e de tratar temas caros à identidade nacional. Não vamos tão pouco perder-nos nos meandros históricos que rodearam tão funesto momento da nossa história, “caso triste, e dino da memória”<sup>34</sup>, e que conduziram, nas palavras de Jorge de Sena, ao assassinato judicial de Inês de Castro, a 7 de Janeiro de 1355<sup>35</sup>. Interessa-nos sobretudo pensar o episódio à luz do que vimos dizendo sobre o pensamento político-jurídico que Camões desenvolve ao longo do texto d’*Os Lusíadas*. Move-nos a atualidade que percebemos nos atos, nos comportamentos e nas decisões dos envolvidos, e interessa-nos, por outro lado, uma certa ambivalência que é sugerida no modo como o poeta nos retrata os acontecimentos. Ou não foram *Os Lusíadas* uma obra de arte<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> Cfr. Luis de Camões, *Os Lusíadas*, canto III, estância 118, p. 88.

<sup>32</sup> Uma edição publicada em 1587 por Manuel de Lira, impressor “cuja atividade se documenta desde 1579”, terá andado perdida durante cerca de um século, e terá sido impressa — diz-nos Jorge de Sena — à revelia da família do autor, falecido em 1569. Cfr. Jorge de Sena, *Estudos de História e de Cultura*, Edição da Revista *Ocidente*, Lisboa, 1967, pp. 419 e ss. Cfr. igualmente o trabalho comparativo que entre as várias edições tece Nair de Nazaré Castro Soares, *Teatro Clássico no Século XVI. A Castro de António Ferreira*, Almedina, Coimbra, pp. 93 e ss.

<sup>33</sup> Cfr. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 437.

<sup>34</sup> Cfr. Luís de Camões, *op. cit.*, canto III, estância 118, p. 88.

<sup>35</sup> Cfr. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 185.

<sup>36</sup> Identificando a existência, n’*Os Lusíadas*, de ambiguidades e contradições, Luís de Sousa Rebelo faz notar que essas, em geral, são comuns às grandes obras de arte. Cfr. *op. cit.*, p. 72.

## 6. JUSTIÇA E RAZÃO DE ESTADO

Ainda que tingida de legitimação judicial, a morte da dama do colo de alabastro é uma morte eminentemente política, historicamente justificada com a invocação de razões de Estado, que teriam determinado a necessidade de “tirar Inês ao mundo”<sup>37</sup>. Os argumentos são historicamente conhecidos, passando pela instabilidade política e dinástica de um reino em afirmação, pela ameaça dos galegos irmãos Castro e seus aliados políticos, pela ameaça de que os filhos ilegítimos de Pedro e Inês pusessem em causa os direitos sucessórios do legítimo herdeiro, D. Fernando. Inês tem que morrer.

É sentido o lamento de Camões face à morte da linda Inês, e face à violência da mesma, na presença dos seus queridos e mimosos filhos, que órfãos ficarão de uma inocente mãe. É sentido o seu lamento perante a injustiça da morte de quem culpa não tinha, às mãos dos “horríficos algozes” e “feros carniceiros”, que não cavaleiros, pela desonra de quem tira a vida a uma mulher inocente<sup>38</sup>. Mas Camões também aceita que a justiça do absoluto bem comum se sobreponha ao sentimento particular, justificando o terrível (imoral? criminoso?) ato pela necessidade de salvar a independência política do reino e do seu povo. Contrariamente a António Ferreira, “Camões sacrifica implacavelmente os sentimentos individuais”<sup>39</sup> à continuidade do reino, aquiescendo com as invocadas razões políticas e de Estado, cuja concretização imputa aos “matadores” de D. Afonso IV. Isso mesmo, parece-nos, leva Jorge de Sena a justificar a apóstrofe camonianiana aos assassinos, e não ao monarca: “eles são a malignidade da política”, e “eles mataram Inês”<sup>40</sup>. D. Afonso IV, pai e avô, lava as mãos da responsabilidade homicida, transferindo a mesma para os ombros dos seus conselheiros. Estes teriam sido capazes de demover o monarca da sua clemência e compaixão perante os rogos comovedores de Inês, persuadindo-o a levar até ao fim a execução que se havia

<sup>37</sup> Cfr. Luís de Camões, *op. cit.*, canto III, estância 123, p. 89.

<sup>38</sup> Cfr. *idem*, canto III, estâncias 124/130, pp. 90-91.

<sup>39</sup> Cfr. Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 124.

<sup>40</sup> Cfr. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 583.

proposto. Talvez para salvar a independência do reino, talvez por perceberem que a cólera de D. Pedro os perseguiria até à eternidade se Inês permanecesse viva pela clemência régia, restando para eles o odioso da conspiração homicida. Inês tinha que morrer, e tinha que morrer uma morte política e judicialmente legitimada.

Mas não há em *Os Lusíadas* uma explícita censura da execução de Inês, realçando-se os elementos líricos e épicos do episódio, enquanto na sombra fica a crítica ético-política, e a própria instrumentalização da justiça a que inevitavelmente conduzem aquelas invocadas razões de Estado. O realismo político de Maquiavel circulava já pela Europa culta e cortesã do tempo, pelo que não é de estranhar que as suas ideias fossem familiares ao poeta<sup>41</sup>. Ainda assim, o seu é um realismo político tingido de um profundo idealismo cristão e patriótico, o que o faz preferir os superiores interesses da coletividade e tacitamente absolver os comportamentos eticamente reprováveis daqueles que os defendem<sup>42</sup>.

Mas Inês, essa morre porque ama — morre, e tem que morrer, “só por ter sujeito o coração a quem soube vencê-la”<sup>43</sup>, alheia ao silêncio a que seriam votadas as razões de amor quando cotejadas com a maquiavélica razão de Estado. É esta que, subjugando o desejo à norma, como nos sugere Maria Rosa Sellers<sup>44</sup>, determina a impiedade da execução de Inês, transformando

---

<sup>41</sup> Nem tal seria absolutamente necessário, pois como nos mostram António Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto, “o ‘maquiavelismo’ e a razão de Estado não nasceram com Maquiavel. Existem, na ordem dos factos, desde que há política e Estado”. E, não sendo este o lugar para uma mais detida reflexão sobre o assunto, também não se entenda o Estado como uma realidade posterior a Jean Bodin ou mesmo a Maquiavel. Vejam-se as considerações que a propósito tece José Adelino Maltês, no seu *Ensaio sobre o problema do Estado, Tomo II: Da razão do Estado ao Estado Razão*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1991, pp. 66 e ss.

<sup>42</sup> Cfr. Diogo Freitas do Amaral, *História das Ideias Políticas*, Almedina, Coimbra, 1999, pp. 215-218. Como nos diz o mestre português, “Maquiavel não é, assim, apenas um cultor do amoralismo político; ele é também uma desculpa permanente para os detentores do poder”.

<sup>43</sup> Cfr. Luís de Camões, *op. cit.*, canto III, estância 127, p. 90.

<sup>44</sup> Cfr. António Ferreira, *A Castro*, Edição, introdução e notas de Maria Rosa Álvarez Sellers, Biblioteca Arquivo Teatral “Francisco Pillado Mayor”, Corunha, 2000, p. 23.

a injustiça numa virtude libertadora, desta feita para citar Maria Leonor Machado de Sousa<sup>45</sup>.

O justo das leis nem sempre é honesto, e nem sempre os duros ministros rigorosos, ou os juízes, têm a sabedoria ou a vontade para a sua boa aplicação. Por outro lado, diz-nos o poeta que o piedoso e benigno Rei mostra vontade de perdoar, “movido das palavras que o magoam”<sup>46</sup>, mas que o “pertinaz povo”<sup>47</sup>, “com falsas e ferozes razões, à morte crua o persuade”<sup>48</sup>. O poeta sabe que as razões são falsas, e que com essa falsidade adúladora persuade o povo o clemente monarca. Falsas e ferozes razões serão a razão de Estado, ou porventura um seu bem urdido simulacro. E o pertinaz povo que é nestas estâncias apostrofado, não será tanto a plebe, como fez questão de notar Faria e Sousa, mas mais razoavelmente a população com representatividade política, ou seja, os cavaleiros que surgem como conselheiros do Rei, cuja ação é, no dizer de Jorge de Sena, assimilada ao Povo<sup>49</sup>. E “o velho pai sesudo, que respeita o murmurar do povo”<sup>50</sup>, “que tem de humano o gesto e o peito”<sup>51</sup>, não hesita em instrumentalizar a Justiça (lembre-se que Álvaro Gonçalves, um dos algozes de Inês, era meirinho-mor do reino) pondo-a ao serviço de putativas razões de Estado.

## 7. O AMOR COMO CHAVE PARA O (DES)CONCERTO DO MUNDO

Regressemos ao desconcerto do mundo, tópico nuclear na obra do nosso poeta maior. Centradas na sociedade e no governo seus coetâneos, e tendo como alvo as gentes suas contemporâneas, as reflexões e críticas

---

<sup>45</sup> Cfr. Maria Leonor Machado de Sousa, *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, Amadora, 1984, p. 13.

<sup>46</sup> Cfr. Luís de Camões, *op. cit.*, canto III, estância 130, p. 91.

<sup>47</sup> Cfr. *idem*, canto III, estância 130, p. 91.

<sup>48</sup> Cfr. *idem*, canto III, estância 124, p. 90.

<sup>49</sup> Quem o afirma é Jorge de Sena, que vê nesta leitura de Faria e Sousa o acerto das observações de José Maria Rodrigues quanto aos ecos da *Castro* de Ferreira que identifica no episódio camoniano de Inês de Castro. Cfr. *op. cit.*, pp. 600 e 601.

<sup>50</sup> Cfr. Luís de Camões, *op. cit.*, canto III, estância 122, p. 89.

<sup>51</sup> Cfr. *idem*, canto III, estância 127, p. 90.

camonianas atravessam tempos e vontades, ao encontro de vícios e virtudes de todos os tempos.

Referindo-se ao episódio da Ilha dos Amores, Aguiar e Silva observa que as estâncias 27 a 29 do Canto X desenvolvem o tema, “revelando em Camões um moralista de alta coragem, que indignadamente denuncia os desmandos, a corrupção e os atropelos à justiça verificados na corte e na governação do povo”. Atropelos e desmandos que vê nascerem do esquecimento e do desprezo a que é votado o amor. Refere ainda o insigne camonista, que ao longo da concreta estância 25, “o amor aparece claramente concebido como a força ou o princípio que corrige os desvios, erros e vícios perturbadores da lei que deve imperar no mundo”<sup>52</sup>.

Inês é símbolo da paixão humana<sup>53</sup>, e morre por amar. Mas a sua morte torna-a, a ela, e ao seu amor por Pedro, imortal, de certo modo indo ao encontro dessa lei que deve imperar no mundo. Ao encontro de uma justiça intemporal, alheia a qualquer instrumentalização. Nada é tão incorruptível como a morte de Inês, diz-nos Herberto Helder, no extraordinário e disruptor conto que à tragédia da Castro dedica<sup>54</sup>. As reflexões de Pêro Coelho, um dos algozes de Inês, enquanto o torturam publicamente, mostram-no como a verdadeira vítima de toda a tragédia, que teve que matar Inês para salvar o amor do Rei: para que o amor de Pedro e Inês se tornasse maior que a vida e maior que a morte. Sem aqueles que se sacrificaram “até ao suplício e à condenação dos séculos”, matando Inês, não haveria nem mito nem lenda<sup>55</sup>, num processo que Jorge de Sena identifica como “a transfiguração imortal que só o Amor concede”<sup>56</sup>.

Este um tema caro ao neoplatonismo renascentista, que Camões abraça e aprofunda, fazendo-o seu. Luís de Sousa Rebelo vê nas recomendações de Marsílio Ficino as raízes do amor camoniano pela sua pátria e pelo seu povo,

---

<sup>52</sup> Cfr. Vítor Aguiar e Silva, *Camões: Labirintos e Fascínios*, pp. 136-137.

<sup>53</sup> Cfr. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 578.

<sup>54</sup> Cfr. Herberto Helder, “Teorema”, in *Os passos em volta*, 6.<sup>a</sup> ed., Assírio & Alvim, Lisboa, 1997(<https://canaldepoesia.blogspot.com/2019/10/herberto-helder-teorema.html>), consultado em 11.10.2025).

<sup>55</sup> Cfr. Maria Leonor Machado de Sousa, *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1984, p. 113.

<sup>56</sup> Cfr. Jorge de Sena, *op. cit.*, p. 579.

bem como o seu sentido de solidariedade humana, cívica e pública: “é mister que os homens tenham amor e estima por Deus, pela pátria, pelos seus antepassados e pelo próximo, tanto pelos vivos como pelos mortos<sup>57</sup>”

Foi também o amor que levou Camões aos confins do mundo, para “lá lhe abrir o sacrário augusto da poesia de um povo”. Num tempo em que nos cumpre homenagear o maior de entre os nossos poetas, mantendo viva a chama do seu amor a Portugal, ao seu povo e à sua língua, o texto que Oliveira Martins lhe dedicou no longínquo ano de 1891 deixa-nos comovidos, pela extraordinária riqueza e elevação estética das páginas que tece. Diríamos, em lamento, que já pouco se escreve assim, o que nos autoriza timidamente o atrevimento de esquivar a paráfrase, deixando o historiador falar por si. Levado àqueles confins do mundo, vê-se Camões sozinho e desterrado, observando Oliveira Martins nesse abandono “a feliz consequência da desgraça do poeta, e dos Lusíadas terem sido concebidos e executados no desterro, a sós com a natureza, e não pelo meio do estonteamento das côrtes. Nada há tão revelador como o isolamento; nada tão perspicaz como o infortúnio. Foi elle que dictou a Camões, mansinho, no lento escorrer das lagrimas, os segredos da alma portugueza”. Chegado Camões a Goa, quando se vê encarcerado e anseia por regressar a Lisboa, remata, e nós com ele, Oliveira Martins: “Faltava desfolhar essa flôr ainda, para que se lhe dissipassem as illusões de todo, e, morrendo, nos deixasse viva a única realidade immorredoura – o perfume de uma alma, a memória de um sentimento, a fórmula de uma idéa. São tudo isso, os Lusíadas, e só isso, afinal, persiste e vive eternamente”<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Cfr. Luís de Sousa Rebelo, *op. cit.*, p. 77.

<sup>58</sup> Cfr. J.P. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 87 e 94.



# 19. Camões e a fundamentação do direito

MAFALDA MIRANDA BARBOSA<sup>1</sup>

## I. INTRODUÇÃO

O direito, enquanto ordem regulativa que se funda numa concreta axiologia, atinge o homem intensiva e extensivamente<sup>2</sup>, razão pela qual se torna natural que, quando mergulhamos em textos que nos fazem confrontar com o que de mais radicalmente humano há em cada um de nós, possamos ser confrontados com questões jurídicas que, não sendo enunciadas — e muito menos resolvidas —, vão pressupostas no enunciado linguístico. É assim com Camões e a sua obra. Poeta do Amor e da Pátria, são várias os temas por si abordados com relevância jurídica: questões relacionadas com o poder, a autoridade e a soberania, questões relativas à relação entre diferentes povos e culturas, questões de diplomacia e atinentes a tratados internacionais, questões como a honra, a lealdade e a traição, reflexões sobre a natureza humana e as suas implicações éticas.

Não pretendo, porém, analisar cada uma delas, ainda que pela ótica camoniana. Proponho um exercício diferente, mais difícil por certo e talvez “superior ao que promete [não] a força humana”, mas a força de quem o tenta levar por diante. Ainda assim, “se a tanto me ajudar o engenho e arte”, sobretudo o engenho e arte daqueles que fui, ao longo dos anos, colecionando como mestres e dos quais fui bebendo ensinamentos, atrevo-me a tentar refletir sobre os fundamentos do direito à luz da poesia camoniana.

---

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa

<sup>2</sup> Castanheira NEVES, *Textos de Introdução do Estudo do Direito*, Coimbra, 1976, polycopiado, 11 ss.

Como o poeta, invoco a preciosa ajuda não das ninfas do Tejo, mas do Espírito. Não para ter um estilo grandiloquo e corrente que evidencie um grau de inspiração superior ao de Hipocrene, mas para conseguir tornar perceptível um problema que a todos nos deve inquietar: sujeitando-nos constantemente a regras impostas pelo legislador, onde podemos encontrar o fundamento que as legitime e, assim, acautelar-nos contra qualquer forma de tirania?

O problema não é novo; e, descontado o período positivista, descrente em tudo o que não redundasse num texto, constitutivo ou declarativo do direito, cético em relação à busca de uma *ratio iuris* para a sua imposição, esteve sempre presente ao longo da história do pensamento jurídico filosoficamente comprometido.

Camões, não sendo jurista e não se dedicando a temas jurídicos, conseguiu antevê-lo. «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades/Muda-se o ser, muda-se a confiança/ Todo o mundo é composto de mudança/Tomando sempre novas qualidades». Também o direito muda; às vezes, radicalmente, com as ruturas revolucionárias; outras vezes paulatinamente, acompanhando, como produto cultural que é, as mudanças da sociedade. Simplesmente, embora sempre sujeito à temporalidade, devemos recusar a ideia de que a juridicidade é comandada e determinada pela realidade do ser, ao ponto de acolher a degradação do ser humano e de abrigar no seu seio condutas desvaliosas, como aquelas que Camões denuncia, em *Os Lusíadas*, renunciando, na dimensão antiépica da obra, a própria decadência da Pátria. Há, na verdade, uma dimensão ética que, podendo conhecer projeções variadas, consoante o contexto sócio-cultural em que nos inserimos, não pode deixar de ser convocada para que o direito não perca o seu sentido e intencionalidade. Camões, sem qualquer preocupação jurídica, antecipa-o, porque “afora este mudar-se cada dia/outra mudança faz de mor espanto: que não se muda já como soía”.

O ponto parece conduzir-nos à ideia de imutabilidade de uma lei natural, mas o certo é que «continuamente vemos novidades/diferentes em tudo na esperança». O fundamento do direito, desconsiderado pelos positivistas,

como já o havia sido noutras épocas por epicuristas, para quem, na procura da felicidade, único fim da vida, todo o direito é produto de uma convenção, não havendo nada na natureza que se possa considerar justo em si mesmo, e por céticos, também estes defensores da ideia de que o único direito existente é o direito positivo, o que se poderia notar pela diversidade de sistemas jurídicos existentes e pela constante transformação do direito na vida de um povo<sup>3</sup>, não foi sempre compreendido do mesmo modo.

De facto, o modo como se concebe o fundamento da juridicidade tem mudado ao longo dos tempos, dependendo do modo como o homem se compreende a si mesmo, em relação aos outros, ao mundo e a Deus. É exatamente por isso que Camões pode assumir um papel crucial a este nível. Não porque reflita sobre o direito, mas porque, ao anunciar, por meio do canto glorioso dos portugueses, o homem novo, acaba por, como poeta do seu tempo – o renascimento –, contribuir para a evolução subsequente do pensamento jurídico<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 1995, 21 ss.; Mafalda Miranda BARBOSA, *Liberdade vs. Responsabilidade: A precaução como fundamento da imputação delitual?*, Almedina, Coimbra, 2006, 101 ss.; Id., *Do nexo de causalidade ao nexo de imputação: contributo para a compreensão da natureza binária e personalística do requisito causal ao nível da responsabilidade civil extracontratual*, Princípiã, 2013, 146 ss.; Id., *Litigiosidade jurídico-religiosa: a possibilidade de tutela jurídica do sentimento religioso*, Princípiã, 2015, 1.<sup>a</sup> parte; Id., *A dignidade da pessoa*, Gestlegal, 2024

<sup>4</sup> Episódios centrais na obra épica camoniana, como o episódio de Inês de Castro, acabam por levar também pressuposto um sentido da juridicidade, embora aí compreendido sobretudo como um problema de legitimação do poder. Se inequivocamente o poder do Rei era recebido a partir de Deus, os autores têm vincado que essa delegação não era imediata, antes resultado de uma transferência do poder para o povo e deste para o Rei – *a Deo per populum*. A atuação do rei é vista de acordo com uma lógica de submissão à lei divina. A justiça é “simultaneamente instituída enquanto princípio e efeito do ofício de Rei, na medida em que tendo como função manter a equanimidade no Reino, que o Monarca herdou por divina providência, dando a cada um o que lhe pertence, o seu justo obrar não é mais que a mimetização da justiça divina, à qual o Soberano se deve conformar e submeter. Só a absoluta submissão à vontade divina torna possível uma reta governação. Deste modo, o Rei, mais que criador de uma ordem em função da qual se mantenha a coesão e harmonia do corpo social, é meramente um revelador de um regime pré-existente, cujos contornos deve desvelar” — cf. Jorge Manuel de Matos Pina Martins PRATA, *Poder e Justiça no Reinado de D. Afonso IV*, Coimbra, 2013, 66 ss. Significa isto que a razão de estado que se invoca, amiúde, para explicar a atuação de D. Afonso

## II. UMA BREVE PANORÂMICA ACERCA DO DIREITO NATURAL

Até ao século XIX, afirmou-se a existência de uma ordem normativa de essência superior onde o direito positivo se fundamentava. Contudo, a resposta que ao longo dos tempos foi sendo dada à questão de saber o que é o direito natural não foi unívoca, avultando, conseqüentemente, diversas formas de jusnaturalismo<sup>5</sup>.

Com os pré-socráticos, o direito do Estado era visto como um direito natural, porque a natureza das leis do estado foi considerada idêntica à das leis do cosmos, e o direito natural era identificado com o que imperava no cosmos, regido por uma lei que garantisse a sua harmonia. A esta imutabilidade contrapor-se-ia o relativismo dos sofistas, aqueles que, segundo Cabral Moncada<sup>6</sup>, podem ser considerados os primeiros positivistas do direito, na medida em que, distinguindo as leis humanas, mutáveis, das leis da natureza, afirmavam que as primeiras eram estatuídas pela vontade humana, sem qualquer objetividade e universalidade, e com um caráter relativo, da mesma forma que era relativa a verdade, enquanto criação humana. Continuavam a referir-se ao direito natural, mas este não serviria para fundamentar o direito positivo, antes para explicar que aquele não tem uma natureza racional e divina<sup>7</sup>.

---

IV em face de D. Inês de Castro anda longe daquela que viria ser a tematização posterior da *raison d'état*. Veja-se, igualmente, Martim de ALBUQUERQUE, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, s.d., 15 ss., Paulo MERÊA, *Sobre a Origem do Poder Civil. Estudos sobre o pensamento político e jurídico dos séculos XVI e XVII*, Tenacitas, 2003. Deste episódio, contudo, não se colhe o contributo camoniano para a fundamentação do direito, antes se evidenciando aquela que era a conceção de justiça e de poder no período medieval.

<sup>5</sup> Sobre a impossibilidade de ver o jusnaturalismo moderno como um movimento uniforme, cf., para mais desenvolvimentos, Castanheira NEVES, *O Instituto dos Assentos e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*, Coimbra, 1983, 528 ss.

<sup>6</sup> Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 1995, 14.

<sup>7</sup> Cf. Reis MARQUES, *Grandes Linhas de Evolução do Pensamento e da Filosofia Jurídicas*, Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX da Universidade Internacional da Figueira da Foz, s/d, 221. Aí o autor explica que, para os sofistas, a lei é uma criação dos mais fortes, que a impõe aos mais fracos, ou que é uma criação destes para manietarem o direito dos mais fortes, o único fundado na natureza. De acordo com os sofistas a pretensa igualdade que a lei impõe é uma construção anti-natural, na medida em que a regra na natureza é a desigualdade.

Rapidamente a referência à verdade como algo que está acima dos homens foi recuperada com Sócrates. Através da razão chegar-se-ia aos elementos essenciais da realidade, entre os quais surge o Estado, pelo que o homem deve obedecer às suas leis, ainda que injustas. Afirma-se uma identidade entre bem e verdade, entre direito e moral. A justiça e a legalidade tendem a coincidir, afirmando-se uma axiologia superior que se impõe ao direito positivo e que é inteligível através da razão humana. O direito passa a ser um problema do justo, entendido por Platão como o princípio de equilíbrio entre as restantes virtudes (sabedoria, coragem, domínio dos sentidos) e por Aristóteles como uma ideia de igualdade (pelo que a justiça surge subdividida em distributiva e sinalagmática, que por sua vez pode ser comutativa ou judiciária). Para Platão, todo o conhecimento empírico é relativo e imperfeito, sendo as ideias os únicos critérios válidos para julgar as coisas sensíveis. Para se julgar se uma coisa é justa temos de recorrer à própria ideia de justo. É através desta que devem ser aferidas as leis da *polis*, enaltecidas porque se entende que o homem só pode atingir a perfeição dentro da própria *polis*. Aristóteles, por seu turno, afasta-se do idealismo puro de Platão, afirmando uma teoria imanentista das ideias. À ideia de Platão substitui-se a noção de forma, que, conjuntamente com a matéria, constitui o ser. O direito positivo passa a explicitar o direito natural, que é justo por natureza, mas já não se caracteriza por uma imutabilidade absoluta, embora esteja também longe da mutabilidade do direito positivo. Aristóteles distingue ainda a lei particular (correspondente às leis particulares de cada comunidade) da lei comum (aplicável a todo o povo). No fundo, parece que podemos ver aqui uma antevisão da dicotomia romanista entre o *ius civile* e o *ius gentium*, facto em si nada estranho, dado que os jurisconsultos romanos foram profundamente influenciados pela filosofia helénica. Note-se que alguns jurisconsultos romanos falam ainda, em íntima conexão com o *ius gentium*, no *ius naturale*<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Para mais desenvolvimentos, cf. Reis MARQUES, *Grandes linhas*, 225 ss. Cf. GAIO. D.1,1,1,2. Também Ulpiano falava do direito natural, entendendo que ele é mais restrito que o *ius gentium*.

Com os estoicos, o direito positivo distingue-se claramente de um outro eterno, imutável, universalmente obrigatório, que aquele não pode ab-rogar, o chamado direito natural, que derivava do *logos*. A referência ao direito natural desaparecerá com os epicuristas, para quem, na procura da felicidade, único fim da vida, todo o direito é produto de uma convenção, não havendo nada na natureza que se possa considerar justo em si mesmo; e com os céticos, também estes defensores da ideia de que o único direito existente é o direito positivo, o que se poderia notar pela diversidade de sistemas jurídicos existentes e pela constante transformação do direito na vida de um povo.

A História da Filosofia Grega é riquíssima e através dela conseguimos quase antecipar a futura evolução do pensamento filosófico-jurídico. Como nos diz Cabral Moncada<sup>9</sup>, “a história da filosofia grega dá-nos um rápido esboço, como que em miniatura, uma amostragem antecipada de toda a evolução do direito filosófico europeu, nas suas alternativas, com os mesmos sincronismos e o mesmo ritmo de sucessão de sistema. Dá-nos uma espécie de paradigma único de evolução do pensamento filosófico de todos os tempos, talvez como Roma nos dá um paradigma semelhante no que se refere à evolução jurídica e política dos povos da Europa”. Aí, encontramos diversificadas posições acerca do direito natural, que vão desde a sua afirmação com uma base cosmológica, antropológica-racional, até à sua negação.

Durante o período medieval, e sob influência do Cristianismo, o direito passa a ser visto como uma manifestação de uma lei natural e da vontade de Deus. Com Santo Agostinho, o princípio de justiça reside na vontade de Deus e o verdadeiro direito é o direito divino. A *lei eterna* é a “razão ou vontade de Deus”, mas não está ao alcance do homem, só sendo captável o

---

<sup>9</sup> Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, I, 21 ss. Cf., igualmente, Mafalda Miranda BARBOSA, *Liberdade vs. Responsabilidade: A precaução como fundamento da imputação delitual?*, Almedina, Coimbra, 2006, 101 ss.; ID., *Do nexo de causalidade ao nexo de imputação: contributo para a compreensão da natureza binária e personalística do requisito causal ao nível da responsabilidade civil extracontratual*, Princípios, 2013, 146 ss.; ID., *Litigiosidade jurídico-religiosa: a possibilidade de tutela jurídica do sentimento religioso*, Princípios, 2015, 1.<sup>a</sup> parte.

seu sentido através da *lei natural*, escrita no coração de cada homem (“é a transcrição feita na mente do homem dessa mesma lei eterna”). A *lei positiva*, mutável, deve encontrar o seu fundamento na lei eterna, através da lei natural. Com São Tomás de Aquino, embora o direito natural continue a ter o seu fundamento em Deus, Este passa a ser visto essencialmente como um Ser de natureza intelectual. Ou seja, em vez de ser o bem aquilo que Deus quer só porque quer, afirma-se que Deus não pode deixar de querer o bem só porque Este já é o Bem. A inteligência divina emana uma *lex aeterna* (princípio ordenador do mundo) e uma *lex naturalis*, diretamente cognoscível pela razão humana, traduzindo-se na participação da criatura racional na lei eterna. De acordo com Reis Marques<sup>10</sup>, “se existe um finalismo no cumprimento da *lex aeterna* por parte dos seres não humanos, no caso do homem existe *participatio*”. A lei natural, assim concebida, desdobra-se em lei moral e lei jurídica, mais restrita, abrangendo apenas uma parte das relações entre os homens na vida em sociedade. Dentro da lei natural, podíamos distinguir o direito natural (composto por todos aqueles conteúdos que não poderiam deixar de ser comunicados porque decorrentes da lei moral e natural) e o direito positivo (imperativos fixados pelo Estado, quer para a concretização de alguns dos preceitos do direito natural, quer para regular outros aspetos da vida sobre os quais o direito natural nada diz)<sup>11</sup>. Qualquer que fosse o entendimento, voluntarístico ou intelectualístico, que se tivesse do direito natural, era a partir dele que se desenvolviam todos os sistemas de direito.

Com o Renascimento, este estado de coisas alterar-se-ia. Já não se principia a análise pelo direito natural, mas sim pelo Estado, procurando, depois, construir-se um novo direito natural, cuja ideia central já não seria Deus, mas o próprio homem. Começaria assim a evolução que desembocaria na construção de um novo direito natural, próprio da Idade Moderna.

---

<sup>10</sup> Reis MARQUES, *Grandes linhas*, 230.

<sup>11</sup> Para mais desenvolvimentos, cf. Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, I, 80 ss.

O fim da escolástica estaria, contudo, ligado a Guilherme de Occam e da sua renovação do nominalismo, segundo o qual só existe o individual e não o geral. Com o nominalismo, as ideias não existem *ante rem*, nem *in rem*, isto é, não são transcendentais, nem são imanentes às coisas; antes são criadas pelo espírito humano a partir da concentração de características comuns que são os conceitos<sup>12</sup>, de tal modo que a natureza das coisas deixa de ser substancial, ontológica, metafísica e teleológica, deixando de existir um direito natural objetivo dominante, porque é a vontade de Deus revelada nas Escrituras pela fé que constitui o dever-ser vinculante. Nessa medida, a lei positiva pode ser compatível com a lei de Deus de muitos modos, bastando-lhe não ser incompatível<sup>13</sup>. O nominalismo deísta opunha-se, desta forma, ao realismo de pendor aristotélico e tomista, racional, que encontrava na natureza das coisas o critério do justo e do injusto. Consoante explica Kaufmann<sup>14</sup>, “segundo este nominalismo, não pode haver uma lei natural geral realmente existente (...). Só resta espaço para uma doutrina de direito natural subjetivista, idealista, que não toma o direito natural como algo dado ou sequer preestabelecido, encarando-o pura e simplesmente como um produto da teoria”, pelo que “é evidente que um tal direito natural está inapelavelmente colocado num plano inferior ao do direito positivo, legislado e não tem hipótese de se lhe impor – por exemplo, face a uma *lex corrupta*. O nominalismo foi sempre um precursor e companheiro do positivismo, a doutrina da soberania exclusiva das leis positivas”.

O protestantismo acabaria por ser, também, determinante a este nível. Lutero considera que existe uma lei natural que está gravada na natureza humana, que permite distinguir entre o bem e o mal. Contudo, o pai do protestantismo acaba por afirmar que o diabo obscurece de tal forma os corações que os mandamentos não se conseguem reconhecer, por a natureza

---

<sup>12</sup> Pais de VASCONCELOS, “Teoria Geral do Direito Civil – relatório”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2000, 26 ss.

<sup>13</sup> Pais de VASCONCELOS, “Teoria Geral do Direito Civil – relatório”, 26 ss.

<sup>14</sup> KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas*, FCG, Lisboa, 2002, 81.

humana estar totalmente pervertida pelo pecado original. Por isso, o homem não é capaz de, pelas suas próprias forças, reconhecer o que está correto, o que quer dizer que não existe nada a mediar a lei divina e a lei humana, a não ser a graça misericordiosa de Deus, donde se extingue a lei natural<sup>15</sup>. Voltando ao verbo de Kaufmann, “em Lutero e nos seus seguidores, o direito secular perdeu o seu caráter sagrado, que tinha, na patrística e na escolástica, pela sua participação na *lex aeterna*. Agora é realmente direito secular”<sup>16</sup>, com a consequência de se perder a possibilidade de criticar a lei positiva<sup>17</sup>.

A neo-escolástica peninsular ou segunda escolástica, ligada ao florescimento do tomismo e procurando reagir contra a Reforma Protestante, parte de uma conceção teocêntrica do direito natural, afirmando a sua origem divina, ao arrepio do que parecia ser a tendência que desembocaria no jus-racionalismo. No entanto, como salienta Reis Marques, “a estrutura racionalista do direito natural fica robustecida com estes últimos escolásticos (...) na construção de Suarez, as suas últimas conclusões são extraídas dos primeiros princípios. Estamos perante um sistema”. Se a lei natural resulta da vontade divina de impor uma obrigação, a lei humana emana de um poder exterior e o autor parece já conceber o direito como um conjunto de leis, afastando-nos da doutrina clássica do direito natural<sup>18</sup>.

O jusnaturalismo haveria de, no fim de um processo mais ou menos longo, culminar no jusracionalismo. Com este retorna-se à dicotomia clássica entre direito positivo e direito natural, em oposição à tricotomia medieval cristã, assente na distinção entre *ius positivum*, *ius naturale humanum* e *ius divinum*, renovada mais tarde pela Igreja Católica. De acordo com o que nos

<sup>15</sup> Cf. KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, 82.

<sup>16</sup> KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, 82.

<sup>17</sup> KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, 82.

<sup>18</sup> Reis MARQUES, *Grandes linhas*, 233. Para uma comparação entre o pensamento político de Suarez e o de Hobbes, quer a propósito da noção de estado de natureza, quer a propósito das teorias contratualistas, veja-se Diogo Freitas do AMARAL, “Francisco Suarez e Thomas Hobbes – uma comparação instrutiva”, *Estado e Direito*, Revista semestral luso-espanhola de direito público, 13, 1994, 7 a 27.

diz Reis Marques<sup>19</sup>, “a transcendência é substituída pela imanência das leis, a lei eterna dá lugar à lei racional (Grócio, Leibniz) e a vontade divina é superada pela vontade do Estado (Rousseau e Hobbes)”. Todo o direito natural é agora deduzido da reta razão do homem, assumindo uma feição puramente racional<sup>20</sup>.

O homem deixa de se entender como um ser criado à imagem e semelhança de Deus, para passar a entender-se a si mesmo como um ser natural. O avanço nas ciências da natureza faz com que o homem tenha a pretensão de estender os grandes sistemas do mundo físico à sociedade, procurando compreendê-la e regê-la através de leis dotadas da imutabilidade própria das deduções matemáticas. Assim se criam os grandes sistemas, fechados, de direito natural<sup>21</sup>.

### III. CAMÕES, O HOMEM NOVO E SUA CAPACIDADE SUPERADORA

Se na base da recompreensão do direito natural na viragem para a Idade Moderna encontramos uma nova concepção de homem, Camões foi pródigo em, através da sua genialidade, apresenta-la, sob a capa do povo heroico português.

Na sua obra *Os Lusíadas*, Camões, homem da renascença, reflete poeticamente sobre os princípios que regem a existência<sup>22</sup> e profere um ato de

---

<sup>19</sup> Reis MARQUES, *Grandes linhas*, 235.

<sup>20</sup> Exceção a esta tendência é Domat, que procura deduzir um sistema de direito natural a partir da teologia católica. Cf. DOMAT, *Les loix civiles dans leur ordre naturel*, Paris, 1756.

<sup>21</sup> WIEACKER, *História do Direito Privado Moderno*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, 288, alerta-nos para o facto de nem sempre se compreender esta origem do jusracionalismo. Diz-nos o autor que “esta génese é, decerto, abafada e muito obscurecida pelas ligações constantes do jusracionalismo moderno ao jusnaturalismo greco-helénico e à tradição da teologia moral, da metafísica do direito e da filosofia social da Idade Média; depois pelo seu envolvimento nas lutas políticas e confessionais da época; finalmente, também pelo facto de o método matemático-sistemático típico não ter chegado a ser criado pelos pensadores que são considerados fundadores do jusracionalismo (Grócio e Althusius), mas apenas pela geração seguinte de Hobbes, Espinosa e Pufendorf”.

<sup>22</sup> Cf. Maria Vitalina Leal de MATOS, *Tópicos para uma leitura de Os Lusíadas*, Almedina, 2014.

fé relativamente às capacidades humanas. Para celebrar os portugueses e Portugal enquanto nação, desenvolve uma história de Portugal sob a forma de epopeia, selecionando os episódios e as figuras que fazem avultar o caráter exemplar da História. Mas, ao fazê-lo, louva o homem em geral, a sua capacidade de realização, de superação dos obstáculos, de se impor à natureza adversa, de se transcender relativamente à ordem instituída<sup>23</sup>, evidenciando as marcas humanistas do poeta: o abandono dos padrões medievais e da emancipação do homem que toma consciência da sua capacidade de transformação do mundo. A gesta dos navegadores portugueses surge como concretização do otimismo renascentista, e os portugueses funcionam como o arquétipo do homem que ultrapassa a “condição de bichos da Terra tão pequenos”.

Quando os deuses se reúnem em consílio no Olimpo, já a armada portuguesa navegava no “largo oceano”, e Júpiter, no seu discurso (est. 24-29), apresenta aos deuses as razões pelas quais os portugueses devem ser protegidos na «Costa Americana como amigos», de forma a recuperarem energias para poderem prosseguir a sua «longa rota», é sublinhado «o grande valor da forte gente de Luso», já demonstrado nos triunfos contra os saracenos, contra os castelhanos e os romanos, na medida em que, em face da desproporção de forças entre os contendentes, só a valentia do povo e a ajuda divina poderiam suplantar o inimigo; a coragem de navegar por mares desconhecidos; e é sublinhada a determinação dos fados, fazendo com que os seus feitos levem ao esquecimento da gesta dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos. Também Vénus (est. 33-34), depois da contra-argumentação de Baco (est. 30-32), que temia perder o domínio do oriente e receava que as suas façanhas na Índia, ainda não cantadas, fossem esquecidas se os fortes portugueses lá chegassem (contribuindo assim para a exaltação do povo luso), vinca a bravura e valentia dos portugueses, demonstrada no norte de África; e o mesmo faz, muito por causa do amor antigo que o ligava a Vénus, Marte (est. 36-37) que, pretendendo que Júpiter dê cumprimento à

---

<sup>23</sup> Maria Vitalina Leal de MATOS, *Tópicos para uma leitura de Os Lusíadas*, 26 ss.

sua decisão de ajudar os portugueses, ordena a Mercúrio (est. 38-40) que lhes indique a terra onde podem encontrar informações sobre a Índia, de modo a restabelecerem a viagem.

O lema renascentista da crença nas capacidades superadoras do homem está inequivocamente presente. Longe de se submeterem a uma determinação fatalista dos deuses, os portugueses conseguiram, não por palavras, mas por atos reveladores da sua bravura, da sua coragem, da sua capacidade de luta, convencê-los da necessidade de os ajudar, elevando-se, eles próprios, ao plano divino. Por isso, como prémio da valentia e pelo feito grandioso de terem chegado à Índia, aportam na Ilha dos Amores, onde Vasco da Gama, por ter vencido o Adamastor, tem por companheira Tétis, e onde todos os navegadores participam num banquete com as ninfas.

No plano da história real, a travessia do Cabo das Tormentas e a vitória sobre o Adamastor evidenciam, igualmente, a determinação, a coragem, o espírito de sacrifício e a capacidade superadora do homem, identificado, por antonomásia, para estes efeitos com os nautas portugueses. O gigante que amedrontava os portugueses e lhes lançava maldições, anunciando desastres e naufrágios, acabou vencido com o dobrar do cabo por essa “gente ousada”, incansável e superior a outros povos. Em *Os Lusíadas*, confluem, de forma simbiótica, o louvor patriota pelos feitos desta “gente” superior e a glorificação, em abstrato, da capacidade superadora do homem, que deixa de estar agrilhado às forças da natureza. No fundo, os portugueses surgem como arquétipo do homem que é capaz de grandes feitos, ao, «Por mares nunca de antes navegados», terem passado «ainda além da Taprobana,/Em perigos e guerras esforçados».

Em rigor, toda a obra é perpassada por um sentido de bipolaridade: o espírito épico da narração da viagem é contraposto ao espírito antiépico das reflexões do poeta e do discurso do Velho do Restelo; o elogio a um povo específico, que se eleva, conseguindo «mais do que prometia a força humana», é articulado com o sentido universal de glorificação do homem; o sentido profano da mitologia grega que se invoca como expediente discursivo-literário para intensificar o engrandecimento dos portugueses,

sinalizando que, pela sua coragem, se foram «da lei da morte libertando», é, afinal, conjugado com um apelo cristão ao Deus da vida, a quem Vasco da Gama constantemente clama, o que significa que, em *Os Lusíadas*, não somos confrontados com um deísmo que isola o homem, a sua razão e as suas potencialidades, limitando-se a pressupor uma inteligência superior à qual aquele pode ter acesso através da racionalidade, do livre pensamento e da experiência, mas com o sentido cristão da fé, alicerçadora do poeta, da nação e da grande gesta dos portugueses<sup>24</sup>.

Aliás, é o próprio poeta quem, no canto X, tem necessidade de esclarecer, pela voz de Tétis, que ela, Saturno e Jano, Júpiter e Juno são «fabulosos/fingidos de mortal e cego engano», servindo apenas para «fazer versos deleitosos»<sup>25</sup>. Ou seja, apesar de a intervenção do maravilhoso pagão dar dinamismo à obra, o poeta, como cristão, não poderia deixar de atribuir a criação do mundo a Deus. Na viagem de regresso à Pátria, somos, por isso, confrontados com uma reflexão sobre a importância da fé dos portugueses — «Sabia bem que, se com fé formada/Mandar a um monte surdo que se mova,/Que obedecerá logo à voz sagrada,/Que assi lho insinou Cristo, e ele o prova» — e com o episódio de São Tomé, apóstolo de Cristo, que, pregando a Sua

---

<sup>24</sup> Hélio J. S. ALVES, “O maravilhoso n’Os Lusíadas”, *Dicionário de Luís de Camões*, Caminho, 2011, 559 ss., dando conta das múltiplas críticas que, ao longo dos tempos, foram dirigidas em relação ao maravilhoso em *Os Lusíadas*. Nomes como Voltaire (*O Ensaio sobre a poesia épica*, 1733), Hugh Blair (*Lectures on Rethoric and Belles Lettres*, 1783), Almeida Garrett (*Viagens na Minha Terra*) estão entre os maiores críticos. Cf., igualmente, Maria Vitalina Leal de MATOS, *Tópicos para a Leitura de Os Lusíadas*, Verbo, Lisboa, 2003, 95, assinalando a incongruência de combinar a fé cristã e a mitologia pagã.

<sup>25</sup> Hélio J. S. ALVES, “O maravilhoso n’Os Lusíadas”, 560, considerando a incongruência da combinação entre a mitologia pagã e a teologia cristã e sustentando que ela se afirma sob a forma de dilema, “pois a lógica não permite ao mesmo tempo o ser e não-ser”. Veja-se, ainda, António José SARAIVA, *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*, Gradiva, Lisboa, 1992, 39 s., considerando que os verdadeiros deuses são os mitológicos, sendo as figuras do cristianismo meras imagens fabricadas pelos deuses, dentro da máquina do poema. Em sentido crítico, contestando o posicionamento e sustentando a incongruência ao nível do maravilhoso em *Os Lusíadas*, cf. novamente Hélio J. S. ALVES, “O maravilhoso n’Os Lusíadas”, 560, pela verificação da “disparidade da articulação significante do maravilhoso”, surgindo os deuses como realidades, como alegorias, ou simplesmente não surgindo “exceto num fluir temporal que denega a redoma perfeita, segundo Saraiva, pelo resto do poema forma”.

palavra até ao oriente, onde fez milagres, foi martirizado<sup>26</sup>. Há, portanto, uma claríssima ligação entre as descobertas portuguesas, pelas quais o bicho da terra se elevou, evidenciando-se como um ser capaz de se autodeterminar acima das forças da natureza, e a fé impulsionadora no desígnio e protetora na epopeia, o que terá levado Frei Bartolomeu Ferreira, censor de *Os Lusíadas*, a não encontrar nada de contrário à fé na obra, e, por isso, a autorizar a sua publicação, que ocorreu em 1572<sup>27</sup>.

O homem glorificado, esse homem do renascimento que se vai valorizando pela heroicidade, pela valentia, pela bravura, e com isso se vai libertando da lei da morte, que se compreende a si mesmo desprendido das leis da natureza, e, por isso, assume o papel de sujeito da História e é colocado no centro do universo, avulta com clareza em *Os Lusíadas* e estará na base da evolução que a conceção do direito natural conhece a partir deste período histórico. É neste homem, antropocentricamente compreendido, que se vai alicerçar o novo direito natural, que se afasta de Deus. Camões, como homem da cultura, contribuiu para a sedimentação de uma mundividência que haveria de se intensificar no período subsequente.

#### IV. A EVOLUÇÃO SUBSEQUENTE DO DIREITO NATURAL

Com o Renascimento, alterou-se sobremaneira a compreensão do mundo, que deixa de ser suportada por uma visão teocêntrica e pelas premissas aristotélicas da causalidade final, dando lugar a uma visão matematicista e mecanicista. Por seu turno, no campo da razão prática, o fundamento da ação passou a ser procurado não na pressuposição teológica, mas num sujeito

---

<sup>26</sup> Veja-se, ainda, no canto II, a aparição de Baco e o verso «o falso Deus adora o verdadeiro», que muitos interpretaram no sentido de que Baco, deus falso, adora Cristo, Deus verdadeiro.

<sup>27</sup> Não obstante, “o maravilhoso é a matéria relativamente à qual o poema épico de Camões historicamente mais desmereceu”, como esclarece Hélio J. S. ALVES, “O maravilhoso n’*Os Lusíadas*”, *Dicionário de Luís de Camões*, Caminho, 2011, 559 ss. Acrescenta o autor que o censor dominicano alertou para os problemas religiosos que poderiam suscitar-se, no parecer que exarou na primeira edição de 1572.

intelectual e racional. A emancipação da razão relativamente à revelação determina que a lei natural decorra da razão, ou porque é imposta pela própria razão ou porque deriva de um Deus racional. Afasta-se a vontade de Deus e afirma-se a sua racionalidade como fator exclusivo para aferir a validade da lei. Apesar de autores como Francisco Suárez continuarem a conceptualizar o direito natural à luz do quadro filosófico com inspiração em Aristóteles e São Tomás de Aquino, a evolução subsequente determinaria uma absolutização da razão, conduzindo-nos ao jusracionalismo.

O homem deixa de se entender como um ser criado à imagem e semelhança de Deus, para passar a entender-se a si mesmo como um ser natural. O avanço nas ciências da natureza faz com que o homem tenha a pretensão de estender os grandes sistemas do mundo físico à sociedade, procurando compreendê-la e regê-la através de leis dotadas da imutabilidade própria das deduções matemáticas. Assim se criam os grandes sistemas, fechados, de direito natural<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> WIEACKER, *História do Direito Privado Moderno*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, 288, alerta-nos para o facto de nem sempre se compreender esta origem do jusracionalismo. Diz-nos o autor que “esta génese é, decerto, abafada e muito obscurecida pelas ligações constantes do jusracionalismo moderno ao jusnaturalismo greco-helénico e à tradição da teologia moral, da metafísica do direito e da filosofia social da Idade Média; depois pelo seu envolvimento nas lutas políticas e confessionais da época; finalmente, também pelo facto de o método matemático-sistemático típico não ter chegado a ser criado pelos pensadores que são considerados fundadores do jusracionalismo (Grócio e Althusius), mas apenas pela geração seguinte de Hobbes, Espinosa e Pufendorf”. Pensamos, contudo, que é comumente aceite a ligação entre o surgimento do jusracionalismo e o desenvolvimento das modernas ciências da natureza. Além do mais, não temos a pretensão de explicar um fenómeno da cultura jurídica de uma forma simplista, pelo que nos parece importante considerar, embora não em primeira linha, os elementos focados por Wieacker. De facto, não nos parece indiferente para esta emancipação do homem na forma como se compreende a si mesmo quer a influência de alguns pensadores gregos, quer as lutas religiosas que se verificaram no período em que nos situamos. Qualquer quadro explicativo que se pretenda traçar padecerá sempre das insuficiências próprias dos esquemas que procuram reduzir a complexa evolução da realidade a um enunciado teórico. Mais se refira que, para além da complexidade da génese do jusracionalismo, não podemos olvidar a própria complexidade do pensamento em causa. De facto, como já tivemos oportunidade de referir o jusracionalismo não constitui um pensamento unitário, verificando-se flutuações entre os diversos autores que nele se inscrevem.

Os autores jusracionalistas partem da análise do homem para tentarem extrair dessa análise a característica psicológica mais marcante do ser humano — instinto de sociabilidade (Grócio), egoísmo (Hobbes), instinto de conservação do homem (Pufendorf) — com base na qual vão elaborar os sistemas de direito natural, de natureza puramente racional, que se libertam progressivamente da teologia moral, regressando ao dualismo clássico entre *ius naturale* e *ius positivum*. Uma das características marcantes do jusracionalismo foi exatamente a secularização do pensamento dos seus autores ou, mais exatamente, como refere Wieacker<sup>29</sup>, “a emancipação metodológica em relação à teologia moral e à sua promoção a uma ética social profana e autónoma”<sup>30</sup>. Liga-se a esta secularização do pensamento e do direito natural a própria mundividência da época, mergulhada em profundas crises religiosas. De acordo com o autor citado, trata-se de um direito natural que “nas guerras religiosas, políticas e coloniais da época teve de funcionar como a linguagem comum de uma confrontação que era também prosseguida com recurso a armas espirituais; uma linguagem na qual teístas (como os espanhóis, Althusius, Grócio e Leibniz), adeptos de religiões naturais (como Pufendorf, Thomasius e, em especial, Christian Wolff), panteístas como Espinosa e ateus como talvez Hobbes se puderam confrontar e compreender.”

O jusracionalismo surge numa tentativa de criar um direito das gentes que pudesse fazer entender um mundo dividido e em guerra. Mas não se

---

<sup>29</sup> WIEACKER, *História do Direito Privado Moderno*, 299.

<sup>30</sup> A grande alteração na concepção do direito natural reside essencialmente no retorno à dicotomia clássica, em oposição à tricotomia medieval cristã, assente na distinção entre *ius positivum*, *ius naturale humanum* e *ius divinum*, renovada mais tarde pela Igreja Católica. De acordo com o que nos diz Reis MARQUES (*Grandes linhas*, 235), “a transcendência é substituída pela imanência das leis, a lei eterna dá lugar à lei racional (Grócio, Leibniz) e a vontade divina é superada pela vontade do Estado (Rousseau e Hobbes)”. Exceção a esta tendência é DOMAT, que procura deduzir um sistema de direito natural a partir da teologia católica — cf. *Les loix civiles dans leur ordre naturel*, Paris, 1756. Outra diferença fundamental entre o direito natural medieval e o direito natural racional é a ideia que reside na própria extensão do direito natural, dado que os jusracionalistas não se limitam a entender os princípios mais gerais daquele, chegando, pelo contrário, à construção de grandes sistemas completos e imutáveis de direito natural.

verifica um corte abrupto com o período anterior. Os primeiros jusracionalistas, como Grócio mantinham a invocação de autoridades teológicas, à boa maneira escolástica<sup>31</sup>.

Para ele, direito natural teria vigência mesmo se Deus não existisse e, contrariamente ao direito positivo, mesmo em períodos de guerra. O grande propósito do autor parece mesmo ser o de humanizar a guerra. Funda este direito natural em “conceitos tão certos que ninguém pode negar sem se violentar a si mesmo”. Em toda a sua obra é evidente o paralelo entre a sua preocupação com o direito da guerra e o direito natural<sup>32</sup>. Para ele, o direito valeria independentemente de qualquer realidade empírica. Era esse direito natural, agora de base racional, que se edificava, transformando o autor num “laicizador de muitos conteúdos espirituais de certas soluções escolásticas”<sup>33</sup>.

Por seu turno, Pufendorf procurou deduzir racionalmente de um único princípio todo o sistema de direito natural: o princípio da conservação do indivíduo, que se encontra no pleno desenvolvimento do seu instinto de sociabilidade. Para Pufendorf, o Estado e a soberania são entes morais. Não são criados por Deus. Ou seja, são modos de ser acrescentados às coisas pelos seres racionais, com a finalidade de estabelecer uma certa ordem e um certo decoro. E com isto, vai-se libertando progressivamente, e cada vez

---

<sup>31</sup> Como nos diz WIEACKER, *História do Direito Privado Moderno* 303, “o sistema de Althussius remonta diretamente à escolástica através de Pierre de La Ramée; e GRÓCIO elabora os seus princípios jurídicos não através de dedução estrita a partir de axiomas, mas através da invocação das autoridades teológicas e humanísticas que tinham um carácter modelar para a ética do seu tempo.”

<sup>32</sup> Cf., sobre o ponto, MENEZES CORDEIRO, *Da responsabilidade civil dos administradores das sociedades comerciais*, Lisboa, Lex, 1997. Do autor, cf. Hugo GROTIUS, *De iuris belli ac pacis*, 1623 (*The Law of War and Peace in Three Books*, tradução inglesa de Francis W. Kelsey (1925) com a colaboração de Arthur E. R. Boak, Henry A. Sanders, Jesse S. Reeves e Herbert F. Wright (<http://www.lonang.com/exlibris/grotius/gro-217.htm>).

<sup>33</sup> Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito*, I, 164. Segundo o testemunho do autor, Grócio estava ainda longe do pensamento científico-natural e matemático de Descartes. Seria Hobbes, a que nos referiremos de seguida, que desenvolveria o novo espírito matemático das ciências exatas no quadro das ciências sociais, p. 166.

mais, da Igreja, tal como o direito se emancipa da ética<sup>34-35</sup>.

Thomasius<sup>36</sup>, por sua vez, parte de uma descrição das coisas existentes no mundo, para conseguir alcançar a singularidade do homem, integrado por vontade e intelecto. Aquela seria o verdadeiro impulsionador da ação, embora existam ações não voluntárias<sup>37</sup>; o segundo identificar-se-ia com o pensamento. A articulação entre a razão e a vontade afigurar-se-ia, então, fundamental: se a natureza humana prezaria pela bondade, havia a necessidade de controlar a vontade através da razão, impedindo que o sujeito agisse contra a sua natureza, que apontava para a sociabilidade e para a busca das vantagens que a convergência entre seres humanos poderia gerar, entre as quais a paz<sup>38</sup>. Chega-se, portanto, à necessidade de formulação de regras que sejam capazes de manter a vida social, as quais deveriam ter a natureza de um conselho (*consilium*) ou de comando (*imperium*). Enquanto as leis humanas revestiriam esta natureza de comando, as leis divinas e naturais surgiriam sob a forma de *consilium*<sup>39</sup>. Se a violação das leis humanas geraria a possibilidade de aplicação de uma sanção, haveria que garantir uma necessária correspondência ao direito natural, para proscrever penas arbitrárias. Além disso, impunham-se soluções ao direito humano, como

---

<sup>34</sup> Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito*, I, 184. O autor considera-o, de certo modo, um pensador que já se poderia integrar no Iluminismo. São características do seu pensamento: o individualismo, o pensamento científico-natural, o regalismo anticlerical, o absolutismo jusnaturalista e antiescolástico. Com ele, “a máquina do estado é demonstrada e reduzida a um agregado de seres humanos, só movidos por instintos e paixões de puro significado individual, que, por meio de um contrato, dão depois origem à sociedade civil”. O homem transforma-se “na pura forma abstrata de um indivíduo mero conceito, mero número” (pp. 192-193). Mas, Cabral Moncada conclui que Pufendorf foi, afinal, “um totalitário disfarçado de individualista”, sentindo-se uma “hipostasiação do social” (p. 195).

<sup>35</sup> Samuel PUFENDORF, *De jure naturae et gentium*, Frankfurt e Leipzig, 1759 (tradução de Barbeyrac – *Le droit de la nature et des gens*, tome I, Basle, 1732; tome II, Basle, 1750); Id., *Les devoirs de l'homme et du citoyen*, Bibliothèque de Philosophie Politique et Juridique, Caen, 1984, tradução de Barbeyrac.

<sup>36</sup> THOMASIUS, *Fundamenta Iuris Naturae Et Gentium*, 1718.

<sup>37</sup> THOMASIUS, *Fundamenta Iuris Naturae Et Gentium*, I, 1, 51 ss.

<sup>38</sup> THOMASIUS, *Fundamenta Iuris Naturae Et Gentium*, I, 2, 44 ss.

<sup>39</sup> THOMASIUS, *Fundamenta Iuris Naturae Et Gentium*, I, 2, 148.

seja a proibição de lesões e a defesa do decoro. Entre o direito positivo e o direito natural surgiria o *ius gentium*, utilizado por todos os povos, cujas normas seriam deduzidas de um pacto natural, através da razão e do direito consuetudinário<sup>40</sup>. A norma universal que garantiria a conformidade com o direito natural e o *ius gentium* seria fazer o que permitisse uma vida longa e feliz, evitando tudo o que acelerasse a morte e gerasse infelicidade.

A tendência de secularização haveria de se fazer sentir com mais acuidade através da obra de Hobbes, outros dos autores incontornáveis nesta época. Hobbes elaborou os grandes princípios do direito segundo a ideia de que explicar é reduzir a realidade, por meio da sua análise, aos seus elementos mais simples, para depois a voltar a construir, a partir desses mesmos elementos. Pela análise dessa realidade, concluiu que os indivíduos não passam de puras unidades abstratas e que o único dado que os caracterizava era o mais insociável dos egoísmos. Por isso, sob pena de os homens se devorarem uns aos outros, tiveram de abandonar o estado de natureza, renunciando ao seu direito natural de só fazerem aquilo que lhes apetece, e fundaram o Estado. Este tem, pois, uma natureza contratual. E porque o pensamento de Hobbes é dominado pelo pessimismo em relação ao ser humano, o Estado que se concebe não pode deixar de ser um Estado absoluto, totalitário, cujo poder se deve estender a todas as formas de vida — nasce o chamado *Leviathan*<sup>41</sup>. Neste quadro de pensamento, o direito natural mais não é do que um ditame da razão, com a mesma natureza daquele ditame que exigiu aos homens a passagem do estado de natureza para o estado social. O direito natural é definido como “o ditame da reta razão acerca daquelas coisas que o homem deve praticar, ou abster-se de praticar, para a conservação mais duradoira possível da sua vida e dos seus

---

<sup>40</sup> THOMASIIUS, *Fundamenta Iuris Naturae Et Gentium*, I, 5, 162.

<sup>41</sup> Thomas HOBBS, *Leviathan*, 1651 (disponível em formato digital em [http://books.google.pt/books?id=-4QnPYep6sMC&printsec=frontcover&dq=Thomas+Hobbes+Leviathan&hl=pt-BR&ei=0ZqpTqHWNObQ4QS06\\_XrDw&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDIQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=-4QnPYep6sMC&printsec=frontcover&dq=Thomas+Hobbes+Leviathan&hl=pt-BR&ei=0ZqpTqHWNObQ4QS06_XrDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDIQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false))

membros”. Ou seja, o primeiro postulado do direito natural é o dever de respeitar os nossos deveres para com os outros, porque atentar contra eles é atentar contra a nossa própria conservação. De acordo com o que nos diz Cabral Moncada<sup>42</sup>, em Hobbes, “o único direito natural a que estão subordinados os cidadãos e o soberano é o direito de autoconservação”. Daí resulta um dever de respeitar os contratos, a propriedade e a vida dos outros, bem como de evitar a dissolução do Estado<sup>43</sup>.

## V. A DEGENERESCÊNCIA DO JURACIONALISMO E A DECADÊNCIA DA PÁTRIA

Com o juracionalismo estavam lançadas as bases do positivismo legalista: quer a concepção do direito como um conjunto de normas, quer a racionalidade subjacente a este pensamento, quer a desconsideração do caso concreto como único e infungível são características comuns a ambos os modelos de pensamento. A diferença está na pressuposição pelo juracionalismo de um fundamento extralegal, identificado com um direito natural puramente racional, que o positivismo terá desconsiderado por

---

<sup>42</sup> Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito*, I, 175.

<sup>43</sup> É curioso ver como em Hobbes, a par do direito natural de origem puramente racional, todo o direito é uma criação do Estado. Também com o positivismo o direito se vai esgotar no direito emanado pelo Estado. Mas este já não é o Estado absoluto hobbesiano, mas um Estado dividido em três poderes que são estanques entre si. Outras diferenças são visíveis por entre as semelhanças. De facto, enquanto Hobbes falava de um direito natural, os positivistas negavam a sua existência. Aqui resulta que enquanto para Hobbes o princípio norteador da atuação dos homens deve ser a procura da sua conservação, para os espíritos positivistas, arreigados ao individualismo e liberalismo da época, a principal preocupação era a da salvaguarda da liberdade individual contra o Estado. Este já não é visto como a garantia de felicidade, mas como um inimigo que deve ser limitado no seu poderio. A este propósito, convém, no entanto, atentar nos ensinamentos de Cabral Moncada acerca de Hobbes. É que, segundo o autor, o totalitarismo a que o pensamento hobbesiano nos conduz é, afinal, “um totalitarismo individualista, nada metafísico, nada supra-personalista”. Mais concretamente, “Hobbes era um burguês e um liberal de bom tipo britânico a quem, mais que tudo, interessavam a ordem e a tranquilidade, para poder realizar os seus fins de indivíduo amante do conforto e da liberdade das suas opiniões”, pelo que seria desejável que o Estado limitasse a sua ação ao mínimo.

completo, desinserindo o pensamento jurídico do quadro mais amplo de problematização filosófico-prática. Não erra, pois, quem se atrever, na esteira do ensinamento de quantos sobre estas matérias se debruçaram, a sustentar ter sido o jusracionalismo um dos fatores de emergência do positivismo<sup>44</sup>. A redução do direito a um acervo normativo e a índole fechada e completa dos sistemas edificados seriam um instrumento útil para quem, fruto de um pensamento demoliberal, quis deixar nas mãos do legislador a legitimidade de criação de todo o direito. O jurista, que já entendia o jurídico como a normatividade, desprendendo-se de toda e qualquer ordem pressuposta, afirmando como valor máximo a sua liberdade (negativa e formal), acaba por confundir o direito com o direito posto pela instância politicamente legitimada para o efeito, o legislador. Direito e lei passam a ser conceitos confundíveis. E esta lei de que agora falamos não é mais a lei moderno-iluminista, com as suas características de generalidade (eram leis que se dirigiam a todos), abstração (a razão iluminista alheava-se do concreto para conseguir alcançar o bem comum, pelo que a lei iluminista procurava resolver casos típicos e não casos historicamente situados), formalidade (as leis apenas definem as condições de ação, sem se preocuparem com os interesses a realizar, que eram deixados à liberdade dos indivíduos a que se dirigiam, só assim se compreendendo, aliás, que

---

<sup>44</sup> Castanheira NEVES, “Escola da Exegese”, *Digesta – Escritos acerca do direito, do pensamento jurídico, da sua metodologia e outros*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 1995, 181 ss.) afirma que “há que considerar sobretudo um pressuposto filosófico no jusracionalismo moderno-iluminista, um pressuposto político no legalismo demo-liberal e um pressuposto cultural no fenómeno jurídico da codificação pós-revolucionária. Os dois primeiros pressupostos permitem compreender o terceiro, e decerto o que mais diretamente potenciou a *école de l'exégèse*. O legalismo pós-revolucionário via o direito tão-só nas leis politicamente legitimadas num Estado de assembleia representativa e estruturado segundo um rígido princípio da separação de poderes, e o jusracionalismo dizia-as fundadas no direito natural-racional deduzido de axiomas socialmente antropológicos, mas aquele legalismo, que tinha uma imediata origem ideológica no contratualismo iluminista, não deixou de receber do jusracionalismo não só muito do conteúdo normativo prescrito pelas suas leis, como ainda a ideia de que à normatividade jurídica correspondia essencialmente o *modus* de uma racionalidade sistemática e mesmo de uma racionalidade axiomáticamente sistemática.” Veja-se, ainda, J. F. Pinto BRONZE, *Lições de Introdução ao Direito*, 2ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2006, 282.

estas normas fossem condições de liberdade de cada um) e imutabilidade (na medida em que estas leis deveriam assimilar o direito natural racional). Quase todas as características de uma seriam também as características da outra, mas a lei positivista deixa de se limitar a definir as condições de ação de cada um, passando a definir o próprio programa da ação<sup>45</sup>. No fundo, parece-nos ser uma a principal nota diferenciadora entre a lei jus-racionalista e a lei positivista. Enquanto esta era constitutiva de direito (era o legislador quem criava indistintamente o direito), para o jusracionalismo, a lei era declarativa de direito, na medida em que ela estaria sempre aferida por um conteúdo exterior àquele que a emanava — o direito natural, ainda que meramente racional. Ademais, na busca da almejada segurança, valor fundamental para o positivismo, as suas leis passam a ter um conteúdo mais preciso que as leis jusracionalistas, que se limitavam a delimitar a esfera do permitido, dentro da qual atuaria a liberdade relativa de cada indivíduo. Já as leis positivistas, procurando cegamente garantir a neutralidade do julgador, acabariam por tentar ser minuciosas na sua previsão<sup>46</sup>.

Não se pense, contudo, que o positivismo apenas se deixou guiar por considerações meramente políticas. É verdade que a transmutação de um postulado político num concreto esquema metódico nos permite explicar, em grande parte, as concepções positivistas do direito e da prática judicativa, mas não é menos verdadeira a ideia de uma concreta axiologia que conformava o pensamento em causa. Como valores essenciais dos cultores desta tendência avultam a liberdade, a igualdade e a segurança. A primeira seria alcançada com a mera obediência à lei. A segunda decorreria dessa mesma obediência, na medida em que a lei se postula racionalmente universal. Por seu turno, porque as leis seriam universais, estáveis e objetivas, estaria garantida a segurança, cada um sabendo, antecipadamente, aquilo que efetivamente poderia fazer.

---

<sup>45</sup> Cf. Pinto BRONZE, *Lições de Introdução ao Direito*, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2006, 333 ss., que aqui seguimos de muito perto.

<sup>46</sup> De acordo com Pinto BRONZE, *Lições*, 336, esta alteração do conteúdo da lei resulta da “progressiva prevalência do ideário democrático sobre o do liberalismo”.

O positivismo mostra-se, pois, um pensamento formal. Dando a palavra a Pinto Bronze<sup>47</sup>, a axiologia positivista é meramente formal, “e por isso mesmo, indiferente ao conteúdo das leis. Com efeito, se as leis fossem gerais, abstratas e formais, assegurariam (independentemente do seu conteúdo e da especificidade da situação judicanda) a igualdade visada. Se fossem objetivamente pré-enunciadas (e posteriormente aplicadas segundo os cânones da racionalidade axiomático-dedutiva, que então se postulava), garantiriam (também aqui sem que importasse o respetivo conteúdo, ou as singularidades do problema constitutivo do caso decidendo) a segurança prosseguida”.

Não bastava, contudo, que a lei revestisse estas propriedades. Seria necessário postular um esquema de realização do direito que garantisse que o juiz nada acrescentaria à previsão legal, até porque essa seria, além do mais, a única forma de garantir o cumprimento do princípio da separação de poderes. Esta a explicação básica do silogismo judiciário, que constituía o cerne do Método Jurídico. A lei continha todo o direito (postulado da identidade entre direito e lei), previa todos os casos juridicamente relevantes (suficiência da lei), sendo o único critério de resolução desses mesmos casos. Ao julgador nada mais competia fazer senão interpretar essa mesma lei, em moldes filológicos e exegéticos, para depois a aplicar lógico-subsuntivamente aos casos concretos, vistos como meros correlatos lógicos das hipóteses normativas. Baseado numa lógica apofântica e tautológica, o julgador seria, nas palavras de Montesquieu, “a boca que profere as palavras da lei”<sup>48</sup>.

O positivismo trilhou o seu caminho e prescindiu de qualquer fundamentação transpositiva para a juridicidade. Mas com isto acabou por determinar a sua própria falência. Se do ponto de vista metodológico, o esquema metódico imposto pelo logos à prática se mostra irrealizável, pela necessária

---

<sup>47</sup> Pinto BRONZE, *Lições*, 336.

<sup>48</sup> A grande tarefa do julgador resumia-se ao conhecimento da lei, na qual se esgotava todo o direito. Daí a importância crescente que passa a ser dada à publicação das mesmas que está, aliás, na base do periodismo jurídico, na sua primitiva fase. Sobre este ponto em concreto, veja-se Rui MARCOS, *A Fundação do Boletim da Faculdade de Direito e o periodismo jurídico em Coimbra*, separata do Boletim da Faculdade de Direito, vol. Comemorativo, tomo 75, Coimbra, 2002.

transposição do abstrato e geral das normas para o particular e concreto do caso, do ponto de vista axiológico, o formalismo a que somos conduzidos leva a que o direito se possa converter facilmente num instrumento ao serviço do arbítrio e da tirania. Os acontecimentos políticos do século XX, ainda que inspirados em correntes diversas do pensamento filosófico e em racionalidades díspares<sup>49</sup>, evidenciam-no à saciedade, mostrando a importância de recuperar um fundamento axiológico para o direito<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Cf. Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito*, I, 386 e ss., acerca do nacional-socialismo alemão. Para o autor, em certa medida, ainda se pode reconduzir tal sistema a algumas das ideias saídas da Revolução francesa. Na verdade, embora procure a “eliminação de todos os elementos da concepção individualista ocidental do direito e do Estado e a sua substituição por uma concepção comunitária, dentro da qual a comunidade prevalece sobre o indivíduo”, a ideia de que a origem do direito e do poder se encontrava na própria comunidade como um todo orgânico leva Cabral Moncada a considerar que se construiu uma “nova democracia, uma democracia de massas, totalmente distinta da demoliberal, e que já tem sido considerada como a última conclusão lógica das ideias democráticas, não de estirpe liberal, mas jacobina de Rousseau, Robespierre e Danton”. Como características do regime nacional-socialista, Cabral Moncada (p. 393) aponta o comunitarismo totalista, romântico e suprapersonalista, o realismo social, o democratismo direto, cesarista, antiparlamentar e antiliberal de puro tipo rousseauiano, o racismo naturalista e histórico, o chefismo e o socialismo. Veja-se, também, A. KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas* (A. Kaufmann/W. Hassemer, org.), Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 123, considerando o estado da filosofia do direito e de alguns aspetos metodológicos no período do nacional-socialismo. Não esqueçamos, igualmente, os regimes de inspiração marxista. Sobre o ponto, cf. Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito*, I, 380 ss.: “O Estado soviético, começado a construir a partir de 1917, pouco antes de terminada a primeira Guerra mundial, foi a primeira tentativa para pôr por obra as ideias de Marx e Lenine no campo das realidades. Lenine foi como que o Robespierre dum novo Rousseau, Marx, do qual o último chefe da Rússia, Staline, por sua vez, parece ter sido o executor testamentário já distante. O Bolchevismo, fiel à doutrina marxista, tem tentado ser a realização dessa concepção materialista de estado através da ditadura do proletariado, como meio de destruição, antes de tudo necessária, da burguesia e do seu capitalismo”. V., ainda, pág. 385, distinguindo, apesar dos pontos de contacto, o fascismo e o nacional-socialismo do comunismo soviético, e pág. 381, considerando que a filosofia do marxismo continua a laborar sobre os pressupostos filosóficos do século XVIII, com todas as suas notas materialistas, positivistas e eudemonistas. Por exemplo, o proletariado não é “uma grandeza de revelo metafísico, ontológico-histórico ou místico”, mas apenas “o somatório dos trabalhadores e proletários de todo o mundo”. Cf., também, A. KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas* (A. Kaufmann/W. Hassemer, org.), Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 109 e 111 (considerando, não sem a devida ponderação do pensamento e da atuação dos diversos intervenientes na revolução comunista, que “o direito é reconhecido como tal pelo partido comunista, isto é, pelo comité central (...)”).

<sup>50</sup> Teria sido a constatação da insusceptibilidade de se manter um pensamento de

A emancipação absoluta do direito relativamente a um referente de sentido que extrapole a imanência do ser humano, conduzindo paulatinamente a um sistema formalista, esteve, assim, na base da sua degradação e da emergência da crise do pensamento jurídico. E se o século XX ficou marcado por tentativas de renascimento do direito natural<sup>51</sup>, não é menos verdade que não só continuam a emergir novas formas de positivismo, como não se pode dar por encerrada a discussão em torno da fundamentação do direito. E, no meio de tentativas várias de explicitação da *ratio* do direito e de sedimentação da juridicidade, são muitas as soluções de *quid iuris* que se vão afirmando de forma degradante para o ser humano, exatamente porque afastadas do núcleo central do que deve ser a juridicidade.

Se a degradação do homem, como consequência da degradação do direito, se verifica em muitos domínios, podemos estabelecer um paralelo entre este fenómeno e a própria degradação da pátria vaticinada por Camões, não com um sentido profético, mas como resultado da bipolaridade entre o tempo da narração e o tempo do autor. Não são raras, na verdade, as reflexões críticas do poeta contra os poderes pátrios que, movidos pelo

---

tipo formal. Sobre o ponto, em sentido crítico, veja-se, porém, A. KAUFMANN, “A problemática da filosofia do direito ao longo da história”, *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas* (A. KAUFMANN/W. HASSEMER, org.), Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 125. Considera o autor, a este propósito, que “este renascimento do direito natural foi muito criticado, e, de facto, ele não foi fruto da racionalidade e da razoabilidade, mas a acusação deve, na verdade, ser dirigida à ciência, em especial à filosofia do direito, que não preparou a jurisprudência para o fenómeno da injustiça legal”. E acrescenta que “este renascimento do direito natural foi enquanto tal esporádico”.

<sup>51</sup> Rememora-se, a este ensejo, a lição de Cabral Moncada. O insigne jurista considera que, no início do século XX, o pensamento filosófico caracterizou-se pela continuação das quatro grandes correntes fundamentais anteriores: o idealismo, o positivismo racionalista, o materialismo histórico e económico e a filosofia cristão do catolicismo. Os sistemas filosóficos mais importantes são, então, os seguintes: neovitalismo, neoidealismo e neohegelianismo, fenomenologia, neopositivismo, neokantismo, empiriocriticismo, pragmatismo, existencialismo, neoescolástica — cf. Cabral MONCADA, *Filosofia do Direito*, I, 360/1. O autor acrescenta que “os começos do século XX são a época por excelência dos *ismos*, embora muitos destes *ismos* acompanhados do prefixo *neo* — a época de todas as renovações e de todos os epigonismos — de tal modo variada e confusa, que não é fácil, a princípio, surpreender aí um sistema de ideias dominante ou dar-lhe como nome um qualquer desses numerosos *ismos*”.

egoísmo, pela ganância, pela hipocrisia impedem o desenvolvimento do povo e a governação livre do rei e “não permitem que (...) se mondasse o novo trigo florescente”<sup>52</sup>; e sobre o poder corruptor do dinheiro (que faz dos amigos traidores e falsos; que faz os juízes interpretar a discrição os textos, fazendo e desfazendo leis; que torna os reis tiranos e corrompe os próprios membros do clero — estâncias 96-99, canto VIII).

Em contraste com a tenacidade e a bravura de outrora, quando os portugueses se orientavam pelo espírito de cruzada e de difusão da fé (canto VII, 2-14), o poeta refere, com amargura, no final, como se sente e vê a Pátria: «Não mais, Musa, não mais, que a Lira tenho/Destemperada e a voz enrouquecida,/E não do canto, mas de ver que venho/Cantar a gente surda e endurecida». A Pátria «metida no gosto da cobiça e na rudeza duma austera, apagada e vil tristeza), sem orgulho, sem ânimo, sem alegria para enfrentar os desafios.

## VI. O TEMPO ATUAL

Em *Os Lusíadas*, Camões, ao elogiar os portugueses, elogia simultaneamente a condição humana e a sua capacidade de superação. Sendo esta uma marca do humanismo renascentista, e apesar de ser convocado o maravilhoso pagão para poeticamente elevar a gente lusa, torna-se evidente, sobretudo por meio das reflexões críticas do poeta, que Camões não só não abjura a fé cristã, como vê nela o alicerce dos feitos gloriosos dos portugueses e nos valores que ela inspira o instrumento privilegiado contra a degradação da pátria. Ao abdicar do quadro axiológico que o cristianismo forja, Portugal condena-se, pelo que a emancipação do homem relativamente aos esquemas medievais e às forças da natureza não implica a negação da Providência e da dimensão religiosa. O homem novo cantado em *Os Lusíadas* está, assim, longe de ser o homem atomista, dessolidário, reduzido a uma condição puramente

---

<sup>52</sup> Vítor Aguiar e SILVA, “Ilha dos Amores”, *Dicionário de Luís de Camões*, Caminho, 2011, 441, em referência às estâncias 26 a 29 do canto X.

racional. Esse homem, movido pelo individualismo, pelo egoísmo, pela ganância, acabaria por obscurecer os feitos valerosos dos antepassados.

Num outro plano, o jurídico, podemos também afirmar, agora sem hesitação, que a perda de referentes axiológicos a que conduziu a degenerescência do pensamento forjado no jusracionalismo e que foi potenciada pela exacerbação do pendor racional do direito natural conduziu à fragilização da juridicidade, tornando o direito permeável a formas várias de tirania e, portanto, fazendo das ordens jurídicas ordens de direito, mas nem sempre do direito, porquanto não cumprem o critério da justiciabilidade.

Se a resposta haveria de surgir com base na tentativa de reabilitar esse mesmo direito natural, importa não esquecer, por um lado, que há hoje múltiplas formas de o compreender, nem sempre adequadas, e que, por outro lado, a complexidade das sociedades atuais, caracterizadas pelo pluralismo, se não mesmo pelo relativismo (muitas vezes *nihilista*), determinou outras vias de superação do positivismo formalista, muito díspares na sua racionalidade e nem sempre aceitáveis nos seus pressupostos axiológicos e nos seus resultados. O que significa que, se quisermos cumprir a específica tarefa humana que envolve a juridicidade, não poderemos senão assumir os referentes éticos que nos condicionam civilizacionalmente, que nos levam a considerar a pessoa e a sua ineliminável dignidade ética, entendida segundo uma perspectiva que, afastando-se do formalismo racionalismo, do ceticismo, do funcionalismo, do procedimentalismo, nos aponte para um sentido material onto-axiologicamente conformado.

Numa tentativa de simplificação, diríamos que a pessoa é substância — unidade, identidade e totalidade no meio da comunidade de existentes, o que justifica a sua autodeterminação; é um projeto para ser; e um ser em relação, um ser de comunicação e de transcendência, o que pressupõe uma autonomia responsável, na medida em que, ao ser incapaz de viver no isolamento solipsista, sai de si em direção ao outro, numa relação de cuidado, com proscrição do egoísmo. É esta comunidade de existentes que, alicerçando as bases da convivência no quadro axiológico que se colhe da pessoalidade responsável, constitui o projeto especificamente jurídico.

A pessoalidade pressupõe uma dimensão onto-axiológica, implicando, por um lado, a compreensão do homem como intelecto, vontade, espírito e alma, e por outro lado uma estrutura relacional que, envolvendo a mobilização de uma específica axiologia comunicada pelo quadro filosófico-cultural e teológico de que somos herdeiros, estabelece como fundamental uma ligação em termos de cuidado-com-o-outro, em que se virá a traduzir uma certa compreensão da liberdade responsável do sujeito.

E o direito surge como uma resposta civilizacional e um projeto ético-comunitário em que o homem se encontra como Pessoa, reconhecendo a sua dignidade. Nessa medida, ainda que libertados de qualquer dimensão teológica, exatamente porque o direito se apresenta como uma resposta civilizacional, não pode ser senão condicionado pela matriz judaico-cristã que nos sustenta enquanto comunidade. No fundo, não se podendo deduzir o direito da natureza ontológica do ser humano, podemos afirmar que ele resulta de uma decisão do homem relativamente ao modo como decide compreender-se a si e às suas relações sociais. Mas, sob pena de o homem se degradar, não pode senão assumir-se radicalmente como pessoa<sup>53</sup>.

Não obsta a esta visão a invocação de que o mundo é hoje complexo e parco em consensos no que respeita aos valores essenciais. Em primeiro lugar, sabe-se que o pluralismo relativista não é mais do que a afirmação de contravalores. Como afirma Castanheira Neves, “no que se refere ao argumento do pluralismo, a sua estrita coerência não só postulará que as leis sejam fórmulas vazias de conteúdo — um seu conteúdo implicará necessariamente opção entre possibilidades diversas — como teria de renunciar ao vínculo normativo e à integração comunitária — que sempre transcenderão e limitarão a estrita alteridade pluralista — e renunciando-se a tal renúncia-se pura e simplesmente ao direito. Pelo que o pluralismo radical é juridicamente contraditório e acaba por pôr um problema a exigir uma solução

---

<sup>53</sup> Cf. Manuel COELHO, António Sá da SILVA, “Direito e pessoa: o fundamento do direito em A. Castanheira Neves”, *Revista Paradigma, Ribeirão Preto-SP*, ano XX, v. 24, n.2, 2015, 2 ss.

para além e mesmo contra ele. Problema com que, por exemplo, Rawls se debateu no seu *Political Liberalism* e procurou resolver com o apelo ao *overlapping consensus*, a exigir uma intencional integração que ficou por esclarecer totalmente”<sup>54</sup>. Tudo isto a significar que não é viável pensar num quadro normativo sem valores subjacentes.

Por outro lado, apesar de mergulhados num mundo marcado pelo agnosticismo, se não ateísmo, e pelo relativismo valorativo, a tentativa de fundamentação do direito no sentido da pessoalidade herdado do cristianismo mais não é do que assumir a dimensão especificamente cultural e histórica do direito, na medida em que é esse o quadro civilizacional que nos condiciona e que nos sustenta enquanto comunidade.

Francesco d’Agostino, apesar de distinguir os problemas próprios da normatividade moral daqueles outros inerentes à estrutura intersubjetiva societária da existência, indaga acerca da viabilidade de um fundamento teológico da normatividade. São suas as palavras: “a perspectiva pós-moderna vem mostrar que a ética não é universal, mas se articula numa multiplicidade de singulares opções morais. Nem sequer se considera louvável do ponto de vista axiológico a redução da complexidade à unidade, pois tal implicaria uma opção a favor de uma uniformidade ética, que na época pós-moderna é tida como repressiva”<sup>55</sup>. Por isso questiona como será possível encontrar o necessário fundamento para a juridicidade. Em diálogo com outros autores, que o procuram no acordo alcançado através da linguagem, diz “o diálogo é uma experiência unicamente e profundamente humana”, ou seja, só é possível entre pessoas que se reconheçam como pessoas. O reconhecimento, que é pressuposto do diálogo, deve ter uma valência empírica (reconheço que o outro, que a mim se contrapõe, é como eu), mas também ontológica (reconheço que o outro — como outro e não só como mero indivíduo empírico — é como eu) e ao mesmo tempo axiológica

---

<sup>54</sup> Castanheira NEVES, “O direito interrogado pelo tempo presente na perspectiva do futuro”, *Boletim da Faculdade de Direito*, 83, 2007, 28.

<sup>55</sup> Francesco D’AGOSTINO, *Il diritto come problema teologico ed altri saggi di filosofia e teologia del diritto*, G. Giappichelli Editore, Torino, 1997, 83.

(reconheço que o outro — como outro e não apenas como mero indivíduo empírico — vale tanto como eu)<sup>56</sup>.

Para o autor, a ideia de estranho moral é uma categoria jurídica (jurídico positiva e não jurídica em si mesmo), mas não é uma categoria antropológica, filosófica ou teológica: a demonstrá-lo o facto de a qualquer homem, mesmo como estranho, ser possível aspirar a um diálogo e atingir um acordo<sup>57</sup>. Apresenta, por isso, um paradigma do que é o direito no quadro de uma sociedade plural<sup>58</sup>. O direito tem um carácter laico, universal, transcultural. Dirige-se a todos os homens; é transcultural porque, para lá das suas múltiplas concretizações, é uma constante da sua exigência estrutural de defesa e promoção do bem-estar humano. Mas a laicidade não implica ausência de valores. O direito deve ser um promotor da coexistência intersubjetiva, no sentido do respeito e da solidariedade e nesse sentido são-lhe intrínsecos alguns princípios: paridade ontológica; liberdade, que não existe verdadeiramente senão mediatisada pelo direito, sob pena de se resvalar para a libertinagem que é ela própria a negação da liberdade; tolerância que, adequadamente compreendida, não pode ser assumida como uma abertura para o desvalor ou a indiferença ética; anti-dogmatismo. Ora, todos estes valores, que são intrínsecos ao direito (mesmo de carácter laico, universal e transcultural), alicerçam-se na pessoa<sup>59</sup>.

E se o pensamento cristão contribuiu francamente para a fundamentação do conceito de pessoa, importa não esquecer que a mundividência cultural herdada do mundo judaico-cristão contaminou todo o ocidente. Por isso, a dignidade da pessoa, que pressupõe o encontro com o outro que seja

---

<sup>56</sup> Francesco D'AGOSTINO, *Il diritto come problema teológico*, 86.

<sup>57</sup> Francesco D'AGOSTINO, *Il diritto come problema teológico*, 88.

<sup>58</sup> Francesco D'AGOSTINO, *Il diritto come problema teológico*, 130.

<sup>59</sup> Francesco d'Agostino, num outro escrito, acaba por ir um pouco mais além. Falando do direito divino, o autor aduz que o mesmo mostra o carácter pessoal da *lex* e que consolida definitivamente o conceito jurídico de pessoa. Todo o ser humano é pessoa porque criado à imagem e semelhança de Deus. Enquanto pessoa, o homem é sujeito de direitos, sendo essa a base da igualdade. Cf. Francesco D'AGOSTINO, "Filosofia del diritto divino", *Diritto e religione tra passato e futuro. Atti del convegno internazionale* (Agata Mangiameli/Maria Rosa di Simone, org.), Aracne, 2010, pp. 225 e ss., em especial pp. 230 e ss.

igualmente pessoa, mesmo que desnudada de qualquer sentido teológico, não pode deixar de apontar para o sentido relacional a que se alude. Assim, o outro a quem nos dirigimos não pode ser entendido numa perspetiva puramente instrumental. A relacionalidade que se invoca não pode ser vista como um mero facto, mas há de ser concedida como um princípio, e a alteridade não implica, apenas, a presença do outro, mas o reconhecimento de um dever diante do *tu* através do qual o *eu* se respeita<sup>60</sup>.

## VII. CONCLUSÃO

Camões, não nos oferecendo uma visão acerca do direito, deixa-nos pistas que permitem antever a sua predicação tomista. Não obstante, a glorificação do homem, emancipado das forças da natureza e prefigurado pelos feitos gloriosos dos portugueses, contribuiu para a sedimentação de uma mundivisão que estaria na base da evolução da conceção da juridicidade. Como homem da cultura, contribuiu, assim, para a mutação do modo como se compreende a fundamentação do direito, o que haveria de redundar na própria crise deste pela perda do sentido valorativo e axiológico que não pode deixar de o contaminar, algo que, pelo sentido antiépico da obra *Os Lusíadas*, o poeta não deixou de antever, embora num plano não especificamente jurídico.

---

<sup>60</sup> Francesco D'AGOSTINO, *Il diritto come problema teológico*, 44/5 e 40/50.



## 20. A presença de Camões no Idealismo Alemão

MANUEL J. DO CARMO FERREIRA<sup>1</sup>

Três protagonistas maiores do movimento intelectual do idealismo alemão e do primeiro romantismo com ele articulado, justamente caracterizado como “a revolução do espírito”, ocupam-se da poética camonianiana nos seus trabalhos, com diferente relevo e contexto interpretativo, sem disporem de uma tradução integral de *Os Lusíadas*, apenas aparecida em 1833, embora circulassem anteriormente excertos e adaptações, a partir de 1755, ano em que se documentam as primeiras referências publicadas ao poema<sup>2</sup>. Também nesse mesmo ano de 1833, Ludwig Tieck, figura de grande relevo do romantismo alemão, publica *Tod des Dichters* (Morte do Poeta), uma biografia ficcionada de Camões que se tornou extremamente popular na Alemanha, vindo a conhecer sucessivas reedições, de que a mais recente data de 2022<sup>3</sup>.

### 1.

Refira-se em primeiro lugar Johann Gottlieb Fichte, o filósofo que estabeleceu os fundamentos e o método do Idealismo alemão, uma reflexão

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>2</sup> A primeira tradução completa para alemão foi realizada por Johann Jakob Christian Donner, em 1833, e publicada em Estugarda, pelo editor Chr. W. Löflund.

<sup>3</sup> M. Pilz, «Luis de Camões in der deutschsprachigen Literatur des 19. Jahrhunderts. Eine annotierte Bibliographie» in: Peter C. Pohl, *Vergessene Faszination. Zur deutschsprachigen Rezeptionsgeschichte des portugiesischen Nationalepikers Luis Vaz de Camões*, Innsbruck, Innsbruck University Press, 2022, pgs. 169-201. Importa referir também o estudo de Maria Manuela Gouveia Delille, «Receção de Camões na literatura alemã», in: Vítor Aguiar e Silva (Coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, 2.<sup>a</sup> ed. 2024 (reimp.), pgs. 740-754. A mesma autora já coordenara a obra *Camões na Alemanha: a figura do poeta em obras de Ludwig Tieck e Günter Eich*, Coimbra, Minerva, 2000, 342 pgs. Também a Academia das Ciências publicara, em 1922, o estudo de Gustavo Cordeiro Ramos, *Três obras literárias alemãs sobre Camões. Com um estudo sobre o romantismo alemão e o poeta Luís Tieck*, 127 pgs.

sistemática em torno dos conceitos axiais de absoluto e de liberdade; foi igualmente o primeiro reitor eleito da Universidade de Berlim (1811) e cuja obra que mais penetrou no grande público é *Discursos à nação alemã*, de 1808, muito mais do que um manifesto nacionalista propõe uma pedagogia da autodeterminação coletiva como cultura. Surpreendentemente, no contexto da sua produção filosófica, em 1810 publica na revista *Pantheon*<sup>4</sup> uma tradução do episódio de Inês de Castro, Canto III, estrofes 118-133, «eine Probeübersetzung» (um ensaio de tradução, ou uma tradução *ad experimentum*), juízo encontrado na correspondência dos irmãos Grimm, em carta de Wilhelm para Jakob<sup>5</sup>.

Não foi possível documentar em que circunstâncias Fichte teria estudado a língua portuguesa; apenas se regista a sua afirmação de que as línguas modernas devem fazer parte de um programa de educação para a independência (*Selbständigkeit*), aprendizagem aliás facilitada pela sua comum derivação da matriz latina. E, em latim, Fichte era bem qualificado. Quanto ao tempo, essa aprendizagem, em paralelo com o estudo da língua italiana, terá ocorrido no período de 1800 a 1805, durante o qual esteve afastado do ensino em instituições públicas, na sequência da acusação de ateísmo e da acerada polémica a que ela deu origem.

Para além do juízo, a meu ver demasiado apressado, de se tratar de uma escolha meramente convencional, dada a frequência com que o episódio da “linda Inês”, bem como a descrição do Adamastor são referidos na cultura alemã desde o século XVIII, importa à compreensão do significado e do interesse por parte de Fichte da tradução deste texto a sua contextualização pelos excertos que também traduziu e publicou, de Petrarca, em 1808, «O 63.º Soneto de Petrarca a seguir da morte de Laura»<sup>6</sup>, e de Dante, em 1807, os

---

<sup>4</sup> *Pantheon. Eine Zeitschrift für Wissenschaft und Kunst*, 1.º vol., 1.º caderno, Leipzig, 1810, pgs. 3-8, reed. por Erich Fuchs, J. G. Fichte, *Werke 1808-1812, Gesamtausgabe*, I, 10, Fr. Frommann, Stuttgart-Bad Cannstatt, 2005, pgs. 311-319. O editor refere que parte do manuscrito da tradução se encontra no Germanisches Nationalmuseum, ed. cit., pg. 313.

<sup>5</sup> Carta de 13 de Novembro de 1809, citada pelo editor atrás referido, pg. 313.

<sup>6</sup> *Petrarka's 63stes Sonett nach Laura's Tode*, *Werke*, I, 10, pgs. 299-303.

cantos 8.º e 20.º do “Purgatório” na *Divina Comédia*, sem ignorar os sonetos de sua autoria publicados em 1802 e 1805. A centralidade do tema do *Amor*, bem como o da *Morte*, que perpassam nos três textos traduzidos e publicados, é sistematicamente refletida na coetânea *Iniciação à vida feliz*: se “*Leben ist Liebe*” (vida é amor) são as primeiras palavras nesta obra, “*Liebe*” (amor) é a última palavra do último verso traduzido do poema de Camões. O amor, essa íntima complacência no dizer de Fichte, significa para ele a síntese absoluta da vida, a decisiva autotranscendência, esse “estar em casa” (*zu Hause sein*) como permanente saída e aspirar (*Sehnsucht*) por um futuro que é sempre já lá; e a morte, resolvendo a contradição entre ser e devir, entre a figura limitada da existência e a ideia universal da vida, representa a reconciliação do absoluto consigo mesmo.

No episódio de Inês de Castro, com a oposição entre “o Rei benigno” e o “povo com falsas e ferozes razões” (e Fichte considera no povo em conflito com o soberano um abissal, se bem que na maioria das vezes, somente latente, arsenal de violência) e no Canto 20.º do Purgatório de Dante, com a crítica às ambições territoriais dos reis Capetos, é possível surpreender o permanente interesse de Fichte pela problemática política, pela constelação temática da injustiça e do poder, o que bem se documenta nos escritos que precedem de pouco as referidas traduções, o escrito *Sobre Maquiavel escritor* e os *Discursos à nação alemã*, de 1807 e 1808, respectivamente.

A estrutura formal e rítmica da tradução é clara: Fichte respeita integralmente a métrica camoniana, em estrofes de oito versos, dita oitava heroica, e os versos decassilábicos rimando segundo o esquema rítmico 1.º, 3.º e 5.º, 2.º, 4.º e 6.º, 7.º e 8.º. Em várias estâncias, para chegar a estabelecer devidamente as rimas, Fichte altera a ordem dos versos. Este trabalho exigente e filigranado que consegue, tanto quanto me é dado ver, excelentes opções de termos vertidos, mereceu de um correspondente de Goethe, em carta em que lhe assinala a publicação do texto traduzido, o juízo malicioso: «Uma vez que ele [Fichte], na sua vida, disse muita coisa dissonante (literalmente, desrimada, *Ungereimte*), então é bem bom que ele se ponha a rimar.»<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> «Da er in seinem Leben manches Ungereimte gesagt, so ist es wohl gut dass er sich aufs Reimen legt». «Carta de Karl Ludwig von Knebel, de 15 de janeiro de 1810, cit, por E. Fuchs, *Werke*, I, 10, pg.313.

## 2.

Quem aborda com maior amplitude temática e sistemática a obra do poeta é Friedrich Schlegel, «o descobridor alemão de Camões»<sup>8</sup>: este o título do artigo de Oskar Walzel publicado em 1938, cuja pertinência toda a investigação posterior contesta, pois é rastreável um multímido interesse pela obra de Camões desde meados do século XVIII, com uma abordagem já sistemática, sobretudo por parte de Herder e de Bouterwek. E, no entanto, todos os estudos posteriores ao referido artigo se veem obrigados a ter em conta o lugar decisivo que ele atribui a Fr. Schlegel na receção da obra do poeta, pelas categorias na abordagem a um tempo histórica e literária, genética e crítica: totalidade, individualidade e característica: Camões um poeta “romântico” (na aceção específica do termo no autor, como síntese plástica de poesia e vida) e um protagonista maior da “poesia universal progressiva”.

Em 1801, August Schlegel escreve em carta à irmã de Ludwig Tieck, Sophie Bernhardi, também ela profícua partícipe no movimento romântico, acerca do seu irmão Friedrich, que ele “se tornou um fervoroso português e se ocupa entusiasticamente de *Os Lusíadas* de Camões.»<sup>9</sup>. Documentam este fascínio o único escrito publicado por F. Schlegel em que Camões é a referência central, em Paris no ano de 1803, na revista *Europa*, por si editada, «Subsídios para a história da poesia moderna e notícia sobre manuscritos provençais»<sup>10</sup>, bem como a 30.<sup>a</sup> lição do curso sobre a história da literatura

---

<sup>8</sup> Título de um artigo de Oskar Walzel, «Der deutsche Entdecker des Camões», *Revue de Littérature Comparée*, vol. XVIII (1938), pgs.478-494. Ver também Hans Flasche, *Friedrich Schlegel und die Romania I: Fr. Schlegel und Portugal*, *Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwissenschaft*, (1958), pgs. 417-447 e Peter C. Pohl, *Vergessene Faszination*, pgs. 62-76, bem como o estudo mencionado na nota seguinte.

<sup>9</sup> «[...] ein eifriger Portugiese geworden, und enthusiastisch für des Camoëns *Lusiade* eingenommen.» Carta a Sophie Bernhardi, de 21 de agosto de 1801, August W. Schlegel, *Dreihundert Briefe aus zwei Jahrhunderten*, citada por Peter C. Pohl, «Über Identifikation, Überidentifikation. Friedrich Schlegels Camões-Interpretation und ihre Folgen», *Athenäum – Jahrbuch der Friedrich Schlegel – Gesellschaft*, pg. 81.

<sup>10</sup> «Beiträge zur Geschichte der modernen Poesie und Nachricht von provenzalischen Manuskripten», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pgs.17-37; sobre a arte poética portuguesa, pgs. 24-31.

européia, de 1804, ainda em Paris<sup>11</sup>, e a 11.<sup>a</sup> lição, já em Viena, do curso sobre «a história da literatura antiga e moderna»<sup>12</sup>, nos anos 1812–1814. A este material, postumamente editado, há que acrescentar inúmeros fragmentos produzidos ao longo dos anos e recolhidos sob o título genérico de «Poesia e Literatura».

A exaltação da língua portuguesa nos aspetos fonético, lexical e semântico, precede e prepara o tratamento do poeta, e ela pode comparar-se ao dialeto jónio da antiga Grécia pela sua suavidade e, como este, de grande complexidade morfológica e enorme plasticidade expressiva<sup>13</sup>. O português é «a língua do amor e do gozo suave. Também não se encontrará facilmente uma língua que se ajuste tão bem aos sentimentos que se fundem em todos os matizes, desde o mais doce prazer até ao mais bravio anseio, à melancolia e à tristeza. Ela tem, para essa esfera, uma riqueza de palavras de todo próprias que, pela finura do significado e da relação, e já pelo seu próprio som, se insinuam na alma como que por si mesmas. [...] O português é a mais meridional e mais doce flor de todas as línguas provençais.»<sup>14</sup>

Na obra lírica da Camões a língua portuguesa atinge a sua maior perfeição e são de «ingenuidade e graça indescritíveis» as pequenas composições de seis sílabas.<sup>15</sup> E *Os Lusíadas* são um “poema nacional”, não apenas porque canta a histórica heroica de um povo que transcorre entre “a glória do começo e a última triste melancolia”<sup>16</sup>, mas porque dá voz «à vida efetiva

<sup>11</sup> *Kritische Ausgabe*, vol. XI, pgs. 154-166.

<sup>12</sup> *Geschichte der alten und neuen Literatur, Kritische Ausgabe*, vol. VI, pgs. 251-273.

<sup>13</sup> «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pg. 26.

<sup>14</sup> «[...] die Sprache der Liebe und des weichen Genusses. Auch wird für die schmelzenden Gefühle in allen Abstufungen von der süssesten Lust bis zur wildesten Sehnsucht, Wehmut und Trauer nicht Leicht eine Sprache gefunden werden, die sich dem Gefühl so anschlosse. Sie hat für jene Sphäre einen Reichtum von ganz eigentümlichen Worten, die durch das Feinere der Bedeutung und Beziehung und schon durch ihren Klang sich wie von selbst in duie Seele einschmeicheln [...] die südlichste süsseste Blüte aller provenzalischen romantischen Sprachen.»; «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, III, pgs. 26-27.

<sup>15</sup> «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pg. 27.

<sup>16</sup> *Heften zur Poesie, Kritische Ausgabe*, vol. XVI, pg. 113.

da nação intimamente unida à sua disposição poética»<sup>17</sup>, disposição constitutiva da identidade nacional, já atuante desde logo nas *Crônicas*, que são mais do que história. Por isso *Os Lusíadas* são “o poema de um povo”, no sentido subjetivo e objetivo do genitivo, verdadeiro garante da sua perenidade como nação.

«Houve dois Homeros»<sup>18</sup> — ou seja, o original e Camões, cuja «obra é a única a merecer ser designada como poema épico ao lado de Homero»<sup>19</sup> — assim condensava Schlegel já em 1800 o ponto fulcral de uma afinidade de exceção sempre relevada nas suas análises posteriores: porque são “poetas da sua nação”.

«Tudo neste poema é haurido da abundância da própria visão e da mais amadurecida experiência, um tal tapete de vida infinita, tão rico, tão próprio (tão singularmente novo) e apresentado de forma tão ligeira e com esta clareza leve que somente se encontra nos cantos homéricos.»<sup>20</sup>

Na épica moderna Camões sintetiza a criação poética de dois mestres: «Ele une a abundância pitoresca de Ariosto [mais breve, mais rico, mais variado, mais condensado do que este] ao encantamento musical de Tasso [mais ameno e mais florido do que ele] e ainda junta a grandeza e o rigor do verdadeiro poeta épico. [...] De entre esses três grandes poetas épicos [...] de acordo com o meu modo de sentir, a palma é devida a Camões.»<sup>21</sup>

<sup>17</sup> «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pg. 28.

<sup>18</sup> «Es hat zwei Homere gegeben», *Kritische Ausgabe*, XI, pg.331.

<sup>19</sup> «Das Werk des Camoens ist überhaupt das einzige was noch neben Homer ein episches Gedicht genannt zu werden verdient.», «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pg.30.

<sup>20</sup> Alles in diesem Gedicht ist aus der Fülle der eignen Anschauung, und reifsten Erfahrung geschöpft, ein solcher Teppich von unendlichen Leben, so reich, so eigen, [eigenthümlich neu] und so rasch dargestellt, und mit dieser leichten Klarheit, das findet sich nur noch in den Homerischen Gesängen.» «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pg. 29.

<sup>21</sup> «Er vereinigt die malerische Fülle des Ariost mit dem musikalischen Zauber des Tasso, und verbindet damit noch das Grösse und den Ernst des wahren Heldendichters [...] unter jenen drei grossen epischen Dichtern der Neuern, dem Ariost, Camoens und Tasso, dem zweiten nach meinem Gefühle die Palme gebührt.» *Geschichte der alten und neuen Literatur*, *Kritische Ausgabe*, vol. VI, pg. 269 e vol. XI, pg. 159.

Essa grandeza única não é posta em causa pelo excesso do material histórico no poema nem pelo inconsistente relevo da antiga mitologia na composição poética, como criticava Herder. Trata-se de linguagem imagética, de utensilagem alegórica que «se tem de confessar que, talvez, nenhum poeta romântico [no sentido próprio do termo em Schlegel] tenha usado a antiga fábula de modo tão novo, tão singular e, no entanto, tão claro e ajustado.»<sup>22</sup>

É possível que à admiração literária se agregue uma vivência mais pessoal: a poesia de Camões (e a obra de Calderón) teria sido um dos prováveis fatores da evolução religiosa do autor ao converter-se ao catolicismo, de acordo com o seu editor e biógrafo<sup>23</sup>.

Em 1807, Friedrich Schlegel dedica um soneto a Camões, porventura escrito ainda em Paris; num verso do último terceto podemos ler: «Sê então, Camões, o meu modelo.»<sup>24</sup> Mais do que como invocação literária esta deve interpretar-se como reconhecimento de idêntica postura patriótica, dada a similitude de situações, um Portugal ameaçado em finais do século XVI e uma Alemanha por muitos poderes repartida e invadida pela potência europeia dominante.

### 3.

Hegel, o “filósofo da filosofia” por excelência, também foi, como Fichte, reitor eleito da universidade de Berlim. É relativamente tardio o seu tratamento de «o célebre poema de Camões» como se lhe refere nas *Lições de Filosofia da Arte*, estando ausente nas primeiras lições de 1821 e 1823 e merecendo duas linhas apenas no curso de 1826. O maior desenvolvimento surgirá nos cursos dos anos seguintes, nomeadamente nos de 1828/29.

---

<sup>22</sup> «So muss man gestehen, dass vielleicht kein romantischer Dichter die alter Fabel so neu, so eigentümlich, und doch so klar und passend gebraucht hat.» «Beiträge zur Geschichte...», *Kritische Ausgabe*, vol. III, pg. 31.

<sup>23</sup> E. Behler, *Friedrich Schlegel*, Hamburgo, Rowohlt, 1966, pg. 101.

<sup>24</sup> «Sei, Camoëns, denn mein Vorbild!», *Kritische Ausgabe*, vol. V, pg. 311.

*Os Lusíadas* apresenta para Hegel o carácter de uma genuína epopeia: «O poema épico é o livro do povo, a sua língua, o seu discurso, a bíblia de um povo.»<sup>25</sup> a sua “energia vital”<sup>26</sup>, explicitado em termos mais sistemáticos: «A visão do mundo e a objetividade por inteiro de um espírito do povo, apresentadas na sua figura que se objetiva como acontecimento efetivo, constituem, por isso, o conteúdo e a forma do propriamente épico.»<sup>27</sup> Dessa autenticidade poética, em que se firma um parentesco que alia Homero, Tasso e Ariosto, são notas essenciais: uma totalidade, uma confrontação estruturante, uma qualidade paradigmática da ação e uma cadeia de acidentes e acasos que se convertem em destino — um povo, uma guerra, a coragem e uma história, a exposição de um mundo do espírito a desenrolar-se sob a forma do acontecer. E n’*Os Lusíadas* tudo isso converge para o canto dos “arrojados feitos marítimos”<sup>28</sup>: a totalidade é uma viagem, o mar, o lugar da grande confrontação e a coragem da ação é navegar. E a subjetividade do poeta, particularmente relevante em Camões sob a forma de experiência de vida e de mundo, associada ao “fogo do patriotismo”<sup>29</sup>, é totalmente objetivada em linguagem na expressão poética, na mais profunda afinidade com a plástica da escultura<sup>30</sup>; na distinta posição e função da subjetividade e da objetividade funda-se a diferença dos géneros da poesia, o que distingue a épica da lírica, do drama e do romance.

<sup>25</sup> «Das Epos ist das Buch des Volks, seine Sprache, seine Rede, die Bibel eines Volks.» *Philosophie der Kunst. Vorlesung von 1826*, ed. A. Gethmann-Siefert et alii, Frankfurt, Suhrkamp, 2005, pg. 231.

<sup>26</sup> «Das eigentümliche der Epopöe ist die Lebendigkeit eines Volks.» *Vorlesungen über die Philosophie der Kunst*, Berlin 1823, ed. de A. Gethmann-Siefert, Hamburgo, F. Meiner, 1998, pg. 295.

<sup>27</sup> Die gesamte Weltanschauung und Objektivität eines Volksgeistes, in ihrer sich objektivierenden Gestalt als wirkliches Begebnis vorübergeführt, macht deshalb den Inhalt und die Form des eigentlich Epischen aus.» *Vorlesungen über Ästhetik, Theorie Werkausgabe*, vol. 15, pg.333

<sup>28</sup> *Op. cit.* pg. 413.

<sup>29</sup> *Vorlesungen über die Ästhetik, Theorie Werkausgabe*, vol. 15, pg.413.

<sup>30</sup> *Vorlesungen über die Ästhetik, Theorie Werkausgabe*, vol. 15, 394.

No juízo com que termina a sua breve exposição da épica camoniana, o filósofo considera a originalidade do poema prejudicada pela influência quer dos Antigos quer dos Italianos<sup>31</sup>. Mas, como explica o próprio Hegel, na sua *Fenomenologia do Espírito*, não são as influências que constituem a razão da individualidade, mas é esta que determina o quê e o modo como recebe e torna seu aquilo que herdou.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

- FICHTE, J. G. *Gesamtausgabe der Bayerische Akademie der Wissenschaften*, ed. de R. Lauth *et al.*, Stuttgart-Bad Cannstatt, F. Fromman, 1964 e sgs.
- HEGEL, G. W. F. *Gesammelte Werke*, Hamburg, Felix Meiner, 1968 e sgs.
- HEGEL, G. W. F. *Theorie Werkausgabe*, ed. de E. Moldenhauer e K. M. Michel, Frankfurt a. M., 1970.
- SCHLEGEL, F. *Kritische Ausgabe seiner Werke*, ed. de E. Behler *et alii*, München-Paderborn-Wien, Zürich, F. Schöningh, 1958 e sgs.

### Estudos

- «Der deutsche Entdecker des Camões», *Revue de Littérature Comparée*, vol. XVIII, 1938, pgs.478-494.
- Hans Flasche, *Friedrich Schlegel und die Romania I: Fr. Schlegel und Portugal, Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwissenschaft*, 1958, pgs. 417-447.
- Hans Flasche, *Frederico Schlegel e Portugal*, Lisboa, Instituto Alemão, 1961, 26 pgs.
- Maria Albertina M. S. Pratas, *Camões na Alemanha*, Lisboa, Edições Brotéria, 1974, 36 pgs.
- Winfried Kreutzer, «Camões in Deutschland», in: *Os Lusíadas III. Estudos sobre a projecção de Camões em culturas e literaturas estrangeiras*, Lisboa, Academia das Ciências, 1984, pgs. 467-494.
- Maria Manuela Gouveia Delille, «Receção de Camões na literatura alemã», in: Vítor Aguiar e Silva (Coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, reimp. 2024, pgs. 740-754.

---

<sup>31</sup> *Op. cit.*, pg, 413.

Peter C. Pohl, «Über Identifikation, Überidentification. Friedrich Schlegels Camões – Interpretation und ihre Folgen», *Athenäum – Jahrbuch der Friedrich Schegel – Gesellschaft*, 2021, pgs. 81-115.

Peter C. Pohl, *Vergessene Faszination. Zur deutschsprachigen Rezeptionsgeschichte des portugiesischen Nationalepikers Luis Vaz de Camões*, Innsbruck, Innsbruck University Press, 2022, 251 pgs.

## 21. Leituras económicas de Camões

JOSÉ LUÍS CARDOSO<sup>1</sup>

*De Índios se nos pegou  
tratar, e mercadoria  
dantes não se costumou,  
por baixeza se havia,  
em alteza se tornou:  
a muitos aproveitou,  
a outros muitos custou  
as fazendas, e as vidas:  
com muitas naus lá perdidas  
muita honra se ganhou.*

Garcia de Resende, *Miscelânea*, 1554<sup>2</sup>

### 1. O CONTEXTO DA EXPANSÃO COMERCIAL

A epígrafe escolhida ilustra bem a essência dos problemas em jogo nesta abordagem: a componente mercantil constituiu elemento fulcral da expansão marítima portuguesa de meados do século XV a meados do século XVI. Um novo código ético e uma nova atitude perante os efeitos do comércio permitiram que da baixeza se fizesse alteza, passando a mercadoria a ser concebida como fator de sucesso e glória, mas também de percalço e ruína.

Foi esse o tempo que Camões retratou de forma sublime n' *Os Lusíadas*, conforme procurarei ilustrar e demonstrar.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>2</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Ed. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991, p. 354.

<sup>3</sup> Utilizarei como texto de referência a edição preparada por Álvaro Júlio da Costa Pimpão: Luís de Camões, *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972. Citarei abreviadamente (canto, estância).

A mestria portuguesa em desbravar novas rotas para o comércio oriental e asiático, graças ao exercício de uma liderança tecnológica e científica no domínio da construção naval e dos instrumentos auxiliares de navegação, possibilitou essa façanha extraordinária de deslocar para o Atlântico parte substancial do tráfego comercial de produtos orientais que, até então, chegavam do Índico às praças europeias através do Mar Vermelho e do Mediterrâneo. As desvantagens inerentes à maior distância da rota da Boa Esperança decorriam, fundamentalmente, das condições de armazenamento e conservação da carga em trânsito prolongado e sujeito a mil vicissitudes criadas pela natureza ou pela ação humana. Todavia, tais obstáculos eram mais do que compensados pela diminuição da contingência e dos custos de transação associados à intervenção de múltiplos agentes intermediários que beneficiavam de um intenso e lucrativo tráfego de preciosos produtos orientais de procura assegurada nas praças comerciais da Europa culta e rica do Renascimento.

Esse novo caminho aberto por “lenho leve” entre mares duvidosos (I, 27) foi a glória do ilustre Vasco da Gama, que Camões cantou e celebrou n’*Os Lusíadas*. Nas suas intenções estava a busca de “mercadoria/que produz o aurífero Levante,/canela, cravo, ardente especiaria/ou droga salutar e prestante,/ [...] luzente pedraria,/o rubi fino, o rígido diamante” (II, 4).<sup>4</sup>

Lisboa substituiu todos os postos e portos de escala e passagem, adquirindo o invejável estatuto de destino primeiro da carga embarcada em tão longínquas paragens. Para tal era imprescindível, como atrás se disse, capacidade de inovação e de liderança científica e técnica nas atividades náuticas. O triunfo da expansão portuguesa muito ficou a dever a esse acrescido

---

<sup>4</sup> De acordo com o relato direto de quem acompanhou a viagem (Álvaro Velho, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, ed. José Marques. Porto: Faculdade de Letras, 1999), o seu objetivo era a “procura de cristãos e especiarias”. Em diversas passagens deste testemunho se encontram referências abundantes ao comércio das especiarias e ao modo como chegavam à Europa pelo Mediterrâneo, assim como relatos de transação de mercadorias.

conhecimento nos domínios da cartografia, dos instrumentos de navegação e da construção naval. E também nos domínios da astronomia e seus fundamentos matemáticos, da geografia e das contribuições relativas ao estudo dos regimes de ventos e marés. Igualmente importantes os saberes da medicina e da farmacopeia, tendo em vista o diagnóstico e tratamento de enfermidades provocadas por viagens de longo curso em embarcações que concentravam dezenas de tripulantes. A familiaridade com estas áreas de conhecimento também resultava de experiência empírica e sabedoria popular acumulada em viagens sucessivas ao longo da costa africana desde as primeiras décadas do século XV.

Eram também indispensáveis outros requisitos, designadamente: boas capacidades de organização e ação militar (sobretudo através da construção e manutenção de depósitos, arsenais, ancoradouros e fortalezas em pontos estratégicos das rotas comerciais), alguma experiência diplomática e política, tendo em vista o estabelecimento de relações favoráveis à presença e contacto dos portugueses com os reinos asiáticos, bem como algum proselitismo religioso, evangelizador e pacificador de consciências.

A epopeia das navegações portuguesas pressupunha ainda uma adequada preparação para se levar a bom porto o objetivo económico congregador dos diversos atores sociais empenhados na conquista comercial dos mares. Isto é: exigia a presença de capitais e de capacidades de investimento, a instituição de feitorias e estruturas intermédias responsáveis pelas transações comerciais, o estabelecimento de redes e canais de informação, o manuseamento de instrumentos técnicos financeiros auxiliares das trocas (letras, câmbios, seguros), a observância de princípios jurídicos em matéria contratual, a aceitação de regras de tributação, enfim, o enquadramento institucional adequado ao desenvolvimento pleno do comércio português no oriente.

Finalmente, para tudo isto se cumprir, era necessária não apenas uma grande e generosa abertura de espírito e atração pelo desconhecido e inesperado, mas também a consolidação de uma nova visão sobre o funcionamento da esfera económica que rompesse os limites estreitos e

convencionais da legitimação social das atividades mercantis. Como bem esclarece Garcia de Resende, era necessário perceber como a mercadoria “que por baixeza se havia em alteza se tornou”. Ou seja, era forçoso admitir que a condenação moral das atividades de comércio deixava de ter possibilidade de aceitação.

Os testemunhos que nos legaram cronistas, capitães e governadores, viajantes e mercadores, convergem na aceitação implícita do primado mercantil ou, pelo menos, da marcante presença da componente comercial e económica na aventura oceânica de Portugal, consistentemente programada desde os primórdios do século XV. A historiografia portuguesa e estrangeira dos descobrimentos assim o tem também entendido, sobretudo graças às orientações de pesquisa pioneiramente estimuladas por Vitorino Magalhães Godinho.<sup>5</sup> Conforme sintetizou este autor, trata-se de reconhecer a importância de perscrutar o “olhar do mercador: não admira, porquanto os descobrimentos e a expansão ultramarina, complexíssimo processo de desencravamento e rejeição, de trocas entre economias diferentes, contactos de culturas, interdependências sociais e tensões, até conflitos, imbricação ou voltar de costas de civilizações, são fundamentalmente a gesta da mercancia”.<sup>6</sup>

A abundância de registos, sondagens, levantamentos e reconstituições de factos e informações de natureza económica comprova bem o relevo que esta componente de estudo necessariamente alcança. Sem preocupação de referência exaustiva, registem-se alguns dos créditos fundamentais que a

---

<sup>5</sup> Cf. sobretudo: Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Arcádia, 1961.

<sup>6</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*. Lisboa: Difel, 1990, p. 135. É rica e vasta a historiografia nacional e internacional sobre este período crucial da história da expansão marítima e dos impérios. Para uma captação do essencial cf. Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, 1995; Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (eds.), *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Cambridge and New York: Cambridge University Press; Bartolomé Yun Casililla, *Os Impérios Ibéricos e a Globalização da Europa (séculos XV a XVII)*. Lisboa: Temas e Debates, 2021; e Malyn Newitt, *Navegações. Os Descobrimentos Portugueses e a Renascença*. Lisboa: Texto Editora, 2024.

investigação no domínio da história económica tem logrado alcançar: reconstituição de rotas e fluxos de comércio e seus pontos axiais; descrição de produtos oferecidos e procurados e respetivos preços; especificação das imposições ou isenções fiscais; análise das implicações do comércio transatlântico na estrutura financeira do Estado; estudo dos processos de monetarização das relações económicas; e, de um modo geral, caracterização dos agentes, entidades, redes e instituições envolvidas no trato de mercadorias e seu relacionamento com os interesses da coroa.<sup>7</sup> Assinale-se ainda a investigação mais recente sobre as alterações substanciais nos mercados de trabalho a uma escala global, com o acréscimo do fluxo de pessoas escravizadas transitando entre continentes.

Independentemente da validade e importância dos resultados de pesquisa obtidos nas áreas acima identificadas, também se afigura pertinente indagar os mecanismos de percepção e os procedimentos de tomada de consciência que, na época em que viveram, foram desencadeados por aqueles que mais diretamente se deixaram envolver e enredar em processos de transformação e mudança económica e social. Que leituras fizeram sobre as novas dinâmicas comerciais e económicas emergentes aqueles que, viajando para oriente, se tornaram agentes de uma “enorme transformação cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no final do século XV, e pela sua explosão em todo o mundo”?<sup>8</sup>

Luís de Camões foi participante ativo nesses acontecimentos vibrantes da construção de um império, tendo também presenciado a fase inicial da sua perda. Ainda que o não pudesse pressentir, testemunhou as vicissitudes da primitiva era da globalização, de um mundo novo de comércio que se

---

<sup>7</sup> Para uma abordagem sintética destes problemas cf. Joaquim Romero Magalhães, “A estrutura das trocas – o comércio ultramarino”, in: *História de Portugal* (dir. José Mattoso). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, Vol. 3, pp. 336-349, e Jorge Pedreira, “Comércio oriental”, in: Luís de Albuquerque e Francisco Contento Domingues (eds.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, Tomo I, pp. 272-276.

<sup>8</sup> Fernand Braudel, *Civilization Matérielle, Économie et Capitalisme, XV-XVIII siècles. Tome 3: Le temps du monde*. Paris: Armand Collin, 1979, p. 114.

abria.<sup>9</sup> Integrou a plêiade de autores que foram fazedores desse novo mundo global, intérpretes de uma nova ordem do universo, suscetível de mudança, sujeita a transformação por vontade e imaginação humanas.<sup>10</sup>

Foi protagonista singular e analista arguto de um momento crucial da presença portuguesa no oriente, vertendo num poema épico os resultados da sua própria experiência pessoal, conforme tão bem sublinharam todos os seus biógrafos.<sup>11</sup> Uma experiência muito mais ampla do que as mensagens captadas pelas cintilações do comércio global. Por isso, ler *Os Lusíadas* com um foco deliberadamente centrado nas impressões económicas que o poeta transmite é projeto inevitavelmente redutor, mas que creio plenamente justificado pela riqueza das descrições e apreciações que Camões nos oferece, libertas momentaneamente do encadeamento de episódios de ordem mitológica, que são a força maior que faz movimentar o poema épico, ou da ordem cósmica que engloba e supera a estrutura do mundo mercantil. O olhar de Camões não equivale à visão de um mercador. Mas o poeta emerge como intérprete privilegiado do mundo das trocas em seu redor, sem nunca perder o entendimento do universo mais vasto que através do poema procura captar: a celebração do império e a consciência da sua vulnerabilidade.

---

<sup>9</sup> Apesar de não caber aqui desenvolver este tema, todos os cuidados são poucos na necessária explicação de que esta “primitiva era” não deve ser confundida com o que atualmente se convencionou apelar de globalização. Para uma abordagem sintética das dúvidas que tal identificação suscita, cf. Pedro Cardim, “Foi a expansão portuguesa precursora da atual globalização?”, in Diogo Ramada Curto (org.), *Estudos sobre a Globalização*. Lisboa: Edições 70, pp. 449-464; e José Luís Cardoso, “Globalização: modo de ser e de usar”, in *Ibid*, pp. 127-141.

<sup>10</sup> Sobre a nova visão do cosmos que Camões protagonizou e seu impacto na construção de projetos imperiais, cf. Ayesha Ramachandran, *The Worldmakers. Global Imagining in Early Modern Europe*. London and Chicago: The University of Chicago Press, 2015, especialmente o capítulo 3 intitulado: “Cosmic Politics: the worldly epics of Camões and Spenser”, pp. 106-146.

<sup>11</sup> Não cabe, no âmbito focalizado deste texto, proceder a remissões bibliográficas que recordem quanto do nosso conhecimento de Camões é devedor de uma vastíssima série de estudos que a sua vida e obra permanentemente têm suscitado. A melhor prova de como os estudos camonianos são largamente tributários de um conhecimento amplo e variado, ao longo de séculos lentamente amadurecido e sedimentado, é dada pelas duas mais recentes incursões: Isabel Rio Novo, *Fortuna, Caso, Tempo e Sorte. Biografia de Luís Vaz de Camões*. Lisboa: Contraponto Editores, 2024; e Carlos Maria Bobone, *Camões, Vida e Obra*. Lisboa: Dom Quixote, 2024.

## 2. DAS VIRTUDES DO COMÉRCIO RELATADAS POR CAMÕES

As leituras económicas de Camões aqui desvendadas decorrem, principalmente, da interpretação que o poeta faz sobre os propósitos da viagem de Vasco da Gama. Na sua chegada a Calecute (na costa de Malabar), “terra de riquezas abundante” (VII, 1), Gama é acolhido e saudado pelo mouro Monçaide, que lhe anuncia ter chegado a um ponto de destino, situado “na Índia, onde se estende/diverso povo, rico e prosperado/de ouro luzente e fina pedraria,/cheiro suave, ardente especiaria” (VII, 31).

Na primeira aproximação que Vasco da Gama faz ao Samorim de Calecute, anuncia a sua missão em nome do rei português que “vínculo quer contigo de amizade” (VII, 60). E revela que D. Manuel “tudo tem no seu reino em grande cópia” (VII, 61), para concluir de forma cristalina sobre as vantagens económicas da amizade desejada:

*“E se queres com pactos e lianças  
De paz e de amizade, sacra e nua,  
Comércio consentir das abundanças  
Das fazendas da terra sua e tua,  
Por que cresçam as rendas e abastanças  
(Por quem a gente mais trabalha e sua)  
De vossos reinos, será certamente  
De ti proveito, e dele glória ingente”* (VII, 62).

Esta é, sem sombra de dúvida, uma das estâncias de *Os Lusíadas* em que o poeta melhor transmite o seu pensamento sobre as virtudes do comércio como fonte de “rendas e abastanças”. Daí decorriam as vantagens mútuas e os proveitos de quem celebra tratados de paz, amizade e comércio, procurando iniciar novas oportunidades de negócio e, no caso da missão de Vasco da Gama, pretendendo substituir as relações comerciais privilegiadas que os reinos da Índia mantinham com os países sujeitos ao jugo muçulmano.

Outra passagem de *Os Lusíadas* em que Camões demonstra os seus dotes de compreensão de problemas económicos é a descrição, no final do canto

VIII, da interação entre Vasco da Gama e o Catual, regedor do reino, de Calecute, que procura tirar partido, em benefício próprio, do acordo de troca de mercadorias da Índia por mercadorias europeias tacitamente aprovado por Gama e o Samorim, que “ao Gama manda que direito/às naus se vá e, seguro dalgum dano/possa a terra mandar qualquer fazenda/que pela especiaria troque e venda” (VIII, 77).

Assim, contrariando a ordem do Samorim, começa o “Catual corruto” (VIII, 83) por pedir a Gama que “mande vir toda a fazenda/vendível que trazia, pera a terra,/para que, devagar, se troque e venda;/que, quem não quer comércio, busca guerra” (VIII, 92).

O comércio surge como garantia de pacificação, o que Vasco da Gama “consente,/porque sabe por verdade/que compra co a fazenda a liberdade” (VIII, 92). E sabendo que poderia estar em risco a sua vida, Gama concede em trazer a sua mercadoria. E o Catual “por ela o solta, crendo que ali tinha/penhor bastante, donde recebesse/interesse maior do que lhe vinha/se o capitão mais tempo detivesse” (VIII, 95).

Nas estâncias acima citadas, Camões revela a argúcia de uma visão sobre o modo como o interesse próprio presente nos atos de troca pode comandar o comportamento dos agentes que buscam benefícios, segurança e alguma liberdade. E demonstra também ser um bom intérprete das implicações práticas de um relacionamento comercial mais estreito entre o reino de Portugal e os reinos distantes a que os portugueses aportavam. O poeta não prescinde dos seus dotes de bom observador, argumentando em favor dos proveitos de relações comerciais estáveis, não obstante os riscos e incertezas que comportavam.<sup>12</sup>

Nas estâncias finais do canto VIII, o comentário conclusivo do poeta sobre o recrudescimento das trocas comerciais e seus reflexos na acumulação

---

<sup>12</sup> Neste contexto explicativo, a crítica ao comportamento do Catual serve também a Camões como pretexto para expressar o seu ceticismo em relação ao papel de conselheiros dos príncipes, advertindo sobre a importância de serem dotados de boas virtudes: “Oh, quanto deve o rei que bem governa/De olhar que os conselheiros ou privados/De consciência e de virtude interna e de sincero amor sejam dotados” (VIII, 54).

monetária, transporta o leitor para um plano de avaliação moral do poder do dinheiro e dos potenciais usos nefastos que lhe estão associados. Camões impressiona-se com a forma como “quanto no rico, assi como no pobre,/ pode o vil interesse e sede imiga/ do dinheiro, que a tudo nos obriga” (VIII, 96). No seu entendimento, o dinheiro faz vilezas, ilude, corrompe, e “deprava às vezes as ciências,/ os juízos cegando e as consciências” (VIII, 98).

Amansado pela passagem na mítica Ilha dos Amores, Gama colhe das ninfas inspiração para um derradeiro juízo moral sobre a glória associada à gesta da mercancia. E é a própria voz do poeta que parece lamentar, em vez de aplaudir, as vantagens resultantes do aumento das operações comerciais e financeiras:

*“Porque essas honras vãs, esse ouro puro,  
Verdadeiro valor não dão à gente:  
Melhor é merecê-los sem os ter,  
Que possui-los sem os merecer” (IX, 93).*

Desse ceticismo dá provas crescentes ao longo do canto IX, ao reconhecer que a paz e os acordos de comércio não eram possíveis “porque entende/ que em vão co Rei gentio trabalhava/ em querer dele paz, a qual pretende/ por firmar o comércio que tratava” (IX, 13). Apesar de tudo, não deixa de reconhecer o êxito de regressar “à pátria cara” com alguns bens que fora possível recolher, designadamente “alguns Malabares, que tomou per força” (que poderiam ser reféns ou habitantes da Índia feitos escravos), “pimenta ardente que comprara”, e ainda noz-moscada e cravo das Molucas e canela de Ceilão (IX, 14).

E no final do poema, quando Tétis aponta a Gama as riquezas do mundo a seus pés, Camões procede ao registo empírico dos principais produtos que circulavam na nova e fértil rota comercial das Índias. Além da pimenta e noz-moscada, nomeia o ouro da ilha de Samatra, a prata fina do Japão, o cravo das Molucas, a cânfora de Bornéo e o sândalo de Timor (X, 124 a 134). Deste modo, oferece prova segura do seu conhecimento do mundo real das trocas e do seu apego à verdade dos factos que comprovam a magnitude do empreendimento da viagem de Gama.

### 3. NEM TUDO O QUE LUZ É OURO

A narrativa d'Os *Lusíadas* não se reduz à celebração da aventura e da viagem, do fascínio pelo inesperado que é fonte de curiosidade científica e de imaginação do intelecto. Nela transparece também uma clara percepção dos riscos e temores que o desconhecido encerra. Camões celebra a gesta mercantil e imperial sem se esquecer de lamentar, ou mesmo condenar, algumas das suas consequências mais nefastas.

Neste contexto explicativo, a introdução no canto IV da voz ponderada do velho do Restelo, ressoando “um saber só d’experiências feito”, é fonte infinita de paráfrases que remetem o leitor para os dilemas que a viagem fazia despertar.<sup>13</sup> A “glória de mandar”, a “vã cobiça/desta vaidade a que chamamos fama” contrapõe-se às “mortes”, “perigos”, “tormentas” e “crueldades” que necessariamente seriam experimentadas. E a suposta, desejada e soberana fama-e-glória poder-se-ia tornar, afinal, numa “fonte de desamparos e adultérios,/sagaz consumidora conhecida/de fazendas, de reinos e de impérios” (IV, 95 e 96).

A maldição que poderia pairar sobre a viagem de Gama não era devaneio pessimista sobre o desfecho potencialmente trágico da travessia de um mar ignoto. Ir tão longe significava incerteza e imprevisibilidade, a possibilidade de ocorrência de “novos desastres”, “perigos” e “mortes”, que ensombravam “as promessas de reinos e de minas/d’ouro”. Significava ainda “despovoar o reino antigo” em troca de “busca[r] o incerto e incógnito perigo”. E a culminar uma premonição entretanto confirmada, Camões coloca na fala do velho do Restelo a condenação moral dos excessos cometidos sobre povos tratados com “bruta crueza e feridade”, sinal de um “desprezo da vida” por quem pretendia pelejar pela lei de Cristo (IV, 97 a 100). Ou seja, presta testemunho inequívoco da sua reprovação dos abusos de violência perpetrados sobre habitantes locais indefesos.

---

<sup>13</sup> Sobre as diversas interpretações do significado deste episódio na obra camonianiana, e além dela, cf. Zulmira Santos, *Episódio do Velho do Restelo*. In: Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 953-957.

É desta visão ambivalente que vive o poema. Canta glórias passadas, incentiva a coragem e a descoberta, mas não ignora os desenlaces de um futuro incerto, não esconde a intuição poética e política de que o tempo dos maiores sucessos dava sinais de começar a desabar. Conforme bem sintetizou Helder Macedo, num dos seus diversos ensaios em que assinala a importância das complementaridades antitéticas em *Os Lusíadas*: “Camões incorpora a condenação do império no mesmo poema em que o celebra”.<sup>14</sup>

Às abundantes interpretações deste episódio central d’ *Os Lusíadas*, não será descabido acrescentar a ideia de que nele espreita Camões a possível interpretação da decadência anunciada de um império comercial que não tinha acautelado os riscos, entretanto confirmados, de empobrecimento interno da população do seu território continental. O que mais tarde viria a ser celebrado por uma certa historiografia especulativa (na qual tão bem encaixam os perfis de Oliveira Martins, Antero de Quental e António Sérgio), ávida de encontrar no fracasso da expansão mercantil as raízes de uma suposta decadência demográfica, económica, política e cultural, encontra na épica camoniana um testemunho legitimador. “Mísera sorte! Estranha condição” (IV, 104).

#### 4. EPÍLOGO

Luís de Camões não estava sozinho nas leituras económicas que fazia, nas cogitações que produzia sobre o novo mundo económico aberto pela expansão comercial portuguesa no oriente. Outros o tinham já feito antes da publicação d’ *Os Lusíadas*.

Garcia de Resende, já o vimos, deu testemunho exemplar da mudança que estava em jogo. Garcia d’Orta, outro amigo de Camões, descreveu tudo o que de novo se trazia da Índia, melhorando o conhecimento da botânica e o uso de plantas em medicina. João de Barros, igualmente próximo do autor d’ *Os Lusíadas*, ao relatar nas *Décadas da Ásia* “os feitos que os

---

<sup>14</sup> Helder Macedo, *Camões e Outros Contemporâneos*. Lisboa: Presença, 2024 (2.<sup>a</sup> edição revista), p. 109. Cf. também o conjunto de ensaios incluídos no número especial da revista *Portuguese Literary and Cultural Studies*, 2003, n.º 9, dedicado ao tema “Post-Imperial Camões”. [https://ojs.lib.umassd.edu/plcs/article/view/PLCS9\\_FrontMatter/939](https://ojs.lib.umassd.edu/plcs/article/view/PLCS9_FrontMatter/939).

portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente”, consagrou atenção privilegiada aos efeitos do comércio na aproximação de indivíduos e de povos, gerador de cosmopolitismo e de novas sociabilidades e relações de poder: “O comércio requer duas vontades contraentes em uma cousa; o qual ato pressupõe paz, amizade e obediência”.<sup>15</sup>

Alguns anos depois da publicação do poema épico de Camões, as deambulações e peregrinações de Diogo do Couto e de Fernão Mendes Pinto prosseguiram essa sondagem histórica e literária de acontecimentos, ocorrências, desastres e sucessos que moldaram um novo discurso sobre as implicações económicas e políticas da expansão, conquista e administração portuguesa nas praças de comércio do oriente.<sup>16</sup> E tantos exemplos mais se poderiam acrescentar de fontes textuais que fazem prova dessa mudança de tempos e de vontades.

Camões sabia que não estava sozinho. E sabia também que o seu testemunho vivido refletia mudanças trazidas por um mundo novo em construção acelerada, um tempo de excitação de novidades, um tempo de esperanças que também era um tempo de enganos. Quem melhor o disse do que o próprio Luís de Camões?

“E vi que todos os danos  
se causavam das mudanças  
e as mudanças dos anos;  
onde vi quantos enganos  
faz o tempo às esperanças”.<sup>17</sup>

No espírito de Camões, os enganos podiam dar lugar a um novo tempo de esperança, num jogo de imaginação poética que a experiência e a fábrica do mundo permitiam forjar. Foi esse mundo que Camões também entreviu através das mudanças induzidas pela expansão das trocas comerciais.

---

<sup>15</sup> João de Barros, *Ásia. Décadas I a IV (1552-1615)*. Ed. Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945, Tomo I, p. 230.

<sup>16</sup> Analisei estes aspetos nos primeiros capítulos de José Luís Cardoso, *Pensar a Economia em Portugal – digressões históricas*. Lisboa: Difel, 1997.

<sup>17</sup> Luís de Camões, Sobolos rios que vão. In *Obras Completas de Luís de Camões, II Volume Lírica* (ed. Maria Vitalina Leal de Matos). Silveira: E-Primatur, 1999, p. 141.



